

CONGRESSO REÚNE EM SANTA MARIA DA FEIRA

O 39.º Congresso Nacional do PSD reúne em sessão ordinária nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2021, no Europarque



pág. 4

PARLAMENTO

PSD É A ÚNICA ALTERNATIVA REFORMISTA CAPAZ DE RECUPERAR O SNS

Num debate sobre saúde na Comissão Permanente, dia 9 de dezembro, Ricardo Baptista Leite, vice-Presidente do grupo parlamentar do PSD, acusou o Governo de ter falhado “na proteção da saúde dos portugueses”



pág. 5

LOCAIS

CÂMARA DE MONDIM DE BASTO DESFAVORÁVEL À PROSPEÇÃO DE LÍTIO

A autarquia apresentou uma posição desfavorável à prospeção de lítio no concelho, no âmbito da consulta pública que terminou dia 10 de dezembro, por considerar que “será incompatível com a vida das populações”



pág. 6

REGIONAIS

ORÇAMENTO REGIONAL É “PROPOSTA CERTA” EM CONTEXTO DE INCERTEZAS

O Orçamento do Governo da Madeira para 2022 é “a proposta certa” para enfrentar o atual momento de incertezas devido à crise pandémica e à indefinição política nacional, revelou o secretário das Finanças

39.º CONGRESSO DO PSD EM SANTA MARIA DA FEIRA



O 39.º Congresso Nacional do Partido Social Democrata reúne em sessão ordinária, nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2021, em Santa Maria da Feira, no Europarque.

Participam 750 delegados eleitos, distribuídos pelo Continente, Regiões Autónomas e comunidades portuguesas. São atribuídos 18 delegados ao círculo das Comunidades Portuguesas, 30 à Região Autónoma dos Açores, 30 à Região Autónoma da Madeira e um Delegado a cada Secção do Continente com mais de 40 militantes inscritos ou com órgãos eleitos.

Os restantes delegados são distribuídos pelas secções do Continente, rateados proporcionalmente pelos militantes ativos.

São também participantes no Congresso sem direito a voto os membros dos órgãos nacionais, os deputados à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu, o primeiro militante eleito em cada Câmara Municipal, os militantes que sejam membros do Governo, da Comissão Europeia e do “Gabinete Sombra”, o diretor do “Povo Livre”, o Presidente da Comissão de Relações Internacionais, o diretor do Gabinete de Estudos Nacional, o coordenador do Secretariado para as Comunidades Portuguesas e os secretários-gerais adjuntos.

Podem assistir ao Congresso os observadores e convidados pela Comissão Política Nacional.

Na presente edição, publicamos na íntegra as propostas temáticas a submeter a apresentação e votação em Congresso.

PROGRAMA

Sexta-feira, 17 de dezembro de 2021

15h00 - Início da credenciação

21h00 - Abertura do Congresso Nacional. Apresentação da Proposta de Estratégia Global e das Propostas Temáticas

Sábado, 18 de dezembro de 2021

10h00 - Continuação da apresentação das Propostas Temáticas. Início da discussão das propostas

18h00 - Fim do prazo de entrega das candidaturas aos órgãos nacionais

23h00 - Votação da Moção de Estratégia Global e das Propostas Temáticas

Domingo, 19 de dezembro de 2021

09h00 /11h00 - Eleição dos órgãos nacionais

13h00 - Sessão de Encerramento e proclamação dos resultados





PARLAMENTO EUROPEU PROPÕE MEDIDAS PARA REFORÇO NA LUTA CONTRA O CANCRO

O relatório parlamentar foi aprovado por larga maioria, com 85% dos votos a favor, pelos membros da Comissão Especial, resultando de um acordo político entre PPE, S&D, Liberais e Verdes. O documento segue agora para votação em sessão plenária do Parlamento Europeu, a ter lugar no primeiro trimestre de 2022.

Lídia Pereira enalteceu "o sentido de compromisso evidenciado entre os diferentes grupos políticos" e destaca a aprovação de "medidas como a aquisição conjunta de medicamentos, que permitirá baixar o custo dos tratamentos, bem como a otimização do acesso a cuidados transfronteiriços, sempre que tal se justifique"

Entre as principais recomendações para a estratégia apresentada pela Comissão Europeia, estão o aumento do investimento em projetos de investigação, para acelerar e melhorar significativamente os diagnósticos precoces, os tratamentos disponíveis e dignificar a vida dos sobreviventes de doença oncológica.

"O Parlamento Europeu fez o seu trabalho com a apresentação de medidas concretas que beneficiam todos os Europeus. Esperamos agora que tanto a Comissão como os Estados-membros sejam capazes de agir de forma determinada no combate a este flagelo", comenta a eurodeputada Lídia Pereira.

Com a pandemia de covid-19, foram verificados atrasos significativos nos rastreios e diagnósticos precoces que, de acordo com os especialistas, agravam significativamente a situação e tornam este relatório ainda mais relevante. Segundo dados recentes, morrem 1.4 milhões de pessoas por ano na Europa, incluindo 6000 crianças, e estima-se que cerca de 100 milhões de europeus serão diagnosticados com cancro nos próximos 25 anos.

PSD É A ÚNICA ALTERNATIVA REFORMISTA CAPAZ DE RECUPERAR O SNS

O PSD faz um balanço negativo dos seis anos de governação socialista, que “colocaram em causa a existência futura do Serviço Nacional de Saúde”.

Num debate sobre saúde na Comissão Permanente requerido pelos social-democratas, dia 9 de dezembro, Ricardo Baptista Leite, vice-Presidente do grupo parlamentar do PSD, acusou o Governo de ter falhado “na proteção da saúde dos portugueses” e de não ter “planeamento nem “estratégia” na política de saúde.

“Há hoje mais de um milhão de portugueses sem Médico de Família. Cuidados de saúde primários fragilizados, com milhares de profissionais exaustos e doentes meses à espera para uma simples consulta no centro de saúde. O agravamento dos tempos de espera no SNS é mesmo a marca da incapacidade de governação do Partido Socialista na Saúde”, apontou Ricardo Baptista Leite, para quem os tempos de espera em hospitais como os de Setúbal, Faro ou Dona Estefânia, em Lisboa, são “absolutamente intoleráveis”.

Um “estado de calamidade” visível na “maioria dos Hospitais do SNS”, denuncia o PSD, com uma sucessão de “raturas e o fecho nas unidades hospitalares, principalmente ao nível dos serviços de urgência. É assim em Braga, no Porto, na Póvoa de Varzim, na Guarda, em Leiria, Vila Franca de Xira, Lisboa, Portalegre, Setúbal, Algarve, e os exemplos podiam infelizmente continuar”, elencou o deputado social-democrata.

Defendendo que “os profissionais de saúde são o pilar que sustenta o sistema de saúde português, e o SNS em particular”, Ricardo Baptista Leite acusou a ministra da Saúde de os ter ofendido “gratuita e incompreensivelmente, acusando-os de terem pouca ‘resiliência’”.

“Considera pouco resilientes aqueles que no início da pandemia arriscaram a sua segurança e a saúde dos seus entes queridos, para tratar os doentes COVID-19 quando pouco ou nada se sabia sobre o vírus? Ou considera pouco resilientes aqueles que fazem milhões de horas extraordinárias, deixando muitas vezes as suas famílias para trás, de modo a manter os serviços de saúde a funcionar?”, questionou o social-democrata, para concluir que “‘resiliência’ é os profissionais continuarem a trabalhar pelos doentes e a lutar pelo SNS, apesar” da governação socialista.

Apontando as próximas eleições legislativas de 30 de janeiro como “a hora de mudar”, Ricardo Baptista Leite afirma que o PSD se assume como “a única alternativa reformista capaz de recuperar o Serviço Nacional de Saúde, com rigor e sem facilitismos”, dando ao país “uma visão para o futuro da saúde, que, em seis anos de governo, os socialistas foram incapazes de oferecer”.



PSD FOI O PARTIDO COM MAIS PROJETOS-LEI APROVADO

O PSD foi o partido com mais projetos-lei aprovados durante a XIV legislatura. Das 79 iniciativas que os sociais-democratas apresentaram no Parlamento, 44 foram aprovadas.

Entre elas, destacam-se medidas de combate à corrupção, a Lei de Bases do Clima, o Estatuto do Antigo Combatente, o apoio social extraordinário aos gerentes das empresas, alterações ao regime jurídico-laboral do teletrabalho e o alargamento do período de faltas justificadas por motivo de falecimento de filho para vinte dias.

CÂMARA DE MONDIM DE BASTO DESFAVORÁVEL À PROSPEÇÃO DE LÍTIO

A Câmara de Mondim de Basto apresentou uma posição desfavorável à prospeção de lítio no concelho, no âmbito da consulta pública que terminou dia 10 de dezembro, por considerar que “será incompatível com a vida das populações”.

“O concelho de Mondim de Basto depende, essencialmente, dos seus recursos naturais para o desenvolvimento da sua economia, pelo que qualquer ação no território que provoque uma alteração significativa poderá condicionar para sempre a sustentabilidade deste território”, afirmou em comunicado o presidente da autarquia, Bruno Ferreira.

Terminou na sexta-feira a consulta pública ao Relatório de Avaliação Ambiental Preliminar do Programa de Prospeção e Pesquisa nas oito áreas potenciais em lítio a submeter a procedimento concursal para atribuição de direitos de prospeção e pesquisa. No portal “participa.pt” foram submetidas 1.430 participações nesta consulta pública que teve início a 28 de setembro.

No âmbito desta consulta pública, a Câmara de Mondim de Basto “apresentou uma posição desfavorável à proposta de área de prospeção e pesquisa de lítio no concelho”.

Mondim de Basto está incluído na área “Seixoso – Vieiros”, com 2.360 hectares que abrange ainda os concelhos de Fafe, Celorico de Basto, Guimarães, Felgueiras e Amarante. No município do distrito de Vila Real, a proposta incide sobre quatro freguesias: Atei, São Cristóvão de Mondim de Basto, Vilar de Ferreiros e União de Freguesias de Campanhó e Paradança.

Após análise do documento, o município concluiu que a proposta de área de prospeção e pesquisa de lítio de Seixoso Vieiros, na área que interseca com o concelho, “será incompatível com a vida das populações”.

“Por um lado, porque a área com maior afinidade para a exploração do lítio corresponde à área mais urbanizada do concelho”, referiu.

E também, acrescentou, porque a prospeção e pesquisa de lítio poderão “colocar em causa, não só a qualidade, mas também a viabilidade do abastecimento público de água efetuado atualmente no concelho, que é maioritariamente realizado por captações de águas subterrâneas”.

Nesta tomada de posição, o município referiu ainda que “atividades económicas como a agricultura e a pecuária, que são tão expressivas e de grande relevância estratégica para o desenvolvimento e sustentabilidade do território, poderão ficar seriamente comprometidas com futuras prospeções que, inevitavelmente, afetarão todo o ciclo de vida que da água depende”.

A autarquia liderada pelo social-democrata Bruno Ferreira apontou ainda a “ausência de informação e de avaliação das consequências de futuras prospeções na área da saúde e bem-estar da população e na temática de turismo”.

O concelho de Mondim de Basto apresenta 80% de Reserva Ecológica Nacional, 72% de Área Submetida a Regime Florestal, 63% de Rede Natura 2000 e ainda o Parque Natural do Alvão.

“A pouca área que nos resta com menos condicionantes e, portanto, com maiores condições para desenvolver atividades económicas e fixar populações, tem de permanecer livre de futuras condicionantes que limitarão ainda mais o desenvolvimento e sustentabilidade deste território”, defendeu Bruno Ferreira.

VILA POUCA DE AGUIAR INVESTE 630 MIL EUROS NO BALNEÁRIO TERMAL DO CARDAL

A Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar vai investir cerca de 630 mil euros na construção do Balneário Termal do Cardal para potenciar a exploração de água natural e alavancar novos investimentos.

“Este balneário não é um ponto de chegada da política termal que se pretende dinamizar, é sim uma nova porta que se abre e que vai promover outro tipo de investimentos neste território termal”, afirmou Alberto Machado, presidente da autarquia do distrito de Vila Real.

O empreendimento vai ser construído na zona do Cardal, entre as freguesias de Sabroso e Vreia de Bornes, o valor da adjudicação é de 630 mil euros e a obra deverá estar concluída nos primeiros meses de 2023. O projeto tem financiamento do programa Norte 2020.

“Nós vamos cumprir um conjunto de pré-requisitos de investigação que visam fundamentar a utilidade a água termal com fins médicos e lúdicos”, acrescentou ainda Alberto Machado.

O objetivo é “potenciar a exploração da água mineral natural” existente no local, através da construção de um equipamento com a configuração de balneário que vai ter um programa também vocacionado para os tratamentos termais tradicionais.

Pretende-se que o empreendimento se afirme como “polo de atração turística” para o município e o Alto Tâmega, território onde está inserido.

O edifício terá consultório médico, antecedido por uma unidade de triagem, uma zona de tratamentos com sala de espera, onde será instalado um buvete da água mineral natural que será ali explorada. A zona envolvente é uma área arborizada do parque de merendas.



Depois de um processo “longo e difícil”, a Câmara de Vila Pouca de Aguiar assinou em maio de 2019 o contrato de concessão de exploração da água do Cardal. A área de exploração concedida é de 72,5 hectares e o prazo inicial da concessão é de 50 anos.

Este processo foi iniciado nos anos 1990 quando, por um acaso, se descobriu a água gasocarbónica.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO APROVOU PLANO E ORÇAMENTO “DE CONTINUIDADE”

A Assembleia Municipal de Aveiro aprovou, dia 14 de dezembro, as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município para 2022, a rondar os 130 milhões de euros, com um “pacote fiscal” semelhante a 2021.

O presidente da Câmara defendeu ser “um documento de gestão na continuidade, sendo que muitas operações são plurianuais”, como a requalificação do Rossio e o ferryboat elétrico para a ligação do Forte a São Jacinto.

Ribau Esteves referiu também que a proposta do executivo tem em conta a concretização de investimentos a compartilhar pelos fundos comunitários do Portugal 2020, formulando o desejo de que, até ao final do ano, fiquem clarificados os critérios de elegibilidade do novo pacote europeu do Portugal 2030.

A Assembleia Municipal de Aveiro é constituída por 24 deputados da maioria PSD/CDS/PPM, sete do PS, dois do PAN, dois do BE, um do PCP e um do CHEGA.

ORÇAMENTO REGIONAL É “PROPOSTA CERTA” EM CONTEXTO DE INCERTEZAS



O Orçamento do Governo da Madeira para 2022 é “a proposta certa” para enfrentar o atual momento de incertezas devido à crise pandémica e à indefinição política nacional, revelou o secretário das Finanças da região.

“O Governo Regional defende que o Orçamento da Região para 2022 é a proposta certa para ultrapassar as incertezas e as dificuldades de hoje e para conseguirmos alcançar as bases de estabilidade social e económica, concretizando os objetivos assumidos para com os madeirenses”, afirmou Rogério Gouveia.

O governante falava na Assembleia Legislativa da Madeira, na abertura da discussão na generalidade das propostas de Orçamento Regional (OR), na ordem dos 1.125 milhões de euros, e do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento – PIDDAR 2022, em que estão inscritos 764 milhões de euros.

O responsável pelas Finanças recordou que esta é “a maior proposta orçamental de sempre” na Madeira e considerou que, “num cenário de elevada incerteza e ainda fragilidade económica, apresenta uma estratégia sólida e coerente para mitigar os impactos da crise pandémica sem precedentes”.

Rogério Gouveia apontou que este orçamento foi elaborado em condições diferentes dos anteriores, na sequência da “indefinição política nacional” (perante o chumbo do Orçamento do Estado e a dissolução da Assembleia da República), a qual acaba por dar “uma margem de manobra mais estrita”, não estando ainda definida, “com segurança, a totalidade dos meios de que a região irá dispor para o próximo ano”.

O titular da pasta referiu que a proposta orçamental para o próximo ano prevê menos transferências do Estado, “numa redução superior a 16 milhões de euros” dos Fundos de Solidariedade e Coesão Social.

Num contexto de crescimento significativo das despesas correntes, realçou, “as transferências do Estado para as regiões autónomas registam uma redução severa, em claro contraciclo com as necessidades de recuperação das economias no pós-pandemia” da covid-19.

No seu entender, esta situação evidencia uma “contínua desresponsabilização e falta de solidariedade do Estado”.

Entre outros aspetos, o secretário regional mencionou que, por influência da pandemia, há uma redução de 200 milhões na arrecadação de impostos e, pelo sétimo ano consecutivo, o Governo Regional aposta no decréscimo da carga fiscal, “devolvendo mais de nove milhões de euros às famílias” no próximo ano.

“Na Madeira, todos os contribuintes que pagam IRS [Imposto sobre o Rendimento Singular] irão ver a sua fatura fiscal diminuir em 2022”, vincou.

O desagravamento fiscal para as empresas também que terá “um impacto negativo nas receitas da região estimado em 16,3 milhões de euros”, o que, sublinhou, evidencia que o Orçamento Regional “constitui um esforço máximo de ajuda às empresas e ao emprego”.

O secretário regional salientou que as infraestruturas e a economia “são as grandes áreas do investimento a realizar, suportado, sobretudo, por recursos e receitas próprias da região, numa percentagem superior a 46% e 35% suportado pelos fundos comunitários”.

“Mais uma vez, fica o esforço nacional muito além daquilo que seria desejável, com uma parcela que não chega a 20%”, complementou, opinando que “o Estado apenas olha para o território continental”.

Rogério Gouveia indicou que o Orçamento Regional também “exprime as preocupações sociais” e espelha “investimentos prioritários de apoio à infância, aos jovens, aos idosos e às famílias”.

O Governo Regional renova com o documento o seu desígnio de “afirmação da Madeira como uma terra socialmente coesa”, e “tem prioridades políticas bem definidas e particular empenho no aproveitamento dos fundos comunitários”, encarando os apoios da União Europeia, entre os quais o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), como “uma oportunidade sem precedentes”.

O executivo tem como “grandes prioridades” na gestão no próximo ano uma “política orçamental sólida e credível, que não esquece a revitalização do mercado de trabalho, a solidariedade social e não esquece nenhum madeirense nem porto-santense”, concluiu.

MEDIDAS DE COMBATE À PANDEMIA NA MADEIRA VÃO PERMITIR QUADRA FESTIVA COM “ALGUMA NORMALIDADE”

As medidas preventivas de combate à covid-19 em vigor na Madeira vão permitir que as pessoas passem esta quadra festiva “com alguma normalidade” e permitem não “fechar a sociedade”, garantiu o presidente do Governo Regional.

“As coisas têm corrido muito bem, porque as pessoas perceberam. Inicialmente tiveram um choque aqui na Madeira quando eu fiz aquele anúncio que à primeira vista parecia prematuro, mas à medida que esta 5.ª vaga foi evoluindo na Europa e no país, perceberam que a única maneira que tínhamos era adotar este tipo de procedimentos no sentido de conter a proliferação da infeção”, afirmou.

Miguel Albuquerque falava no âmbito da abertura de um restaurante numa unidade de alojamento local, na freguesia da Camacha, no concelho de Santa Cruz, dia 10.

O uso obrigatório de máscara em espaços abertos e fechados, a testagem semanal dos residentes, a imposição de apresentação, em alguns casos, cumulativa, nomeadamente na entrada de restaurantes, cabeleiros e espaços desportivos, de comprovativos de vacina e teste antigénico negativo foram algumas das medidas determinadas pelo executivo madeirense, de coligação PSD/CDS, que estão em vigor na região

O governante insular sublinhou a necessidade de “adotar um conjunto de comportamentos que do ponto de vista cívico e profilático são fundamentais”, o que, defendeu, vão “permitir passar o Natal e fim de ano em relativa normalidade”.

Albuquerque reafirmou que as autoridades regionais pretendem que não seja “excedido o número de internados nos cuidados intensivos” e que “seja mantida intacta a capacidade de resposta” da região à pandemia.

O chefe do executivo argumentou que o seu Governo continua a apostar nas medidas de apoio ao tecido empresarial e na redução da carga fiscal, medidas que estão consubstanciadas no Orçamento Regional para 2022, proposta que será discutida e votada na próxima semana, na Assembleia Legislativa da Madeira, no Funchal.

“O meu Governo continua a fazer redução fiscal e a facilitar todo o apoio que os empresários precisam para continuar a investir e prosseguirmos este caminho de recuperação económica”, argumentou

Miguel Albuquerque realçou que, apesar da 5.ª vaga da pandemia, “a ideia é não parar os investimentos, não fechar a sociedade, continuar a assegurar postos de trabalho para empregar as novas gerações”.

“E tudo isso obriga a uma grande concentração de recursos na saúde, no apoio às empresas e na área social”, sublinhou.

O chefe do executivo recordou que o Orçamento Regional do próximo ano prevê uma redução do IRC (Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas) para 14,7%, o que



representa uma “devolução às empresas de 14 milhões de euros/ano”, sendo o segundo ano consecutivo com a “redução para a taxa máxima de diferencial” neste arquipélago.

O objetivo, acrescentou, é “devolver capital às empresas para que possam voltar a aplicá-lo e o mesmo acontece para famílias, com o IRS (Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares)”, estando prevista uma redução no 3.º escalão para 20% e no 4.º escalação para 15%.

“Evidentemente implica também que, do ponto de vista da coerência política, o dinheiro dos impostos seja devolvido às famílias e empresas, porque é esse o sentido de orientação que estamos a perfilhar”, concluiu.

CÂMARA DO FUNCHAL APROVA INCENTIVOS FISCAIS E APOIO AO INVESTIMENTO

A Câmara do Funchal decidiu, dia 9, elaborar um quadro regulamentar de incentivos fiscais e apoio ao investimento para não haver “situações dúbias” ou até benefício de uns em detrimento de outros, revelou o presidente da autarquia.

Pedro Calado explicou que, mediante este regulamento, que terá ainda de merecer o aval da Assembleia Municipal, ficam definidos os critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou parciais relativamente ao imposto municipal sobre imóveis (IMI) e ao imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT).

“Hoje, a prática é a definição e atribuição destes apoios sem um regulamento específico e, para não haver aqui situações dúbias ou situações até de estarmos, sem querer, a proteger uns em detrimento de outros ou a beneficiar uns em função de outros, vamos definir um quadro regulamentar de atribuição desses benefícios fiscais em função daquilo que está estipulado na lei e depois as empresas sabem com aquilo que contam”, afirmou.

O presidente da Câmara Municipal do Funchal salientou ainda que foi rejeitada uma proposta da coligação ‘Confiança’ (liderada pelo PS), que esteve à frente do município nos últimos oito anos, para apoiar vítimas de violência doméstica.

“É estranho que a ‘Confiança’ apresente uma proposta que é uma cópia quase integral do que está plasmado no nosso programa eleitoral, estando a mesma medida já incluída no Orçamento da autarquia para 2022”, justificou Pedro Calado, reforçando que o PSD/CDS-PP não podia fazer a aprovação política de uma medida que já está prevista.

O autarca anunciou ainda que o município decidiu internamente conceder tolerância de ponto aos funcionários da Câmara do Funchal nos dias 24 de dezembro e 31 de dezembro, como habitualmente.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



SECÇÕES

LAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Lagos, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 15 de janeiro (sábado) de 2022, pelas 16H00, na Sede da Secção, sita na Rua Soeiro da Costa, nº 50, em Lagos, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos Concelhios do PSD, Secção de Lagos.

1. Mesa da Assembleia de Secção;
2. Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 16H00 às 19H00.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede da Secção ao Presidente da Mesa Plenário ou quem o substitua até ao dia 12 de janeiro às 24H00.

A Sede de Secção estará aberta para o efeito, das 22H00 às 24H00, no dia 12 de janeiro.

VILA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila do Conde, para reunir, em sessão ordinária, no dia 7 de janeiro (sexta) de 2022, pelas 21H00 na sala Dr. Orlando Taipa da Sede da Concelhia de Vila do Conde, sita na Praça da República nº7 em Vila do Conde, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Tomada de posse dos membros eleitos aos órgãos da secção;
2. Relatório de Contas do ano de 2021;
3. Orçamento e Plano de Atividades para 2022;
4. Análise da situação político-partidária da Secção;
5. Outros Assuntos.

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo do Artº 54º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco os militantes de Vila Nova de Gaia para a reunião ordinária da Assembleia de Secção, que terá lugar no dia 10 de janeiro (segunda-feira) de 2022, pelas 21H00, na Sede Concelhia, sita à Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação, discussão e votação do Orçamento ao nível da Secção para o ano de 2022 cfr. art.º 53, n.º 2, al. d), dos Estatutos do PSD.
 2. Informações sobre a atividade política desenvolvida;
 3. Análise da situação política;
 - a) Decorrente do ato eleitoral autárquico.
 - b) Decorrente das eleições internas para escolha de líder do partido, e das conclusões do Congresso Nacional.
- De acordo com o preceituado no nº 2 do artº 69º dos Estatutos, se não estiverem presentes militantes que representem pelo menos metade dos seus membros, os trabalhos iniciar-se-ão pelas 21H30.

FORA DA EUROPA

TORONTO

Ao abrigo dos Estatutos em vigor, convoca-se os militantes, com as cotas pagas em dia, para comparecerem no próximo dia 15 de janeiro (sábado) de 2022, entre as 10H00 e as 16H00 na Galeria Alberto de Castro na Casa do Alentejo de Toronto, no 1130 da Dupont Street, para a eleição dos

Órgãos de Secção com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas de candidatura terão que ser entregues ao Presidente da Mesa da Secção até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, no 1510 Dundas Street West entre as 10H00 e as 17H00.

Apelo à participação de todos neste ato eleitoral, sendo que se trata de dar continuidade na afirmação do nosso Partido em Toronto e este ao serviço da nossa comunidade.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD ÁGUEDA, para reunir no dia 29 de dezembro de 2021, pelas 21:30 horas, na modalidade híbrida, na sede concelhia, sita na Rua Joaquim Francisco Oliveira ou através da plataforma Google Meet (os dados de acesso serão remetidos por e-mail), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações e Balanço de atividades;
- 2- Análise da situação política;
- 3- Outros assuntos.

FRONTEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Fronteira para reunir no próximo dia 15 de janeiro, sábado, pelas 15h, Rua D. Francisco de Portugal 19 7460-134 Fronteira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário da Concelhia da JSD de Fronteira

Notas: O ato eleitoral decorrerá entre as 15h e as 17h. As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Portalegre, até as 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

**ERRATAS DAS SEGUINTES CONVOCATÓRIAS
CASTANHEIRA DE PÊRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, do Regulamento Eleitoral da JSD e do Regulamento do VI Congresso Distrital da JSD Leiria, aprovado no Conselho Distrital a 08 de janeiro de 2022, dá-se cumprimento ao estabelecido e convoca-se o plenário concelhio de militantes de Castanheira de Pera para eleição dos delegados ao VI Congresso Distrital da JSD Leiria, de acordo com as indicações abaixo transcritas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados concelhios ao VI Congresso Distrital da JSD de Leiria.

Data: 08 de Dezembro de 2022

Local: Sarzedas de São Pedro

3280-100 Castanheira de Pera

Eleição: Abertura das urnas: 18h00m / Encerramento das urnas: 20h

Notas: As listas candidatas ao sufrágio e respetiva documentação deverão ser entregues à presidente da Mesa Distrital ou a quem estatutariamente a substitua, na sede distrital de Leiria (Av. José Jardim, 32

2411 – 901 Leiria), até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (05 de Janeiro de 2022), respeitando as normas estatutárias regulamentos da JSD. O ato eleitoral terá a duração de duas horas, de acordo com os horários indicados.

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, do Regulamento Eleitoral da JSD e do Regulamento do VI Congresso Distrital da JSD Leiria, aprovado no Conselho Distrital a 08 de Janeiro de 2022, dá-se cumprimento ao estabelecido e convoca-se o plenário concelhio de militantes de Figueiró dos Vinhos para eleição dos delegados ao VI Congresso Distrital da JSD Leiria, de acordo com as indicações abaixo transcritas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados concelhios ao VI Congresso Distrital da JSD de Leiria.

Data: 08 de Janeiro de 2022

Local: Rua Dr. Manuel Simões Barreiros, 9

3260-424, Figueiró dos Vinhos

Eleição: Abertura das urnas: 18h00m / Encerramento das urnas: 20h

Notas: As listas candidatas ao sufrágio e respetiva documentação deverão ser entregues à presidente da Mesa Distrital ou a quem estatutariamente a substitua, na sede distrital de Leiria (Av. José Jardim, 32

2411 – 901 Leiria), até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (05 de janeiro de 2022), respeitando as normas estatutárias regulamentos da JSD. O ato eleitoral terá a duração de duas horas, de acordo com os horários indicados.

MARINHA GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, do Regulamento Eleitoral da JSD e do Regulamento do VI Congresso Distrital da JSD Leiria, aprovado no Conselho Distrital a 08 de Janeiro de 2022, dá-se cumprimento ao estabelecido e convoca-se o plenário concelhio de militantes da Marinha Grande para eleição dos delegados ao VI Congresso Distrital da JSD Leiria, de acordo com as indicações abaixo transcritas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados concelhios ao VI Congresso Distrital da JSD de Leiria.

Data: 08 de Janeiro de 2022

Local: Avenida 1º de Maio, 72

2430 – 211 Marinha Grande

Eleição: Abertura das urnas: 18h00 / Encerramento das urnas: 20h

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Marinha Grande, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do 3.º dia anterior ao ato eleitoral, na morada supracitada. O ato eleitoral decorrerá entre as 18h00 e as 20h00

NAZARÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, do Regulamento Eleitoral da JSD e do Regulamento do VI Congresso Distrital da JSD Leiria, aprovado no Conselho Distrital a 08 de Janeiro de 2022, dá-se cumprimento ao estabelecido e convoca-se o plenário concelhio de militantes da Nazaré para eleição dos delegados ao VI Congresso Distrital da JSD Leiria, de acordo com as indicações abaixo transcritas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados concelhios ao VI Congresso Distrital da JSD de Leiria.

Data: 08 de Dezembro de 2022

Local: Avenida de Badajoz, nº29, loja 9 1º andar

2450-065 Nazaré

Eleição: Abertura das urnas: 18H00 / Encerramento das urnas: 20H00

Notas: As listas candidatas ao sufrágio e respetiva documentação deverão ser entregues à presidente da Mesa Distrital ou a quem estatutariamente a substitua, na sede distrital de Leiria (Av. José Jardim, 32

2411 – 901 Leiria), até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (05 de Janeiro de 2022), respeitando as normas estatutárias regulamentos da JSD. O ato eleitoral terá a duração de duas horas, de acordo com os horários indicados.

ÓBIDOS

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário da Concelhia da Secção da JSD Óbidos, para reunir no próximo dia 08 de Janeiro de 2022 (Sábado), pelas 18 horas, na Sede Concelhia do PSD Óbidos, sita na Rua da Fonte, n.º 8 - A, 2510-041 Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados Concelhios de Óbidos ao VI Congresso Distrital da JSD de Leiria.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Óbidos, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do 3.º dia anterior ao ato eleitoral, na morada supra citada. O ato eleitoral decorrerá entre as 18h00 e as 20h00.

PENICHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, do Regulamento Eleitoral da JSD e do Regulamento do VI Congresso Distrital da JSD Leiria, aprovado no Conselho Distrital a 08 de Janeiro de 2022, dá-se cumprimento ao estabelecido e convoca-se o plenário concelhio de militantes de Peniche para eleição dos delegados ao VI Congresso Distrital da JSD Leiria, de acordo com as indicações abaixo transcritas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados concelhios ao VI Congresso Distrital da JSD de Leiria.

Data: 08 de Janeiro de 2022

Local: Rua Alexandre Herculano, 68 – 1ºdto

2520 – 273 Peniche

Eleição: Abertura das urnas: 18h00 / Encerramento das urnas:

20h00

Notas: As listas concorrentes deverão ser entregues em duplicado no referido local, que para o efeito se encontrará aberto, ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Peniche ou a quem o possa estatutariamente substituir, até às 23:59 do 3.º dia anterior ao ato eleitoral. O ato eleitoral decorrerá entre as 18h00 e as 20h00.

PORTO DE MÓS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, do Regulamento Eleitoral da JSD e do Regulamento do V Congresso Distrital da JSD Leiria, aprovado no Conselho Distrital a 08 de Janeiro de 2022, dá-se cumprimento ao estabelecido e convoca-se o plenário concelhio de militantes de Porto de Mós para eleição dos delegados ao VI Congresso Distrital da JSD Leiria, de acordo com as indicações abaixo transcritas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados concelhios ao VI Congresso Distrital da JSD de Leiria.

Data: 08 de Janeiro de 2022

Local: Largo do Rossio, nº 35, 2480-314 Porto de Mós

Eleição: Abertura das urnas:18h00m / Encerramento das urnas: 20h00m

Notas: As listas candidatas ao sufrágio e respetiva documentação deverão ser entregues ao presidente da Mesa Concelhia, ou a quem estatutariamente o substitua, na morada anteriormente indicada, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (8 de dezembro), respeitando as normas estatutárias regulamentos da JSD.O ato eleitoral terá a duração de duas horas, de acordo com os horários indicados.

**NOVO RATEIO COM A REDISTRIBUIÇÃO DE
DELEGADOS DO DISTRITO DA BRAGA**

SECÇÃO	DELEGADOS
BARCELOS	21
VN FAMALICÃO	18
BRAGA	17
GUIMARÃES	14
VILA VERDE	12
PÓVOA DE LANHOSO	7
FAFE	7
AMARES	7
ESPOSENDE	3
CABECEIRAS DE BASTO	0
VIEIRA DO MINHO	2
CELORICO DE BASTO	0
VIZELA	1
TERRAS DE BOURO	1
TOTAL	110

LISTA DE DELEGADOS

NOME	TIPO
Abílio Manuel Barbosa Sousa Rocha	Delegado
Abraão Paulo Duarte da Silva	Delegado
Adelino dos Santos Oliveira	Delegado
Adelino Lima da Silva Fernandes	Delegado
Adélio Barbosa de Miranda	Delegado
Adriano Almeida Ramos	Delegado
Afonso Carlos Moniz Arruda Quental	Delegado
Afonso Gonçalves da Silva Oliveira	Delegado
Afonso Henrique de Almeida Cardoso	Delegado
Afonso João Pires da Silva Martins Leitão	Delegado
Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa	Delegado
Alberto Amaro Guedes Machado	Delegado
Alberto Carlos Faria Afonso	Delegado
Alberto Fernando da Silva Santos	Delegado
Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim	Delegado
Alberto Jorge Torres da Silva Fonseca	Delegado
Alcina da Silva Santos da Silva	Delegado
Alcino Miguel dos Santos Morgado	Delegado
Aldevina Maria Machado Rodrigues	Delegado
Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões	Delegado
Alexandre Damasceno da Silva Poço	Delegado
Alexandre Filipe Fontes dos Santos	Delegado
Alexandre Manuel Coimbra Peixoto	Delegado
Alexandre Manuel Mendonça Vaz	Delegado
Alexandrino Manuel Oliveira Ribeiro	Delegado
Alfredo Spínola Sousa de Jesus	Delegado
Almiro Daniel Rodrigues Veiga	Delegado
Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira	Delegado
Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro	Delegado
Álvaro José Madureira	Delegado
Amândio Manuel de Almeida e Silva Basto Oliveira	Delegado
Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida	Delegado
Ana Carla Rosa Ferreira	Delegado
Ana Catarina da Fonseca Neves Roberto	Delegado
Ana Clara Nobre Durana	Delegado
Ana Cristina Leal Moreira	Delegado
Ana Filipa Nascimento Antunes	Delegado

NOME	TIPO
Ana Filipa Saldanha Pedrosa Baptista	Delegado
Ana Filipa Varela Soares Pereira	Delegado
Ana Isabel de Freitas Lourenço	Delegado
Ana Isabel Pais Pacheco Valente	Delegado
Ana Luísa Coutinho Martins Delindro	Delegado
Ana Mafalda Oliveira Gala Fagulha	Delegado
Ana Margarida da Costa Teixeira	Delegado
Ana Margarida Sarmento Manso da Silva Macieira	Delegado
Ana Margarida Simões Caldeira	Delegado
Ana Maria Carvalho Lages Pinto	Delegado
Ana Maria de Araújo Brandão David Duarte	Delegado
Ana Maria de Campos Pedroso Mateus	Delegado
Ana Maria Ferreira de Figueiredo Simeão	Delegado
Ana Maria Loureiro Raimundo Canas	Delegado
Ana Maria Lourenço Neto	Delegado
Ana Raquel Simões de Abreu Taboleiros	Delegado
Ana Reynolds de Magalhães de Abreu Coutinho Castro Saraiva	Delegado
Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista	Delegado
Ana Rita Ferreira Dias	Delegado
Ana Sofia Santana Ribeiro Loureiro	Delegado
Anabela dos Santos Rei	Delegado
André da Costa Loureiro	Delegado
André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães	Delegado
André Emanuel Bento Sousa	Delegado
André Faria Ferreira	Delegado
André Filipe Cardeal dos Santos	Delegado
André Filipe Casqueira Guimarães	Delegado
André Fontoura Faria	Delegado
André Pereira Cardoso Marques	Delegado
André Tiago Pardal da Silva	Delegado
Andrea Luísa Neiva Maia da Silva	Delegado
Andreia Belisa Gomes Junior	Delegado
Andreia Filipa Neves Bernardo	Delegado
Andreia Patrícia Silva e Sousa	Delegado
Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes e Saraiva de Almeida	Delegado
Ângela Maria Pinheiro Branquinho Guerra	Delegado
Ângelo Cipriano da Cunha Fialho e Pereira	Delegado
Ângelo José de Jesus Soares	Delegado
Antónia de Jesus Marques Ferreira de Araújo Vaz	Delegado

NOME	TIPO
Antonino Aurélio Vieira de Sousa	Delegado
António Alberto Pires Aguiar Machado	Delegado
António Benjamim da Costa Pereira	Delegado
António Bento Fraga Barcelos	Delegado
António Cardoso Barbosa	Delegado
António Carlos Pacheco Afonso	Delegado
António de Jesus Seixas	Delegado
António Domingos Barbosa	Delegado
António Domingos da Silva Tiago	Delegado
António dos Santos João Vaz	Delegado
António Duarte Teixeira Afonso Rodrigues	Delegado
António Egrejas Leitão Amaro	Delegado
António Eusébio Coimbra Amorim	Delegado
António Fernando dos Santos Rocha	Delegado
António Francisco Dias da Costa	Delegado
António Francisco Salgueiro	Delegado
António Gonçalves Bragança Fernandes	Delegado
António Guilherme Forte Leres Pires	Delegado
António Joaquim Alexandre Guedes	Delegado
António Joaquim da Costa Lima	Delegado
António Jorge da Costa Pinheiro	Delegado
António Jorge de Oliveira Lopes	Delegado
António Jorge Fidalgo Martins	Delegado
António Jorge Nogueira Barroso	Delegado
António José da Cruz Andrade	Delegado
António José de Matos Cristovão	Delegado
António José Lopes Moreira	Delegado
António José Pereira Alves	Delegado
António Lima Cardoso Ventura	Delegado
António Luis Marques	Delegado
António Luis Nave D' Elvas	Delegado
António Manuel Andrade Gonçalves	Delegado
António Manuel Chagas Malagueiro	Delegado
António Manuel da Cruz Azevedo Abreu	Delegado
António Manuel da Silva Correia	Delegado
António Manuel da Silva Costa	Delegado
António Manuel Duarte dos Santos Rocha	Delegado
António Manuel Goulart Lemos de Meneses	Delegado
António Manuel Lima Martins	Delegado

NOME	TIPO
António Manuel Lopes Tavares	Delegado
António Manuel Louro Prata	Delegado
António Manuel Martins Pereira	Delegado
António Manuel Mendes Marques	Delegado
António Manuel Moreira Coelho	Delegado
António Manuel Peres de Almeida	Delegado
António Manuel Pimenta Proa	Delegado
António Manuel Sepúlveda Coelho	Delegado
António Manuel Soares Pereira	Delegado
António Manuel Teixeira Baptista	Delegado
António Maranhão Peixoto	Delegado
António Maria Salgado Vieira	Delegado
António Maria Trigueiros de Sousa Alvim	Delegado
António Milton Topa Gomes	Delegado
António Rodrigues da Costa Pontes	Delegado
Armando João Ferreira dos Santos	Delegado
Armando Jorge Mendonça Varela	Delegado
Armando Manuel da Silva Dias	Delegado
Armando Manuel Diniz Vieira	Delegado
Arménio Guerreiro Simão	Delegado
Arménio Teixeira Lopes	Delegado
Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes	Delegado
Artur Alexandre Soares Costa	Delegado
Artur Guilherme Lima de Sousa Emílio	Delegado
Artur Manuel Rodrigues Amorim	Delegado
Artur Miguel Quaresma Pereira Miler	Delegado
Augusto Domingos Simão de Azevedo	Delegado
Avelino Roque Soares	Delegado
Bárbara Luíze Iacovino Barreiros	Delegado
Beatriz Filipe Calado	Delegado
Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira	Delegado
Beatriz Maria Marreiros Patrício Forsado Gonçalves	Delegado
Beatriz Ribeiro Morgado	Delegado
Beatriz Santos Martins	Delegado
Benjamim António Ferreira Espiguinha	Delegado
Bento das Dores Maltezinho Velhinho	Delegado
Bernardo Barros Martins da Silva	Delegado
Bernardo Manuel de Oliveira e Castro Caldeira	Delegado
Bernardo Maria Parreira Cabral Cruz Nascimento	Delegado

NOME	TIPO
Bernardo Matias Barbosa	Delegado
Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral	Delegado
Branca da Conceição Oliveira e Silva Meireles de Matos	Delegado
Brício André Martins de Araújo	Delegado
Bruno César Babo Ribeiro Machado de Carvalho	Delegado
Bruno Eugénio Pinheiro Nadais	Delegado
Bruno Filipe Freitas Belo	Delegado
Bruno Filipe Rodrigues Nobre	Delegado
Bruno João Ribeiro da Silva	Delegado
Bruno Jorge Viegas Vitorino	Delegado
Bruno Maciel Gouveia da Rocha	Delegado
Bruno Manuel Pereira Coimbra	Delegado
Bruno Miguel Barroso de Moura Melim	Delegado
Bruno Miguel Bessa Ribeiro	Delegado
Bruno Miguel de Moura Ferreira	Delegado
Bruno Miguel Estremores Fernando	Delegado
Bruno Miguel Melo Tavares	Delegado
Bruno Miguel Oliveira Eiras	Delegado
Bruno Miguel Senra da Silva	Delegado
Camila Dias Janeiro Arroja do Amaral	Delegado
Carina Alexandra Ramos Ferreira	Delegado
Carla Maria Gomes Barros	Delegado
Carla Maria Rodrigues Costa	Delegado
Carla Patrícia Lopes Neto	Delegado
Carlos Alberto Chaves Monteiro	Delegado
Carlos Alberto Cláudio Pires	Delegado
Carlos Alberto dos Santos	Delegado
Carlos Alberto Freitas Miranda	Delegado
Carlos Alberto Marinho Carvalho	Delegado
Carlos Alberto Ribeiro da Silva	Delegado
Carlos Alberto Silva Gonçalves	Delegado
Carlos Augusto Pinhão Coutinho	Delegado
Carlos Barata de Almeida	Delegado
Carlos de Jesus Cabral Vaz da Silva	Delegado
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Delegado
Carlos Eduardo Soares de Seixas	Delegado
Carlos Franclim Moreira da Silva	Delegado
Carlos Henrique da Costa Neves	Delegado
Carlos Henrique dos Santos Soares	Delegado

NOME	TIPO
Carlos Jorge Canela Amorim	Delegado
Carlos Jorge Valente de Oliveira	Delegado
Carlos José Fernandes Ribeiro	Delegado
Carlos Manuel de Almeida Luis	Delegado
Carlos Manuel de Brito Afonso Guerreiro	Delegado
Carlos Manuel de Brito Cação	Delegado
Carlos Manuel Duarte de Oliveira	Delegado
Carlos Manuel Faia São Martinho Gomes	Delegado
Carlos Manuel Lourenço Rodrigues	Delegado
Carlos Manuel Martins Condesso	Delegado
Carlos Manuel Martins Correia	Delegado
Carlos Manuel Neto Ferreira	Delegado
Carlos Manuel Santos Sousa	Delegado
Carlos Manuel Soares Nunes	Delegado
Carlos Manuel Vilela Pereira Portela	Delegado
Carlos Maria Caetano Cadete	Delegado
Carlos Miguel da Costa Cunha	Delegado
Carlos Miguel da Silva Costa	Delegado
Carlos Miguel Viegas Vitorino	Delegado
Carlos Silva Santiago	Delegado
Carlos Tiago Lopes Alves	Delegado
Carolina Almendra Araújo Alves de Carvalho	Delegado
Carolina Isabel Ribeiro Silva	Delegado
Catarina Leite de Faria da Rocha Ferreira	Delegado
Catarina Maria Branco Ferreira Tavares	Delegado
Catarina Pascoal da Silva	Delegado
Cátia Helena Teixeira Trindade	Delegado
Cátia Susana da Palma Morais Gomes	Delegado
Cecília Maria Ferreira Alvarenga	Delegado
Célia Cristina Martins dos Santos Freire	Delegado
Celso Renato Freitas Bettencourt	Delegado
César Estêvão Guimarães Pinto	Delegado
Clara Alexandra Paredes Castro	Delegado
Clara da Conceição Sousa Alves	Delegado
Cláudia Alexandra Martins de Oliveira	Delegado
Cláudia Carina Marques Perestrelo	Delegado
Cláudia Fagundes Martins	Delegado
Cláudia Sofia Gomes Monteiro de Aguiar	Delegado
Cláudio Borges Almeida	Delegado

NOME	TIPO
Cláudio Filipe Simão de Lima	Delegado
Clélio Ribeiro Parreira Toste de Meneses	Delegado
Cremilde da Silva Cerqueira	Delegado
Cristiana Susete Martins Seabra	Delegado
Cristiano António Coelho Pinheiro	Delegado
Cristiano José da Ponte Cabrita	Delegado
Cristina Manuela Cardoso Tenreiro	Delegado
Cristina Maria Damião de Jesus	Delegado
Cristina Maria Luís Leitão	Delegado
Cristina Maria Oliveira Miguel Rodrigues	Delegado
Cristina Teixeira Peixoto	Delegado
Custódio Manuel Aldinhas Vale de Gato	Delegado
Custódio Manuel Caseiro Portásio	Delegado
Daniel Alberto Cruz Antunes	Delegado
Daniel da Conceição Gonçalves da Silva	Delegado
Daniel Monteiro Alves	Delegado
Daniel Pinto Ferreira	Delegado
Daniela Dias José	Delegado
Daniela Filipa Machado Torres	Delegado
Daniela Patrícia Monteiro Capelo	Delegado
David da Silva Martins	Delegado
David de Sousa Coelho	Delegado
David Miguel Martins	Delegado
David Miguel Vasques da Silva	Delegado
Davide Augusto Azevedo Vieira de Castro	Delegado
Diana Pereira dos Santos	Delegado
Dina Teresa da Conceição Botelho Ferreira Carvalho	Delegado
Diogo António Viana Crespo Loureiro	Delegado
Diogo Direito Gonçalves Fagundes	Delegado
Diogo Friães dos Santos Amaral Neves	Delegado
Diogo Heitor Cúmano	Delegado
Diogo Miguel Alçaçarenho Rosa	Delegado
Domingos Manuel Marques Silva	Delegado
Domingos Pereira da Costa Cabeças	Delegado
Duarte Lourenço Marcos Correia Amaro	Delegado
Duarte Manuel Palma Rodrigues	Delegado
Eduardo Alexandre Menezes Prior de Almeida	Delegado
Eduardo Alexandre Ribeiro Gonçalves Teixeira	Delegado
Eduardo Miguel Teixeira Fernandes	Delegado

NOME	TIPO
Eduardo Nuno Alves de Castro e Pereira Marques	Delegado
Élio Domingos da Silva Ferreira	Delegado
Élio Marques Pereira	Delegado
Elisa Lima de Sousa	Delegado
Elisabete Simões Oliveira	Delegado
Emanuel Fernando Pinto de Andrade	Delegado
Emídio Ferreira dos Santos Sousa	Delegado
Emídio Guerreiro	Delegado
Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos	Delegado
Esmeralda João Coelho Gonçalves	Delegado
Eugénio Pereira Lucas	Delegado
Eva Luna Brás Pinho	Delegado
Fábio Manuel Pachon David	Delegado
Felisbela Reis Neves Bernardo	Delegado
Félix Falcão de Araújo	Delegado
Fernando António Rodriguez Vaz das Neves	Delegado
Fernando Augusto da Costa Pires	Delegado
Fernando Carlos da Costa Melo	Delegado
Fernando de Carvalho Ruas	Delegado
Fernando Eduardo Correia Braz	Delegado
Fernando Eirão Queiroga	Delegado
Fernando Filipe Leal da Costa	Delegado
Fernando Gonçalves	Delegado
Fernando Jorge Ferreira da Silva	Delegado
Fernando Jorge Pinto Lopes	Delegado
Fernando Luis de Sousa Machado Soares Vales	Delegado
Fernando Luiz Almeida Marques	Delegado
Fernando Marques Jorge	Delegado
Fernando Miguel Pinho Faria Bravo	Delegado
Fernando Paulo dos Santos	Delegado
Fernando Pedro Ramos Soares	Delegado
Fernando Santos Pereira	Delegado
Filipa Maria Salema Roseta Vaz Monteiro	Delegado
Filipe Maia de Matos Ferreira Sales	Delegado
Filipe Senra de Oliveira	Delegado
Firmino Marques Ferreira	Delegado
Flávia Margarida Oliveira dos Santos	Delegado
Flávio da Silva Soares	Delegado
Francisco António Taveira Ferreira	Delegado

NOME	TIPO
Francisco Artur Gomes Gaspar	Delegado
Francisco Augusto Caimoto Amaral	Delegado
Francisco Duarte da Fonseca	Delegado
Francisco Grade Ribeiro Dias Martins	Delegado
Francisco Guilherme Esteves Rebolo de Pinho Duarte	Delegado
Francisco José de Oliveira Moura	Delegado
Francisco José Duarte Pimentel	Delegado
Francisco José Gomes de Sousa Rosa Clemente Pinto	Delegado
Francisco José Loureiro Baraças	Delegado
Francisco Manuel de Castro Magalhães Marques de Aguiar	Delegado
Francisco Manuel Freire Pinto de Castelo Branco	Delegado
Francisco Manuel Lopes	Delegado
Francisco Manuel Martins Grácio	Delegado
Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira	Delegado
Francisco Miguel Gueirreiro Cabral	Delegado
Francisco Rodrigues de Araújo	Delegado
Francisco Sérgio Covelinhas Lopes	Delegado
Francisco Valente Sarmiento	Delegado
Francisco Xavier Cruz Lourenço	Delegado
Francisco Xavier Pimenta Monteiro de Freitas Carvalho	Delegado
Frederico Almeida Nunes	Delegado
Gabriel Henrique Mateus de Albuquerque	Delegado
Germano António da Sílvia Araújo	Delegado
Germano Ribeiro da Silva	Delegado
Gonçalo Emanuel de Paraíso Bento	Delegado
Gonçalo José Neto Nunes	Delegado
Gonçalo Manuel Santos Feiteira	Delegado
Gonçalo Martins Conde da Costa	Delegado
Gonçalo Nuno Raio Valente e Henrique	Delegado
Gonçalo Santos Pires Bento	Delegado
Guido Andrade Gonçalves	Delegado
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva	Delegado
Gustavo José de Almeida Brás	Delegado
Hélder António Guerra de Sousa Silva	Delegado
Helder Carlos Baixinho de Carvalho	Delegado
Helder Constantino Gomes Forte	Delegado
Hélder de Azevedo Rodrigues	Delegado
Hélder Fernando da Costa Rebelo	Delegado
Helder João Pereira dos Santos	Delegado

NOME	TIPO
Helder Jorge Dias Antunes	Delegado
Helder Manuel Gouveia Gomes	Delegado
Helder Nuno Vieira Alves	Delegado
Helena Maria do Vale Victor	Delegado
Helena Maria Palhota Dias Simões	Delegado
Helena Patrícia Colaço Henriques Coelho	Delegado
Henrique Domingos da Silva Santos	Delegado
Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim Sim	Delegado
Henrique José Gonçalves Carmona	Delegado
Henriqueta Paula Dias Vicente Antunes	Delegado
Hernâni César Salvador Marques	Delegado
Hernâni Dinis Venâncio Dias	Delegado
Hernâni Ricardo Costa	Delegado
Honorato Manuel Peixoto Silva	Delegado
Horácio José Lopes dos Santos	Delegado
Hugo Alexandre da Cunha Sequeira	Delegado
Hugo Alexandre Lopes Soares	Delegado
Hugo Daniel Marques de Mesquita	Delegado
Hugo David da Silva Neves	Delegado
Hugo Ferrinho Lopes	Delegado
Hugo João Ribeiro Maravilha	Delegado
Hugo Manuel Moreira Luis	Delegado
Hugo Miguel Alves Ribeiro	Delegado
Hugo Miguel da Silva Roque	Delegado
Hugo Miguel Veríssimo Soares	Delegado
Humbert Alain dos Santos	Delegado
Humberto Luís Ferraz Antunes	Delegado
Humberto Margarido Lopes	Delegado
Idalina Maria Areias Ribeiro Fernandes	Delegado
Ilídio Salgado Marçal	Delegado
Inácio José Ludovico Esperança	Delegado
Inácio José Pereira Abreu da Costa	Delegado
Inês Bonnet Sequeira	Delegado
Irene Mafalda Eiriz Rocha	Delegado
Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	Delegado
Isabel Maria Azevedo Ferreira Cruz	Delegado
Isabel Maria Clemente de Matos	Delegado
Isabel Maria Pereira Isidro	Delegado
Isidro Alberto Marques da Costa Lobo Ferreira	Delegado

NOME	TIPO
Ivo Luis Azevedo da Costa Santos	Delegado
Ivo Orlando Madureira Ribeiro	Delegado
Jacinto Luis Mendes Ventura	Delegado
Jaime Carlos Marta Soares	Delegado
Jaime Filipe Gil Ramos	Delegado
Januário Vieira da Cunha	Delegado
Jimmy Nelson Rosa Simões	Delegado
Joana Inês de Jesus Seabra	Delegado
Joana Simões Marques	Delegado
João Alberto Chaves Caiado Rodrigues	Delegado
João Alberto Granja dos Santos Silva	Delegado
João António Lopes Candoso	Delegado
João António Pêgo Zeferino	Delegado
João Carlos Barreiras Duarte	Delegado
João Carlos Branco dos Santos Rebocho	Delegado
João Carlos Cunha e Silva	Delegado
João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho	Delegado
João Carlos da Silva de Almeida	Delegado
João Carlos Malheiro dos Reis	Delegado
João Carlos Nabais Pinto	Delegado
João Carlos Pastor Gonçalves	Delegado
João Carlos Vidaurre Pais de Moura	Delegado
João da Rocha e Silva	Delegado
João Dinis Santos Ramos	Delegado
João Diogo Fernandes Ferreira	Delegado
João Dourado Sá Nogueira	Delegado
João Filipe Cardoso Fernandes Fortes	Delegado
João Francisco Borges Santos	Delegado
João Francisco Salvador Fernandes	Delegado
João Francisco Torrado Guerreiro	Delegado
João Gabriel Bernardo Dinis Martins	Delegado
João Gonçalo Barros Ferreira	Delegado
João Guilherme Cerejo dos Santos Costa	Delegado
João Guilherme Oliveira Fernandes Moniz Rebelo	Delegado
João José Barragão Ferro Dias	Delegado
João José Forte Neves	Delegado
João Luis Bruto da Costa Machado da Costa	Delegado
João Luís Dias Santos Ferreira	Delegado
João Luís Gonçalves Rodrigues	Delegado

NOME	TIPO
João Luiz da Silva Ormonde	Delegado
João Manuel Camacho Gameiro Alves	Delegado
João Manuel do Amaral Esteves	Delegado
João Manuel Faria Fernandes da Cunha	Delegado
João Manuel Pereira Afonso	Delegado
João Manuel Rios Pereira	Delegado
João Maurício Pereira	Delegado
João Miguel Ferreira Heitor	Delegado
João Miguel Gonçalves Lopes	Delegado
João Miguel Martins de Albuquerque	Delegado
João Miguel Ramos Diogo	Delegado
João Miguel Saraiva Annes	Delegado
João Norberto da Silva Pita	Delegado
João Nunes de Carvalho	Delegado
João Paulo Antunes dos Santos	Delegado
João Paulo Carvalho Guerreiro	Delegado
João Paulo Cintra Gaspar Costa	Delegado
João Paulo Lima Barbosa de Melo	Delegado
João Paulo Lopes Gouveia	Delegado
João Paulo Mota da Costa Lopes	Delegado
João Paulo Silva Cabral	Delegado
João Pedro de Sampaio Araújo	Delegado
João Pedro Diniz Flor de Oliveira	Delegado
João Pedro Vila Viçosa Louro	Delegado
João Rafael Oliva de Figueiredo	Delegado
João Tiago Martins Valente	Delegado
João Vasconcelos Barros Rodrigues	Delegado
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte	Delegado
Joaquim de Freitas Araújo	Delegado
Joaquim Filipe Abreu dos Santos	Delegado
Joaquim José da Silva Gonçalves	Delegado
Joaquim José Mendes Dias	Delegado
Joaquim Manuel da Rocha Oliveira	Delegado
Joaquim Maria Reis Catarino Biancard Cruz	Delegado
Joaquim Moreira Barbosa	Delegado
Joaquim Pedro Martins do Amaral Lourenço	Delegado
Joaquim Roberto Pereira Grilo	Delegado
Joaquim Telmo da Silva Barbosa	Delegado
Joaquim Viana Rocha	Delegado

NOME	TIPO
Joaquim Vilela de Araújo	Delegado
Jorge Alves Custódio	Delegado
Jorge André Soares Barbosa	Delegado
Jorge António Tavares de São José	Delegado
Jorge Bruno da Silva Barbosa Gaspar	Delegado
Jorge César Fernandes da Silva	Delegado
Jorge Filipe Gomes Castro	Delegado
Jorge Humberto Fernandes Cancelinha	Delegado
Jorge Luciano Gonçalves Nogueira	Delegado
Jorge Manuel Carvalho da Silva	Delegado
Jorge Manuel da Mata Pires	Delegado
Jorge Manuel da Silveira Rodrigues Barata	Delegado
Jorge Manuel de Almeida Campino	Delegado
Jorge Manuel Dias	Delegado
Jorge Manuel Faria dos Santos	Delegado
Jorge Manuel Farinha Nunes	Delegado
Jorge Manuel Fernandes Duarte das Neves	Delegado
Jorge Manuel Ferreira Gomes	Delegado
Jorge Manuel Rodrigues de Oliveira	Delegado
Jorge Manuel Salgado Simões	Delegado
Jorge Paulo da Silva Oliveira	Delegado
Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha	Delegado
Jorge Peixoto Cruz	Delegado
Jorge Rodrigues Campos	Delegado
José Agostinho Ribau Esteves	Delegado
José Alexandre Valadas Ponte	Delegado
José Alfredo Pereira Bastos de Oliveira	Delegado
José António Dinis Henriques	Delegado
José António dos Santos Almeida	Delegado
José António Marques Figueiredo	Delegado
José António Pinto Ferreira de Oliveira Vinagre	Delegado
José António Proença Salvado	Delegado
José Augusto Sarmiento Lameirão	Delegado
José Carlos da Costa Inteiro	Delegado
José Carlos de Sá Meneses	Delegado
José Carlos do Lago Gonçalves	Delegado
José Carlos Oliveira Ferreira	Delegado
José Carlos Soares dos Santos	Delegado
José Carvalho de Freitas	Delegado

NOME	TIPO
José Damião Lopes Guedes de Melo	Delegado
José Duarte de Sousa e Rocha	Delegado
José Fernando Diniz Gomes	Delegado
José Fernando Mateus Santiago	Delegado
José Fernando Pereira Capela	Delegado
José Fernando Vara Rodrigues	Delegado
José Firmino Brunhoso Cordeiro	Delegado
José Francisco Mourato Sena	Delegado
José Francisco Oliveira Carvalhido Gouveia Amaro	Delegado
José Gomes dos Santos Novais	Delegado
José Hernâni Gouveia Gomes	Delegado
José Jardim Mendonça Prada	Delegado
José João Afonso Carvalho de Moura	Delegado
José Joaquim Azevedo Gouveia	Delegado
José Joaquim Cancela Moura	Delegado
José Licínio Tavares Pimenta	Delegado
José Luis dos Santos Rosário	Delegado
José Luis Mendes Loureiro Abrantes	Delegado
José Manuel Alves Guerra da Fonseca	Delegado
José Manuel Bastião Veríssimo	Delegado
José Manuel Batista	Delegado
José Manuel Cabral Dias Bolieiro	Delegado
José Manuel Costa da Silva	Delegado
José Manuel da Silva Costa	Delegado
José Manuel Fernandes Pereira	Delegado
José Manuel Lourenço Ferreira	Delegado
José Manuel Marques de Matos Rosa	Delegado
José Manuel Matias Martino	Delegado
José Manuel Padrão Ferreira	Delegado
José Manuel Pereira Martinho	Delegado
José Manuel Rosa Marques	Delegado
José Manuel Santos Cruz	Delegado
José Manuel Teixeira de Sousa	Delegado
José Maria de Oliveira Ribeiro	Delegado
José Miguel Filipe Baptista	Delegado
José Miguel Mendes da Silva Clara	Delegado
José Miguel Ramos Tendeiro	Delegado
José Miguel Rodrigues Durães	Delegado
José Miguel Tareja Fialho	Delegado

NOME	TIPO
José Paulo Baptista Fontes	Delegado
José Paulo Brito Ventura	Delegado
José Paulo Coelho do Orfão	Delegado
José Paulo Quaresma Pereira Miler	Delegado
José Pedro Aguiar Mendonça Prada	Delegado
José Rafael Coelho Santiago Barbosa Rodrigues	Delegado
José Simões Marques	Delegado
Juan Carlos Ferreira Martins	Delegado
Júlia Maria Caridade Rodrigues Fernandes	Delegado
Júlio Manuel da Silva Loureiro	Delegado
Júlio Manuel Rodrigues Ferraz	Delegado
Júlio Urbino Rodrigues Freitas	Delegado
Kong Vai Chan	Delegado
Laura Maria Valente Rocha Martins	Delegado
Laurentino de Sousa Esteves	Delegado
Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo	Delegado
Licínio Martins Moreira	Delegado
Liliana da Costa Fernandes	Delegado
Liliana Fidalgo Dias	Delegado
Liliana Martins Anastácio	Delegado
Liliana Natércia dos Santos Tavares	Delegado
Liliana Sofia Bouça da Silva	Delegado
Lino André Meireles Olmo	Delegado
Lisbeth Christina Rodrigues da Silva Marques	Delegado
Lourenço Alexandre Moreira Anacleto Pereira	Delegado
Luciano Álvaro Fernandes	Delegado
Luciano Manuel Calheiros Gomes	Delegado
Lucinda Manuela de Freitas Damaso	Delegado
Luís Anibal Rodrigues Martins	Delegado
Luis Aprígio da Silva Leite Ferreira	Delegado
Luis Augusto Pinto Ribeiro	Delegado
Luis Carlos Fonseca Rebelo	Delegado
Luis Carlos Lopes Carvalho	Delegado
Luis Carlos Rosário Parreira	Delegado
Luis Diamantino Rodrigues da Costa Barreiros	Delegado
Luis Filipe Antunes da Silva	Delegado
Luis Filipe Cardoso Belo Cané	Delegado
Luis Filipe da Silva Lourenço Matias	Delegado
Luís Filipe de Almeida Nogueira Dias	Delegado

NOME	TIPO
Luis Filipe dos Santos	Delegado
Luís Filipe Duarte Pereira	Delegado
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves	Delegado
Luis Filipe Santana Dias	Delegado
Luis Filipe Soromenho Gomes	Delegado
Luis Manuel Brito da Silva Carvalho	Delegado
Luís Manuel Filipe Feitor	Delegado
Luís Manuel Gomes de Albuquerque	Delegado
Luis Manuel Maçãs Aires Costa	Delegado
Luis Manuel Souto de Miranda	Delegado
Luis Maria Nunes dos Santos	Delegado
Luís Maurício Mendonça Santos	Delegado
Luís Miguel Amador Tendeiro	Delegado
Luís Miguel Bonifácio Osório	Delegado
Luís Miguel Braga Estrela	Delegado
Luis Miguel Casqueiro Romão	Delegado
Luis Miguel das Neves Campos Almeida	Delegado
Luis Miguel Gaspar Matos Soares	Delegado
Luís Miguel Gomes Barbosa da Costa Pereira	Delegado
Luis Miguel Lopes Correia	Delegado
Luis Miguel Poiars Pessoa Maduro	Delegado
Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos	Delegado
Luís Miguel Seabra de Freitas	Delegado
Luis Miguel Teixeira Raposo	Delegado
Luis Paulo Carreira Fonseca da Costa	Delegado
Luis Paulo Resende Bastos	Delegado
Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira	Delegado
Luís Pedro Matos Soares	Delegado
Luís Vítor Rijo Alves Fernandes	Delegado
Luísa Maria da Costa Maia	Delegado
Luísa Maria Monteiro Bento	Delegado
Madalena Bigode Domingos da Lage	Delegado
Mafalda Ascensão Cambeta	Delegado
Manuel Augusto Alves Lousa	Delegado
Manuel Baptista Rodrigues Dias	Delegado
Manuel Cardoso Monteiro	Delegado
Manuel Castro de Almeida	Delegado
Manuel de Jesus Godinho Felício	Delegado
Manuel Fernandes Ramos dos Santos	Delegado

NOME	TIPO
Manuel Fernando Rascão Marques	Delegado
Manuel Grilo Lopes Dias	Delegado
Manuel Hermenegildo Ribeiro da Costa	Delegado
Manuel João Maia Tojal	Delegado
Manuel João Sampaio Tibo	Delegado
Manuel Jorge Mestre Raio	Delegado
Manuel Maria Moreira	Delegado
Manuel Matos Torres	Delegado
Manuel Pereira Gomes	Delegado
Manuel Pereira Pavão	Delegado
Manuel Rodrigues Machado	Delegado
Manuel Trigueiro Rocha	Delegado
Márcio Filipe da Cruz Vieira Lopes	Delegado
Márcio Rafael Gomes Cabral	Delegado
Márcio Rafael Rodrigues dos Santos	Delegado
Márcio Tiago Rego Soares	Delegado
Marco Afonso da Cunha Martins Barbosa	Delegado
Marco Aurélio Barbosa Amorim	Delegado
Marco Isidro Hipólito Proença	Delegado
Marco Rafael de Leandro Afonso Rodrigues	Delegado
Maria Carolina R Cordeiro	Delegado
Maria Celeste Vilela Fernandes Cardoso	Delegado
Maria da Conceição Franco Pereira	Delegado
Maria da Conceição Ribeiro Fialho	Delegado
Maria da Graça Marques de Oliveira	Delegado
Maria da Luz Pereira da Cruz Cardoso	Delegado
Maria da Trindade Morgado do Vale	Delegado
Maria de Fátima Fernandes de Castro	Delegado
Maria de Fátima Soares Lourenço Duarte	Delegado
Maria de La Salette Soares Pinto	Delegado
Maria do Céu Brandão Azevedo	Delegado
Maria Dulcília Martins Sereno	Delegado
Maria Ester Vargas de Almeida e Silva Loureiro da Cruz Silva	Delegado
Maria Germana de Sousa Rocha	Delegado
Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira	Delegado
Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha	Delegado
Maria João Batista Sobreiro	Delegado
Maria João Cunha Santos	Delegado
Maria João Esteves Magalhães	Delegado

NOME	TIPO
Maria João Gonçalves Pires	Delegado
Maria João Machado de Ávila	Delegado
Maria José Garcia Canejo Perdigão Poejo	Delegado
Maria Manuela Franco da Silva	Delegado
Maria Paula Barral Carloto de Castro	Delegado
Maria Susana Gomes de Castro Valente	Delegado
Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro	Delegado
Marina Isabel Marques Reis	Delegado
Mário Armando Martins Duarte	Delegado
Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes	Delegado
Mário de Sousa Passos	Delegado
Mário Filipe Vieira Marques	Delegado
Mário Jorge Botelho Morais Costa	Delegado
Mário Jorge de Castro Reis	Delegado
Mário Jorge Salgueiro Coutinho	Delegado
Mário José Costa Vieira	Delegado
Mário Sérgio Quaresma Gonçalves Marques	Delegado
Marta Filipa Sousa Geraldes	Delegado
Marta Geraldes Pinto	Delegado
Marta Sofia Carneiro de Almeida	Delegado
Martim Arnaut Syder	Delegado
Martinha do Rosário Oliveira de Sousa Couto Soares	Delegado
Martinho Joaquim Mendonça Caetano	Delegado
Maurício Manuel Lima Toledo	Delegado
Maurício Teixeira Marques	Delegado
Maximino Francisco da Costa	Delegado
Miguel Alexandre Silva Costa Santos Marques	Delegado
Miguel Ângelo Caldeira Ferreira	Delegado
Miguel Ângelo da Silva Correia	Delegado
Miguel Ângelo Moura Salvado	Delegado
Miguel Ângelo Ribeiro Henriques	Delegado
Miguel Filipe Machado de Albuquerque	Delegado
Miguel Gregório Barroso	Delegado
Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves	Delegado
Miguel José Abrunhosa Martins	Delegado
Miguel Martinez de Castro Pinto Luz	Delegado
Miguel Santos Pinto	Delegado
Miguel Tomás Cabral Gonçalves	Delegado
Mónica Reis Simões Seidi	Delegado

NOME	TIPO
Nataniel Mário Alves Araújo	Delegado
Natércia Maria Enxuto de Oliveira	Delegado
Nélio Manuel Marques Painha	Delegado
Nelson Alexandre Dias dos Santos	Delegado
Nelson César Gonçalves Batista	Delegado
Nelson Correia Fernandes	Delegado
Nelson Filipe Marques Nascimento	Delegado
Nelson Paulo Gonçalves Montalvão	Delegado
Nilton Diniz Vieira Maia	Delegado
Norberto Pinto Teixeira	Delegado
Nuno Alexandre Filipe Gaio	Delegado
Nuno André Londrim Antunes da Cunha	Delegado
Nuno António Almendra Monteiro Martins	Delegado
Nuno Dinarte de Gouveia Maciel	Delegado
Nuno Ezequiel Mendes Pais	Delegado
Nuno Filipe de Almeida Pereira	Delegado
Nuno Filipe Ferreira Alves	Delegado
Nuno Filipe Pereira Miranda	Delegado
Nuno Francisco Piteira Lopes	Delegado
Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves	Delegado
Nuno José Lopes das Neves Serrano	Delegado
Nuno Manuel Valentim de Sousa Vitoriano	Delegado
Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques	Delegado
Nuno Miguel da Piedade Guita	Delegado
Nuno Miguel Domingos Coelho	Delegado
Nuno Miguel Fernandes Azevedo	Delegado
Nuno Miguel Fernandes de Jesus	Delegado
Nuno Miguel Fontão Correia de Almeida Santos	Delegado
Nuno Miguel Roxo Neves	Delegado
Nuno Miguel Silva Magalhães	Delegado
Nuno Ricardo Fernandes Pires	Delegado
Nuno Roberto Rodrigues de Moura	Delegado
Olegário Gomes Gonçalves	Delegado
Olga Cristina Rodrigues da Veiga Freire	Delegado
Olinda Maria Martinho Gonçalves de Sousa Rio	Delegado
Óscar Miguel Gomes Silva	Delegado
Otilia Arminda Oliveira de Castro	Delegado
Palmira Oliveira Lobo Lopes de Castro	Delegado
Patrícia Alexandra Pedrinho Paula Ferreira Cristóvão Ribeiro	Delegado

NOME	TIPO
Patrícia Isabel Diogo Almeida	Delegado
Patrícia Maria Rodrigues Pereira Pires	Delegado
Patrício José Correia Pinto de Araújo	Delegado
Paula Cristina Azevedo Santos	Delegado
Paula Cristina da Silva Dias Sanches Pinto Alves	Delegado
Paulo Alexandre Justino de Oliveira Botelho	Delegado
Paulo Alexandre Magalhães Alves	Delegado
Paulo Alexandre Martins Moradas	Delegado
Paulo Alexandre Ribeiro Bito	Delegado
Paulo Alexandre Sousa Neves	Delegado
Paulo António Veloso Pereira da Silva Reis	Delegado
Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto	Delegado
Paulo César Laranjeira Luís	Delegado
Paulo César Lima Cavaleiro	Delegado
Paulo Duarte Gomes	Delegado
Paulo Fernando de Sousa Ramalho	Delegado
Paulo Fernando Figueiredo Almeida da Silva	Delegado
Paulo Fernando Ribeiro de Mendonça Baptista	Delegado
Paulo Jorge Araújo do Vale	Delegado
Paulo Jorge Correia do Espírito Santo	Delegado
Paulo Jorge da Silva Pisco	Delegado
Paulo Jorge de Carvalho Cecílio Patrício	Delegado
Paulo Jorge de Lemos Amaral	Delegado
Paulo Jorge de Sousa Franco Ribeiro	Delegado
Paulo Jorge Farinha Luís	Delegado
Paulo Jorge Lopes Anes	Delegado
Paulo Jorge Marques Inácio	Delegado
Paulo Jorge Pereira Afonso	Delegado
Paulo Jorge Simões Ribeiro	Delegado
Paulo José de Melo Martins	Delegado
Paulo Manuel Rodrigues da Silva	Delegado
Paulo Martins de Almeida	Delegado
Paulo Miguel Gonçalves Pereira	Delegado
Paulo Sérgio Doce de Moura	Delegado
Paulo Sérgio Pereira Aleixo	Delegado
Paulo Sérgio Rei Pardal Figueiredo	Delegado
Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado	Delegado
Pedro Afonso Ferreira Monteiro	Delegado
Pedro Alexandre Santos Lopes	Delegado

NOME	TIPO
Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo	Delegado
Pedro António de Araújo Miranda	Delegado
Pedro António de Bettencourt Gomes	Delegado
Pedro António Vaz Cardoso	Delegado
Pedro Augusto Borges de Lima Palma Moreira	Delegado
Pedro Emanuel Abreu Coelho	Delegado
Pedro Emanuel Neto Ferreira da Costa	Delegado
Pedro Félix Veiga	Delegado
Pedro Filipe Anes Xavier	Delegado
Pedro Filipe da Silva Ferreira	Delegado
Pedro Filipe Quintaneiro dos Santos	Delegado
Pedro Filipe Varandas Pinto Portela Figueiredo	Delegado
Pedro Henrique Godinho Barreira Castanheira Lopes	Delegado
Pedro Jorge Morais Laranjeiro	Delegado
Pedro José de Carvalho Roldão	Delegado
Pedro José Oliveira Marques	Delegado
Pedro Labrincha da Rosa Novo	Delegado
Pedro Manuel Alves da Graça	Delegado
Pedro Manuel Esteves Coelho	Delegado
Pedro Manuel Lopes Magalhães	Delegado
Pedro Manuel Martins Pinheiro Silveira	Delegado
Pedro Miguel Correia Alves Monteiro	Delegado
Pedro Miguel de Carvalho Duarte	Delegado
Pedro Miguel de Freitas Taborda	Delegado
Pedro Miguel de Menezes Dias Carvalho Vilão	Delegado
Pedro Miguel Ferreira Barbosa	Delegado
Pedro Miguel Mateus Custódio	Delegado
Pedro Miguel Santana Cepeda	Delegado
Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo	Delegado
Pedro Miguel Silva Pereira da Costa	Delegado
Pedro Miguel Simão da Cruz	Delegado
Pedro Miguel Soares da Silva	Delegado
Pedro Miguel Trindade Vieitas Antunes	Delegado
Pedro Nuno Costa Sampaio	Delegado
Pedro Nuno da Silva Vieira	Delegado
Pedro Nuno dos Santos Silva	Delegado
Rafael de Sousa Venâncio	Delegado
Rafael Ribeiro Neto	Delegado
Ramiro José Jerónimo de Matos	Delegado

NOME	TIPO
Raphael David Pinto Bastos	Delegado
Raquel Santos Mendonça	Delegado
Raúl Alexandre Pereira da Silva Dias	Delegado
Raul José Rei Soares de Almeida	Delegado
Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos	Delegado
Ricardo Alberto Pereira Madruga da Costa	Delegado
Ricardo Alexandre da Silva Pinteus	Delegado
Ricardo Alexandre Frade de Oliveira	Delegado
Ricardo Augustus Guerreiro Baptista Leite	Delegado
Ricardo Cordeiro Henriques Tomás	Delegado
Ricardo João Mendes de Almeida Coelho	Delegado
Ricardo Jorge Martins Aires	Delegado
Ricardo Jorge Martins Carlos	Delegado
Ricardo Jorge Pereira Né Neves de Sousa	Delegado
Ricardo Jorge Pinto Andrade	Delegado
Ricardo José Farinha Rosa	Delegado
Ricardo José Mendes Salgado Vieira	Delegado
Ricardo José Moreira dos Santos	Delegado
Ricardo José Pedras Rodrigues Ribeiro	Delegado
Ricardo José Sapage Madeira	Delegado
Ricardo Manuel de Bessa Marques	Delegado
Ricardo Manuel Eleutério de Oliveira	Delegado
Ricardo Mesquita Simões de Andrade	Delegado
Ricardo Miguel Rego Mesquita	Delegado
Ricardo Miguel Santos Ferreira	Delegado
Rita Maria Antunes Nery	Delegado
Roberto Alexandre Rodrigues Ferraz	Delegado
Roberto Carlos Sampaio Lopes	Delegado
Roberto José Lopes Cortegano	Delegado
Roberto Pinto de Oliveira	Delegado
Rodolfo Antero Oliveira Castro	Delegado
Rodrigo Manuel Botelho Monte Moita de Deus	Delegado
Rodrigo Neves Amaro	Delegado
Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva	Delegado
Rogério Conceição Bacalhau Coelho	Delegado
Rogério David Sádio da Silva	Delegado
Rosa Maria de Moraes Lobo Bouças	Delegado
Rosina Patrícia Ribeiro Pereira	Delegado
Ruben Américo Jorge Ferreira	Delegado

NOME	TIPO
Rubina Maria Branco Leal Vargas	Delegado
Rui Alexandre dos Santos Gonçalves Rei	Delegado
Rui Alexandre Novo e Rocha	Delegado
Rui André de Azevedo Martins	Delegado
Rui Armindo da Costa Freitas	Delegado
Rui Celestino dos Santos Cristina	Delegado
Rui Emanuel de Sousa de Abreu	Delegado
Rui Fernando Guedes Raimundo	Delegado
Rui Ferreira de Espinheira Quelhas	Delegado
Rui Filipe Coelho Barbosa	Delegado
Rui Filipe Joanaz Branco Ribeiro Constantino	Delegado
Rui Jorge Gama Cordeiro	Delegado
Rui Manuel Alves da Rocha Pereira	Delegado
Rui Manuel Andrade Teixeira	Delegado
Rui Manuel Guimarães Ferreira Baptista	Delegado
Rui Manuel Oliveira Costa	Delegado
Rui Manuel Saraiva Ventura	Delegado
Rui Manuel Tavares Dionísio	Delegado
Rui Miguel Gago da Silva	Delegado
Rui Miguel Ladeira Pereira	Delegado
Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel	Delegado
Rui Miguel Ribeiro de Oliveira	Delegado
Rui Pedro Guimarães de Melo Carvalho Lopes	Delegado
Rui Pedro Pereira Machado	Delegado
Rui Pedro Rodrigues Gonçalves	Delegado
Rui Ribeiro Rei	Delegado
Rute Rocha e Carmo Basílio	Delegado
Sabrina Marília Coutinho Furtado	Delegado
Salvador Malheiro Ferreira da Silva	Delegado
Samuel João Caetano Vilela	Delegado
Sandra Cristina Mendo Moura	Delegado
Sandra Filipa Soares de Pinho	Delegado
Sandra Isabel Correia Serafim Tralhão	Delegado
Sandra Maria da Silva Martins	Delegado
Sandro Manuel Nazário Lúcio	Delegado
Santiago Miguel Mcdougall e Lima Cordeiro de Melo	Delegado
Sara Isabel Salsas Carneiro	Delegado
Sara Martins Marques dos Santos Madruga da Costa	Delegado
Sérgio Alexandre Carvalho Teixeira da Mota	Delegado

NOME	TIPO
Sérgio Cláudio Fontes	Delegado
Sérgio Duarte de Oliveira Maia	Delegado
Sérgio Humberto Pereira Silva	Delegado
Sérgio Vicente Prata Oliveira	Delegado
Silvana Ferreira Marques	Delegado
Silvério Rodrigues Regalado	Delegado
Sílvia Raquel dos Santos Ratão	Delegado
Sofia Heleno Santos Roque Ribeiro	Delegado
Sónia Alexandra Pinto de Almeida Casimiro	Delegado
Sónia Andrea Rodrigues Pereira Pires	Delegado
Sónia Cortez Alain dos Santos	Delegado
Sónia Cristina da Silva Vidal Pires	Delegado
Sónia Cristina Silva dos Ramos	Delegado
Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves	Delegado
Sónia Marisa Rodrigues	Delegado
Sónia Patrícia Cerqueira Sampaio	Delegado
Soraia Beatriz Cruz de Almeida	Delegado
Susana Isabel dos Santos Grou	Delegado
Susana Isabel Marques dos Santos Seara Pires	Delegado
Susana Margarida Farinha André	Delegado
Susana Maria de Pinho Costa	Delegado
Tânia Sofia Pereira Barreira Abrantes	Delegado
Telma de Jesus Gomes da Silva	Delegado
Teresa Alexandra Viegas Correia	Delegado
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves	Delegado
Teresa Maria Borges Cardoso	Delegado
Tiago Alexandre da Cunha Carvalho	Delegado
Tiago Alexandre Godinho Mateus	Delegado
Tiago Daniel Santos Palha	Delegado
Tiago Fernandes Oliveira	Delegado
Tiago Filipe Francisco Santos	Delegado
Tiago Manuel Henriques Carrão	Delegado
Tiago Nogueira Santos	Delegado
Tiago Patrício Cadima Jorge	Delegado
Tiago Raul de Almeida Correia	Delegado
Tiago Ribeiro de Carvalho Ferreira	Delegado
Tomás Fernando da Silva Brás	Delegado
Valentina Sanchez e Silva	Delegado
Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira	Delegado

NOME	TIPO
Vanda Cristina Moita Gouveia Oliveira	Delegado
Vânia Sofia de Oliveira Costa Ferreira	Delegado
Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado	Delegado
Vasco Jorge Matias Antunes de Almeida	Delegado
Vera Lúcia de Oliveira Santos	Delegado
Victor Carlos Latourrette Marques	Delegado
Victor Eugénio das Neves Carvalho	Delegado
Virgílio Marques Salvador	Delegado
Vitor António Sousa Costa	Delegado
Vitor Daniel da Costa Pereira	Delegado
Vitor Eduardo Coutinho Pires Marques	Delegado
Vitor Emanuel Cardoso dos Santos Ferreira	Delegado
Vitor José da Silva Boiça	Delegado
Vitor José Mendes da Silva	Delegado
Vitor Manuel Alves Gomes	Delegado
Vitor Manuel Campos Couto	Delegado
Vitor Manuel da Conceição Santos	Delegado
Vitor Manuel da Silva Martins	Delegado
Vitor Manuel de Pinho Soares	Delegado
Vitor Manuel Dias Proença	Delegado
Vitor Manuel Feliciano Pinteus	Delegado
Vitório Manuel do Rosário Cardoso	Delegado
Zeferino Augusto Lourenço Boal	Delegado

LISTA DE PARTICIPANTES

NOME	TIPO
Adão José Fonseca Silva	Membro Comissão Política Nacional
Alexandre Miguel de Sousa Neves	1º Membro Eleito
Álvaro Fernando Santos Almeida	Deputado à Assembleia da República
Ana Elisabete Laborda Oliveira	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
Ana Lúcia Fernandes Oliveira Pereira	Deputado à Assembleia da República
Ana Luísa Sabino Conduto	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
Ana Margarida Balseiro de Sousa Lopes	Deputado à Assembleia da República
Ana Miguel Marques Neves dos Santos	Deputado à Assembleia da República
André Guimarães Coelho Lima	Membro Comissão Política Nacional
António Alberto Maló de Abreu	Membro Comissão Política Nacional
António de Carvalho Martins	Membro Comissão Política Nacional
António Duarte Conde Almeida da Cunha	Deputado à Assembleia da República
António Joaquim Pimentel	1º Membro Eleito
António José Brito Correia	1º Membro Eleito
António José Messias do Rosário Sebastião	1º Membro Eleito
António Manuel dos Santos Rodrigues	Membro Conselho Nacional - Representante CPD/CPR
António Miguel Borges Soares	1º Membro Eleito
António Nuno Baptista Mendes de Morais	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
António Paulo Quadrado Afonso	Membro Conselho Nacional - Representante CPD/CPR
António Pedro Roque da Visitação Oliveira	Membro Comissão Política Nacional
Arlindo Marques Cunha	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
Armando Agria Cardoso Soares	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
Arménio dos Santos	Membro Conselho Nacional - Representante TSD
Augusto Manuel dos Reis Marinho	1º Membro Eleito
Avelino Adriano Gaspar da Silva	1º Membro Eleito
Bruno Alberto Vieira Fernandes	1º Membro Eleito
Bruno Filipe Monteiro Pereira	1º Membro Eleito
Carla Manuela de Sousa Madureira	Deputado à Assembleia da República
Carla Maria de Pinho Rodrigues	1º Membro Eleito
Carlos Augusto Caimoto Amaral Ludovico	1º Membro Eleito
Carlos Eduardo Vasconcelos Fernandes Ribeiro dos Reis	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
Carlos Manuel Félix Moedas	1º Membro Eleito
Carlos Manuel Morais Vieira	1º Membro Eleito
Carlos Manuel Ribeiro Gonçalves	1º Membro Eleito
Cláudia Sofia Farinha André	Deputado à Assembleia da República
Cristiana Rodrigues Alves dos Santos	Membro Conselho Jurisdição Nacional
Cristóvão da Conceição Ventura Crespo	Membro Conselho Nacional - Representante CPD/CPR

NOME	TIPO
Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte	Deputado à Assembleia da República
Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro	1º Membro Eleito
Daniel Joaquim Andrade Teles	1º Membro Eleito
David Nuno Pato Ferreira	1º Membro Eleito
Diogo Francisco Russo Gomes	Membro Conselho Nacional - Representante CPD/CPR
Duarte Filipe Batista de Matos Marques	Deputado à Assembleia da República
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco	Deputado à Assembleia da República
Emanuel António Zambujo Boieiro	Membro Conselho Nacional - Representante TSD
Ester Amorim Nogueira Fernandes	Membro Comissão Nacional de Auditoria Financeira
Fernando Mimoso Negrão	Deputado à Assembleia da República
Fernando Silvério Cardoso de Sousa	1º Membro Eleito
Firmino José Rodrigues Marques	Deputado à Assembleia da República
Francisco Baptista Tavares	1º Membro Eleito
Francisco José dos Santos Rodrigues	1º Membro Eleito
Francisco José Fernandes Martins	Membro Conselho Jurisdição Nacional
Frederico da Costa Martins	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
Helga Alexandra Freire Correia	Deputado à Assembleia da República
Hernâni Luís Henriques dos Santos	Membro Conselho Nacional - Representante CPD/CPR
Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho	Deputado à Assembleia da República
Hugo José Seramota Soares Neto	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
Hugo Miguel de Freitas Azevedo	1º Membro Eleito
Hugo Miguel de Sousa Carneiro	Secretário-geral Adjunto
Hugo Patrício Martinho de Oliveira	Deputado à Assembleia da República
Isabel Maria Lopes	Deputado à Assembleia da República
Isabel Maria Meireles Teixeira	Membro Comissão Política Nacional
Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais	Membro Comissão Política Nacional
Joana Catarina Barata Reis Lopes	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
João Carlos Araújo Rego Montenegro	Secretário-geral Adjunto
João Carlos de Carvalho Branco Perdigão Marquês	Membro Conselho Nacional - Representante CPD/CPR
João Filipe Viegas Gomes da Silva	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
João Germano Mourato Leal Pinto	1º Membro Eleito
João José Martins Campos de Carvalho	1º Membro Eleito
João José Nogueira de Almeida	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
João Manuel dos Santos Lopes Gonçalves	1º Membro Eleito
João Manuel Gomes Marques	Deputado à Assembleia da República
João Manuel Moura Rodrigues	Deputado à Assembleia da República
João Paulo Cordeiro Meireles	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca	1º Membro Eleito
João Pedro Cachiço Ribeiro Luis	Membro Conselho Nacional - Representante JSD

NOME	TIPO
Joaquim José Miranda Sarmento	Membro Comissão Política Nacional
Joaquim José Pinto Moreira	Membro Conselho Jurisdição Nacional
Joaquim Manuel dos Santos Baptista	1º Membro Eleito
Joaquim Monteiro da Mota e Silva	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva	Membro da Comissão Europeia / Outros cargos Internacionais
Jorge Manuel Salgueiro Mendes	Deputado à Assembleia da República
José Amável Diegas Borges	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
José António Peixoto Lima	1º Membro Eleito
José Damião Martins Torrão Félix	1º Membro Eleito
José David Gomes Justino	Membro Comissão Política Nacional
José Jorge Couto Vala	1º Membro Eleito
José Manuel da Luz Cordeiro	Membro Conselho Nacional - Representante TSD
José Manuel Ferreira Fernandes	Deputado ao Parlamento Europeu
José Maria Lopes Silvano	Membro Comissão Política Nacional
José Miguel Falcão Mendes Leite de Bettencourt	Membro Conselho Jurisdição Nacional
José Miguel Ramos Ferreira	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
Lina Cristina de Matos Gonzalez	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
Lina Maria Cardoso Lopes	Deputado à Assembleia da República
Luis Carlos da Silva Pereira	Membro Conselho Nacional - Representante CPD/CPR
Luis Carlos de Bernardes Rebelo	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
Luís Filipe Alexandre Rodrigues	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
Luis Filipe Cristino Tirapicos Nunes	Membro Conselho Jurisdição Nacional
Luis Filipe Reis dos Santos	Membro Conselho Nacional - Representante CPD/CPR
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque	1º Membro Eleito
Luis Miguel Neves Feitor	1º Membro Eleito
Luís Ricardo Moreira de Sousa	1º Membro Eleito
Manuel António Mendes Teixeira	1º Membro Eleito
Manuel Pinto Teixeira	Membro Comissão Política Nacional
Maria Clara Gonçalves Marques Mendes	Deputado à Assembleia da República
Maria da Graça Martins da Silva Carvalho	Deputado ao Parlamento Europeu
Maria de Fátima Simões Ramos do Vale Ferreira	Membro Comissão Política Nacional
Maria de Lurdes Ferromau Fernandes	1º Membro Eleito
Maria de Lurdes Santos Ganicho	1º Membro Eleito
Maria do Céu Costa Bogalho Mendes	Membro Conselho Nacional - Representante CPD/CPR
Maria Emília e Sousa Cerqueira	Deputado à Assembleia da República
Maria Fernanda Pardaleiro Velez	Deputado à Assembleia da República
Maria Gabriela da Cunha Batista Rodrigues da Fonseca	Deputado à Assembleia da República
Maria Paula da Graça Cardoso	Membro Comissão Política Nacional
Mariana Teixeira Baptista de Carvalho	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito

NOME	TIPO
Mário Augusto dos Santos Varela	1º Membro Eleito
Miguel Almeida Corte Real Gomes	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
Nuno Albuquerque de Moraes Sarmento	Membro Comissão Política Nacional
Nuno Manuel Matos Soares	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
Nuno Miguel Martins Bandeira	1º Membro Eleito
Nuno Miguel Oliveira de Carvalho	Deputado à Assembleia da República
Ofélia Isabel Andrés da Conceição Ramos	Deputado à Assembleia da República
Olga Cristina Fino Silvestre	Deputado à Assembleia da República
Orlando Manuel Marques Araújo Pereira Vaz	Membro Conselho Nacional - Representante JSD
Orlando Matias da Fonseca Carvalho	1º Membro Eleito
Paula Cristina Henriques Mota Calado Fevereiro	Membro Comissão Política Nacional
Paula Cristina Olivença Reis	Membro Conselho Jurisdição Nacional
Paulo Adriano Guedes Portela	1º Membro Eleito
Paulo Alexandre Luis Botelho Moniz	Deputado à Assembleia da República
Paulo Alexandre Matos Cunha	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel	Deputado ao Parlamento Europeu
Paulo César Fernandes Colaço	Membro Conselho Jurisdição Nacional
Paulo César Rios de Oliveira	Deputado à Assembleia da República
Paulo Diogo Monteiro Tavares	1º Membro Eleito
Paulo Jorge Carvalho Leitão	Membro Conselho Nacional - Representante CPD/CPR
Paulo Miguel da Silva Santos	1º Membro Eleito
Pedro Alexandre Antunes Faustino Pimpão dos Santos	1º Membro Eleito
Pedro Augusto Cunha Pinto	Deputado à Assembleia da República
Pedro Filipe dos Santos Alves	Deputado à Assembleia da República
Pedro Nuno Mazedra Pereira Neto Rodrigues	Deputado à Assembleia da República
Ricardo Bastos Sousa	Membro Conselho Nacional - Representante CPD/CPR
Ricardo Filipe Barreiros Mexia	Membro Conselho Nacional - Representante TSD
Ricardo Filipe Morgado de Sousa	Membro Comissão Política Nacional
Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves	1º Membro Eleito
Ricardo Manuel Coelho Videira	1º Membro Eleito
Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
Rui Fernando da Silva Rio	Membro Comissão Política Nacional
Rui Filipe dos Anjos Teixeira	Membro Comissão Política Nacional - Representante JSD
Rui Filipe Vilar Gomes	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
Rui Manuel de Sá Moraes	Membro Comissão Nacional de Auditoria Financeira
Rui Pedro Figueiredo Corça	1º Membro Eleito
Rui Sandro Novais da Silva	1º Membro Eleito
Sandra Cristina de Sequeiros Pereira	Deputado à Assembleia da República
Sofia Helena Correia Fernandes Sousa Matos	Deputado à Assembleia da República

NOME	TIPO
Susana Maria de Oliveira Lamas	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
Tiago da Mota Veiga Moreira de Sá	Presidente da CRI
Tiago Gregório de Sá Carneiro	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
Vasco António Mendonça Sequeira Estrela	Membro Conselho Nacional - Membro Eleito
Venâncio Fernandes	1º Membro Eleito
Vladimiro Mota Cardoso Feliz	1º Membro Eleito

39.^o PSD CONGRESSO

17, 18 E 19 DEZEMBRO 2021 | EUROPARQUE, SANTA MARIA DA FEIRA

**PROPOSTAS
TEMÁTICAS**



17, 18 E 19 DEZEMBRO 2021 | EUROPARQUE, SANTA MARIA DA FEIRA

PROPOSTA TEMÁTICA

A

UM CHOQUE DE EQUIDADE. JUSTIÇA E COESÃO TERRITORIAL

1º SUBSCRITOR:

CPD Santarém

Proposta temática

Um choque de equidade, justiça e coesão territorial

Os caminhos abertos no 25 de abril têm de levar à rápida correção das desigualdades regionais. Eles têm de ser caminhos de liberdade, igualdade e justiça para todo um Povo e não só para uma capital doente já do seu próprio elefantismo.

Francisco Sá Carneiro¹

Portugal é em 2021 um país com profundos desequilíbrios territoriais. Não é igual nascer e viver numa ou noutra região. As oportunidades para cidadãos, empresas e instituições, são cada vez mais distintas em função da sua localização, e isso talvez seja um dos maiores fracassos do Portugal democrático na atualidade.

Como partido nacional e reformista por excelência, e honrando os ideais dos seus fundadores, a sua implantação e programa, o PSD tem a responsabilidade de assumir a promoção da coesão territorial como prioridade fundamental da sua atividade política, apresentando e liderando a execução de propostas necessárias para contrariar o acentuar dos desequilíbrios económicos, demográficos e sociais que vamos registando.

Podemos analisar os dados relativos à distribuição nacional do poder de compra, do rendimento médio das famílias, da dinâmica populacional, do acesso e das distâncias aos cuidados de saúde ou às estruturas de socorro, à justiça, à cultura ou a tantos outros serviços e infraestruturas públicas.

Podemos olhar até para os resultados escolares, para o acesso ao ensino superior, para o digital e para os recursos ao serviço da inovação e da competitividade, entre muitos outros indicadores.

Podemos confrontar os dados, relatórios e análises das mais diversas fontes: públicas e privadas, globais ou setoriais; portuguesas ou de organizações internacionais.

¹ Discurso no Porto, novembro de 1974, in “Francisco Sá Carneiro. Por uma social-democracia portuguesa”, Publicações Dom Quixote, 2.ª edição, 2010.

Em comum encontramos padrões espaciais que se repetem, e que se têm acentuado nas últimas décadas: uma profunda clivagem entre o Portugal urbano e rural; entre o centro e as periferias; entre o país das áreas metropolitanas e o restante território; entre a progressiva concentração de pessoas e recursos em torno da área metropolitana de Lisboa e a erosão e o esvaziamento de uma grande parte do território nacional.

Esta realidade não é exclusiva de Portugal. As diferenças entre regiões, cidades e tipologias de espaço, ocorrem um pouco por todo o mundo, a diferentes velocidades e com diferentes dinâmicas. Considerem-se, por exemplo, os vários ciclos de políticas de coesão que a União Europeia tem executado para procurar contrariar estas tendências, e que, de resto, asseguram no nosso país, a maior parte do investimento público nos territórios em perda.

A especificidade nacional que temos nesta matéria prende-se com a intensidade a que ocorre, com a transversalidade de setores em que se regista, e com o facto de, manifestamente, não termos uma estratégia capaz para contrariar um problema que a todos prejudica: uns por regressão, decréscimo e recuo económico e social; outros por excessiva concentração, saturação e bloqueio.

Acresce que grande parte do território apresenta já níveis mínimos de sustentabilidade, de massa crítica e de capacidade que permitam reverter estas tendências recessivas, conferindo um contexto de emergência ao que possamos querer implementar.

Por outro lado, Lisboa e as principais cidades têm cada vez mais exigências no que respeita à garantia da qualidade de vida urbana dos seus residentes e população flutuante. Não fará mais sentido que alguns serviços operacionais e administrativos do Ministério da Agricultura estejam em Santarém do que no centro de Lisboa? Ou que setores de operações e engenharia da CP possam localizar-se no Entroncamento? Isto apenas como exemplos do que pode ser repensado para tantas outras áreas, em linha com o que o PSD tentou recentemente com a proposta de deslocação do Tribunal Constitucional para Coimbra.

É necessário articular e combinar medidas que desconcentrem, que descentalizem, que inovem e diferenciem o papel do Estado na forma como se relaciona com cidadãos, empresas e instituições, em função da sua localização. Tratar todos por igual, neste contexto, é alimentar e perpetuar as desigualdades. De que serve tratar da mesma forma um cidadão em Lisboa e um cidadão em Mação, se as suas condições de partida, de distância, de acessibilidade, de custos, são já profundamente distintas?

Precisamos de um choque de políticas para a equidade, justiça e coesão territorial em Portugal. De um conjunto de medidas que rompam este ciclo de crescentes desequilíbrios e que descriminem intencionalmente os territórios: da área fiscal ao investimento público, da disponibilidade de equipamentos e serviços públicos à redistribuição dos meios do Estado pelo país, da própria organização política à forma e localização das tomadas de decisão.

E para o fazer precisamos de um plano concertado, estável, duradouro. As mudanças neste domínio não são compatíveis com o curto prazo, mas é imprescindível que sejam produzidas o quanto antes.

Aproxima-se um novo e exigente ciclo de financiamento europeu. E estamos perante um novo ciclo político. O PSD tem de conseguir implementar uma reforma que aproxime as oportunidades e as condições de vida, que aproxime os portugueses e que equilibre o país.

Subscrita pela Assembleia Distrital de Santarém em 29/11/2021

Autor

Jorge Salgado Simões

militante n.º 66106, secção de Torres Novas

salgado.simoes@gmail.com



17, 18 E 19 DEZEMBRO 2021 | EUROPARQUE, SANTA MARIA DA FEIRA

PROPOSTA TEMÁTICA

B

**SUSTENTABILIDADE E
VALORIZAÇÃO TERRITORIAL**

1º SUBSCRITOR:

CPD Vila Real

**39.º CONGRESSO
NACIONAL DO PSD**

SUSTENTABILIDADE E VALORIZAÇÃO TERRITORIAL

VILA REAL – TRÁS-OS-MONTES

1º SUBSCRITOR – ASSEMBLEIA DISTRITAL DE VILA REAL

DEMAIS SUBSCRITORES:

- **PRESIDENTES DE CÂMARA E PRIMEIROS ELEITOS PELO PSD NO DISTRITO DE VILA REAL**
- **AUTARCAS ELEITOS NO DISTRITO DE VILA REAL**
- **DEPUTADOS CONSTANTES DE LISTA A SUFRÁGIO PELO PSD NO DISTRITO DE VILA REAL**

Vila Real

SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL NO DISTRITO DE VILA REAL – TRÁS-OS-MONTES

As dinâmicas territoriais das últimas décadas em Portugal provocaram uma diferenciação territorial significativa. Dois terços do território continental, correspondente grosso modo ao Interior ou aos denominados territórios de baixa densidade, onde se inclui o distrito de Vila Real, estão ameaçados pelo despovoamento e pelos seus inevitáveis efeitos - rarefação humana, envelhecimento acelerado da população e uma efetiva incapacidade de renovação de gerações.

Nas últimas décadas procurou-se corrigir os desequilíbrios territoriais e combater o esvaziamento demográfico tendo por base uma abordagem infraestrutural, com o pressuposto que a melhoria das acessibilidades e das condições de vida das populações contribuem para travar / sustentar o esvaziamento demográfico e alavancar o desenvolvimento económico.

Muito embora os efeitos indiscutivelmente positivos que estes programas tiveram nas condições e qualidade de vida das populações do distrito ou nas suas estruturas produtivas, as políticas públicas e os programas operacionais implementados não foram capazes de materializar a ambição de promover um desenvolvimento social e económico que estancasse este processo de diminuição populacional em Trás-os-Montes.

Reconhecendo este desidrato e os problemas com que se debate o distrito de Vila Real (esvaziamento e envelhecimento demográfico, declínio social e económico, redução de serviços públicos, etc.), com clara evidência na pirâmide demográfica invertida, nos últimos congressos do PSD, a Comissão Política Distrital do PSD de Vila Real apresentou moções temáticas cujo enfoque se centrou, entre outros, na competitividade e possíveis estratégias para a criação e fixação de valor acrescentado e emprego qualificado nos territórios de baixa densidade.

As opções políticas para este território devem ter como desígnio principal para o desenvolvimento futuro a implementação de políticas públicas de coesão, de desenvolvimento territorial integrado e políticas socioeconómicas, demográficas e de emprego. Esta orientação estratégica reconhece que as intervenções políticas devem ser potenciadoras da criação de riqueza e emprego, criando e fixando valor acrescentado neste território, combatendo os grandes flagelos, como o despovoamento, o desemprego e o envelhecimento.

Mais do que nunca, o envelhecimento da população traz, de forma mais vincada nos territórios do interior e de fronteira como Trás-os-Montes e Alto Douro, desafios societários que é difícil reverter, sobretudo os associados à maior exigência de suporte de cuidados de saúde, à diminuição de efetivos em idade ativa, o aumento dos encargos com apoio social direcionado aos idosos, a garantia da inclusão social e o acesso a serviços básicos, com particular ênfase nos cuidados de saúde. Esta preocupação torna-se ainda mais pertinente atendendo ao momento pandémico que se vive atualmente pelo que é importante que os serviços, os equipamentos e as infraestruturas tenham capacidade de resposta a diferentes necessidades e se consigam reajustar a procura diferenciadas, exigindo a implementação de políticas que minimizem estes efeitos.

É este o desafio que o distrito de Vila Real e Trás-os-Montes têm pela frente e para o qual estamos todos convocados: assegurar a sustentabilidade territorial. Para tal é necessário desenvolver e principalmente assegurar políticas públicas que considerem a importância de:

- Manutenção de equipamentos, valências e serviços públicos;
- Valorização e potencialização agrícola e florestal;
- Preservação ambiental, valorização dos recursos naturais e do turismo;
- Melhoria da competitividade e empregabilidade;
- Políticas setoriais e fundos comunitários ajustados à realidade territorial;
- Juventude, promoção do empreendedorismo jovem e apoio ao investimento;
- Expetativas Douro;
- Expetativas Alto Tâmega.

1 – MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, VALÊNCIAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Nas regiões do interior e de baixa densidade, como é o caso do distrito de Vila Real, a consideração da abordagem centralista e setorial, a par de uma rede deficiente de transportes coletivos e dos níveis de iliteracia digital, compromete o princípio da igualdade de oportunidades no acesso a bens públicos e ameaça a coesão social e territorial.

Em nome da eficácia, da equidade e da garantia de níveis mínimos de dotação e provisão de equipamentos e serviços básicos e de proximidade, é determinante garantir a existência de um número mínimo de bens e serviços públicos (e de interesse público) nas regiões de baixa densidade, à escala local, municipal ou supramunicipal (NUT III), garantindo a igualdade de oportunidades, padrões mínimos de equidade e coesão social e a sustentabilidade dos territórios.

As cidades médias e as centralidades municipais assumem um papel preponderante na afirmação e reconstrução de um sistema urbano policêntrico, em que o espaço público e as centralidades de comércio, serviços e lazer funcionam, física e simbolicamente, como nós articuladores do tecido urbano e regional e transmitem coesão às áreas de densidades diferenciadas. Ao nível supramunicipal é necessária a existência de uma rede institucional de âmbito regional, enquanto os centros urbanos sede de concelho estruturam um território de proximidade fundamental para a qualidade de vida e o bem-estar dos residentes, assumindo uma crescente preponderância na empregabilidade da população, quer de emprego público quer no comércio e serviços.

A rede de bens e serviços públicos, prestados pela Administração Estatal ou outras entidades de natureza privada, deve pressupor nos modelos de programação soluções inovadoras mais eficazes e eficientes: unidades e serviços móveis, centros multisserviços, redes telemáticas, equipamentos plurifuncionais, etc.

É fundamental que na reorganização de serviços com implicações no distrito de Vila Real haja o envolvimento das comunidade locais nas estratégias de (re)organização das redes de bens e serviços, através dos seus representantes ou com base em modelos de participação ativa da comunidade, contribuindo para a melhoria dos níveis de eficiência coletiva. É muito relevante a construção de compromissos entre as várias instituições públicas, bem como entre as entidades

públicas e privadas. Nestes territórios, mais do que nunca, as autarquias locais assumem um papel preponderante, funcionando como pivôs na dinamização de estratégias locais, dadas as fragilidades institucionais locais/regionais e a resistência do poder central em efetivar políticas públicas territoriais.

O acesso a serviços de saúde, da população escolar a estabelecimentos de ensino, à justiça, à segurança, à cultura e à informação, a serviços administrativos ou a um conjunto de bens essenciais à vida das famílias apresentam-se como necessidades elementares determinantes da qualidade de vida das populações, cuja não satisfação pode contribuir para o agravamento daqueles fenómenos, colocando em causa a equidade e coesão social e territorial.

Um dos principais desafios é ultrapassar o espaço e o tempo, garantindo à população o acesso aos equipamentos e serviços, nomeadamente os de natureza pública, sendo importante minimizar os elevados tempos de deslocação que alguns territórios apresentam a determinados equipamentos e serviços, garantindo-se o acesso da população através de serviços de proximidade, com comunicações e/ou transportes que levem a população aos equipamentos e serviços ou estes às populações. Se é certo que o despovoamento originou a diminuição do investimento público em alguns setores básicos para a população, é necessário refletir a organização das redes existentes, tendo em consideração o papel e importância dos serviços móveis na prestação de serviços.

É assim vital combater o “abandono” do interior pois do “isolamento” em termos de acessibilidade passou-se, em grande parte do território, a uma lógica de “encerramento” de serviços públicos. No sentido de consolidar uma estratégia de preservação de bens e serviços públicos nos territórios de baixa densidade é importante considerar:

A revisão do modelo de funcionamento dos centros de saúde

É necessário proceder à revisão do modelo de funcionamento dos centros de saúde, em particular do modelo atual de Consulta Aberta, que veio substituir o Serviço de Atendimento Permanente. Nos territórios de Interior e Baixa Densidade onde o envelhecimento é cada vez maior, é necessária uma maior preocupação com a saúde das populações, pelo que é necessário que, à escala municipal, seja assegurado uma efetivo Serviço de Urgência Básico nos Centros de Saúde, evitando a excessiva concentração nos Serviços de Urgência Hospitalar.

Por outro lado, importa rever o funcionamento dos centros de saúde em períodos do ano em que a população nestas regiões aumenta (ex. período de verão) ou em que há maior procura dos serviços (ex. natal e passagem de ano).

Para assegurar a existência de profissionais nas infraestruturas de saúde do interior, devem ser asseguradas diversas regalias aos médicos que trabalhem no interior do país, nomeadamente nos casos de especialidades mais deficitárias.

Organização dos Tribunais e dignificação da justiça no interior

A reorganização da justiça e da rede de equipamentos judiciais deverá ser ajustada às necessidades do território, respondendo ao desejável equilíbrio entre oferta e procura no sistema judicial, mas também, à contextualização dos equipamentos da justiça na lógica de funcionamento dos territórios nas variadas vertentes, social, cultural e económica. Assim deverá ser assegurada a necessidade de:

- Requalificar as instalações dos tribunais do interior, englobando os equipamentos de videoconferência, programas informáticos para videoconferência, instalação de sistema wi-fi em todas as salas do tribunal, climatização das instalações, entre outras.
- Assegurar o funcionamento de Juízos de Proximidade em todos os municípios do interior do país, funcionamento com competências locais cíveis e criminais, bem como questões laborais e de outros foros (ex. execuções sumárias e ordinárias);
- Eliminar a concentração dos processos executivos numa única Comarca a nível distrital;
- Pugnar para que o atendimento presencial seja assegurado por dois funcionários judiciais e um oficial de justiça em cada município e haja a afetação de dois magistrados judiciais;
- Assegurar o funcionamento, ao nível supramunicipal NUT III, de tribunais “centrais” para competência criminal para ações com intervenção do Tribunal Coletivo, bem como para competência exclusiva em direito societário.

Um novo modelo de interação entre universidades, as autarquias e as empresas;

As instituições do ensino superior têm um peso institucional muito forte à escala regional, evidenciando-se o seu papel na transformação das atmosferas urbanas e no desenvolvimento de um maior empreendedorismo regional, sendo peças chave para o reforço da competitividade regional e a implementação de redes estratégicas a nível regional. É fundamental promover um novo modelo de interação envolvendo as universidades, as autarquias, as organizações do setor empresarial, as empresas, etc., que permitam o estabelecimento de parcerias de base territorial capazes de implementar novas competências e sinergias favoráveis ao reforço da inovação empresarial e da competitividade regional.

Para consolidar um maior compromisso de parceria entre o poder local, o associativismo empresarial e o sistema científico e tecnológico, de forma a permitir intervir de forma mais eficaz nos domínios chave do desenvolvimento e da coesão territorial, é fundamental a presença efetiva do ensino superior universitário / politécnico ao nível supramunicipal, nomeadamente nas cidades médias, assegurando a sua presença em todas as comunidades intermunicipais.

Assegurar a presença efetiva das forças de segurança

É fundamental que o Estado preserve o funcionamento dos serviços públicos, o que não está a ser feito no funcionamento dos postos de segurança na região, em resultado da redução do número de efetivos nos postos.

A diminuição de efetivos leva à falta de segurança da população, sentindo-se desprotegida, abandonada e com medo, receando pela sua segurança pessoal e a dos seus bens.

A diminuição da população que se tem sentido na região não poderá resultar em diminuição do número de efetivos pois o território a vigiar é o mesmo, sendo fundamental que seja assegurada uma efetiva presença das forças de segurança no território.

Um serviço postal universal acessível às populações rurais

O serviço postal universal é atualmente prestado pelos CTT e consiste na oferta permanente de serviços postais, com uma qualidade determinada e a preços acessíveis, de forma a responder às necessidades de comunicação das pessoas e empresas. Nas regiões de baixa densidade, aquando da reavaliação das condições de prestação do serviço, deverá ser salvaguardado, pela Autoridade das Comunicações, que as populações têm proximidade ao serviço postal universal, considerando as redes de transporte público e com particular preocupação nas situações de maior rarefação populacional, através do atual modelo de funcionamento ou através da incorporação de soluções inovadoras. Deverá ser garantida que a reorganização do serviço postal universal nos territórios de baixa densidade seja devidamente articulado/protocolado com as autarquias locais.

Melhoria das redes de comunicação digital

As redes de comunicação digital nomeadamente a cobertura da rede de banda larga e fibra ótica no distrito de Vila Real ainda têm de ser melhoradas no sentido de aumentar a atratividade para residência, contribuindo para o reforço da conectividade digital. De facto, como foi possível verificar ao longo da pandemia COVID 19, a difusão das TIC é vital para originar novos serviços/atividades no espaço rural, em particular com o recurso ao teletrabalho ou às tele-atividades.

Assim, deverá ser assegurada uma cobertura adequada das redes de comunicações móveis e uma cobertura da rede de banda larga por todo o território, garantindo o princípio da universalidade no acesso às redes em condições de mercado (nível de serviço e tarifas) similares às do Litoral.

Redução dos custos de contexto e minimização dos seus impactos nas empresas

Um dos problemas prende-se com os elevados custos de contexto provocados pelas assimetrias territoriais na cobertura de infraestruturas ou mesmo das tarifas e preços de serviços em domínios como as portagens, a água, o gás natural, as comunicações móveis, a banda larga, etc. Assim, de modo a garantir competitividade às empresas e territórios de Trás-os-Montes e Alto Douro, propomos:

- Viabilizar as acessibilidades intrarregionais ainda deficitárias de modo a reforçar a atratividade territorial e a consolidação do investimento privado;

- Melhorar as acessibilidades intra concelhias, que no seguimento da reorganização de serviços ocorrida na última década, é um fator limitador do desenvolvimento territorial;
- Revisão do modelo e sistema tarifário das portagens rodoviárias, assegurando que as empresas e populações da faixa interior do país são objeto de uma diferenciação positiva que permita que a cobrança e os valores praticados estão indexados ao seu nível de desenvolvimento socioeconómico, criando um selo a utilizar nas portagens pelas empresas que promovem a exportação, permitindo a diferenciação de acordo com a residência;
- Financiar os serviços públicos de transporte nas cidades de média dimensão, nos centros urbanos sede de concelho e a implementação dos transportes porta-à-porta, garantindo o direito à mobilidade das populações do interior;
- Defender o princípio da solidariedade interterritorial que garanta tarifas equilibradas em todo o país;
- Minimizar os custos de contexto associados às falhas de mercado provocadas pela inexistência de uma rede de gás natural que garanta às empresas dos territórios de baixa densidade condições similares nos encargos com energia (e outros) destinada às atividades residenciais e industriais.

Instituições mais amigas das crianças e das famílias

Os diferentes cenários da evolução demográfica apontam para um impacto muito negativo na estrutura de povoamento e na ocupação do território no distrito, pelo que é necessário fomentar condições para a inverter a regressão demográfica e minimização dos seus impactos negativos.

Mais do que pensar em destacar medidas concretas de promoção da natalidade, dada a complexidade social do fenómeno, é importante ter em consideração que a reversão da situação requer um conjunto de medidas e políticas de âmbito nacional. Além dos eventuais incentivos diretos e de discriminação positiva no interior, nomeadamente em termos fiscais, é necessário medidas para favorecer a conciliação do trabalho com a vida familiar, a participação das mulheres no mercado de trabalho e a resposta aos desafios do envelhecimento demográfico, nomeadamente:

- Garantir uma maior empregabilidade dos ativos regionais qualificados: promoção de iniciativas inovadoras, estímulo à fixação de investimentos de capital intensivo e maior qualificação dos recursos humanos regionais;
- Implementar medidas de descentralização administrativa e de realocação de atividades capazes de fixar mão-de-obra local e atrair ativos do exterior;
- Desenvolver estratégias de apoio à fixação das famílias na região.

2 – VALORIZAÇÃO E POTENCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA E FLORESTAL

Para a sustentabilidade e coesão territorial no distrito de Vila Real existe a necessidade de criar condições que atraiam capital para os setores agroflorestais e associados, em particular para a produção, que promovam o aumento da produtividade e da competitividade, uma vez que estes são setores vitais para o desenvolvimento regional

O sector florestal constitui uma riqueza estratégica cuja necessidade de preservação e de desenvolvimento é do superior interesse nacional. O seu desenvolvimento contribui de forma geral para o crescimento económico e social, constituindo por isso uma peça fundamental para o desenvolvimento rural e sobretudo para a conservação e valorização dos recursos naturais.

No quadro estratégico atual e de futuro, exige-se ordenar, gerir e prevenir ativamente os espaços florestais, para regenerar as suas funções produtivas, para potenciar a sua viabilidade económica e utilidade pública e para reduzir os incêndios.

Para corporizar esta estratégia elenca-se um conjunto de ações que importa implementar:

- Criar medidas para incentivar o associativismo, o cooperativismo, o arrendamento e/ou gestão de prédios rústicos, designadamente através da criação de um sistema de contratos-programa entre o Estado, as câmaras, as associações ou organizações de proprietários e produtores florestais e particulares que assegurem a gestão comum de espaços florestais em zonas de minifúndio e de elevado risco de incêndio, com prioridade para as Zonas de Intervenção Florestal existentes ou a constituir;
- Concertar e construir com os diferentes intervenientes no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios o modelo para a prevenção e valorização florestal, dotando-os de meios e recursos necessários de acordo com as competências, nomeadamente, na execução das faixas da rede secundária, que lhe estão atribuídas, de modo a que os diferentes intervenientes tenham reunidas as condições mínimas indispensáveis à sua ação;
- Disponibilizar o estado português às entidades intervenientes no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios a informação cadastral da propriedade rústica, dando prioridade, aos terrenos inseridos nas redes de faixas de gestão, nomeadamente os situados junto aos aglomerados populacionais, tendo em conta o nível de risco;
- Alterar os pressupostos da VGO (Valia Global da Operação), nomeadamente nas candidaturas para limpeza, arborização e re-arborização nos territórios com áreas florestais não inseridas em zonas de intervenção florestal e/ou certificadas, porque são penalizados na pontuação global ficando assim arredados de aceder aos fundos;
- Desenvolver um programa para a segurança dos aglomerados urbanos face ao perigo de incêndio. O programa deverá divulgar boas práticas de construção e manutenção das habitações, delinear as faixas de proteção das edificações e aglomerados urbanos atendendo às circunstâncias locais e vigiar a sua efetiva implementação. Deve também ser identificada, ou criada, em cada aglomerado populacional uma área segura, para onde as pessoas se devem deslocar em caso de incêndio e divulgar-se junto da população as boas práticas a seguir nessas circunstâncias;

- Adequar a fiscalidade referente ao património rústico diferenciando a tributação dos prédios rústicos conforme a manutenção e investimentos efetuados ou a efetuar nos mesmos, facilitando as oportunidades em prédios em abandono;
- Ajustar a prontidão dos meios de vigilância e combate de acordo com nível de perigo meteorológico existente, apostando-se em ações de pré-prontidão e de pré-posicionamento, dos meios, nos locais de maior risco. Em paralelo, importa reforçar a preparação e formação de pessoal e a esta maior flexibilidade do dispositivo de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Criar mecanismos de apoio (medidas) a incluir nos programas de apoio vigentes (e.g. PRR, PDR 2030) ou a criar para financiar a defesa da floresta contra incêndios através do incentivo às atividades de resinagem, de silvopastorícia, de limpeza e ordenamento e de outras em contrapartida pelo serviço que prestam à defesa da floresta contra incêndios. Estas atividades garantem uma presença e atividade económica muito regular e ativa no território florestal/rural;
- Assegurar que o PDR pós 2020 é estruturado de forma territorializada, permitindo o financiamento com base nas realidades territoriais;
- Apoiar atividades económicas associadas à floresta, para além dos produtos tidos com tradicionais, tais com a cinegética, a micologia e a apicultura. A exploração ordenada e integrada dos recursos cinegéticos é mais uma das linhas de atuação que deverá ser valorizada, pelo retorno económico, social e ambiental que esta atividade ainda trás aos territórios rurais. É imprescindível regulamentar o aproveitamento dos recursos micológicos para a sustentabilidade do recurso. A apicultura afigura-se como uma área em expansão, contudo, essencialmente os inúmeros problemas sanitários das abelhas, exigem uma definição de programas de apoio ao controlo das pragas e doenças, bem como a uma maior apoio aos apicultores e às suas organizações representativas;
- A fileira da castanha apresenta uma grande disseminação pela região, verificando-se o aumento do interesse nesta cultura pelos agricultores, contudo, os problemas fitossanitários exigem atuação mais célere e efetiva. As dinâmicas atuais são para uma aposta na produção, a qual deve ser acompanhada por medidas de organização dos produtores, transformação e comercialização ajustadas, bem como medidas de valorização do consumo para garantir uma procura futura para a produção espetável face à tendência investimento presente;
- Reforçar os programas de apoio à modernização da agricultura incluindo medidas de apoio técnico e financeiro à implementação e funcionamento das organizações de produtores. De modo a dinamizar, mobilizar e responsabilizar os potenciais produtores sobre o futuro que pretendem para o sector na região;
- Valorizar a produção animal, considerando a pressão sobre o sector das carnes, resultante das crises sanitárias, que abalaram a confiança dos consumidores, importa apostar nas oportunidades que surgem aos produtos de qualidade certificados, nomeadamente aos produtos de qualidade reconhecida e seus produtos transformados, potencializado a indústria agroalimentar (ex: fumeiro);
- Definir programas de valorização das fileiras de qualidade associando a estas os produtos, onde se inclui os produtos sob regimes especiais de proteção, de forma promover os

produtos de qualidade sob regime especiais com proteção comunitária, designadamente os produtos em que a denominação abrangem a região;

- Criar medidas de apoio à viticultura do Douro para que esta possa ter uma maior agressividade comercial e de organização no sector, exige-se uma reorientação estratégica para o sector, estimulando, por um lado, a cooperação e a parceria entre diversas instituições e entidades públicas e privadas na definição de uma estratégia para o sector e na sua implementação e, por outro, concentrar eficazmente dos meios financeiros de atuação, conferindo assim maior coerência às ações a implementar; apoiando ações relacionadas com a resolução dos problemas de promoção dos produtos agrícolas e da agricultura e incentivo à organização social de produtores;
- Fortalecer o sector vitivinícola, nomeadamente na valorização da produção de vinho, isoladamente ou em associação ao turismo, apostando na implementação de unidades agroturísticas que conciliam uma forte ligação entre o tradicional local e o moderno mais cosmopolita; potenciando o crescimento do número de produtores e/ou engarrafadores de Vinho e o aumento da área de produção de vinho com a plantação de novas vinhas;
- Apostar em ações estratégicas coletivas eficientes, nomeadamente, de marketing, que explorem a imagem de qualidade dos produtos agrícolas da Região; ao nível da valorização dos circuitos de comercialização dos produtos agrícolas regionais; no desenvolvimento e investigação no domínio agroindustrial, principalmente na área da embalagem e transformação dos produtos; na garantia de genuinidade dos produtos agrícolas da Região; na certificação de produtos de qualidade; entre outras ações que permitam apoiar a diversificação de atividades agrícolas, procurando fórmulas inovadoras de associação entre a atividade agrícola e o turismo, a gastronomia e o artesanato.

3 – PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DO TURISMO

A exploração de recursos naturais representa uma oportunidade de desenvolvimento para as regiões rurais e em concreto a região de Trás-os-Montes e Alto Douro. Para o enquadramento desta problemática importa considerar que a sua exploração cria localmente poucos postos de trabalho. Mesmo na fase de construção das infraestruturas de exploração, em muitos casos, a duração é curta e a criação de postos de trabalho localmente é limitada. Os grandes beneficiários são, em muitos casos, as grandes empresas exploradoras, enquanto as populações locais têm benefícios muito reduzidos. De facto, localmente o valor acrescentado é muito fraco, sendo importante potenciar (por exemplo nas concessões) uma maior preponderância no apoio ao desenvolvimento local/regional, envolvendo os atores locais e as populações.

Assim, na exploração dos recursos territoriais deve ser salvaguardada a questão do aproveitamento e fixação local das mais-valias da sua exploração, pelo que é importante uma correta combinação de políticas e o envolvimento direto dos municípios, ou seja, é vital a conciliação das políticas nacionais com as políticas locais.

Na exploração dos recursos territoriais deve ser salvaguardado o aproveitamento e fixação local das mais-valias da sua exploração, pelo que é importante uma adequada combinação de políticas e o envolvimento direto dos municípios, enquanto entidades representativas da comunidade. É necessário assegurar a articulação e coordenação entre a política local/regional e a exploração de recursos do subsolo, de modo a valorizar as potencialidades regionais e assegurar a sustentabilidade a longo prazo, promovendo estratégias de valorização e inovação dos produtos endógenos dirigida aos territórios de baixa densidade.

Embora a exploração dos recursos contribua para a melhoria significativa do PIB regional, tal não significa, por si só, uma melhoria no desenvolvimento local/regional. Na realidade é urgente criar mecanismos que favoreçam a fixação local das mais-valias da exploração dos recursos naturais, de modo que o saldo entre o que se produz e a riqueza ou investimento que efetivamente ficam na região não seja deficitário.

Mesmo em casos em que ocorre localmente a exploração do recurso, o seu impacto tende a ser reduzido na criação de postos de trabalhos. De facto, a exploração de qualquer recurso terá, necessariamente, mesmo considerando medidas de mitigação, impacto negativo que fica no território, muitas vezes impossibilitando outras estratégias de potencialização, essencialmente no que diz respeito ao aproveitamento da paisagem, pelo que urge e é justo compensar os territórios afetados diretamente com encargos de exploração a pagar pelas empresas, ao contrário do que ainda acontece com a quase generalidade dos recursos naturais explorados localmente, pois as empresas exploram os recursos, os locais ficam com os impactos e o município recebe zero de compensação / contrapartidas.

Visto o potencial socioeconómico que esses recursos naturais têm, seria no mínimo de pressupor que a socio economia local fosse diretamente compensada com a exploração desses recursos. Se é evidente a correlação exploração – mão-de-obra, essa mais valia é essencialmente de operários, com vencimentos baixos, e não pode ser invocada como efeito positivo ao nível local, pelo que é fundamental o desenvolvimento do complemento industrial na exploração dos recursos, com a evidente criação de postos de trabalho especializados.

Caso contrário, o desenvolvimento socioeconómico e a sustentabilidade demográfica continuam a ser quase da exclusiva competência das autarquias, pelo que deve o setor empresarial a alocar uma percentagem da produção (à semelhança do que acontece com as eólicas) para o desenvolvimento local através destas.

Importa assim criar incentivos fiscais para as unidades existentes ou que aí se venham a instalar, que promovam o investimento produtivo e a criação de emprego na região. Do mesmo modo, e considerando que a «lógica económica extrativa» que predomina nestes territórios faz com que uma parte significativa do valor aí gerado seja canalizado para fora e não contribua, ainda que em parte, para o seu desenvolvimento, importa criar mecanismos fiscais que garantam um maior equilíbrio e um justo retorno para os territórios da riqueza aí gerada, nomeadamente:

- Criação de um regime de tributação autónoma para as entidades com CAE nos sectores de atividade diretamente associadas à produção, transformação e/ou comercialização de recursos territoriais (energia, agricultura, floresta, indústria extrativa, recursos minerais, etc.) e que tenha em conta não o lucro obtido mas o volume total de negócios gerado em

cada território. Assim, tendo como elemento de referência que na produção eólica as empresas pagam 2,5% aos Municípios, é legítimo que na generalidade das situações de exploração de recursos naturais (a definir regulamentarmente) nos territórios do interior, seja aplicada a mesma correlação com o compromisso que essas verbas sejam traduzidas no bem-estar da população e na valorização socioeconómica do território;

- Redução (ou eventual isenção em casos a definir) da taxa fixa de IRC (em pelo menos 5%) para entidades residentes e estabelecimentos estáveis de entidades não residentes, classificadas como microempresas com CAE nos sectores de atividade onde são utilizados recursos locais (produção direta, transformação ou comercialização).

A participação das comunidades locais na conciliação da exploração dos recursos com a questão da preservação ambiental é fundamental, pois um dos potenciais recursos da região prende-se com a valorização da paisagem e dos recursos endógenos. De facto, uma das principais oportunidades em termos de crescimento potencial provém do turismo, com particular destaque para o turismo rural. A aposta no turismo aliado à valorização de todo o potencial local de qualidade (natural, construído, cultural, artesanal) é fundamental para a diversificação e valorização destes territórios.

Existe uma diversidade de aspetos no turismo que permitem perceber algumas das dinâmicas em curso neste setor: surgimento de uma rede de turismo de montanha e aumento da procura associada ao património natural e ao ecoturismo, associada à cultura, ao património e ao lazer; crescimento do turismo rural, do turismo de habitação e do enoturismo; valorização crescente do património arqueológico e religioso, da paisagem, da gastronomia e do estatuto de Património da Humanidade; melhoria da oferta em torno do lazer e recreio (parque campismo, espaços de lazer, casa das artes, agenda cultural, etc.); crescimento de unidades de alojamento para a classe média/baixa e uma maior procura da segunda residência; maior aproveitamento e valorização das infraestruturas turísticas (cais fluviais, miradouros, património, etc.), potenciando a dinamização comercial desses espaços e uma eventual criação de novos postos de trabalho; mudança de escala na organização pública do setor e incremento de novas estruturas, embora ao nível da animação e da gestão turística ainda tenham sido conseguidos avanços pouco significativos.

No entanto, ainda não é possível afirmar-se que o turismo se efetivou numa alavanca de competitividade para todo o território. Assim, para que a valorização turística dos territórios de baixa densidade contribua para a criação de emprego é necessário:

- Potenciar, no mercado nacional e internacional, a procura de turismo ambiental e de terceira idade e dos produtos locais que valorizem a tradição, a diferenciação e a qualidade;
- Estruturar a oferta turística, apoiando a promoção e valorização das atividades turísticas como vetor fundamental do desenvolvimento e a criação de emprego;
- Gerir de forma integrada o produto Douro associado ao termalismo, ao turismo de montanha e de natureza e ao património, criando produtos turísticos inovadores de base territorial: fluvial/Douro e comboios turísticos/Douro, parques naturais/Douro; etc.
- Consolidar o turismo associado à principal fonte de rendimento da população, nomeadamente a produção vitivinícola no caso da região do Douro;

- Realizar um programa e calendário de eventos regionais (*showroom's*), incluindo as feiras de produtos locais que contribuem para atratividade externa e funcionam como instrumento de revitalização e modernização da economia rural;
- Criar condições necessárias à atratividade turística pela melhoria das ligações com a região, nomeadamente através da realização de voos comerciais turísticos para o interior (por exemplo, a realização de voos *low cost* para a região do Douro);
- Desenvolver a função residencial em espaço rural para hóspedes de fim-de-semana e férias;
- Criar condições de apoio para o aumento da oferta de alojamento local, permitindo “aproximar as pessoas de experiências únicas” nestes territórios;
- Estimular a formação dos agentes que direta ou indiretamente estão ligados à indústria turística, apostando na profissionalização do setor e promovendo a inserção profissional dos quadros intermédios e superiores.

4 – MELHORIA DA COMPETITIVIDADE E EMPREGABILIDADE

Os territórios de baixa densidade, associados a trajetórias de divergência, apresentam uma estrutura económica onde: as dinâmicas produtivas são indissociáveis dum sistema produtivo cada vez mais globalizado e integrado à escala comunitária; as dinâmicas demográficas apontam para a degradação da relação ativos/inativos, num contexto de forte envelhecimento demográfico; a base produtiva assenta em sectores de baixa produtividade e tradicionalmente pouco exigentes em qualificações. A sobreposição destes indicadores torna estes territórios desfavorecidas, situação que ganha outra dimensão pela extensão do seu território e pela reduzida massa crítica do seu tecido económico.

Nos Territórios de Baixa Densidade cerca de dois terços das empresas existentes são classificadas como microempresas e, na sua esmagadora maioria, entidades com fragilidades estruturais reconhecidas. De facto, o tecido empresarial é assente em unidades de pequena ou muito pequena dimensão, quer em termos de volume de negócios, quer em termos de emprego, essencialmente ligadas aos setores tradicionais e orientadas para o mercado local e regional. Algumas das grandes empresas ou grupos económicos a operar nestas regiões estão sedeadas fora da região, não podendo assumir o papel de verdadeiras âncoras de desenvolvimento. Assim, é importante ter em consideração as especificidades do tecido empresarial existente, implementando políticas efetivas de diferenciação positiva das empresas do interior, de forma que estes territórios sejam mais produtivos, mais competitivos e mais atrativos.

A competitividade é referencial prioritário nas estratégias de crescimento e na implementação de políticas associadas ao desenvolvimento económico, pelo que é fundamental uma aposta nas pequenas e médias empresas, de forma a inverter o balanço negativo entre os bens e serviços transacionáveis produzidos na região e a riqueza fixada. A aposta no empreendedorismo e inovação é determinante para uma efetiva criação de emprego. A identidade dos territórios, o património natural e construído, a paisagem, a valorização dos recursos e das especificidades locais e regionais são instrumentos fundamentais da competitividade do interior.

O compromisso passa pelo reforço e dinamização da capacidade de iniciativa empresarial, tendo por base uma fiscalidade mais justa e mais amiga das empresas, o reforço dos instrumentos de financiamento às atividades produtivas, a redução de custos de contexto, o apoio à internacionalização e à procura de novos mercados, o fomento do empreendedorismo e a inovação, a formação e qualificação dos recursos humanos.

O setor empresarial deve ter medidas de apoio e financiamento ajustados às diferentes realidades, pelo que importa definir políticas públicas e medidas de dinamização socioeconómica ajustadas aos territórios de baixa densidade, nomeadamente:

Uma fiscalidade amiga do investimento e da criação de emprego.

Importa criar incentivos fiscais para as unidades existentes ou que aí se venham a instalar, que promovam o investimento produtivo e a criação de emprego, garantindo um maior equilíbrio e um justo retorno para os territórios da riqueza aí gerada. Relativamente ao IRC e às relações das empresas com o Estado em matéria fiscal, propõe-se que seja considerada:

- A redução da taxa de IRC para entidades residentes e estabelecimentos estáveis de entidades não residentes, classificadas como pequena ou média empresa;
- A redução dos valores estipulados no Pagamento Especial por Conta (PEC) para as entidades residentes e estabelecimentos estáveis de entidades não residentes com volume de negócios até um limiar fixo;
- A criação de conta corrente do estado de direitos e obrigações que possibilite o encontro de contas entre os valores a pagar pelas empresas e dos reembolsos adquiridos, evitando assim o absurdo das empresas não poderem receber do Estado um valor superior ao que têm a pagar, sem que antes tenha de fazer prova do efetivo pagamento da menor obrigação.

Favorecer a atração de empresas e investimento produtivo de maior dimensão

Para atrair empresas e investimento produtivo de maior dimensão propomos um conjunto de medidas específicas (de natureza fiscal ou contributiva) de apoio à contratação de trabalhadores nos territórios de baixa densidade, nomeadamente:

- Redução das taxas de contribuição para a segurança social da entidade empregadora, deduções aos ganhos tributáveis com base no acréscimo no número de empregados e outras despesas relacionadas com o trabalho, em comparação com o período imediatamente anterior;
- Isenção da taxa de mais-valia fiscal se ocorrer o reinvestimento do capital em I&D, qualificação do pessoal, equipamentos e inovação no prazo de 24 meses ou menor;
- Benefícios nas taxas de segurança social e/ou apoios financeiros às entidades empregadoras.

Apoio às pequenas e médias empresas e à internacionalização

Para superar as dificuldades existentes na internacionalização e conquista de novos mercados e potenciar os recursos e competências territoriais, propomos um conjunto de medidas de política, nomeadamente:

- Assegurar a presença da AICEP nos territórios de baixa densidade, através da instalação de delegações regionais que, em parceria com as associações empresariais, assegure um apoio de proximidade às pequenas e médias empresas, favoreça em colaboração com as instituições de ensino superior a atração de investimentos e empresas e dinamize as exportações e a internacionalização;
- Conceber e implementar programas específicos de atração de investimentos produtivos e de projetos empresariais orientados para a exploração e a transformação de recursos (agricultura, floresta, turismo), produtos e bens transacionáveis de elevado potencial comercial e competitivo;
- Apoiar projetos conjuntos das associações empresariais dos territórios de baixa densidade destinados ao agrupamento de produtores e produtos, à promoção externa e à conquista de novos mercados e consumidores.

Reforço do associativismo, a cooperação e a governança territorial

Importa reforçar o associativismo, a cooperação e a governança territorial, através da mobilização dos atores locais em torno dos estratégias e projetos coerentes e consequentes de desenvolvimento, da construção de visões estratégicas partilhadas e da criação e dinamização de redes de informação, competências e instituições.

A realização desse objetivo pressupõe aprofundar a consolidação do associativismo municipal ao nível das Comunidades Intermunicipais (CIM) mas também, e sobretudo, o reforço das associações empresariais locais e regionais (AE), contribuindo para o reforço das suas atribuições e competências, criando condições para a capacitação dos seus recursos humanos e a melhoria dos níveis de qualidade dos serviços prestados às populações e às empresas.

Pressupõe ainda o incremento do apoio público à melhoria dos níveis de eficiência coletiva, através da densificação das redes de cooperação institucional e empresarial e da qualificação dos dispositivos e das práticas de governança territorial, baseadas nos princípios de uma efetiva descentralização de competências e real adesão ao princípio da subsidiariedade.

5 – POLÍTICAS PÚBLICAS E FUNDOS COMUNITÁRIOS AJUSTADOS À REALIDADE TERRITORIAL

Nos últimos períodos houve em Portugal algumas experiências, parciais e setoriais, de territorialização das políticas públicas e dos financiamentos comunitários. Contudo, importa reconhecer que, para além de ter fracassado nos seus resultados globais e na inversão da tendência

de desertificação, a execução dessa estratégia gerou também algumas situações problemáticas para um interior já deprimido.

Assim, torna-se cada vez mais premente a necessidade de assegurar a transversalidade e integração do princípio da coesão territorial na conceção e execução das políticas públicas - em particular naquelas que mais eficazmente podem combater as assimetrias regionais e a desertificação e valorizar o território, como sejam as políticas de ambiente, agricultura, turismo, florestas, emprego, empreendedorismo, educação, cultura, investigação científica e inovação, saúde, desenvolvimento regional e de ordenamento do território - e na programação e execução dos fundos estruturais.

Por outro lado, é determinante assumir a coesão territorial como princípio e objetivo essencial da reorganização administrativa, assegurando a coordenação interministerial na promoção da coesão territorial, contribuindo para uma atuação concertada, dinâmica e eficaz do Governo e Administração Pública. Por isso, em Portugal é tempo, por isso, de imprimir um novo rumo, um novo paradigma e uma nova dinâmica ao combate pela coesão territorial, pela valorização do território e contra a desertificação.

Assim, a coesão económica, social e territorial do país prevista nos próximos períodos de programação europeia, incluindo o PRR, tal como definido no Tratado de Lisboa, deverão efetivamente contribuir para reduzir as disparidades existentes nos níveis de desenvolvimento das diversas regiões, à escala das NUT III.

De facto, os desafios colocados ao nível sub-regional neste período, em áreas como a valorização dos recursos estratégicos do território, a sustentabilidade energética, a promoção de uma sociedade mais inclusiva, da eficiência e racionalização dos serviços coletivos intermunicipais, a sustentabilidade demográfica e territorial, tornam indispensável reforçar a escala de intervenção territorial, quer na implementação de políticas públicas, quer na operacionalização dos programas dos programas operacionais do próximo período de programação do Portugal pós 2020.

As estratégias de desenvolvimento territorial configuram um contributo significativo para o reforço da dimensão territorial dos instrumentos de financiamento comunitário no horizonte 2030. Deverá ser constituído um mecanismo que assegure que as especificidades e os diferentes graus de desenvolvimento das regiões e sub-regiões sejam devidamente tidos em consideração e que garantam a implicação direta das entidades sub-regionais e das autoridades regionais e locais. Para tal, no planeamento e estruturação dos programas, iniciativas e projetos deverão as entidades de âmbito supramunicipal, ao nível NUT III, liderar os processos de construção de estratégias desenvolvimento territorial, sendo fundamental que os mecanismos subjacentes à apropriação dos objetivos de desenvolvimento europeus e nacionais, permitam a flexibilidade necessária para ajustar as estratégias de desenvolvimento à realidade de cada sub-região.

Estes mecanismos deverão conduzir ao desenvolvimento de um projeto territorial que considere as expectativas de defesa do território pelos autarcas e estratégias de participação das instituições e comunidades locais, de forma que os recursos e o potencial de desenvolvimento local sejam capazes de envolver e mobilizar os agentes privados, as forças sociais e os atores económicos.

Assim, as estratégias de desenvolvimento territorial devem: assumir um amplo projeto de desenvolvimento territorial construído pela sociedade local/regional; estruturar e promover relações em redes (económicas, sociais e institucionais), de modo a valorizar, potenciar e construir o seu capital social; identificar as melhores soluções para a resolução dos problemas atuais e antecipar e dar resposta a cenários futuros; direcionar as ações para a construção de uma visão estratégia convergente aos diferentes atores locais relativamente ao futuro desejado; dinamizar a inovação e a produção de conhecimento, a partir de processos de aprendizagem coletiva; promover o empreendedorismo e a inovação regional a partir de sistemas produtivos integrados, apoiados em centros tecnológicos e científicos.

Nesse sentido, importa também pugnar para que a territorialização das políticas públicas esteja devidamente alinhada com a organização territorial do Estado, situação que não se verifica atualmente em muitos domínios e setores, permitindo que o sistema de governança territorial mobilize as diversas formas de cooperação institucional e desenvolva parcerias para a implementação de ações conjuntas. Importa dar relevância à dimensão e capacitação institucional, uma vez que a estrutura institucional nos territórios de baixa densidade, em geral, é frágil e pouco organizada, e muito dependente da ação das autarquias locais.

As autarquias, embora sendo em muitos casos a instituição mais importante destes territórios, por si só, têm dificuldade em responder às necessidades e exigências de investimento e, por outro lado, o investimento privado também é diminuto. Assim, reconhece-se a necessidade das políticas públicas territorializadas que estimulem a governança intermunicipal e regional.

É tempo, por isso, de imprimir um novo rumo, um novo paradigma e uma nova dinâmica ao combate pela coesão territorial, pela sustentabilidade e valorização do território e dar mais vida ao interior. De forma a garantir aos territórios de baixa densidade o acesso efetivo aos fundos do Portugal pós 2020, é crucial assegurar uma justa e adequada repartição dos meios disponibilizados pelos programas comunitários, nomeadamente:

- Assegurar que o Portugal pós 2020 é efetivamente estruturado em pactos de desenvolvimento territorial, de forma transversal a todos os fundos e programas, possibilitando o financiamento multi-fundo, tendo por base as realidades territoriais supramunicipais NUT III;
- Salvaguardar o princípio da subsidiariedade no desenho e estruturação dos instrumentos de programação de cariz territorial, potenciando o uso da escala territorial de intervenção como o principal mecanismo de racionalidade e eficiência na integração de políticas e, consequentemente, de fundos comunitários do PRR e do Portugal pós 2020;
- Pugnar pelo cumprimento do princípio da «adicionalidade», contemplado nos Tratados Europeus, assegurando que os fundos estruturais são aplicados nas regiões de convergência e são complementares ao investimento proveniente do orçamento de estado, não permitindo uma desigual e injusta repartição territorial dos investimentos públicos nacionais;

- Garantir meios de financiamento dos fundos europeus para os territórios de baixa densidade, possibilitando concursos específicos para as regiões do interior, quer ao nível das instituições públicas quer das empresas;
- Pugnar pela desburocratização e agilização do acesso a fundos comunitários, considerando as diferentes realidades territoriais;
- Ajustar os critérios de avaliação das candidaturas empresariais e institucionais à diversidade territorial, majorando os incentivos, atribuindo maior peso aos critérios regionais e da baixa densidade e permitindo a imputação de recursos humanos próprios para efeitos de cofinanciamento;
- Garantir às empresas dos territórios de baixa densidade o acesso aos fundos de capitalização e ajustar os incentivos comunitários às suas especificidades. O financiamento das empresas, por via do recurso ao crédito bancário, aos fundos de capitalização, ao capital de risco ou aos fundos comunitários, é crucial para dinamizar o investimento produtivo e a valorização dos recursos territoriais;
- Simplificar as condições de acesso aos fundos das micro e pequenas empresas do Interior e adequar as condições de financiamento às suas especificidades, repondo os subsídios reembolsáveis diretos e garantindo uma justa repartição dos meios de apoio à inovação empresarial.

É fundamental o país considerar as políticas, territoriais e/ou setoriais, devidamente ajustadas e diferenciadas de acordo com as diferentes realidades territoriais, considerando as realidades socio territoriais diversificadas na implementação de políticas públicas com incidência territorial.

6. A JUVENTUDE É A SOLUÇÃO E NÃO UM PROBLEMA

PROMOÇÃO DO EMPREENDEDORISMO JOVEM E APOIO AO INVESTIMENTO

A juventude é a solução e não um problema porque é nos Jovens que está a capacidade de reivindicação, criatividade, espírito crítico, a identificação de soluções inovadoras e vontade de mudança.

Tendo em consideração que a região apresenta uma pirâmide demográfica invertida e que a sua principal carência é ao nível da juventude, não é possível continuar-se, de forma impávida e serena, a ver os jovens serem obrigados a sair sem terem oportunidade de se fixarem localmente.

E pois fundamental promover o empreendedorismo jovem e o apoio ao investimento, através de uma diferenciação claramente positiva para os jovens no interior. Uma comunidade que não tem capacidade de motivar, reconhecer e fixar os seus jovens é uma comunidade que não tem futuro. De facto, uma comunidade carente de jovens com dinâmica, com energia, com vitalidade, com capacidade de antecipar o futuro é uma comunidade fechada em si mesma, privada de confiança e de um novo olhar positivo para a porvir.

Muitos jovens sonham em mudar o mundo, todos o sabem, mas salienta-se, que é responsabilidade de todos, no presente, o empenhamento em preparar o caminho de oportunidades, conhecimentos, competências e de vivências, que lhes virá a permitir tornar esse sonho realidade.

Para que, com seriedade, estratégia e muito trabalho, se encontrem novos caminhos de crescimento e de afirmação identitária, a juventude tem de contar e ser efetivamente parte da solução, sendo determinante a adoção de efetivas políticas de juventude orientadas para os jovens, no sentido de apoiar e promover atividades que fomentem a participação ativa dos jovens na sociedade.

O apoio aos jovens releva-se determinante para a sua fixação no território, nomeadamente dos que apresentam elevado potencial nas mais diversas áreas, pelo que é determinante promover a área do *empreendedorismo* jovem e criar oportunidades de emprego jovem, procurando direcionar os fundos comunitários para a criação de oportunidades para os jovens.

A fixação de jovens recursos humanos qualificados depende, em larga medida, da dinamização do empreendedorismo, da inovação e criatividade empresarial, tecnológica ou organizacional, que gere oportunidades para os mais jovens.

É necessário consolidar o papel das instituições de ensino superior do Interior na promoção da investigação, da inovação e do empreendedorismo que promovam a valorização dos recursos territoriais, através, da celebração de contratos-programa específicos de juventude orientados para o desenvolvimento regional, confirmando e aprofundando a descentralização de centros de competências e de excelência para os territórios de baixa densidade, associados aos recursos e competências territoriais, implementando programas de fixação de doutorados nas instituições de ensino superior e nas empresas do interior, e efetivar programas de apoio à captação e contratação de recursos humanos qualificados para as empresas locais, assegurando a resposta das estruturas de apoio às reais necessidades dos empreendedores.

Ao nível da formação é ainda primordial apoiar a criação de cursos superiores e profissionais orientados para operacionalização de programas de promoção e dinamização do empreendedorismo em territórios de baixa densidade, implementando programas formação profissional - emprego que possibilitem aos jovens terem formação académica conciliada com formação em contexto laboral.

Além da participação para a realização de estágios profissionais deve ser assegurado que nos programas de estágio profissional haja um acompanhamento técnico personalizado, possibilitando também esse apoio ao nível da criação do próprio emprego.

No que concerne ao financiamento comunitário e/ou nacional de jovens é urgente rever o modelo de financiamento dos projetos de jovens empreendedores, quer de âmbito comunitário ou nacional, pois as taxas de apoio/participação atuais inviabilizam, à partida, a generalidade das iniciativas empresariais jovens por falta de recursos próprios, pelo que deve ser criado um mecanismo que assegure a garantia do empréstimo para a componente de capitais próprios, nomeadamente nos casos de projetos cuja viabilidade se julga estar assegurada.

Por outro lado, é vital assegurar que todos os investimentos promovidos por jovens no interior tenham participação (comunitária e/ou nacional) equivalente aos investimentos públicos, ou seja, na ordem dos 80% (e não de apenas 40 a 50% e sem qualquer acompanhamento pois assim está o fracasso muito mais próximo de acontecer).

A orientação estratégica da juventude deve contemplar o apoio direto aos jovens no âmbito da instalação da sua atividade económica nestes territórios, assegurando um acompanhamento próximo e personalizado na instalação da atividade económica (nos vários setores de atividades).

É assim fundamental a implementação e a consolidação de uma política de juventude coesa e integrada, promovendo medidas que fomentem a participação ativa dos jovens, que sejam um estímulo à sua autonomia e ao desenvolvimento da sua personalidade, possibilitando e criando condições para uma juventude ativa e dinâmica.

7 – EXPETATIVAS DOURO

Hoje em dia o país caminha a passos largos para uma descentralização administrativa assente nas comunidades intermunicipais (CIM's) e nos municípios com a assunção de novas competências.

Hoje, a maioria dos assuntos que dizem respeito aos territórios são discutidos ao nível das CIM's, existindo poucas matérias, onde as discussões tenham como referência os distritos.

Tendo em conta, que a representatividade parlamentar deve refletir a efetiva dinâmica territorial, entendemos que deve existir uma reorganização dos círculos eleitorais tendo como referência não os distritos, mas sim o território das atuais comunidades intermunicipais.

Também o cálculo da representatividade parlamentar deve ser corrigido, contemplando não só o número de eleitores, mas também a área territorial que representam.

Esta alteração permitirá que os deputados eleitos por cada uma das CIMs tenham o foco, das suas propostas, alinhado com os interesses e problemas destas Comunidades.

O **atual código do Imposto Municipal sobre Imóveis** prevê a sujeição ao imposto por parte de vários tipos de imóveis entre os quais as barragens. Ainda que este imposto seja municipal, o Governo central isenta as barragens do mesmo. Todos estes ativos, estão em territórios de baixa densidade populacional, no interior do país, onde os sucessivos governos centrais tem investido muito pouco ao longo dos últimos anos. Ou seja, o Governo investe pouco nestes territórios e por decisão administrativa, acaba por impedir que a receita dos municípios seja maior e consequentemente reduz as possibilidades de desenvolvimento do território. Propomos desta forma acabar com a dupla penalização (a falta de investimento e a redução de receita) e tributar as barragens com o Imposto Municipal sobre Imóveis.

No âmbito de todo o processo relacionado com a **Casa do Douro visitar a lei n.º 73/2019**, de 2 de setembro, adotando as posições e orientações emanadas pelos Srs. Juízes, nomeadamente no que respeita em reforço de competências da Casa do Douro. Nomeadamente funções de:

- Estimular e capacitar os viticultores para a adoção das melhores práticas no domínio da vitivinicultura, do desenvolvimento tecnológico e das alterações climáticas.

- Participar na promoção e internacionalização dos Vinhos do Douro e do Porto
- Apoiar a internacionalização dos pequenos e médios viticultores
- Manter e preservar o cadastro histórico da Casa do Douro
- Capacitar e qualificar os agentes económicos locais na área do Enoturismo
- Representar os interesses da produção no Conselho Interprofissional do IVDP.
- Preservar um stock de vinhos históricos, com dimensão razoável e representativa, que constitua património nacional pelo seu carácter único e irrepetível.

Infraestruturação Ferroviária do território do Douro – Linha Do Douro

Torna-se fundamental para o Douro uma rede ferroviária de transportes e infraestruturas, totalmente integrada na Rede Transeuropeia de Transportes (RTE -T), como uma vantagem competitiva do País no sector do turismo e das empresas, ao serviço do crescimento económico e da criação de emprego.

“A principal ambição para a região do Douro deve ser a de consolidar uma cooperação estratégica entre os múltiplos atores locais e regionais que o permita transformar numa região ganhadora, coesa e inclusiva, sustentável e eficiente, empreendedora e inovadora, reconhecida pela sua atratividade e pela sua qualidade de vida.

8 – EXPETATIVAS ALTO TÂMEGA

O Alto Tâmega é reconhecido pelo *cluster* “território de água e bem-estar”, nas dimensões água e agricultura, água e energia, água e turismo e, água e termalismo.

A região apresenta tem como prioridades as seguintes linhas estratégicas:

- As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade

- Capacitação da população, nomeadamente através da criação de uma unidade orgânica de ensino superior público, de iniciativas de combate ao abandono e insucesso escolar, do fortalecimento da oferta de ensino superior e profissionalizante e, de formação orientada para novas profissões e necessidades do tecido empresarial, promovendo, simultaneamente a transformação digital das escolas e das entidades certificadoras;
- Redução dos níveis de desemprego e incremento das taxas de atividade;
- Aumentar os níveis de acessibilidade da população aos serviços de saúde, bem como a melhoria da assistência urgente e emergente, promovendo a equidade em saúde;
- Promover a coesão e inclusão sociais através da valorização e fortalecimento da resiliência da população local, fortalecendo os serviços sociais de proximidade às comunidades locais, facilitando o seu acesso e o seu funcionamento em rede;

- Promoção da qualidade de vida da população mais idosa, promoção do envelhecimento ativo e disponibilização de apoios adequados às suas necessidades;
- Melhoria das condições de resiliência do território do Alto Tâmega, designadamente a crises de saúde pública, por exemplo, através da identificação das suas principais vulnerabilidades e formas de mitigação, do apoio à definição de estratégias de contingência e de ações de sensibilização;
- Promoção de “novos” empregos, novas atividades e novos conceitos de trabalho face à nova realidade e ao território.

- Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento

- Promoção da integração de empresas locais em cadeias de valor regionais, nacionais e internacionais e segmentos de maior valor acrescentado (designadamente, empresas dos setores da agricultura, floresta, indústrias extrativas, indústrias tradicionais e turismo);
- Suporte à especialização em áreas com procura emergente, na indústria e serviços, particularmente no turismo de bem-estar, suportando-o no recurso água e no potencial termal, objetivando a inovação e a sua integração com o turismo de desporto e da natureza;
- Apoio a *start-ups*, promoção do espírito empresarial e do empreendedorismo, incentivando a incorporação de inovação e conhecimento, inclusivamente na produção de produtos endógenos;
- Apoio à orientação estratégica e concertada do tecido empresarial para o mercado Ibérico dos territórios transfronteiriços, via cooperação, tirando partido das dinâmicas de colaboração já consolidadas, por exemplo, entre entidades públicas;
- Desenvolvimento de novos formatos de processos colaborativos entre a Ciência e as Empresas, (e.g. promoção ativa da atração de empresas e de empreendedores externos à sub-região para o território; Promoção ativa da (re)localização ou criação de polos e núcleos de entidades públicas, nomeadamente instituições de I&D que facilitem a criação e consolidação de atividades de inovação no Alto Tâmega e criação de estruturas e organização de setores específicos numa lógica de criação de fileiras e de reforço das relações de cluster);
- Reforço do *e-government* local e territorial, para incrementar os níveis de eficiência dos serviços e, conseqüentemente, de satisfação de todos os atores do território, utilizando a digitalização simultaneamente como uma base para o fortalecimento institucional.

Transição climática e sustentabilidade dos recursos

- Promoção de um desenvolvimento económico assente no potencial endógeno, nomeadamente o da agricultura e das florestas, potenciando o seu contributo para a sustentabilidade ambiental do território, a utilização eficiente dos recursos e a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade, fomentando o biológico, onde os planos de paisagem terão um papel muito relevante;
- Exploração de novos recursos e novas aplicações, baseada em princípios de sustentabilidade, dado o seu potencial de dinamização económica e de promoção da inovação, salvaguardando a garantia de retorno de mais-valias para os territórios sobre a exploração de recursos naturais e remuneração de serviços de ecossistema;

- Promoção da eficiência energética no edificado (público e privado), em concertação com iniciativas de reabilitação urbana (edificado e espaço público), valorizando os traços de afirmação diferenciada dos centros urbanos do Alto Tâmega e prever o desenvolvimento de projetos de Comunidades Rurais de Energia;
- Desenvolvimento e implementação de um programa de ação para o reforço do potencial ambiental do território e sua adaptação às alterações climáticas;
- Promoção da mobilidade urbana sustentável a nível intermunicipal, sendo especialmente relevante a promoção de transportes públicos coletivos eficientes em rede e a pedido, dado que a mobilidade se suporta principalmente nas redes viárias;
- Proteção e valorização do património natural e cultural, nomeadamente da paisagem na sua interação território-homem, como elemento distintivo, identitário e qualificador do Alto Tâmega;
- Fomento da produção de energias renováveis;
- Proteção e fomento do uso eficiente da água e dos recursos hídricos;
- Transformação/aproveitamento das alterações climáticas numa oportunidade para novas atividades produtivas sustentáveis no futuro.

- Um território competitivo externamente e coeso internamente

- Superação dos constrangimentos que subsistem nas redes viárias do Alto Tâmega, nomeadamente os existentes nas ligações dos concelhos de Boticas, Montalegre e Valpaços aos eixos viários estruturantes (A24, A7 e A52-Espanha);
- Conexão de transportes entre o território e a linha de alta velocidade Espanhola, nomeadamente com uma ligação à estação da “A Gudiña”;
- Superação dos constrangimentos nas acessibilidades digitais, nomeadamente as de última geração como elemento crítico para a atração e fixação de população, empresas e entidades;
- Reforço das disponibilidades energéticas nas zonas de acolhimento empresarial como fator decisivo para a atração de investimento industrial e fortemente fixador de população;
- Reforço da cooperação transfronteiriça de proximidade, expandindo processos colaborativos já consolidados para um âmbito regional e promovendo a integração de atores de diferentes áreas nestes processos;
- Otimização da gestão integrada da prestação de serviços públicos e coletivos (educação, saúde, cultura, sociais, económicos, associativos), numa lógica de trabalho em rede, reconhecendo a polaridade de Chaves na estrutura do sistema urbano da sub-região;
- Promoção de novos meios de prestação de serviços, tendo em vista uma maior inclusão das populações, nomeadamente as mais afastadas dos núcleos urbanos, contrariando o isolamento;
- Promoção de uma estratégia integrada do setor agrícola como plataforma de sustentabilidade territorial;
- Reforço do *branding* do Alto Tâmega e consolidação de uma visão comum sobre a diferenciação (Alto Tâmega como destino turístico, mas também como destino empresarial, de cultura, de desporto, de qualidade de vida).



17, 18 E 19 DEZEMBRO 2021 | EUROPARQUE, SANTA MARIA DA FEIRA

PROPOSTA TEMÁTICA



**UMA ABORDAGEM DA SOCIAL-
DEMOCRACIA AOS DESAFIOS
QUE ATUALMENTE SE COLOCAM A
PORTUGAL, ÀS REGIÕES E À SOCIEDADE
CIVIL NO CONTEXTO EUROPEU E NUM
MUNDO GLOBAL**

1º SUBSCRITOR:

CPD Aveiro

Uma abordagem da Social-Democracia aos desafios que atualmente se colocam a Portugal, às regiões e à sociedade civil no contexto europeu e num mundo global - Moção
Temática da Distrital de Aveiro ao XXXIX Congresso do PSD

1

Está difícil viver em Portugal! Este país, tal como está e tem estado, não é para famílias e, menos ainda, para jovens. Os impostos consomem uma parcela relevante e excessiva dos rendimentos do trabalho e, de modo idêntico, oneram a produção, impedindo e inibindo qualidade de vida, investimento, competitividade e melhores oportunidades e salários. O socialismo tem-se limitado apenas a aumentar a despesa corrente do Estado e redistribuir a riqueza produzida, mesmo quando, como tem sido o caso, ela já não é suficiente para cobrir a atual e nos obriga a aumentos sucessivos da carga fiscal e da dívida pública, adiando as reformas do Estado essenciais à sustentabilidade das contas do Estado e ao relançamento da economia e do crescimento económico, este sim gerador de riqueza, melhores salários e maior qualidade de vida.

Em 2021, Portugal está novamente numa encruzilhada. Cumpre, agora, aos portugueses decidirem se querem mudar de caminho e interromper o percurso que nos conduz a um labirinto, em tudo idêntico àquele que, em 2001 e em 2011, nos revelou não haver futuro risonho no “fim da linha”, revelou apenas uma porta para o precipício e para novos tempos de dolorosa austeridade e de sacrifícios inaceitáveis.

Depois da magnífica austeridade de esquerda e da brutal carga fiscal atual, já pouco sobra dos rendimentos do Trabalho. Atualmente, tornou-se extraordinariamente difícil, ou mesmo impossível, para tantas famílias portuguesas fazer coincidir despesas do dia-a-dia, como alimentação, habitação, educação e saúde, com a necessidade de adquirir habitação própria ou fazer obras de manutenção nesses prédios, com a necessidade de comprar viaturas, com a necessidade de assegurar uma saúde preventiva ou mesmo o acesso a cuidados de saúde reparativos, com um planeamento das despesas futuras, e até presentes, com a educação dos filhos, ou com o desejo de ter mais filhos, ou a possibilidade de aumentar o conforto e a qualidade de vida. Tornou-se muito difícil conciliar o projeto e a vida profissional com o projeto e a vida familiar. Tornou-se quase impossível planear o futuro e a velhice no seio das famílias. Ir de férias ou ter momentos qualificados de lazer tornou-se um luxo quase inalcançável para inúmeras famílias portuguesas.

Depois da aveludada austeridade socialista e da sempre crescente carga fiscal, os custos da produção são elevados e os proveitos da mesma são diminutos. Tornou-se muito mais difícil competir nos mercados internacionais com produtos nacionais e mais difícil ainda reinvestir capitais próprios na modernização, na inovação, na investigação e desenvolvimento tecnológico, no crescimento e na internacionalização das empresas. E, de igual modo, gerar mais e melhor emprego com melhores salários.

Nos últimos anos a dívida soberana e a dívida pública têm subido para patamares surpreendentemente elevados, deixando o país, as empresas e as famílias expostas a quaisquer sobressaltos ou abalos da economia, e mesmo aos mais pequenos e súbitos imprevistos, desde a subida das taxas de inflação, à instabilidade dos preços do petróleo e dos

combustíveis, do custo da energia ou das matérias-primas. Tornando imprevisível e incontrolável o humor dos mercados que financiam a nossa já gigantesca dívida pública. Portugal está novamente à beira do abismo. Portugal está novamente à beira do abismo. Os dados são evidentes. O valor absoluto da dívida pública registado em junho de 2021 surge, de acordo com as estatísticas do Banco de Portugal, como o mais elevado desde julho de 2016. No plano europeu, segundo o Eurostat, Portugal apresenta a terceira maior dívida pública entre os Estados-Membros da União Europeia. A mera ameaça de uma tempestade perfeita ou um indelével deslaçar do manto protetor do Banco Central Europeu às dívidas dos Estados da União empurrará Portugal para uma nova e já conhecida crise financeira, agravando brutalmente a atual crise económica e social.

Uma vez mais, um Governo Socialista não soube ou não quis governar o país, aproveitando a estabilidade política que uma presidência da república “forçou” e as circunstâncias económicas e financeiras altamente favoráveis permitiam, que o anterior governo social-democrata criou e o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e a estabilidade dos mercados financeiros ampliaram. A opção de espoliar o poder a quem o havia ganho pelo voto dos portugueses e a necessidade de o segurar com uma maioria parlamentar fez com que se gerassem, novamente, graves desequilíbrios macroeconómicos e se mantivessem em níveis extraordinariamente elevados as políticas austeritárias e a carga fiscal, redistribuindo-se todos os recursos, até mesmo aqueles que o Estado já não tinha e a economia não financiava. Com a governação socialista destes seis anos inibiu-se a iniciativa e o investimento privado, adiou-se o investimento público e as reformas do Estado

imprescindíveis para resgatar a economia nacional de um crescimento anémico e anormalmente longo.

Aqui chegados, nunca como agora, podemos afirmar como são tão acertadas as eloquentes palavras de Mark Twain, que nos dizia que se é certo que *“a história nunca se repete, as circunstâncias parece que rimam.”* Coincidência ou não, Portugal e os portugueses foram sucessiva e severamente fustigados por governos socialistas, temporariamente seduzidos pela distribuição de benesses que a riqueza gerada pela economia e por um crescimento económico inexpressivo não sustentavam e não suportavam, fazendo-o sempre à custa do endividamento galopante e irresponsável do Estado e da Economia. Tivemos três governos em três ciclos de seis anos, dezoito anos de governação socialista pelo mesmo grupo de políticos, tivemos o pântano de Guterres, a bancarrota de Sócrates e a inação de Costa. António Costa quis e construiu maquiavelicamente esta crise política, a maioria de esquerda consentiu e exauriu os recursos do Estado até ao limite, a esquerda radical deixou-se deliberada e conscientemente enganar até perder a mão e a voz, desejando agora regressar ao lugar que lhe pertence e onde confortavelmente sabe estar: a posição de protesto. Ensaiando resgatar os votos e a influência que foi perdendo nas classes e setores mais radicais de protesto, de reivindicação de rua, de vanguarda e cariz revolucionário. O que significa um regresso à instabilidade social e política.

Podemos afirmar que Portugal está novamente à beira da derrocada. As famílias e as empresas sobrevivem em dificuldades crescentes e sem perspetivas de ver melhoras nos seus amanhãs! Os Portugueses perderam a esperança no seu país e no seu Governo!

No lado oposto temos pequenos partidos de direita de cariz reacionário influenciados por ideais de extrema-direita ou por derivas neoliberais. Estigmatizados e instáveis na ideia de que o mercado é um mecanismo perfeito para organizar todas as dimensões do Estado Social e da Sociedade Civil, desvalorizando o papel central do poder executivo e do poder regulador independente imprescindíveis à democracia e ao desenvolvimento económico. Somente a social-democracia é solução de mudança.

A social-democracia que rasga o pensamento instalado diz-nos que o essencial são e serão sempre as pessoas. E as pessoas são as famílias - as crianças, os jovens, os idosos, os pais, o emprego, a habitação, a educação, a alimentação, a saúde e o lazer -, são as empresas – o investimento, a produção e a produtividade, a inovação e a internacionalização -, são as coletividades – instituições sociais, associações desportivas e culturais -, e são as suas marcas identitárias – o património cultural, o património natural e o construído. As pessoas são a sustentabilidade dos territórios. E a sustentabilidade dos territórios consiste na necessidade de garantir a todos saúde, felicidade e bem-estar. Garantir oportunidades e recursos, percursos e projetos pessoais. Garantir qualidade ambiental nos espaços naturais e urbano.

Mais que ser resiliente e recuperar, é preciso reconstruir e reformar. E antecipar, na composição do presente, parcelas do nosso futuro coletivo, redesenhando e fabricando um futuro mais previsível e mais auspicioso, cuidando de assegurar melhores perspetivas e horizonte, aos jovens e às gerações vindouras, para poderem ficar, viver e construir.

O principal desígnio da social-democracia é criar e implementar mecanismos capazes de produzir um efeito de devolução e redução da carga fiscal que incide sobre a classe média e as empresas. Com políticas fiscais adequadas, liberdade, autonomia e

recursos suficientemente acoplados às instituições de regulação e da justiça, a iniciativa privada e a sociedade civil saberão reconstruir a economia e restabelecer um crescimento económico expressivo que suporte e torne sustentável o Estado Social.

Se o futuro é muitíssimo importante, mais importante ainda é o modo como se vive o, e no, presente. A social-democracia que temos entre mãos, dispensa agora grandes enunciados e elaborados raciocínios. A social-democracia interpela-nos, impele-nos, exige-nos pragmatismo, sem termos e condições, exige-nos políticas públicas reformistas do Estado e das suas instituições. Neste momento, nada mais interessa ou deve ocupar o nosso tempo e o nosso pensamento senão somente as pessoas e o desígnio de devolver a carga fiscal aos contribuintes! Cuidando de aliviar o sufoco e empoderar a sociedade civil, as suas células e organizações, para que possa ela mesma libertar-se e realizar a construção da comunidade e dos caminhos do amanhã!

E se está difícil viver em Portugal, é impossível sobreviver em determinadas regiões do globo. Quanto da tragédia do Mediterrâneo e das novas formas de escravidão afetam profundamente a vida e o mosaico cultural europeu? Quantos problemas da origem migram com os migrantes para a Europa? E quantos poderiam ali ser resolvidos? E o quanto pesam no Estado Social e no esforço fiscal que é pedido às famílias portuguesas? E o quanto são imprescindíveis para o reequilíbrio e a regeneração demográfica no espaço europeu e para o refortalecimento da nossa informação genética?

É desconcertante o retrato dos jovens portugueses. De acordo com o estudo “Os jovens em Portugal, Hoje”, a grande maioria dos jovens (78%) considera que há cada vez menos oportunidades de arranjar emprego em Portugal. Num mercado de baixos salários,

72% dos jovens empregados recebem menos de 950,00€ líquidos por mês, sendo 23% aqueles que recebem abaixo dos 600,00€. É notória a insatisfação profissional sentida. Cerca de metade dos jovens portugueses afirmam não se sentir realizados profissionalmente e 23% pensam diariamente em deixar o emprego. Por outro lado, o desejo de emigrar aumenta, sendo este um sentimento manifestado por quase 1/3 dos jovens trabalhadores. De acordo com o Eurostat, Portugal é dos países com maior taxa de desemprego jovem, atingindo, em 2021, a taxa de desemprego de jovens com idade inferior a 25 anos os 23%.

Hoje, há uma gigantesca faixa social que vive em permanentes dificuldades, gerindo com um rigor inflexível e consumindo inapelavelmente todos os seus rendimentos mensais. Trata-se de uma nova classe de remediados, com trabalho e emprego, que outrora foram radiante e fulgente classe média, mas que hoje vivem sem perspetivas e sem rendimentos disponíveis relevantes. É esta a verdadeira maioria silenciosa em Portugal. É para ela que devemos olhar com especial atenção.

As reformas são imprescindíveis e quando são bem planeadas e implementadas, tornam-se, pelos efeitos positivos duradouros, incontestáveis e incontornáveis, consolidando-se no tecido económico e social.

É preciso subir um nível no discurso político. É preciso introduzir outros conteúdos no discurso e na comunicação. Materializar e consciencializar para uma via alternativa. Somente a social-democracia e o seu modelo económico darão resposta cabal aos problemas do país. Neste momento de grande incerteza global, enquanto o mundo ainda luta contra uma pandemia sem fim à vista, o propósito deve destinar-se a dar a entender o compromisso renovado da social-democracia com os cidadãos e a demonstrar que somente a social-

democracia será capaz de assumir os desafios e dissuadir as ameaças desta Nova Era. Seja a acabar com a pandemia da covid-19 em todo o lado e com todos os seus perniciosos efeitos socioeconómicos, seja a corresponder às exigências de uma crise climática em aceleração e às consequências de uma revolução tecnológica, quase instantânea e permanente, e do declínio demográfico no emprego e no Estado Social.

2

Por outro lado, cumpre à social-democracia chamar a si o papel de repensar a reorganização do Estado, a sua modernização e o próprio modelo e dimensão de intervenção do Estado Social. Independentemente da mão que semeia as ideias, devem ser convocados os melhores do país, de todos os quadrantes e sensibilidades, por forma a construir soluções reformistas mais consensuais, mais estáveis e, por isso, mais duradouras.

Na construção do Estado Social que conhecemos e foi constitucional e paulatinamente erigido pelos sucessivos governos sempre coube um papel essencial nessa construção à sociedade civil e à iniciativa privada de natureza, utilidade e interesse público, por isso, não podemos, nem devemos pedir-lhe que se envolva e assegure serviço, em quantidade e qualidade, à rede pública e, sem mais, descartar esse investimento quando a rede pública se torna, por razões meramente conjunturais, globalmente suficiente, nomeadamente quando esse braço privado da rede pública é mais próxima, mais eficiente e apresenta níveis de serviço de excelente qualidade. O Estado não pode, nem deve, por questões meramente ideológicas ou conjunturais desperdiçar, abandonar, duplicar ou replicar investimentos privados na rede pública que já se acham instalados e a disponibilizar serviços públicos de qualidade e com maior eficiência de recursos às populações, sob pena de

“atraíçoar” a sociedade civil e as suas organizações com quem precisou de contar para a criação e desenvolvimento do Estado Social e continua a precisar para a sua modernização e reorganização. Atualmente, a transição digital, a revolução tecnológica, a inteligência artificial e o declínio demográfico colocam delicados e complexos desafios à sociedade e ao Estado Social, por isso se torna tão premente ponderar medidas inovadoras como o rendimento básico universal até aos 23 anos, com eliminação das inúmeras prestações sociais existentes para efeito idêntico, medidas para as famílias por forma a promover a aquisição e manutenção de habitação, de boa educação, ponderando a generalização de manuais gratuitos no ensino obrigatório, de alimentação equilibrada e de serviços de saúde céleres e de qualidade e de mobilidade acessível, e aqui, embora concordando com o programa de apoio à redução tarifária e a estratégia do passe único, ou mesmo do passe gratuito em determinadas circunstâncias, contexto e regiões, entendemos que serão necessárias um conjunto alargado de medidas adicionais para que este programa seja uma verdadeira e efetiva solução com impacto positivo no combate às alterações climáticas e à qualidade vida no interior das grandes cidades, reduzindo o uso de viaturas privadas e de combustíveis fósseis. E muitas outras que agora ou num futuro bem próximo se colocarão. A título de exemplo, elencamos o financiamento aos progenitores-cuidadores dos filhos como alternativa à rede pública de creches e medida de promoção da natalidade, ou mesmo a valorização expressiva de remunerações relacionadas com o trabalho indiferenciado, o trabalho especializado e o trabalho qualificado que se relacionem com a prestação de um trabalho com especial perigosidade, exigências físicas e desgaste rápido. Ou a introdução de um novo modelo de habitação pública, distinta da habitação social, com a criação de um programa para construção de habitação pública para jovens casais, independentemente da condição social ou de recursos

ou mesmo a universalização do acesso generalizado a cuidados de saúde no SNS e no Privado, financiados de modo semelhante ao utente pelo Estado Social independentemente da natureza do prestador do serviço e o financiamento dos Contratos de Associação essenciais à Rede Pública de Ensino nos mesmos termos do financiamento da rede pública. Ou, numa lógica da promoção do crescimento económico, sustentabilidade financeira do Estado e da transparência e competitividade fiscal, ponderar a redução do IRC para a taxa fixa de 15% e a aplicação de taxa que resulte do diferencial desta relativamente a taxas que resultem de estratégias de planeamento fiscal agressivo relativo a empresas e agrupamentos que tenham atividade económica relevante em Portugal mas sede, para efeitos fiscais, noutros países ou paraísos fiscais, porque faz todo o sentido começar a cobrar impostos pelo lucro das multinacionais nos países onde se fizeram as transações que formaram parte desse lucro, ou mesmo a tributação de postos de trabalho ocupados por inteligência artificial, assim como o reforço de poderes e independência das entidades reguladoras e do seu poder regulatório dos mercados, essencial à correção dos desequilíbrios do mercado livre, e a reorganização dos tribunais administrativos e fiscais e agilização dos processos de cobrança de dívidas comerciais e de insolvência. Outras áreas haverá, como a revisão no Código e Processo Penal no capítulo dos crimes económicos e das respetivas molduras penais, quando se trate de crimes de extraordinária complexidade e de valor de tal forma elevado que gere impacto no Orçamento de Estado e nos contribuintes, assim como no limite da pena máxima, nos prazos e regras de prescrição do procedimento criminal e na execução de penas.

E, na questão das alterações climáticas e proliferação de lixo nos oceanos, independentemente dos compromissos internacionais e das medidas que resultem em efeitos

positivos e oportunidades de conseguir um progresso ambicioso que trave a crise climática e crie empregos através do fomento de uma transição global para a energia limpa, as políticas públicas devem direcionar-se no sentido de promover uma alteração profunda ao modo como se produz, consome, desperdiça e reutiliza. É imperioso e prioritário planejar, financiar e executar na orla marítima um programa ambicioso de obras costeiras de engenharia pesada, melhorando a capacidade de competir e proteger as populações contra esta ameaça, subida do nível das águas, ou mesmo outras ainda imprevisas, o que mais uma vez implica um investimento sério e de caráter duradouro em infraestruturas, blindando a nossa democracia contra populismos e quaisquer outros “ismos”, na exata medida em que a melhoramos e tornamos mais resistentes as suas infraestruturas físicas, digitais e de saúde.

As novas tecnologias colocam-nos hoje questões que moldam, ou podem moldar, o nosso mundo e o nosso modo de vida de forma profunda, expondo vulnerabilidades e criando inimagináveis ameaças como a vigilância assente em tecnologias de informação invasivas, devemos, pois, assegurar que a utilização e desenvolvimento dessa inovação seja gerida segundo os nossos valores e não por interesses meramente egoísticos.

E, sendo certo que as reformas não deverão ser feitas sem que à implementação das mesmas seja alocado o investimento necessário ao seu cariz estruturante, o investimento adequado é imprescindível à expressão e longevidade que se pretende dar às reformas do Estado e à sustentabilidade do Estado Social. Especialmente, como infelizmente nos ensinou esta pandemia, na reforma e modernização urgente do Serviço Nacional Saúde e da sua rede de equipamentos públicos.

E como devolver a carga fiscal e mitigar os seus efeitos na produção e na qualidade de vida? Depois de um plano de resgate ao país, a opção deve ser por um plano de resgate aos portugueses: às famílias e às empresas. Uma aposta clara na classe média e nos jovens casais e na reforma e redimensionamento do Estado Social. Importa promover a resiliência e a prosperidade das famílias portuguesas e a competitividade das empresas e da produção nacional.

Este Plano de Resgate, pensamos, deverá ter como prioridade ajudar os portugueses que perderam rendimentos e a relançar a economia, em particular através das pequenas e médias empresas. Os fundos comunitários do PRR e do próximo QCA constituem um pacote de ajuda e estímulo contra as consequências da pandemia aprovados pela Comissão Europeia e são generosos para Portugal. Este envelope financeiro deve ser preferencialmente dirigido à criação de fundos visando: a conclusão da requalificação da rede de equipamentos escolares e a qualidade do ensino, a formação para o trabalho e o combate ao abandono e insucesso escolar, determinando uma formação profissional que permita responder às entropias e à procura do mercado de trabalho; o apoio ao investimento privado na inovação, modernização e internacionalização do tecido empresarial; o financiamento de um conjunto de infraestruturas ao nível regional, há largos anos identificadas e reclamadas pelos territórios e pelas populações - que sejam imprescindíveis ao incremento da competitividade das empresas e dos produtos portugueses e capazes de acelerar a qualidade e quantidade da produção nacional a preços competitivos no mercado global. Este ambicioso plano deverá prever também generosos apoios para os setores mais fragilizados da economia,

desde a restauração ao turismo, da produção cultural aos eventos culturais e às empresas que suportam e se relacionam com esta atividade, os mais afetados pela pandemia da Covid-19.

É, pois, preciso reconstruir o presente, construindo o futuro. É preciso dar resposta às questões que ontem e hoje incessante e instantaneamente nos interpelam. Como combater a intolerância cultural, a ditadura do politicamente correto, a asfixia da carga fiscal, a estagnação económica e o corporativismo inibidor do espírito reformador? Como conciliar a transição digital, a transição energética e a transição climática com a sustentabilidade ambiental e social dos territórios? Como garantir a resiliência, a recuperação e a reconstrução inteligente dos territórios e da economia? Como devolver felicidade e sentido da vida aos cidadãos e envolver novamente a sociedade civil na construção do país?

O medo atual e real da destruição do Homem e do seu modo de vida pelas mãos do próprio Homem é substituto bastante do histórico caos - gerado na peste, na fome e na guerra: a famosa trilogia do passado europeu -, como veículo adequado à criação de uma nova motivação comum que equilibrará a perda da segurança inabalável dos primeiros princípios da humanidade e da fé nas sociedades atuais, devolvendo esperança e perspetiva de futuro aos cidadãos na exata medida em que soubermos atuar sem erros evitáveis e num terreno já fértil para implantar as reformas que Portugal precisa.

Estas são questões determinantes deste nosso tempo. Será a social-democracia, seremos nós capazes de entregar resultados concretos à presente e às próximas gerações num mundo em tão rápida mudança? Seremos nós capazes de assegurar que as nossas instituições democráticas, que marcam Portugal desde abril do século passado, terão capacidade perante os adversários e as ameaças modernas? Qualquer pessoa sensível à

complexidade do mundo e à complexidade dos seres humanos responderá, obviamente, que sim. Sim, é possível. É possível com uma dose colossal de vontade, coragem e seriedade. É possível com uma inabalável convicção, persistência e resiliência. É possível com ponderação, estratégia e competência. Tudo isto, atributos e virtudes que definem de forma bem vincada a liderança que ainda agora acabámos de reeleger.

3

Em defesa do Distrito de Aveiro, quando se fala de investimento público estruturante da economia, importa repetir, persistir e reafirmar os interesses legítimos do nosso Distrito, sublinhar ideias, decalcar palavras já gastas, relembrar até à exaustão promessas prometidas há dez, vinte, trinta ou mais anos. Medidas, obras e investimentos prioritários, conhecidas e reconhecidas pelos governos, pelas autarquias, pelas comunidades, pelas empresas e pelas universidades. Continuam atuais e pertinentes todas as reivindicações que constam da Moção que levámos ao 38º Congresso do Partido. E são essas as aspirações mais importantes do Distrito de Aveiro, percebendo que em cada uma delas e no seu conjunto transformarão esta região distrital num território de excelência, capaz de abraçar e dar resposta cabal aos desafios que enunciámos. Assim, elencamos, uma vez mais, os nossos investimentos públicos prioritários.

Estes investimentos públicos devem envolver as autarquias e os fundos comunitários. Desde logo, porque as autarquias têm uma dívida pública extraordinariamente baixa e equilibrada e orçamentos sem défices ou, mesmo, com excedentes orçamentais e um rácio de despesa estrutural relativamente baixo, face às suas receitas estruturais. A seguir

porque é essencial dar execução célere e expressiva ao PRR e assegurar que o processo de descentralização de competências é efetuado de forma séria e célere, sem conflitos e sem provocar danos irreparáveis aos municípios e aos munícipes.

Depois, porque o próximo Quadro Comunitário 20/30 é importante demais para se perder novamente a oportunidade de fechar de vez e bem o ciclo das infraestruturas em Portugal, fazendo-se, ampliando-se e requalificando-se aquilo que já deveria ter sido feito no âmbito do último quadro.

As justas reivindicações que se renovam, geram, sem réstia de dúvida, melhor coesão territorial, profundas melhorias ambientais, ganhos assinaláveis de crescimento económico e desenvolvimento social. E, também, na fixação de pessoas e na captação de investimento privado. Tudo, com ganhos certos na competitividade, na produção de riqueza, na qualidade de vida e bem-estar social, no enraizamento de esperança e expectativa positivas de sólidos e bem-sucedidos percursos profissionais e familiares – respondendo com acerto aos desafios a que nos propomos e que Portugal precisa de trilhar.

A Associação de Municípios das Terras de Santa Maria mantém firme a convicção de que se afigura estratégico o financiamento do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Salgueiro e Ossela. Em pleno século XXI, é inaceitável que territórios tão vastos e comunidades tão numerosas não possam usufruir de um sistema cujo impacto ambiental é severamente nefasto para ecossistemas tão valiosos com que se relaciona. A Variante Chão D’Ave a Carregosa – nó A32 e a ligação Feira-Arouca, assim como uma ligação direta de Vale de Cambra desde a Variante N227 à A32, trata-se de ligações rodoviárias intermunicipais que a associação tenciona levar a cabo, achando-se disponível para assegurar

os necessários procedimentos de concurso público para a elaboração do projeto assim que o Governo seja conseqüente e faça coincidir o discurso e a prática, acoplando às iniciativas fundos do Orçamento de Estado e daqueles Fundos Comunitários e promovendo a execução da obra, por si ou por intermédio desta associação. Assim como, a oportuníssima e necessária construção do Túnel da Cruz, para ligação da A1 à EN 223 e ligação Feira-Ovar.

No âmbito das prioridades estabelecidas pelos Municípios, onde a melhoria da sua rede de acessibilidades é conseqüente com a promoção da coesão territorial e com o fortalecimento da competitividade da região, toma lugar de destaque - tem especial realce na estruturação e consolidação dos aglomerados urbanos - e assume particular relevância a Linha do Vale do Vouga, através da ligação à Linha do Norte, em Espinho. Pretende-se viabilizar o troço Oliveira de Azeméis – Espinho, da Linha Ferroviária do Vouga, designadamente pela sua ligação e compatibilização com a Linha do Norte, e conseqüente ligação direta ao Porto, mantendo a possibilidade da continuação do funcionamento da linha numa situação de melhor equilíbrio económico-financeiro, que permita também potenciar dinâmicas regionais e nacionais. Depois das celebrações da Linha do Vale do Vouga, “o Vouguinha”, nome pelo qual é conhecido o velho (de 110 anos) canal ferroviário e os seus comboios, é responsável pelo transporte dentro das Terras de Santa Maria e destas para o Mar, ao longo de sucessivas gerações dos seus habitantes e a sua reabilitação surge como estratégica para o distrito e para a mobilidade entre as suas duas sub-regiões. À renovação desta infraestrutura, deve associar-se a conceção, criação e construção de uma nova e alternativa Linha Ferroviária de ligação suburbana Porto-Aveiro, por forma a acautelar impactos negativos, já visíveis, do avanço do mar sobre o corredor atual, algo emergente face às alterações climáticas. Tratam-se, pois, de

projetos de capital importância. Na área da saúde, as populações de Terras de Santa Maria da Feira aguardam em desespero o começo das obras de ampliação das urgências do Hospital São Sebastião, do Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga, investimento com fundos consignados, mas sucessivamente cativado pelo Governo de António Costa, assim como a criação de uma nova Unidade dedicada à saúde mental com ampliação do hospital para os terrenos que foram adquiridos para o efeito junto do mesmo. E, acolhendo receios fundados quanto à bondosamente imposta descentralização da competência, no que toca à de conservação e manutenção da rede de equipamentos de cuidados de saúde primários – Centros de Saúde –, apela-se ao partido que olhe e questione o estado miserável em que se encontram um sem número de equipamentos, quer na saúde quer na educação, que o Governo quer empurrar para o colo das autarquias do distrito e do país sem cuidar primeiro da sua reabilitação ou sem consignar fundos adequados para o efeito, pondo em cima dos autarcas e das autarquias a responsabilidade financeira e o ónus político que hoje lhe queima as mãos e envergonha a face. O mesmo se podendo dizer do processo de desclassificação e municipalização de estradas nacionais, onde muitas delas precisam de profundas obras de requalificação e conservação, transferindo-se apenas após a sua requalificação pela Administração Central os custos de manutenção para as autarquias.

A Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, com trinta anos de associativismo municipal, que devemos honrar pelo trabalho prestimoso em prol das populações e do desenvolvimento da região, permitiu realizar de forma autónoma e em parcerias com outras entidades, um trabalho de equipa, com entidades públicas e privadas e com os governos de Portugal, em múltiplos e relevantes projetos que foram sendo

concretizados ao longo do tempo, muitas vezes com o indispensável apoio dos Fundos Comunitários dos vários Quadros Comunitários de Apoio. Os trinta anos de vida em comunidade intermunicipal, foram deixando marcas importantes de capacitação do território, de muitos contributos para elevação da qualidade de vida dos cidadãos da Região de Aveiro. E, a melhor forma de homenagear e honrar o passado, é fazer mais e melhor a cada dia que o futuro nos vai trazendo. Estamos numa fase importante ao nível do planeamento da Região de Aveiro, sendo necessário cuidar, com especial cuidado e empenho, do ordenamento do território, dos investimentos que são necessários realizar e financiar pelos fundos do próximo Quadro Comunitário de Apoio e das decisões políticas que importam objetivos importantes para a Região de Aveiro, pelos quais se continua a pugnar junto do Governo de Portugal. Relançando renovadamente essa luta contra um mar imenso de diligências, intransigências, reticências, declarações, omissões e cativações, na esperança de encontrar maré de feição nestes novos tempos, destacando aqui alguns desses objetivos a que o partido, por intermédio dos seus órgãos e representantes junto ao Poder Central, se deve associar. Desde logo, a capacitação do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, com a ampliação e qualificação dos serviços clínicos do Hospital Infante D. Pedro, com a criação de um Centro Académico Clínico e com a requalificação dos Hospitais de Águeda e Estarreja. Depois, a negociação e a realização de mais investimento na Ria de Aveiro, que suba aos rios afluentes à Ria e à Pateira, com uma gestão autónoma e integrada, sediada na Ria e na Região de Aveiro, articulados com investimentos na defesa costeira, cuidando da boa gestão das alterações climáticas e obstando a que a tese do abandono do litoral se afigure como única solução viável ao avanço do mar. Abandonar é desistir do litoral. Fugir nunca foi solução. Porque, de abandono em abandono, daqui a umas décadas, estaremos todos a ocupar as serras, perdendo

território para medos desconhecidos. Devemos, isso sim, investir contra o mar, respeitando-o e honrando a memória e os homens da Era Dourada dos Descobrimentos. Afigura-se-nos como muito importante, o fim da cobrança de portagens nas autoestradas, nos percursos interiores da NUT III da Região de Aveiro e a construção das Vias para a Competitividade definidas no Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes, sucessivamente prometidas e adiadas. E, por fim, esperar avanços visíveis na concretização da Ligação Ferroviária Aveiro/Viseu/Salamanca, propiciando às empresas exportadoras para a Europa, uma oferta de transportes de mercadorias e pessoas competitiva, ambientalmente equilibrada e devidamente integrada na Europa pela adoção da bitola europeia.

E, olhando para os extremos norte e sul do distrito, encontramos Castelo de Paiva, a nossa margem do Douro, que continua a lutar estoicamente contra o isolamento e necessita mais e melhor coesão, aguardando há muito por melhores acessos à rede viária principal, ou seja, pela construção da variante de ligação da EN222 à A32, e a Mealhada cuja candidatura da sua Mata Nacional do Buçaco a património mundial da UNESCO nos impõe a todos o dever de lutar coletivamente, região e país, pelo sucesso da candidatura e pela preservação de um património natural único cuja valia ambiental e turística se vai afirmando na Europa e no mundo.

De igual modo, para todo o distrito, já vai sendo tempo de assegurar no novo Quadro de Fundos Comunitários ou na criação de um novo PARES com receitas dos jogos da Santa Casa, um envelope financeiro adequado à renovação e reabilitação da rede de equipamentos sociais, especialmente na área da Terceira Idade avançada, adequando-se a redes às necessidades gritantes de residência e cuidados para idosos.

Sublinhe-se uma vez mais, são estas as aspirações mais importantes do Distrito de Aveiro, percebendo que em cada uma delas e no seu conjunto transformarão esta região distrital num território de excelência, capaz de abraçar e dar resposta cabal aos desafios que enunciámos e aproximar Portugal do centro da Europa e das sete partidas do mundo.

4

Uma nota final para o significado das últimas eleições diretas. Não restam dúvidas que os eleitores portugueses que escolhem e confiam na social-democracia para conduzir os destinos do país, especialmente quando anseiam pela mudança, influenciaram positivamente o voto dos militantes do nosso Partido. Soubemos escolher aquele que os eleitores mais queriam e esperavam para restaurar uma nova esperança em Portugal. Os militantes foram um exemplo perfeito de bom senso e liberdade. Saibamos todos interpretar e aceitar a genuína vontade dos militantes e caminhar ao encontro dos eleitores, para que a mudança já desejada pela sociedade civil se concretize.



17, 18 E 19 DEZEMBRO 2021 | EUROPARQUE, SANTA MARIA DA FEIRA

PROPOSTA TEMÁTICA

D

**14 MEDIDAS DIRETAS, DIVIDIDAS
POR ÁREAS ESSENCIAIS PARA O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL.**

1º SUBSCRITOR:

CPD Castelo Branco

Esta moção representa a vontade expressa da Assembleia Distrital de Castelo Branco numa estratégia de ação que acabe com anos e anos de estagnação económica, social e política no Distrito de Castelo Branco.

O que apresentamos ao 39º Congresso Nacional do PSD são propostas direcionada e discutidas durante os últimos anos com os atores locais, roteiro para um caminho diferente, mais interventivo. Depois das bases lançadas com a criação do Estatuto de “Territórios de Baixa Densidade”, este é o tempo da ação.

14 medidas diretas, divididas por áreas essenciais para o desenvolvimento regional.

Um manual para os próximos anos.

Criação de estruturas locais para a gestão e desenvolvimento da região da Beira Interior

1 - Criação de uma Comunidade Intermunicipal da Beira Interior fundindo a CIM Beiras e Serra da Estrela e CIM Beira Baixa;

2 - Criação de uma Comissão e Coordenação de Desenvolvimento Regional do Interior (Castelo Branco, Guarda, Portalegre e Viseu) com competências e autonomias próprias sobretudo para candidaturas a fundos comunitários e à aplicação dos mesmos na região. Será responsável pela análise, decisão e aprovação de candidaturas apresentadas pelas empresas da Beira Interior e das outras regiões. Este mesmo organismo deverá ficar com a responsabilidade e gestão de todos os processos da região da Beira Interior que estão sob a alçada da Direção Regional de Cultura do Centro e Alentejo que atrofiam o desenvolvimento e recuperação dos centros históricos e património cultural da nossa região, sendo que essa decisão deverá ficar a cargo de uma estrutura própria do interior, com pessoas do interior e geridas para o interior.

3 - Aposta na cooperação estreita em termos empresariais, culturais, educativos e de saúde com Espanha. Fomentar a cultura empresarial transfronteiriça e promover políticas ambientais comuns.

4 - Turismo: Criação de uma entidade promotora do Turismo própria da Beira Interior. O Turismo do Centro só no litoral tem os focos principais em Fátima e as praias e não podemos sobreviver apenas com o turismo da Serra da Estrela. Com a entidade de Turismo da Beira Interior, deveremos promover e apostar no turismo sectorial como o turismo sénior, turismo de caça, entre outros.

Infra-estruturas:

5 - Conclusão do IC31 (Castelo Branco – Espanha), do IC36 (Arganil – Tortosendo) e da conclusão do IC8

6 - Criação de Terminal TIR em Penamacor potenciando a instalação de uma zona industrial e com o IC31 concluído, podendo criar o maior fluxo de mercadorias para a Europa.

7 - Alteração da Bitola existente para a europeia desde o Entroncamento – Conseguimos desde o Entroncamento, passando por todas as cidades do Interior até Vilar Formoso, uma possibilidade clara de utilizar o transporte ferroviário em direção à Europa

8 – Aumento da extensão do regadio da Cova da Beira nos concelhos da Covilhã e do Fundão. Criação de um novo regadio que possa abastecer os concelhos mais a sul como Castelo Branco.

Captação de investimento, incentivos e melhoria das condições de trabalho

9 - Aposta na Indústria – em redor dos recursos endógenos da Beira Interior como as madeiras, os lanifícios. Apostar na especialidade industrial e que a mesma esteja ligada ao ensino politécnico e/ou universitário.

Aposta forte na tecnologia 5G não só para a saúde e ensino, mas também para a indústria e comércio. Temos o maior DataCenter do país, queremos a melhor rede 5G do país.

10 - Centro Internacional de Negócios da Beira Interior

Criação do Centro Internacional de Negócios da Beira Interior (CBCBI), que beneficiam de incentivos fiscais como de uma zona franca, com uma taxa de IRC de 5%, apoiando a concentração de empresas de base tecnológica e de indústria. Existirão requisitos para poderem usufruir a esses apoios.

11 – Pacote de incentivos fiscais:

- IRC 14,7% conforme praticado na RA da Madeira.

- Redução da TSU

100% (para contratação de recém-licenciados/mestres e + de 55 anos para contratos a termo incerto). Nos primeiros 5 anos, os seguintes 5 teriam 50%.

50% (para contratação de recém-licenciados/mestres e + de 55 anos para contratos a termo certo). Nos primeiros 5 anos, os seguintes 5 teriam 50%.

25% (para contratação termo incerto para todos os contratos)

- Redução de IRS

As taxas do Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) passariam a beneficiar de uma redução de 30% face às taxas atuais no Continente, independentemente do valor do rendimento coletável, igualando o aplicável nos Açores

- Redução em 50% da tributação autónoma para as empresas.

12 - Aposta continua da redução de portagens nas ex-SCUT, com a redução progressiva de 50% ao ano. Eliminação do custo das portagens em sede de tributação autónoma;

13 - Criação de espaços de coworking gratuito para trabalhadores e empresas (sobretudo aproveitando antigos edifícios / obsoletos). Captar centros de coworking ou working stations de empresas sobretudo ligadas às novas tecnologias.

14 – Política de fixação de capital humano:

- Transportes públicos gratuitos – Se nas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto têm os passes sociais a preço de saldo, nós queremos o passe social gratuito.
- Natalidade – Política de natalidade efetiva com escolaridade incluindo material escolar e serviços de saúde gratuitos até ao secundário e/ou 18 anos, incluindo as creches.
- “Cheque Habitação” – jovens licenciados/mestres até aos 40 anos terão um incentivo para apoio no arrendamento ou pagamento de prestação da habitação. Este incentivo de 1 Rendimento Mínimo Garantido será deduzido no apuramento de IRS.

Existem ainda mais medidas para propor mas nunca serão suficientes como o anseio da população e empresas da região que buscam diariamente soluções para poderem sobreviver às contingências implicada por ter de viver no interior, em ver colocadas em prática soluções e medidas concretas para a literal valorização do Interior.



17, 18 E 19 DEZEMBRO 2021 | EUROPARQUE, SANTA MARIA DA FEIRA

PROPOSTA TEMÁTICA

E

REFORMAR PORTUGAL

1º SUBSCRITOR:

CPD Leiria



Moção temática da Distrital de Leiria do PSD ao 39º Congresso Nacional

Reformar Portugal

Assembleia Distrital de Leiria

ÍNDICE

| Enquadramento e contexto da moção temática

PARTE I | LEIRIA: Região e Desafios

- 1.1. O PSD no distrito de Leiria
- 1.2. Leiria, uma região dinâmica e empreendedora
- 1.3. Desígnios vitais para a região de Leiria
 - 1.3.1. O renascimento de uma região massacrada pelos incêndios
 - 1.3.2. Um Ensino Profissional de excelência
 - 1.3.3. A Universidade Politécnica de Leiria: Uma realidade inevitável
 - 1.3.4. As acessibilidades prioritárias para o desenvolvimento regional: A requalificação adiada do IC8 / IC2 e a efetiva modernização da Linha do Oeste
 - 1.3.5. A abertura da Base Aérea de Monte Real à aviação civil
 - 1.3.6. O reforço e valorização dos cuidados de saúde na região
- 1.3.7. A valorização do potencial da riqueza natural da região: a aposta na economia do mar, na gestão sustentável da floresta e no turismo
- 1.3.8. Valorização do tecido empresarial
- 1.3.9. Habitação
- 1.3.10. Responder aos desafios demográficos e promover a natalidade e o envelhecimento ativo e saudável

1.3.11. Despoluição Da Bacia Hidrográfica Do Rio Lis

1.3.12. Agricultura

PARTE II | Política: Distrital e Nacional

2.1. O objetivo prioritário: Ganhar as eleições legislativas em janeiro de 2022

2.2. Os compromissos e linhas programáticas da Distrital de Leiria do PSD

2.2.1. A nova cultura de organização e envolvimento distrital

2.2.2. Uma nova geração de autarcas e políticas autárquicas

2.2.3. O papel das estruturas, dirigentes e militantes de base do PSD

2.3. A renovação e mobilização do PSD

2.3.1. O papel das estruturas, dirigentes e militantes de base do PSD

2.4. Contributos para a dinamização da vida interna do PSD

2.4.1. A extinção da figura do militante suspenso

2.4.2. A realização de primárias para escolha dos candidatos do PSD

2.5. A reforma urgente do sistema político

2.5.1. A reconfiguração dos círculos eleitorais de maior proximidade: A evolução para os círculos uninominais

2.5.2. A introdução do voto preferencial

2.5.3. A modernização administrativa ao serviço da cidadania: o voto eletrónico

2.5.4. A limitação de mandatos para titulares de cargos políticos

2.5.5. Uniformização da duração dos mandatos dos titulares dos cargos políticos

| Conclusão

| Súmula das principais propostas

ENQUADRAMENTO

O PSD tem de construir novas soluções para o País, falar para os portugueses e saber ultrapassar as questiúnculas internas que não levam a lado nenhum, concentrando-se no que é essencial, isto é, a oposição ao Partido Socialista e ao Governo.

A Comissão Política Distrital de Leiria pretende com esta proposta temática, tão-somente:

- 1) Refletir e pensar o País e a região de Leiria, os seus problemas, as suas potencialidades e os novos contextos para Reformar Portugal.
- 2) Dar um contributo do ponto de vista político, no que diz respeito à vida interna do Partido e na reforma que urge fazer no âmbito do sistema político em Portugal.

É, pois, um pequeno contributo a juntar à estratégia nacional que com certeza vamos aprovar neste 39º Congresso Nacional.

As reflexões que fazemos, e os problemas que levantamos, não são muito diferentes dos que afligem o todo Nacional.

Tendo um Presidente reeleito, com uma estratégia reforçada e legitimada, é, pois, tempo de preparar com consistência e credibilidade o caminho para ganhar 2022.

Nestes termos, ao Congresso Nacional do PSD, de acordo com os nossos Estatutos, compete definir a estratégia política do Partido, nos termos do disposto no artigo 14º, nº2, a).

Ora, é precisamente no âmbito da preparação dessa estratégia que se insere a pertinência e alcance desta moção, assumindo-se como um **contributo das estruturas distritais de Leiria do PSD para a estratégia a ser empreendida pelo Partido para enfrentar os próximos desafios**, não deixando, por isso, de aproveitar a reunião do órgão supremo do Partido, o Congresso Nacional.

Neste contexto, esta moção tem algumas propostas que visam mobilizar os militantes e simpatizantes do PSD, assim como, apresentar algumas **ideias que o PSD deve defender e implementar na construção reformista de um país moderno e empreendedor**.

As eleições legislativas de 2022 têm uma importância vital para o futuro do País, assim o PSD deve estar preparado para governar um País que anseia por um “libertar” das amarras de “dirigismo” de esquerda que subsistem há demasiado tempo.

Nesse sentido, **defendemos nesta moção algumas ideias e contributos para que o PSD se torne mais forte**, mobilizando os seus militantes.

Um PSD que saiba corrigir as assimetrias regionais e sociais agravadas ao longo de décadas.

O PSD tem que afirmar a sua visão estratégica de modernização de Portugal.

Só um PSD capaz de mobilizar os seus militantes e os seus simpatizantes conseguirá mobilizar o País para o desígnio que tem pela frente.

Os portugueses confiam num PSD forte de matriz social democrata e sabem que podem contar com um partido que assume o compromisso e a determinação em prol do desenvolvimento do País.

PARTE I

| LEIRIA: REGIÃO e Desafios

1.1. O PSD no distrito de Leiria

O distrito de Leiria é sociologicamente social-democrata, como temos bem presente nas evidências que nos são reveladas pelos resultados eleitorais obtidos ao longo dos últimos anos, seja nas eleições autárquicas, legislativas ou nas europeias. A verdade é que, ainda nas últimas eleições legislativas, obtivemos o quarto melhor resultado em termos nacionais.

A predominância da votação do PSD no distrito de Leiria é motivo de orgulho para os seus dirigentes, mas é sobretudo uma enorme responsabilidade que recai directamente sobre os nossos ombros, no sentido de manter e reforçar uma constante relação de confiança e proximidade com as forças vivas da nossa região.

Estamos empenhados em manter o PSD vivo, ativo, dinâmico e mobilizador no distrito de Leiria, contando, para isso, com o entusiasmo e dedicação de muitos militantes anónimos e dirigentes locais que, de forma voluntária e abnegada, defendem e promovem diariamente os valores e princípios da social-democracia, assim como apoiam e difundem as propostas das várias estruturas do PSD.

1.2. Leiria, uma região dinâmica e empreendedora

O distrito de Leiria fica situado no centro de Portugal. Com 3517 Km² de área, o distrito de Leiria integra parte da ancestral Estremadura portuguesa. Limita a norte com o distrito de Coimbra, a leste com os distritos de Santarém e Castelo Branco, a sul com o distrito de Lisboa e a Oeste com o Oceano Atlântico.

O distrito de Leiria é constituído pelos concelhos de **Alcobaça, Alvaiázere, Ansião, Batalha, Bombarral, Caldas da Rainha, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Óbidos, Pedrógão Grande, Peniche, Pombal e Porto de Mós.**

Conta com mais de 500 mil habitantes, registando globalmente uma variação positiva na última década. Este facto, associado à dinâmica empresarial que é, fundamentalmente, do tipo urbano-industrial, faz de Leiria uma das regiões do País que regista um maior crescimento sustentável.

O distrito de Leiria é um exemplo daquele que deve ser o paradigma de desenvolvimento da economia portuguesa. Com um tecido empresarial fortemente baseado na indústria e nos bens transacionáveis, o distrito demonstrou uma grande resiliência à crise. A taxa de desemprego foi, ao longo dos últimos anos, sempre inferior à média nacional, fruto da capacidade das empresas em adaptar-se à nova realidade e em encontrar formas de abordar novos mercados e de aumentar a sua competitividade.

A indústria da região baseia-se em indústrias de elevado valor acrescentado e integradas em cadeias de valor exigentes, com elevados padrões de qualidade e de cumprimento de prazos. A afirmação das empresas da região, a capacidade de aumentarem a intensidade de exportações e a entrada em novos mercados deve-se, em grande parte, à inovação constante.

Bom exemplo deste potencial inovador regista-se em diversos domínios, nomeadamente, no sector dos moldes ou no agroalimentar, onde nos assumimos como uma referência de qualidade a nível internacional.

Destacamos ainda o papel crescente que a região desempenha na afirmação do nosso país como um destino turístico por excelência. A verdade é que temos boas soluções para promover a região de Leiria e o país nos diversos segmentos: turismo histórico-cultural, turismo religioso, turismo natureza, turismo de sol e mar, turismo rural, entre outros atrativos que compõem uma oferta abrangente de uma região com muito potencial de crescimento.

A verdade é que o Distrito de Leiria, de uma forma geral, nos últimos governos de liderança do PSD conheceu um período de investimento público, criação de riqueza e diminuição das assimetrias, graças ao empenho e a uma política de desenvolvimento sustentado.

O Partido Socialista prometeu nas últimas campanhas legislativas de 2015 e 2019, de uma forma demagógica e leviana, tudo para o Distrito. Seis anos volvidos da governação socialista já podemos constatar com rigor que tudo não passava de demagogia fácil e as

promessas rapidamente ficaram na gaveta e os projetos estruturantes para o Distrito não avançaram.

Cabe assim ao Partido Social Democrata um papel essencial de assumir, de uma forma responsável e permanente, a fiscalização da ação deste Governo, denunciando as promessas não cumpridas que comprometem o desenvolvimento de toda esta vasta região.

1.3. Desígnios vitais para a região de Leiria

1.3.1. O renascimento de uma região massacrada pelos incêndios

Os incêndios florestais tiveram, em 2017, um impacto terrível no distrito de Leiria.

A 17 de Junho, os concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos viveram uma tragédia sem precedentes do Distrito e, em Outubro, foi o denominado Pinhal de Leiria a desaparecer quase na totalidade.

Foram **perdas incontáveis em termos económicos, naturais, turísticos e, sobretudo, humanos.**

Por infeliz ironia, tais catástrofes proporcionaram, no entanto, aos decisores políticos um cenário de recomeço e, sobretudo, a oportunidade para finalmente se **olhar para a floresta na globalidade dos seus recursos e para o ordenamento do território como uma ferramenta** de facto e não apenas um conjunto de legislação adaptável a interesses circunstanciais e momentâneos. Infelizmente não foi o que assistimos!

As potencialidades da fileira florestal enquanto fator de atração de investimento e de população à zona do Pinhal Interior deviam assumir aqui um nível acrescido de preocupação. Preocupação muito maior que, por exemplo, a verificada neste preciso momento no esforço de reconstrução das centenas de habitações perdidas.

A sustentabilidade da floresta deve ser conjugada com o dever do Estado de proteção às populações, que tanto falhou em 2017. O respeito pela topografia e pelas espécies endémicas deve prevalecer sobre a exposição indiferenciada do terreno a espécies importadas ou invasoras, potenciando a segurança dos territórios menos densos em termos de população, mas também criando atratividade para a fixação de população numa zona que era, já antes dos incêndios, uma das mais expostas ao êxodo populacional. As propostas dos deputados do PSD de Leiria à Assembleia da República no âmbito da discussão do orçamento de estado de 2021 permitiram a aprovação de uma dotação de 5 milhões de euros de investimento para a recuperação do Pinhal de Leiria, pese embora a fraca execução por parte do governo.

Defendemos a criação de uma figura de âmbito local ou até intermunicipal que permita um modelo de planeamento e gestão partilhado pelos atores locais e setoriais, designadamente municípios, sociedade civil, IPL, empresários e organizações ambientalistas.

1.3.2. *Um Ensino Profissional de excelência*

Uma aposta clara numa rede de ensino profissional que incida sobre as “falhas” de mercado e não de formação por “catálogo”.

O incentivo ao aumento da oferta de formação nas instituições “dedicadas” ao ensino de formação profissional deve ser uma prioridade clara. A proliferação de cursos profissionais sem a sustentabilidade pedagógica e profissional que este tipo de ensino exige pode colocar em perigo a essência conceptual da mesma.

1.3.3. *A Universidade técnica de Leiria: Uma realidade inevitável*

Nos últimos dois Congressos do PSD foram aprovadas duas propostas sectoriais, por unanimidade, que defendiam a evolução das instituições de ensino superior existentes na região para a criação de uma Universidade Politécnica de Leiria.

A Comissão Política Distrital de Leiria do PSD tem manifestado publicamente, ao longo de todos estes anos, o seu **apoio incondicional à evolução do Instituto Politécnico de Leiria (IPL) para o estatuto de Universidade Politécnica**, considerando que este é um importante desígnio da região e do país. Tal como os órgãos distritais do PSD, várias outras instituições de referência, tal como o NERLEI – Núcleo de Empresários da Região de Leiria, o Centro Hospitalar de Leiria, a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria e as diversas Assembleias Municipais se associaram a esta pretensão de toda a região.

O Politécnico de Leiria é hoje uma instituição de ensino superior de referência no nosso país com dimensão internacional, reunindo todos os requisitos legais, nomeadamente,

ao nível da aposta na área da investigação e na própria qualificação do corpo docente, para que possa ministrar o grau de doutoramento e ter na sua designação a menção de **Universidade**.

Para a distrital de Leiria do PSD esta importante qualificação contribui positivamente para a valorização desta instituição e para aumentar a sua atratividade, considerando que este desígnio assume um importante relevo no combate ao défice de qualificação da população, de acordo com as metas estabelecidas no âmbito do Portugal 2020, para além de contribuir para o desenvolvimento da dinâmica económico-social da nossa região e para a valorização do nosso território, fruto da boa articulação existente entre o IPL, o sector empresarial, as autarquias locais e as instituições da região.

Entendemos que, no quadro da reorganização das instituições do ensino superior, deve dar-se este importante e justo passo para a região e para o país.

1.3.4. As acessibilidades prioritárias para o desenvolvimento regional: A requalificação adiada do IC8 / IC2 e a efetiva modernização da Linha do Oeste

Todos os territórios precisam de boas acessibilidades que contribuam de forma positiva para o seu desenvolvimento.

Neste sentido, no distrito de Leiria defendemos, há vários anos, algumas intervenções que consideramos prioritárias, cuja realização tem um efeito multiplicador decisivo para a região e para o país.

O IC8 é um itinerário complementar que faz a ligação entre à A17, junto ao Outeiro do Louriçal, e a A23, perto de Vila Velha do Ródão, via que promove uma ligação principal entre o litoral e o interior do país, sendo uma das vias estruturantes da região do Pinhal Interior.

Contudo a requalificação desta via rápida não está ainda terminada, faltando a intervenção no troço entre Pombal e Avelar (Ansião), com cerca de 20 km, que atualmente é uma adaptação da antiga Estrada Nacional 237, com bastantes cruzamentos de nível que têm provocado um significativo aumento da sinistralidade rodoviária e atropelamentos frequentes.

Este troço é o único que falta para completar a requalificação deste itinerário tão crucial para o desenvolvimento estratégico e integrado do nosso país, acrescendo ainda o facto desta intervenção ter sido retirada da Concessão do Pinhal Interior Norte e não estar incluída em nenhum documento estratégico da Infraestruturas de Portugal. A este propósito voltaram a ser aprovados projetos de resolução na Assembleia da República propostos pelos deputados do PSD do círculo de Leiria com o intuito de recomendar ao governo esta obra.

Recorde-se que esta é uma via estratégica para o nosso país, pela ligação direta entre Portugal e Espanha, assumindo uma importância decisiva numa lógica de intermodalidade, com a ligação ao Porto da Figueira da Foz e à plataforma logística, assim como, pela sua conexão às linhas ferroviárias do Norte e do Oeste e às Auto Estradas A1, A23 e A17 com ligação à A8.

Este investimento também é decisivo no contexto da promoção da coesão territorial e do combate à desertificação dos concelhos do interior destas regiões, que há muitos anos reclamam a requalificação desta via nevrálgica para o Pinhal Interior e que assume uma importância verdadeiramente nacional, numa ótica de captação de investimento e fixação das pessoas, tão importante para o futuro desta região.

Devemos ainda evitar esforços no sentido de ser executado o nó de acesso das Meirinhas na A1, como forma de potenciar uma maior ligação do território aliada ao franco desenvolvimento deste pela via da aproximação de pólos desenvolvidos.

Relativamente ao IC2, referimo-nos a uma via rodoviária de âmbito nacional que liga Lisboa e Porto, correspondendo à antiga Estrada Nacional nº1.

O IC2 assume um papel de destaque no contexto rodoviário regional e nacional. O tráfego nesta via é muito intenso, atravessando inúmeros núcleos urbanos em muitos dos seus pontos, para além de ser o traçado adotado pelos peregrinos, como um dos principais corredores pedonais do país, apesar de estar desprovido de infraestruturas que garantam a segurança e rapidez desejáveis.

Esta é uma estrada da maior importância para a região centro e para a coesão da rede de acessibilidades do distrito de Leiria em particular desta ligação sul - norte que liga Leiria a Coimbra e em termos macro Lisboa ao Porto, sendo o principal eixo de transporte de mercadorias do país.

É também a principal via utilizada pelos peregrinos que se deslocam a pé para o Santuário de Fátima, ao longo de todo o ano, oriundos, na sua grande maioria, do norte do país, sem reunir quaisquer condições de segurança para o tráfego pedonal, sendo, por isso, notícia todos os anos pelos atropelamentos que ali ocorrem.

Recordamos que esta via foi alvo de uma recente requalificação no troço entre Condeixa e Coimbra e junto ao perímetro urbano da cidade de Leiria, sendo premente que se avance com a intervenção no troço entre Leiria e Pombal completando assim a requalificação desta importante via estruturante.

Para permitir uma ligação entre o concelho de Alvaiázere e Leiria deverá ser equacionada a melhoria da rodovia existente (EN 356) e a sua ligação ao IC9 através do nó de Ourém, no distrito de santarém.

No que respeita à Linha do Oeste, não podemos escamotear que a mesma tem sido negligenciada durante décadas, numa lógica completamente errada de desprezo pelo investimento na ferrovia. Este foi um erro estratégico cometido no passado e que acentua as dificuldades e constrangimentos do nosso país em termos de acessibilidades.

Em nossa opinião, a Linha do Oeste tem potencial para ser um dos principais eixos de transporte de mercadorias do país, ligando o Porto de Lisboa e o Porto da Figueira da Foz, dois locais estratégicos de entrada e saída de mercadorias em Portugal.

O investimento na eletrificação e requalificação da Linha do Oeste torna-se também fundamental sob o ponto de vista ambiental, dado que muitas das toneladas de

mercadorias que atualmente circulam entre Lisboa e a zona Centro do país, via camião, na fatigada EN1/IC2, poderão fazer esse percurso num meio de transporte mais ecológico, também com ganhos económicos a médio e longo prazo, integrando todas as externalidades.

A Linha do Oeste liga as principais cidades e pólos urbanos da faixa atlântica entre Lisboa e a Figueira da Foz, o que lhe traz em si mesma um grande potencial ao nível, também, do turismo, desde que as composições de passageiros fossem melhoradas e os horários ajustados às reais necessidades dos passageiros diários e turistas, como se faz em qualquer país da Europa central, onde o transporte ferroviário é prioritário em termos de investimento.

Dada a importância estratégica que esta linha ferroviária assume para toda a região oeste e para toda a zona litoral do centro de Portugal, congratulamo-nos pela priorização do investimento na Linha do Oeste promovida pelo XIX Governo Constitucional, contudo, preocupam-nos os sucessivos adiamentos porque urge promover o investimento na melhoria desta infraestrutura ferroviária que vai provocar um efeito multiplicador na dinamização económica e social de toda a região, assegurando que esta intervenção permita a ligação a uma estação intermodal, em Lisboa, e a sua extensão a Leiria e Coimbra, para garantia de ligação à linha do Norte e benefício do transporte marítimo, na Figueira da Foz.

Em 2016, o atual governo PS divulgou um documento onde apontava a modernização da Linha do Oeste, incluindo a eletrificação e intervenção nos sistemas de sinalização e telecomunicações e na criação de desvios ativos e de pontos de cruzamento para

comboios de 750m, mas somente no troço entre Meleças e Caldas da Rainha, cuja intervenção estaria concluída em 2020. Estamos no final de 2021 e tarda a dar início esta obra que terminaria em 2020.

Apoiamos naturalmente este investimento, que aliás sempre reivindicamos, mas julgamos que o mesmo só terá o necessário retorno económico, social e ambiental, para a Região Centro e para o país, se a intervenção de modernização não ficar apenas pelo troço entre Meleças e Caldas da Rainha, mas que se estenda até ao Louriçal, com ligação à Figueira da Foz, bem como à linha do Norte. Recentemente foi mais uma vez aprovado um projeto de resolução na Assembleia da República que recomenda ao governo que dê início às diligências necessárias à modernização e requalificação da Linha do Oeste no troço entre Caldas da Rainha e Coimbra/Figueira da Foz bem como o respetivo projeto de execução e proceder atempadamente à cabimentação dos recursos financeiros necessários.

1.3.5. A abertura da Base Aérea de Monte Real à aviação civil como aeroporto regional

O Aeroporto de Monte Real, que será fundamental para a região e o todo nacional, é neste momento uma incógnita e motivo de disputas estéreis entre os autarcas socialistas de Leiria e Coimbra, principais responsáveis, a par do atual Primeiro-Ministro António Costa, pelos sucessivos atrasos e indecisões no desenvolvimento do projeto que, a perder-se, atrasará ainda mais toda a Região Centro.

Recordamos que a Assembleia da República aprovou, no dia 19 de janeiro de 2018, um Projeto de Resolução do PSD que recomenda ao Governo a abertura da Base Aérea de Monte Real a voos civis.

Este diploma recomenda ao Governo que desenvolva as ações necessárias para que a base da Força Aérea Portuguesa possa ser transformada num aeroporto regional que permita voos civis, nomeadamente de voos charters, tal como é o desígnio de todas as forças vivas da região, pelas inequívocas potencialidades que pode trazer para o desenvolvimento da economia regional aos mais diversos níveis.

Nesta recomendação aprovada pelo Parlamento, o PSD argumenta que a região centro do país é a única sem uma infraestrutura aeroportuária e que esta temática do uso civil da base militar de Monte Real tem sido abordada como um projeto âncora para toda a região.

Um dos fatores mais salientados prende-se, por exemplo, com a proximidade do Santuário de Fátima, onde se deslocam anualmente mais de quatro milhões de pessoas, uma vez que este tem sido um dos motivos apontados como favorecendo o interesse do projeto.

1.3.6. O reforço e valorização dos cuidados de saúde na região

Se há área fundamental para garantir qualidade de vida e ser fator de captação e fixação de população, essa área é a Saúde.

Todos se têm apercebido do caos reinante no SNS, com encerramentos de serviços de urgência, falta de camas para internamento, com doentes retidos, vários dias nos corredores das enfermarias e das urgências, fuga de profissionais de saúde para o setor privado, dificuldades no acesso aos cuidados de saúde, incapacidade de fornecer resposta diagnóstica ou terapêutica em tempo útil, falta de material e equipamentos, listas de espera de consultas e cirurgias em contínuo crescimento, entre muitos outros graves problemas.

Ao desinvestir nos serviços hospitalares de Leiria e Caldas da Rainha, bem como falhar na colocação de médicos nos cuidados primários, o Governo está a colocar em causa um dos direitos essenciais de cada cidadão.

O Governo está a relativizar a saúde com uma “leveza” de espírito que acaba por pesar em cada necessidade de atendimento numa incerteza que pode ser fatal.

O investimento no SNS, apregoado pelo governo, não passa portanto de publicidade ilusória e esbarra na realidade dura e cruel em que se encontra o atual o SNS. Para colmatar toda esta penosa situação propomos:

- 1-Reforçar os recursos humanos nos hospitais e centros de saúde da região
- 2-Ampliar a rede de cuidados de saúde domiciliários
- 3-Melhorar a interligação entre os cuidados de saúde primários e hospitalares
- 4-Desenvolver a articulação entre os diferentes hospitais da região centro
- 5-Conciliar os cuidados de saúde públicos e privados
- 6-Criar uma estrutura residencial destinada a acolher doentes mentais

7- Implementar um sistema de intervenção comunitária na área da prevenção da doença e promoção da saúde

8- Ampliar com urgência o Hospital das Caldas da Rainha

9- Construir o novo Hospital do Oeste

10- Criação de um serviço de atendimento permanente, 24 horas por dia, 7 dias na semana, no concelho de Leiria

1.3.7. A valorização do potencial da riqueza natural da região: a aposta na economia do mar, no turismo e na gestão sustentável da floresta

O distrito de Leiria, tendo em conta a sua posição geográfica, possui uma grande afinidade com o mar. **Esta particular intimidade com o mar deverá cada vez mais afirmar-se enquanto alavanca para o progresso e para desenvolvimento económico de todo o distrito.** “Cluster do Mar” tem pertencido sistematicamente ao léxico dos nossos governantes e é unânime que se deve explorar o mar em todas as suas vertentes, estabelecendo vasos comunicantes que permitam uma reação em cadeia capaz de desenvolver todos os sectores ligados ao mar de forma sinérgica.

No entanto, importa encarar com pragmatismo o “nosso” mar, pondo de lado os líricos floreios associados ao estrangeirismo. As oportunidades de desenvolvimento para o distrito de Leiria através do mar são concretas, contribuindo para o efeito não só o mar em si mas também as zonas “secas” a ele associadas. Toda a Zona Portuária, sob jurisdição da Autoridade Portuária, tem uma dimensão e representatividade territorial

considerável, sobretudo nos concelhos de Peniche e Nazaré e tem sido alvo de interesse de investidores. Importa diligenciar no sentido de conferir uma organização a toda esta área como um todo, perspetivando o que deverão ser os concelhos onde se encontram inseridos e as referidas zonas em concreto no futuro.

A fixação empresarial do sector ligado à economia do mar tem de ser um desígnio, registando-se a necessidade de criar condições nas zonas portuárias, conferindo a todas as áreas uma organização que permita a instalação de empresas, criando emprego e, simultaneamente, compatibilizando-a com o desenvolvimento integrado da região, tendo também em conta a vocação turística que o distrito de Leiria apresenta.

Pensamos que **esta aposta estratégica na economia do Mar é uma oportunidade de afirmação de Portugal,** colocando em primeiro plano a valorização do património cultural, tangível e intangível, que o distrito de Leiria representa no domínio do Mar.

Deve igualmente apostar-se na investigação, desenvolvimento e na inovação, aproveitando as particularidades do Canhão da Nazaré e da ilha da Berlenga, da Praia do Osso da Baleia ao Baleal entre outras, já que, **a nossa costa é detentora de extraordinários ecossistemas e laboratórios naturais por excelência,** sendo uma boa oportunidade para promover a captação de investimento qualificado, associado ao meio académico.

Ainda neste campo, alertamos para a necessidade de se intervir de forma urgente na resolução dos principais problemas associados ao sector das pescas, tão importante do ponto de vista económico e social para a região.

A verdade é que, apesar de Portugal ser detentor de uma das maiores zonas económicas exclusivas na União Europeia, de ter acumulado conhecimentos científicos e domínio tecnológico sobre o mar e sobre as atividades marítimas, e de ser ainda o maior consumidor de peixe *per capita* na Europa, é o país que menor nível de produtividade e de rentabilidade consegue obter da exploração dos recursos marinhos na União Europeia, atravessando sérias dificuldades.

Se temos uma costa com muito potencial, a verdade é que temos também uma significativa mancha florestal. **A Floresta representa uma das maiores riquezas do País e assume um papel de destaque na economia do distrito de Leiria.** Estruturalmente diversa, a floresta do litoral tem como espécie emblemática o pinheiro bravo, diferenciando-se da floresta do interior, cuja espécie dominante é o eucalipto.

Porém, este setor depara-se com alguns problemas estruturais como o regime da propriedade essencialmente de minifúndio, muita dela em estado de abandono e sem um registo cadastral, impeditivo de ações de boas práticas de gestão silvícola. Acrescem os problemas conjunturais como a desertificação e o despovoamento que se traduz no abandono do território, outra das variáveis relevantes para a existência de grandes incêndios florestais. A par dos incêndios e mais recentemente, os agentes bióticos como pragas e doenças têm-se revelado um dos maiores problemas da floresta.

Importa por isso criar condições para combater este flagelo, designadamente, com a aposta na investigação científica ao nível da erradicação de pragas e doenças, bem como, na implementação de técnicas, práticas e comportamentos que tornem a nossa floresta menos vulnerável aos incêndios florestais.

Relativamente aos territórios ardidos no Norte do Distrito em 2017, no chamado fogo de Pedrógão Grande, mas que afetaram todos os concelhos, sejam finalmente reabilitados e se “construa” uma floresta multifuncional,, sequestradora de carbono, de uso múltiplo, lucrativa, com apoios financeiros e devidamente ordenada em mosaicos florestais de diversas espécies, por forma a torna-la mais resistentes aos fogos. Para isso é necessário mobilizar os proprietários e produtores florestais, para a constituição de ZIFs, de Condomínios florestais, Associações ou outras formas de organização, que possam pôr no terreno as melhores práticas e modelos de organização e exploração florestal. Essa mobilização passará forçosamente pela remuneração dos ecossistemas (captura de carbono) e pela compensação financeira pela perda de produção inicial, que o processo de transformação da floresta, da paisagem acarreta. É que sem a adesão dos proprietários não há Reforma Florestal. As Áreas de Gestão Integrada da Paisagem (AGIP) têm de sair do papel e passar efetivamente ao terreno, nomeadamente nestes territórios, sob pena de brevemente não haver população que as implemente. O País não se pode dar ao luxo de desprezar este recurso essencial à sua economia, que direta ou indiretamente representa uma fatia substancial do seu PIB.

1.3.8 Valorização do tecido empresarial

O PSD tem estado na linha da frente na defesa e auxílio às empresas e no apoio ao crescimento do tecido empresarial. A economia portuguesa tem apresentado sérios problemas de competitividade e debate-se com uma grave falta de mão de obra, em especial, a mais qualificada, que não tem merecido a devida atenção por parte dos governos socialistas. Para além destas dificuldades, as empresas da Região de Leiria necessitam:

1-intensificar o investimento em ID e propiciar a criação de um parque de Ciência e Tecnologia com dimensão regional

2-desenvolver os clusters existentes e criação de novos

3-incrementar a internacionalização com diversificação dos mercados e constituição de redes de exportação, com aproveitamento racional dos fundos comunitários

4-ver diminuídos os níveis de burocratização e os custos de produção, nomeadamente, através da redução dos custos de energia e fiscalidade

5- Reforçar e promover a aposta na qualificação profissional vocacionada para as necessidades das empresas, designadamente construindo em Leiria um Centro de Formação Profissional e adaptando o ensino técnico-profissional das escolas existentes à realidade empresarial da região.

6- Desenvolvimento dos parques empresariais, potenciando a economia circular

1.3.9 Habitação

A falta de habitação acessível para a classe média e baixa é um dos maiores problemas sociais que o País enfrenta. A lei de bases da habitação que prevê que o direito ao acesso a uma casa, seja compatível com o rendimento do agregado familiar, continua a não passar de uma intenção. O encarecimento da habitação e do arrendamento torna incomportável que a população mais desfavorecida tenha acesso a uma casa condigna. Os incentivos para o arrendamento de longa duração, são escassos. Todos conhecemos desde há muitos estes constrangimentos. Cabe-nos portanto, insistir na promoção de uma política de arrendamento acessível, construção de mais habitação social (câmaras municipais e IHRU) e reabilitação do parque habitacional degradado e devoluto, para posterior atribuição a famílias carenciadas e jovens.

Assim como a construção de um centro de alojamento temporário para situações em emergência social (migrantes, refugiados, sem abrigo, etc.)

1.3.10 Responder aos desafios demográficos e promover a natalidade e o envelhecimento ativo e saudável.

DEMOGRAFIA

Portugal arrisca-se a perder mais de 1,2 milhões até 2050, em 2100 seremos menos de 7 milhões de habitantes e apresenta uma das taxas mais baixas de fecundidade do mundo. Por outras palavras, Portugal como nação arrisca-se a desaparecer. A pirâmide populacional está invertida, tendo em conta o peso dos idosos no nosso país. A insustentabilidade do estado social é a sua consequência mais temível. Urge deste modo

combater a brutal queda demográfica, incentivando a natalidade, mormente, aumentando o rendimento dos portugueses, conciliando o trabalho com a vida familiar, disponibilizando a rede nacional gratuita de creches e jardins de infância e com horários alargados e propiciando condições de atratividade para a fixação de jovens e imigrantes. Apostar numa política de incentivos à habitação jovem que permita revitalizar o tecido urbano como fator de diferenciação do território e contribua, a par da melhor preparação dos jovens, para o elevador social.

Envelhecimento

Ser velho é simultaneamente um triunfo e um desafio e por esta razão é necessário promover o envelhecimento ativo, implementando mecanismo que evitem ou atenuem a solidão, criando respostas sociais inovadoras que retardem a institucionalização, ampliando e apoiando a rede de universidades seniores, promovendo o voluntariado e construindo uma nova geração de equipamentos sociais, consentânea com a nova realidade sociocultural.

1.3.11 Despoluição Da Bacia Hidrográfica Do Rio Lis

A região de Leiria há várias décadas que se debate com um grave problema ambiental provocado pela agro indústria suinícola. Terrenos e cursos de água da bacia hidrográfica do rio Lis, estão altamente poluídos, devido a constantes descargas ilegais dos efluentes suinícolas. Tal situação é absolutamente intolerável, pondo em causa o equilíbrio daquele ecossistema e também a própria viabilidade daquela indústria e de outras atividades económicas que poderiam localizar-se naquele território. Assim é urgente e necessário encontrar-se uma solução definitiva que resolva o problema ambiental e

assegure a sustentabilidade económica do setor, responsável por mais de 4 mil postos de trabalho e de mais 20% da produção de carne suína nacional.

O PSD sempre defendeu uma solução que passe pelo tratamento, aproveitamento e valorização energética dos efluentes suínicos, que resolvesse definitivamente os problemas ambientais e, simultaneamente viabilizasse economicamente o setor.

Defendemos a construção duma Estação de Tratamento e Valorização Energética e Agrícola dos Efluentes Suínicos (ETES) produzidos nessas explorações pecuárias, que sem deslocalizar qualquer exploração resolveria o problema ambiental.

Ou em alternativa, defendemos a construção dum Parque Industrial para o setor Agropecuário, onde se localizariam todas as unidades industriais da região. Desta forma poderiam usufruir de equipamentos e recursos comuns, que iriam desde o tratamento dos efluentes na ETES já equacionada, como também a montante no que diz respeito á fabricação dos fatores de produção (rações poe ex.) e a jusante em estruturas de abate e preparação comercial (matadouro e embalamento). Esta solução traria eventuais vantagens no que diz respeito à certificação ambiental da carne de suíno, cada vez mais exigida nos mercados internos da EU e nos internacionais.

1.3.12 Agricultura

O distrito de Leiria, apesar do seu peso económico nestes setores, tem sido sistematicamente prejudicado no que diz respeito aos apoios da PAC (Politica Agrícola Comum). A grande maioria das explorações agrícolas, dada a sua pequena dimensão,

nunca receberam qualquer apoio, ou receberam “migalhas” comparativamente a outras situadas a sul do Tejo, normalmente de grande dimensão.

Defendemos que o PEPAC, que define a estratégia e a forma de aplicação dos fundos financeiros da PAC, tenha em consideração as regiões onde predominam as pequenas explorações, diferenciando o valor atribuído por hectare, aumentando-se substancialmente nas pequenas e médias explorações e diminuindo nas grandes, por forma a tornar aquelas mais competitivas e, a amortecer os efeitos de escala nos preços finais dos produtos produzidos. Só assim as nossas empresas agrícolas e os nossos agricultores serão capazes de sobreviver num mercado cada vez mais agressivo e exigente.

2. PARTE II

| Política: Distrital e Nacional

2.1. Objetivo prioritário: Ganhar as autárquicas 2025

O Distrito de Leiria é declarado e orgulhosamente laranja.

É particularmente significativo o papel dos nossos autarcas com a imagem de credibilidade e determinação no seu papel de agentes de desenvolvimento local, no contexto distrital.

A força do PSD na região resulta assim da sua forte implantação nas autarquias, na capacidade de envolver os sectores mais dinâmicos da sociedade e do forte enraizamento dos militantes e simpatizantes na sociedade.

Nas últimas Legislativas de 2019 foi particularmente evidente a vitória do PSD no Distrito de Leiria contrastando com o mapa cor-de-rosa do restante território do Continente Português.

Um PSD forte e capaz de transmitir confiança aos eleitores do distrito de Leiria será alavanca para a reconquista do País.

O pluralismo que sempre caracterizou o nosso partido tem em Leiria a sua expressão máxima, porquanto são expressivas as diferenças sociais, económicas e culturais que podemos identificar na diversidade da nossa região.

Nestes termos, **um dos principais objetivos deste mandato deve ser ganhar as eleições legislativas em 2022, que, pela nossa parte, passa por** reforçar a nossa posição no distrito de Leiria.

2.2. Os compromissos e linhas programáticas da Distrital de Leiria do PSD

Os novos órgãos distritais do PSD em Leiria foram eleitos no passado mês de novembro. Com este sufrágio, renovou-se o compromisso com os militantes do distrito de Leiria.

É com base nesse compromisso assumido em termos distritais que apresentamos esta moção e damos o nosso contributo para a afirmação do PSD no distrito e no país.

2.2.1. A nova cultura de organização e envolvimento distrital

Com a abertura desta nova página, o objetivo passa por introduzir uma cultura de trabalho e organização que permita ter uma maior eficácia e eficiência no desenvolvimento do nosso projeto e prossecução dos objetivos coletivos.

Norteia a nossa atividade o respeito pelas disposições estatutárias e regulamentares, promovendo as reuniões periódicas dos órgãos distritais, considerando-as fóruns privilegiados e úteis para incentivar a participação e envolvimento dos dirigentes locais e distritais.

Para além da realização de reuniões periódicas e constantes, assumimos o compromisso de descentralizar as nossas iniciativas por forma a percorrermos os 16 concelhos do

distrito de Leiria e assim contribuir para que o PSD mantenha e reforce a relação de proximidade com os seus militantes.

A presença nas redes sociais tem sido uma constante no sentido de manter atualizada a informação aos nossos seguidores que assim podem acompanhar a atividade, e posições, promovidas pela distrital de Leiria do PSD.

O nosso compromisso é o de envolver todos os militantes, de todos os concelhos, em torno do objetivo comum de fortalecer o PSD no distrito de Leiria.

2.2.2. Uma nova geração de autarcas e políticas autárquicas

A forte implantação do PSD no distrito de Leiria deve-se, em grande medida, ao trabalho sério e dedicado que tem sido desenvolvido em termos autárquicos. O distrito tem hoje ao seu serviço, por intermédio do PSD, uma **nova geração de autarcas que têm contribuído de forma decisiva para a promoção e desenvolvimento deste território.**

É mais do que justo o reconhecimento público que **os nossos autarcas são os verdadeiros líderes e referências nas suas comunidades**, que têm confirmado a mais-valia de um conjunto de novas políticas que têm sido protagonizadas pelos seus eleitos locais.

2.3. A renovação e a mobilização do PSD

Queremos que o PSD se continue a assumir como o maior partido de Portugal.

Para tal, defendemos que o Partido se deve modernizar, integrar a sociedade civil e mobilizar os seus militantes em torno dos grandes desafios que se colocam no horizonte.

O PSD deve continuar a ser um partido interclassista e inclusivo onde todos têm lugar.

Nestes termos, apresentamos nesta moção propostas que visam modernizar e adaptar a vida interna do PSD à realidade que hoje vivemos, com um principal enfoque na **importância que uma militância ativa e participativa desempenha no fortalecimento do PSD.**

Nesta moção deixamos um claro apelo a um maior e mais constante envolvimento dos militantes nas decisões e estratégias prosseguidas pelo PSD em termos locais, distritais e nacionais.

Para além da importância de caminharmos juntos com todos os que se queiram juntar a esta grande família, importa **estimular o aparecimento contínuo de novos quadros políticos e renovar a nossa estrutura**, por forma a continuarmos a afirmar a referência político-partidária que somos em Portugal.

2.3.1. O papel das estruturas, dirigentes e militantes de base do PSD

É no contexto de um momento tão relevante como um Congresso, que importa apelar à participação dos militantes e estruturas do PSD na definição do caminho a seguir pelo próprio Partido. É no cumprimento desse sentido de responsabilidade e dever de militância que subscrevemos esta moção que visa dar o nosso **contributo para apoiar e**

fortalecer o nosso Partido na prossecução da estratégia a ser implementada no período posterior a este conclave.

2.4. Contributos para a dinamização da vida interna do PSD

Entendemos que para ganhar lá fora temos que ser mais fortes cá dentro!

Assim sendo, propomos algumas medidas concretas que visam precisamente revitalizar o modo de funcionamento do PSD, apelando à capacidade de mobilização e envolvimento dos militantes do PSD, que são o nosso maior património, que urge valorizar e mobilizar.

O maior Partido de Portugal, honrando a sua própria história, tem que continuar a ser um partido dinâmico e ativo que envolva os seus militantes e contribua para o dinamismo das suas estruturas.

Por lidarmos diariamente com esta realidade, ousamos apresentar o nosso contributo para reflexão, no sentido de contribuir para o desígnio maior de dinamizar a vida interna do PSD.

2.4.1. A extinção da figura do militante suspenso

O PSD deve assumir-se como o partido em Portugal que conta com o maior número de militantes. Sendo o **“Partido mais português de Portugal”**, no PSD todos devem ter lugar. Para as grandes transformações que o país precisa de realizar sob a liderança do PSD, precisamos do contributo de todos aqueles que se queiram associar ao nosso Partido.

A credibilização do partido passa igualmente pela capacidade que a estrutura tem de aglutinar cidadãos em torno dos seus valores e princípios, ao invés de dificultar a sua participação e inclusão. As questões administrativas relacionadas com as quotizações são um bom exemplo.

Nesse sentido, sugerimos uma proposta simples, concreta e objetiva: **a extinção da figura do militante suspenso.**

Ora, dispõe o número 5 do artigo 1º do Regulamento de Quotizações do PSD: *“É suspensa a inscrição no Partido do militante que incumpra o dever de pagamento de quotas por um período superior a dois anos.”*

Contudo, os nossos Estatutos dizem no nº 3 do artigo 6º: *“O exercício dos direitos de eleger e de ser eleito depende do pagamento atualizado das quotas”.*

Nestes termos, consideramos que **todos os cidadãos que se inscrevem no PSD devem ser militantes e contar como ativos.** No entanto, só adquirem a capacidade eleitoral ativa e passiva (eleger e ser eleito) os militantes que tiverem as suas quotas pagas.

Somos da opinião que **nenhum militante deve ser suspenso por qualquer condição financeira,** defendendo que a condição de suspenso deve ser aplicada, apenas, para efeitos sancionatórios, tal como prevêem os Estatutos.

Defendemos, ainda, que a recuperação de condição de militante ativo se adquira com o ato de pagamento do valor das quotas em atraso, dispensando um conjunto de procedimentos burocráticos e administrativos que só dificultam o objetivo maior, a militância efetiva.

2.4.2. A realização de primárias para escolha dos candidatos do PSD

Os militantes do PSD devem ter um papel cada vez mais decisivo na escolha dos seus próprios candidatos aos diversos órgãos, para além de ser importante também promover uma maior identificação dos militantes com os próprios candidatos do PSD.

Nesse sentido, de acordo com o que vai sucedendo noutros sistemas político-partidários no espaço internacional, deve o PSD avançar para novos modelos de escolha dos seus candidatos em que os militantes tenham uma participação mais ativa e determinante. A realização de eleições primárias para a escolha dos candidatos deve ser um caminho a aprofundar neste desiderato de aumentar e motivar o envolvimento dos militantes na vida interna do PSD, bem como a definição do universo de participantes nesse processo.

2.5. A reforma urgente do sistema político

Este é um tema que é recorrentemente discutido nos Congressos do PSD, pela importância de avançarmos definitivamente no campo da reforma do sistema político com o simples objetivo de contribuir para o combate aos alarmantes números da abstenção e para **criar uma relação de maior identificação entre eleitos e eleitores.**

Neste sentido, deve haver uma alteração do paradigma e a análise dos factos deve levar a uma reflexão profunda que aponte soluções sobre como aproximar os cidadãos das instituições políticas e dos órgãos de soberania.

Também nós sentimos a necessidade do PSD, enquanto partido de matriz reformista e espírito progressista, ter que assumir a liderança desta reforma essencial para a evolução e credibilização da nossa democracia.

Ousamos, por isso, apresentar algumas medidas concretas que visam aproximar os cidadãos do exercício de funções públicas, tendo a noção clara de que seria **extremamente importante para o nosso Partido liderar este processo, independentemente das condições necessárias para a sua concretização.**

2.5.1. A reconfiguração dos círculos eleitorais de maior proximidade: a evolução para os círculos uninominais

Na eleição para a Assembleia da República, o território eleitoral divide-se em 22 círculos, correspondendo, cada um, a um círculo eleitoral que elege um determinado número de deputados.

Os círculos eleitorais do continente (18) coincidem com as áreas dos distritos e são designados pelo nome das respetivas capitais, sendo que há um círculo eleitoral na Região Autónoma da Madeira e um círculo eleitoral na Região Autónoma dos Açores e os cidadãos portugueses residentes no estrangeiro elegem também deputados, dois pelo círculo da Europa e outros dois pelo círculo de fora da Europa.

No total perfazem 230 deputados eleitos para o Parlamento.

Ora, pelo facto da Constituição da República Portuguesa dispor no seu artigo 148º que o número de deputados pode ir de 180 a 230, deveria ser, desde logo, **aberta esta discussão sobre a diminuição do número de deputados.**

Defendemos uma reconfiguração dos atuais círculos eleitorais que possa contrariar a tendência dos últimos anos, ao nível da participação dos eleitores e que pode passar pela introdução de círculos uninominais na eleição dos deputados à Assembleia da República, o que seria complementado por um círculo nacional.

O objetivo desta proposta consiste em aproximar os eleitores dos eleitos.

Os partidos minoritários e com menor presença no Parlamento não seriam prejudicados, uma vez que o círculo eleitoral de âmbito nacional asseguraria o princípio da representatividade.

2.5.2. A introdução do voto preferencial

No sistema eleitoral português, o eleitor dispõe de um voto singular para votar em listas plurinominais e bloqueadas, elaboradas por cada um dos partidos políticos e impostas de forma fechada aos eleitores.

Ora, estamos em crer que, desta forma, não se estimula uma relação de direta identificação entre eleitos e eleitores, uma vez que os cidadãos são obrigados a votar

numa lista previamente ordenada à base de critérios estritamente do foro interno dos partidos, quando os cidadãos eleitores deviam ter uma escolha mais direta dos seus representantes.

Nestes termos, defendemos que se devia estudar a intervenção do **voto preferencial de forma a possibilitar que os eleitores egessem os seus deputados** e não uma lista fechada.

No nosso sistema vigora o sistema de representação proporcional, fazendo-se a conversão de votos em mandatos através do método de *Hondt*, daí que uma pergunta legítima seria se só teríamos a eleição de deputados que representassem as suas regiões.

Nestes termos, poderíamos mais uma vez aproveitar a reconfiguração dos círculos eleitorais a que já fizemos referência, avançando-se com um círculo nacional cuja ordenação ficaria sob a responsabilidade dos partidos.

2.5.3. A modernização administrativa ao serviço da cidadania: o voto eletrónico

No que respeita ao voto eletrónico, a sua introdução ainda se torna mais premente. Todos nos perguntamos como é que no país do *Simplex*, não seja possível exercermos o nosso direito de voto com recurso às novas tecnologias, ou ainda de forma mais simples, **garantir o direito de voto em mobilidade** (como já decorre no partido).

Um país moderno como o nosso tem que permitir que todos os cidadãos possam exercer o seu direito de voto onde quer que estejam, seja no território nacional ou no estrangeiro.

Esta medida, que reconhecemos de algum grau de complexidade, iria dar um **contributo decisivo para a diminuição drástica dos números da abstenção**, permitindo que pessoas deslocadas possam exercer o seu dever cívico onde se encontrem.

Não sendo esta a única razão para a abstenção, pode ser responsável por uma boa parte, para além de que com a evolução da sociedade, a tendência para esta mobilidade é para aumentar, agravando mais ainda esta situação.

2.5.4. A limitação de mandatos para todos os titulares de cargos políticos

Dispõe o artigo 118º da Constituição da República Portuguesa que *“ninguém pode exercer a título vitalício qualquer cargo político de âmbito nacional, regional ou local.”*

No nosso ordenamento jurídico, temos limitações constitucionais ao exercício do mandato de Presidente da República, que só pode exercer dois mandatos consecutivos, uma vez que de acordo com o artigo 123º da Constituição *“não é admitida a reeleição para um terceiro mandato consecutivo, nem durante o quinquénio imediatamente subsequente ao termo do segundo mandato consecutivo.”*

No âmbito das autarquias locais, os Presidentes de Câmara e de Junta de Freguesia só poderão realizar três mandatos consecutivos, em virtude da entrada em vigor da Lei nº 46/2005, de 29 de Agosto.

Nestes termos, entendemos que **esta limitação ao número de mandatos deve ser alargada a outros titulares de cargos políticos**, nomeadamente ao nível dos deputados à Assembleia da República.

2.5.5. Uniformização da duração dos mandatos dos titulares dos cargos políticos

Entendemos que deve haver uma harmonização ao nível da duração dos mandatos dos titulares dos cargos políticos que deviam ser uniformizados de acordo com o próprio mandato do Presidente da República que tem a duração de cinco anos, nos termos do disposto no artigo 128º da Constituição da República Portuguesa.

CONCLUSÃO

O Partido Social Democrata é a única força política com expressão e capacidade para travar os cortes transversais a que o PS está a sujeitar o País e os Portugueses.

A riqueza não se cria cortando, mas sim investindo, não se cresce diminuindo, mas sim dinamizando.

Cabe ao PSD ser o porta-voz destas preocupações, levar ao Parlamento este descalabro e agir de forma a restituir confiança aos Portugueses e credibilidade a Portugal.

Contam connosco, no distrito de Leiria, para cumprir de forma dedicada e empenhada esta missão coletiva de construirmos um País melhor.

SÚMULA DAS PRINCIPAIS PROPOSTAS

IDEIAS prioritárias PARA REAFIRMAR A REGIÃO DE LEIRIA

- ✓ Apoiar o renascimento de uma região massacrada pelos incêndios
- ✓ Evolução para a Universidade Politécnica de Leiria
- ✓ Requalificação do IC8, IC2 e Linha do Oeste
- ✓ A abertura da Base Aérea de Monte Real à aviação civil
- ✓ Aproveitamento do potencial da economia do mar, da gestão sustentável da floresta e do turismo
- ✓ Reforçar e valorizar os cuidados de saúde no distrito de Leiria
- ✓ Valorizar o tecido empresarial
- ✓ Potenciar uma política de Habitação

IDEIAS prioritárias Reformar o PSD e Portugal

- ✓ Extinção da figura do militante suspenso
- ✓ Realização de eleições primárias para escolha dos candidatos do PSD
- ✓ Definição de uma estratégia mobilizadora para as Eleições Legislativas
- ✓ Reforma do Sistema Político

Assembleia Distrital de Leiria do PSD

Leiria, 4 dezembro 2021



17, 18 E 19 DEZEMBRO 2021 | EUROPARQUE, SANTA MARIA DA FEIRA

PROPOSTA TEMÁTICA

F

TECNOLOGIA 5G: UMA (ÚLTIMA) OPORTUNIDADE DE COESÃO TERRITORIAL?

1º SUBSCRITOR:

CPD Coimbra

Tecnologia 5G: uma (última) oportunidade de coesão territorial?

Nos últimos anos, a inesperada e traumática situação pandémica da COVID-19 veio sublinhar as enormes potencialidades de todo o território português mas, infelizmente, comprovar as terríveis desigualdades que a administração central perpetua e que são tão penalizantes para o interior do país.

Num tempo em que a tecnologia se afirmou, definitivamente, como elemento imprescindível ao desenvolvimento comunitário e do território, não podem existir zonas excluídas no acesso às ligações e impossibilitadas da comunicação remota, eficiente e rápida.

Estudos recentes, nomeadamente da *GSM Association*, admitem que, no ano de 2025, existirão no mundo cerca de 1,7 mil milhões de subscritores de *network 5G*.

A transformação digital será suportada por redes com maior largura de banda, mais rápidas e de maior qualidade, com menores tempos de latência, e com a possibilidade de ligar milhares de equipamentos em simultâneo, mesmo em zonas de grandes aglomerados populacionais, ou, por exemplo, em grandes eventos, complexas estruturas hospitalares e vias de intenso trânsito terrestre.

A título de exemplo, imagine-se a oportunidade de conduzir cirurgias remotamente, de monitorizar e atenuar catástrofes naturais, melhorar circuitos de produção, entre tantas outras profundas alterações que parecem estar ao alcance de uma antena.

A *EY Global*, numa *press release* recente, deu conta dos resultados de um estudo intitulado “*Reimagining Industry Futures Study 2021*”, em que 1000 empresas de dimensão mundial e de atividades diversas, foram auscultadas quanto à tecnologia 5G.

Nesse estudo, 74% das organizações inquiridas acreditavam que esta tecnologia 5G representaria uma oportunidade de reinvenção dos seus processos nos próximos 5 anos.

Ainda no mesmo relatório, e apesar da necessidade de avançar para esta nova realidade, apenas 18% dos inquiridos considera as operadoras com conhecimento suficiente para a transformação digital.

Assim, é evidente concluir que o futuro é 5G, e que existe uma enorme oportunidade para o desenvolvimento de competências essenciais, e que estão ao alcance de universidades e centros de investigação, também em Portugal.

Este é um tempo que Portugal não pode perder e que não pode, de forma alguma, ser mais uma vez mortífero para uma parte significativa do nosso território nacional.

A concessão de licenças de operação em Portugal, através de leilão, pela ANACOM, ou melhor, a titularidade dos direitos de utilização de frequências, é um processo recente e esteve (e está) envolto em polémica, com as grandes operadoras a denunciarem a

existência de “proteção” do Estado a novas empresas, acabadas de chegar ao mercado.

Entretanto, as grandes operadoras têm vindo a desenvolver testes, em zonas mais ou menos conhecidas, e os portugueses com equipamentos adequados têm vindo a dar conta, por breves períodos, da existência de cobertura 5G.

O Estado terá encaixado, até ao momento (4 dezembro), segundo a Comunicação Social, 566,8 milhões, nas duas fases da licitação.

Se de facto, e de uma forma simplista, dissermos que a tecnologia 5G vem substituir a 4G e acharmos que esta substituição vem melhorar o funcionamento da cobertura que existe no território nacional, estaremos a ignorar dolosamente, a falta de uniformidade na cobertura nacional.

Será um desprezo por zonas extensas do país, cujos níveis de interioridade, nos dias de hoje, fazem estar completamente desprovidas de rede, por manifesto desinteresse das operadoras e por esquecimento do poder político.

De facto, encontramos no território nacional zonas completamente excluídas, verdadeiras regiões sombra, desprovidas de comunicações e desconectadas da realidade, cuja fragilidade, nessa matéria, foi posta a nu durante a pandemia.

Os designados nómadas digitais, com necessidades óbvias para desenvolverem o seu trabalho, gritaram carências nas infraestruturas de comunicações.

A necessidade de, durante a pandemia, alavancar áreas como a telemedicina e de levar informação de saúde e cuidados de saúde, de forma rápida e eficaz, deixou evidente a existência de portugueses excluídos de toda e qualquer reforma digital, seja ela 5G ou de qualquer outra geração.

A título de bom exemplo, recentemente, os municípios da CIM da região de Coimbra, chamaram a atenção para o facto de ser necessário olhar para a diversidade do território e encará-la como se de uma grande metrópole se tratasse, sublinhando o facto do “Acordo de Parceria Portugal 2030” não contemplar “projetos estratégicos para o desenvolvimento e competitividade designadamente na áreas da saúde, tecnologias digitais e mobilidade”.

A verdade é que o esforço legislativo, relacionado com as obrigações de cobertura recentemente publicadas não nos deve descansar, até porque bem sabemos que o cumprimento destas obrigações vai inevitavelmente esbarrar com obstáculos diversos: desde a falta de profissionais capacitados e habilitados na área das tecnologias da informação e telecomunicações, às dificuldades regulatórias, num país que em termos burocráticos peca sempre por defeito ou por excesso.

Assim, tendo sérias dificuldades em encontrar a carga burocrática adequada, haverá um sem número de limitações e obstáculos, que cidadãos, autarquias e empresas, os utilizadores em geral, terão de estar preparados para superar.

Ainda o esforço legislativo, nesta temática, deve incluir uma estratégia a longo prazo, que não contemple apenas necessidades imediatas, como o cumprimento de regulamentos e prazos de leilões, mas sim que dote o país da capacidade de tecnológica, profissional e técnica necessária, para que o 5G seja uma realidade para todos.

A legislação entretanto produzida contém metas temporais relacionados com % de cobertura, nomeadamente nos territórios de baixa densidade. Não existem, no entanto, certezas, quanto à vontade e força política de vigiar e “obrigar” a que haja cumprimento, até porque a legislação parece ter ainda uma lacuna importante nessa matéria.

O esforço de regulamentação deve ser sempre acompanhado do esforço inspetivo, e esse terá de ser desenvolvido pelo Estado.

Precisamos perceber se haverá capacidade e vontade de monitorizar, inspecionar e eventualmente sancionar os não cumpridores. Só assim poderão estar acautelados os interesses de todos, incluindo os que vivem longe dos centros de decisão, longe dos grandes aglomerados urbanos e para os quais as vias de comunicação são absolutamente essenciais.

Posto isto, a nossa proposta é clara:

Que sejam criadas comissões de acompanhamento do processo de instalação e monitorização de resultados da tecnologia 5G, e que essas comissões incluam os representantes do poder local, os que exercem em proximidade com as populações, os que conhecem efetivamente a realidade dos seus territórios, por forma a serem regularmente ouvidos pela autoridade nacional.

Em nosso entender, qualquer outro processo de acompanhamento será ineficaz pelo distanciamento e alheamento da realidade.

Num momento em que as empresas se reinventam para ultrapassar o impacto da pandemia, em que os cidadãos tentam recuperar a sua liberdade individual e em que o mundo se agita e transforma, será importante que Portugal não perca a oportunidade de eliminar as assimetrias, de aumentar a coesão territorial e de entrar numa rota de desenvolvimento inexorável, a uma única velocidade.



17, 18 E 19 DEZEMBRO 2021 | EUROPARQUE, SANTA MARIA DA FEIRA

PROPOSTA TEMÁTICA



POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROXIMIDADE AO SERVIÇO DA SUSTENTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS

1º SUBSCRITOR:

ASD



MOÇÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROXIMIDADE

AO SERVIÇO DA SUSTENTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS

Vivemos um momento especial, na sequência de uma crise pandémica que nos consciencializou para a globalização; de umas eleições autárquicas onde o Partido Social Democrata (PSD) viu reforçada a sua implantação, com o aumento do número de eleitos locais; e de uma crise política que provou o esgotamento de uma governação socialista titubeante à esquerda.

Neste contexto, o PSD deve fazer valer a sua proximidade à comunidade para passar a mensagem de uma alternativa sólida e competente de matriz social-democrata.

Com base nos seus 13.446 autarcas eleitos, das freguesias mais pequenas às capitais de distrito, com particular relevância para a capital do país, o mandato conferido pelos portugueses tem que ser entendido, pelo partido, como uma oportunidade para aproximar o discurso nacional à realidade dos territórios, respondendo eficazmente aos anseios das populações.

Com a presente moção, que resume as principais temáticas abordadas no 9.º Congresso Nacional dos Autarcas Social Democratas (ASD), **pretende-se dar contributo para uma governação liderada pelo PSD que encare os autarcas como forças vivas de proximidade e de garante da sustentabilidade dos territórios que compõem o todo nacional.**

Pela PROXIMIDADE dos autarcas como garantes locais do todo nacional

É na adversidade que se vê a resiliência de um povo e a organização de um Estado. Perante a pandemia da COVID-19, os eleitos locais foram os primeiros a garantir que quem estava confinado não era deixado à sua sorte, criando serviços de proximidade, em tempo recorde, para acudir às necessidades; foram agentes de proteção civil ativos e determinantes na alocação de meios, contribuindo ainda para a implementação dos planos nacionais de emergência e calamidade; e, paralelamente, disponibilizaram medidas de mitigação dos impactos da pandemia nas economias locais, bem como apoios sociais aos mais necessitados.

As populações reconheceram o papel relevante e determinante que os autarcas desempenham na vida dos seus territórios e que o “Estatuto do Eleito Local” não valoriza devidamente.

Enquanto estrutura representativa, os ASD não podem deixar de lembrar que a importância dos autarcas não se mede pelo seu estatuto legal, mas pela dimensão da sua atuação.

Neste âmbito, preconizamos:

- A revisão urgente do Estatuto do Eleito Local;
- Promover a criação de um grupo de trabalho, em articulação com a Comissão Política Nacional (CPN) e o Grupo Parlamentar do PSD, para que seja estudada e tomada iniciativa legislativa no sentido de alterar a forma como são escolhidos os vogais das juntas de freguesia, visando acabar com os impasses que se verificam em inúmeras autarquias;



- Que seja revisto o Regime Jurídico das Autarquias Locais no que respeita à composição dos gabinetes de apoio, tendo em conta que o atual limite está desajustado das reais necessidades, em chocante desproporção com a composição dos gabinetes de qualquer Ministério ou até mesmo Secretaria de Estado;
- Requerer a constituição de uma única entidade inspetiva, de âmbito nacional, que tenha como foco exclusivo as autarquias, e que também dê pareceres sobre as questões autárquicas, procurando uniformizar entendimentos para evitar as disparidades de interpretações das entidades da administração central sobre matérias idênticas;
- Apelar a que o exercício da atividade de inspeção pela tutela administrativa seja, em primeiro lugar, pedagógico e rigoroso, contribuindo para a adequação jurídica dos procedimentos e das deliberações dos órgãos municipais;
- Apelar à eficaz transposição da Diretiva Europeia de Proteção de Denunciantes para a legislação nacional, prevendo canais de comunicação seguros e medidas contra a intimidação e as represálias, na certeza de que a proteção robusta daqueles que legitimamente reportam violações da lei constituirá um fator de promoção da denúncia fundada e, por outro lado, de dissuasão da denúncia anónima caluniosa.

Pela PROXIMIDADE às populações com o reforço da descentralização

Portugal continua a possuir uma administração pública demasiado baseada num modelo de desconcentração administrativa onde o Estado se limitou a repartir as suas competências pelo território através de direções regionais ou comissões de coordenação, hierarquicamente subservientes.

Fracassado o modelo dominante da desconcentração administrativa, a descentralização foi consensualmente aceite como virtuosa e imprescindível para cumprir os desígnios da Constituição, de modo a aproximar os serviços públicos das populações, sem burocracias.

No entanto, o modelo de descentralização, adotado pelo Governo nos últimos seis anos, parece mais preocupado em anular o que estava feito, independentemente do seu mérito, para cumprir com uma agenda política negociada com os parceiros da solução de esquerda governativa.

A reversão de muitas medidas, previstas e implementadas pelo Governo do PSD, fez com que as prioridades se aprofundassem, negociadas ao sabor de parceiros políticos. A descentralização acabou por descambar num modelo impositivo falacioso ao não contemplar, com clareza, a assunção dos compromissos financeiros inerentes, levando a posições públicas de insatisfação de autarcas de todos os quadrantes políticos.

Como resultado deste novo modelo socialista, temos uma descentralização que é pretendida por todos no plano conceptual, mas em que ninguém se revê no plano da implementação.

É premente associar, inequivocamente, o princípio da subsidiariedade com o da descentralização, de forma a que as atribuições e competências administrativas sejam prosseguidas e exercidas pelo nível de administração melhor colocado para o fazer com maior eficácia e proximidade em relação aos cidadãos – as autarquias locais.

Neste âmbito, preconizamos:



- Que se promova uma verdadeira descentralização de competências do Governo Central para as autarquias;
- Que se garanta o correspondente “pacote financeiro”, de modo a que as autarquias possam assumir as competências, no mínimo, com os mesmos recursos que o Estado Central dispunha e não com menos;
- Que a Comissão de Acompanhamento da Descentralização concretize uma avaliação urgente dos meios e dos recursos transferidos para os municípios, conforme previsto na lei-quadro, para verificação da sua adequabilidade a cada área de competências;
- Que, face ao brutal atraso de implementação que o Governo infligiu no processo, se adie, até 31 de dezembro de 2022, a entrada em vigor do pacote da descentralização, de modo a avaliar o processo;
- Que o Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART) e o Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP) sejam devidamente avaliados, de forma que os seus objetivos sejam cumpridos e melhorados, a favor da qualidade de vida dos cidadãos, sendo certo que o reforço do financiamento por parte do Estado é essencial para não penalizar os orçamentos das autarquias;
- Que os municípios e as freguesias se mobilizem globalmente para a concretização e reforço da transferência de competências dos primeiros para os segundos, de forma sólida sustentável e perene, permitindo a previsibilidade necessária para que as freguesias possam assumir decisões estratégicas sem as condicionantes resultantes de incertezas sobre o processo;
- Que se estude, ulteriormente, as vantagens e desvantagens da regionalização, avaliando amplamente o Relatório da Comissão Independente para a Descentralização apresentado ao Presidente da Assembleia da República em 31 de julho de 2019.

Pela PROXIMIDADE na aplicação dos fundos comunitários em prol do desenvolvimento local e regional

Ao defendermos uma maior proximidade na definição e aplicação dos fundos comunitários em prol do desenvolvimento local, regional e nacional, que considerem os autarcas como parceiros ativos no processo e não como observadores, contrariamos a ambição do atual Governo de gestão dos fundos pelos fundos, sob a perspetiva instrumentalizadora de um partido que se quer manter na governação.

A nossa ambição é garantir a execução plena dos fundos comunitários de forma justa e equitativa, onde as lógicas dos aparelhos partidários deem lugar ao mérito das propostas, num modelo que olha para o todo nacional com as suas diferenças territoriais, com os seus diferentes estágios de desenvolvimento e com a necessidade de corrigir assimetrias.

Devemo-nos interrogar se a baixa execução e as aplicações de última hora sem critério, apenas para evitar devoluções a Bruxelas, não serão antes resultado de um Governo com “mais olhos que barriga”, que chama a si a maioria dos fundos e que depois não os consegue executar em tempo e de acordo com as reais necessidades da população e do território.

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é o mais recente exemplo de uma oportunidade perdida pelo país. O Governo deixou de fora as autarquias na fase da sua conceção e, depois, limitou-se a



realizar operações de cosmética política para dar a entender que estas foram parte ativa, quando na realidade apenas puderam apresentar algumas propostas dentro do espartilho definido pelo próprio Governo. Mesmo assim, na maioria dos casos, estas foram ignoradas.

Ao todo e até 2027, Portugal tem à sua disposição fundos europeus no valor global de cerca de 52 mil milhões de euros distribuídos por diversos programas de financiamento que o Governo transformou num “fato à sua medida” para suprir as suas próprias ineficiências financeiras.

Neste âmbito, preconizamos:

- Que seja garantido o envolvimento dos autarcas na execução dos fundos comunitários, em especial no PRR;
- A distribuição dos fundos, de forma equitativa, por todo o território, de modo a que a coesão territorial seja uma realidade;
- Que, dentro de cada Área Metropolitana/ Comunidade Intermunicipal, possam existir abordagens distintas de distribuição de fundos, em função da riqueza dos territórios;
- Que os municípios possam aceder a mais fundos diretamente de Bruxelas;
- Que seja estudada a criação de medidas no âmbito do Portugal 2030 que permitam o acesso das freguesias, individualmente ou em consórcio;
- Que o peso do Comité das Regiões deixe de ser só consultivo, para passar a influenciar mais as decisões da Comissão.

Pelo DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL para enfrentar os desafios globais

A **crise demográfica** e a crescente vaga de **pobreza**, muitas vezes encapotada por subsídios precários estatais, são dois desafios globais que estão na agenda mundial, mas que devem ser encarados com particular atenção por Portugal, não só para garantir a sustentabilidade do nosso sistema social, mas principalmente para não comprometer a capacidade produtiva presente e futura.

O escasso dinamismo demográfico, verificado em praticamente todos os países da Europa, evidencia-se na estrutura da pirâmide etária, com elevada predominância de cidadãos idosos e escassa prevalência de jovens, o que acarreta consequências na crescente diminuição da população ativa, no aumento dos custos com reformas ou no acréscimo de despesas de saúde.

Para além da questão do envelhecimento demográfico, Portugal é dos países da União Europeia (UE) onde é maior o risco de pobreza entre trabalhadores e de exclusão social. Importa, pois, fazer uma análise regional deste fenómeno e a das suas especificidades, sabendo que o mesmo não é uma fatalidade, antes resultando das nossas formas de estar em sociedade, as quais podem ser alteradas para garantir uma vida digna para todos.

Se conjugarmos estas problemáticas com as metas do desenvolvimento sustentável, conseguimos destacar mais algumas temáticas que necessitam de ser enfrentadas, de forma firme e resoluta: alterações climáticas, riscos naturais, crise energética e da água, descarbonização e digitalização.

A própria UE direciona, maioritariamente, os próximos financiamentos comunitários para apoiar as ações climáticas e um desenvolvimento urbano sustentável, consciente que as regiões europeias continuam a desenvolver-se a ritmos diferentes e o reforço da coesão económica, social e territorial



persiste como uma das principais prioridades da União. Devemos todos cumprir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2030, rumo à Neutralidade Carbónica em 2050.

Face às **alterações climáticas e às catástrofes naturais**, que delas decorrem, do nível nacional espera-se a capacidade de definição de políticas sectoriais para a sua mitigação, a criação de mecanismos eficazes e eficientes de prevenção e coordenação supramunicipal ou suprarregional e, essencialmente, a distribuição adequada de recursos, em estreita articulação com as autarquias.

Por força das alterações climáticas, o aquecimento global obriga-nos a pensar numa transição para uma nova era que procure mitigar uma possível **crise energética e da água**. No caso da primeira, o desafio passa pela adoção de soluções diversificadas de produção e consumo de energias renováveis e limpas e pela aposta na componente digital da inteligência dos territórios, permitindo a descarbonização do sistema de produção elétrica, a criação de redes de energia inteligentes, uma maior sustentabilidade do edificado e sistemas de transportes mais amigos do ambiente, que levarão a ganhos de poupança energética. No caso da segunda, resultado da gradual escassez de água em determinadas zonas do planeta, quer por força de maiores períodos de seca ou da poluição das linhas de água, as soluções poderão passar pela economia circular, pela economia verde ou pelas práticas agrícolas sustentáveis, permitindo uma utilização mais regrada deste bem essencial.

No âmbito da **transição digital**, a criação de infraestruturas desta tipologia, que permitam uma cobertura integral, eficiente e eficaz de todo o território nacional, com capacidade para processar grandes volumes de dados, constitui um fator determinante, devendo ser financiada pelo Portugal 2030. Este novo quadro de apoio tem prevista, nas suas principais opções programáticas, uma área de ação importante que reforça a coesão social nos territórios, financiando investimentos ligados à expansão das redes de banda larga em áreas de baixa densidade/ territórios do interior.

Por sua vez, a digitalização é uma ferramenta indispensável para assegurar a **gestão inteligente dos territórios**, a qual contribui para o desenvolvimento sustentável local e regional. Esta aposta nas “**Smart Cities**” tornará possível “medir”, cada vez mais e com mais detalhe, as diversas ações de gestão que se vão tomando.

Dados da União Europeia, da DG Connect, revelam que “65% das 169 metas subjacentes aos 17 ODS não serão alcançadas sem o devido envolvimento e coordenação com os governos locais e regionais” e que “apenas 26% das cidades da UE e 40% das grandes cidades (aquelas com mais de 150 000 habitantes) têm planos de adaptação para o futuro com base em modelos sustentáveis”.

Neste âmbito, preconizamos:

- Implementar medidas de mitigação face ao envelhecimento da sociedade portuguesa, sendo que, segundo dados das Nações Unidas, o nosso país poderá vir a ser o segundo mais envelhecido do mundo em 2050, apenas superado pelo Japão;
- Analisar a pluralidade de situações de pobreza em Portugal e definir medidas de mitigação, tendo como pressuposto que esta resulta dos grandes níveis de desigualdade existentes no país e que as suas consequências vão para além das questões materiais e económicas;
- Que o Governo promova, em conjunto com as autarquias, sistemas de monitorização e de medição do cumprimento dos ODS;
- Que sejam priorizados os territórios de baixa densidade na cobertura da rede 5G, como forma de demonstrar discriminação positiva, potenciando o surgimento de empresas digitais inovadoras, e evitar que a cobertura diferenciada promova a debandada populacional para o litoral;



- Que o Governo promova incentivos para comportamentos que concorram para o cumprimento da estratégia sustentável, nomeadamente de nível fiscal, ao invés da prática atual que se afigura mais como uma estratégia de justificação de aumento de impostos;
- Que sejam estudados os movimentos pendulares mais frequentes, de forma a concretizarem-se planos de mobilidade ajustados à realidade, complementados com a rede de complexos intermodais e parques dissuasores.

Pela SUSTENTABILIDADE financeira das autarquias

Se os fundos comunitários podem assumir-se como a principal fonte de financiamento para os projetos estruturantes, sejam eles de dimensão local, regional ou nacional, a sustentabilidade financeira das autarquias assenta na implementação real de uma Lei das Finanças Locais que se encontra adiada, incompleta e incompreensivelmente castradora do desenvolvimento das regiões.

A perceção pública do que são receitas arrecadadas pela administração central e pelas autarquias locais não é transparente, provocando uma penalização na atuação destas últimas em situações como a sobreposição de tributos adicionais aos impostos locais, como são os exemplos das receitas extraordinárias da administração central provenientes de adicionais ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e ao Imposto Único de Circulação (IUC), sem que estas sejam redistribuídas equitativamente pelas autarquias locais.

A aposta reiterada em subfinanciar as autarquias locais, apesar da imposta descentralização de competências, permite-nos traçar um cenário grave para a atividade municipal e particularmente exigente para muitas freguesias que nem conseguem assegurar as despesas da sua gestão corrente.

Com uma dívida da administração central para as autarquias a ascender aos 260 milhões de euros, é inconcebível que esta mesma administração, que é má pagadora, seja eficiente na cobrança de impostos aos municípios, sendo que, por exemplo, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) da eletricidade possui uma taxa que não se coaduna com o serviço público prestado.

Neste âmbito, preconizamos:

- Que seja fixado como objetivo reforçar o peso da despesa pública realizada pelas autarquias locais (municípios e juntas de freguesia) no total da despesa pública nacional, de modo a adequá-lo aos padrões europeus, num referencial próximo do valor médio de 20%, sendo para tal necessário aumentar, também, a participação dos municípios nas receitas dos impostos principais do Estado – IRS, IRC e IVA;
- Que seja garantido o respeito pela autonomia financeira e patrimonial dos municípios em matéria de tributação, nomeadamente reequacionando os adicionais do IUC e do IMI, sendo que, a manter-se a exigência da sua cobrança, e tratando-se de impostos locais, deve a receita ser partilhada com os municípios;
- Sendo o IUC uma receita da titularidade do município de residência do sujeito passivo ou equiparado, incidente sobre os veículos da categoria A, E, F e G, bem como 70% da componente relativa à cilindrada incidente sobre os veículos da categoria B, e verificando-se que esta receita não tem sido distribuída desta forma por causa das dificuldades da Autoridade Tributária em identificar a residência do sujeito passivo, nos casos em que o veículo é usado em regime de locação ou arrendamento, ficando essa receita nos municípios sede das empresas financeiras,



propor que a Lei seja clarificada de forma a ser efetivamente cumprida, determinando que as entidades que procedam à locação financeira, operacional ou ao aluguer de longa duração de veículos sejam obrigadas a fornecer, à Autoridade Tributária, a identificação fiscal dos utilizadores dos veículos para que a receita seja do município do utilizador do veículo;

- Que seja dado total cumprimento à Lei das Finanças Locais, propiciando-se a estabilidade na sua aplicação nas transferências para as freguesias e municípios, bem assim fixando um quadro de referência nas dotações das comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas, que seja transparente e adequado às crescentes atribuições transferidas;
- Que seja revisto o enorme aumento que o Governo infligiu à Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), onerando todos os cidadãos;
- Sendo o IVA da iluminação pública de 23%, é altura de passar a incluir a iluminação pública na taxa reduzida deste imposto. Atualmente, as Câmaras Municipais pagam a taxa máxima para garantir a prestação de um serviço imprescindível para as populações e uma fatia significativa dos encargos com esta função de importância social é entregue aos cofres do Governo.

Ao reivindicarmos uma maior e mais justa autonomia financeira, fazemo-lo conscientes que só uma autarquia financeiramente saudável poderá acudir eficazmente ao combate de assimetrias de desenvolvimento económico, lançar programas de equidade social que nivelem por cima a qualidade de vida dos nossos concidadãos e enfrentar os desafios globais preconizados na Agenda 2030.

Pela SUSTENTABILIDADE na promoção da vitalidade cultural

O eixo da vitalidade cultural, num modelo de sustentabilidade, é por muitos considerado como o fator transversal aos eixos tradicionais (ambiente, economia e social), o qual permite aos territórios manter a sua identidade.

A procura de soluções “milagreiras” de coesão territorial, que pretendem impor ao interior as soluções do litoral, apenas baseadas em financiamento público, nunca resultam porque, ao adulterarem as singularidades destes territórios, acabam por fazer com que estes percam a sua identidade e, conseqüentemente, a sua atratividade.

O papel das escolas, na transmissão dos valores identitários de uma região, deverá ocorrer com a procura de um sistema de ensino que capacite os estudantes, jovens ou adultos, para serem agentes ativos de inteligência coletiva própria. Devemos construir comunidades mais aptas para a resolução de desafios e incentivarmos a integração em redes de partilha de conhecimento.

O princípio da equidade, na definição de políticas de coesão territorial, deverá assumir um particular relevo nos mecanismos de financiamento e no combate às assimetrias, tendo em consideração o nível de desenvolvimento socioeconómico de cada município e não incidindo apenas na dicotomia litoral vs. interior ou em critérios como a densidade populacional. A realidade do nosso território permite-nos perceber que o deficiente crescimento económico de Portugal, no contexto da UE, excessivamente assente no sector terciário e mais frágil na recuperação de crises como a provocada pela COVID-19, também veio aumentar as assimetrias territoriais, inclusivamente ao longo do litoral.

Neste âmbito, preconizamos:



- Que sejam fomentadas iniciativas piloto nas escolas, para fomentar conhecimentos de forma integrada de Artes, Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática para preparar os alunos para os desafios futuros como cidadãos, potenciando territórios mais inovadores;
- Que se aposte na valorização dos recursos endógenos, de forma inteligente, visando transformá-los em produtos atrativos em termos internacionais;
- Que seja fomentada a transferência de conhecimento sobre as iniciativas mais inovadoras que se verificam em territórios de baixa densidade, de forma a disseminar para outros;
- Que seja estudada uma forma de compensar financeiramente as populações dos territórios de baixa densidade em função dos contributos adicionais que forneçam em matéria de captura de emissões de carbono através da florestação ordenada, potenciando, assim, não só a captura das emissões de carbono, mas também um melhor ordenamento florestal que permitiria atividades económicas mais resilientes e maior controlo na prevenção dos incêndios;
- Que se abandone as políticas que têm vindo a ser seguidas centralmente, que não passam de tratamentos paliativos, e que se avance definitivamente para uma estratégia que estanque a desertificação, a qual comporte, de facto, vantagens para os territórios de baixa densidade e ofereça oportunidades de índole fiscal, económica e de qualidade de vida, com possibilidades de competir com os outros territórios geograficamente mais favorecidos;
- Propor a redução da taxa de IVA nas atividades culturais, pois, estas são indubitavelmente um motor do desenvolvimento local.

Os ASD como agentes ativos do desenvolvimento sustentável

Os últimos resultados autárquicos reforçam a máxima de que o PSD é um partido de base local. Este sempre alicerçou as suas conquistas na força dos seus autarcas e no papel que estes desempenham junto das populações.

Os nossos eleitos locais, ao serem os “porta-vozes” das suas populações, são os mensageiros da realidade do todo nacional e, também, os disseminadores da mensagem do partido, quando a sintonia existe e é potenciada.

Importa continuar a fazer dos ASD uma estrutura efetiva, autónoma e com capacidade de intervenção no país, quer seja através da sua representatividade na Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), na Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) ou na Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), quer seja no contacto direto dos nossos autarcas com os seus concidadãos, quer seja sobretudo na articulação com o Grupo Parlamentar do PSD. Em suma, importa reconhecer que os ASD são uma estrutura nacional que acrescenta **maior valor** ao PSD.

Hélder Sousa Silva, 1.º subscritor



17, 18 E 19 DEZEMBRO 2021 | EUROPARQUE, SANTA MARIA DA FEIRA

PROPOSTA TEMÁTICA

H

PSD – RUMO A UM NOVO CICLO POLÍTICO

1º SUBSCRITOR:

TSD



PSD - RUMO A UM NOVO CICLO POLÍTICO

**Proposta Temática
do Secretariado Nacional dos TSD
ao 39º Congresso Nacional do PSD**

Primeiro Subscritor: *Pedro Roque Oliveira*

ÍNDICE

I PSD - A LIDERANÇA RUMO A UM NOVO CICLO POLÍTICO	4
1. SAUDAÇÃO A RUI RIO PELA SUA REELEIÇÃO COMO PRESIDENTE DO PSD	4
2. DOIS ANOS DE LEGISLATURA, A PANDEMIA E UM GOVERNO ERRADO E ERRÁTICO.....	4
II PORTUGAL E O PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA	6
1. PSD – UM GRANDE PARTIDO DE PORTUGAL, DA SOCIEDADE E DOS TRABALHADORES	6
2. O PAPEL INCONTORNÁVEL DO PSD COMO O PARTIDO DO CENTRO POLÍTICO EM PORTUGAL	7
3. A IMPORTÂNCIA DE UM NOVO CICLO POLÍTICO PROTAGONIZADO PELO PSD	8
III ECONOMIA SOCIEDADE E TRABALHO	9
1. MAIS DESENVOLVIMENTO COMO GARANTIA DE INCREMENTO SOCIAL.....	9
2. VALORIZAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS. APROFUNDAR O ESTADO SOCIAL	9
3. O PAPEL INCONTORNÁVEL DO SINDICALISMO DE BASE DEMOCRÁTICA	10
4. A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS TSD NA CENTRAL SINDICAL DEMOCRÁTICA UGT	11
5. A IMPORTÂNCIA DE ESTABILIDADE NA LEGISLAÇÃO LABORAL	11
6. A CONCERTAÇÃO SOCIAL COMO PILAR ESTRUTURAL DO DIÁLOGO	12
7. OS DESAFIOS E AS RESPOSTAS EUROPEIAS	13
IV SUSTENTABILIDADE DO MODELO ECONÓMICO E O FUTURO DO TRABALHO...	15
1. RECUPERAÇÃO, RESILIÊNCIA, DIGITALIZAÇÃO, ECONOMIA VERDE E GERAÇÃO DE EMPREGO	15
2. A GLOBALIZAÇÃO	15
3. EFEITOS DA DIGITALIZAÇÃO – VANTAGENS E DESVANTAGENS.....	16
4. IMPACTO DAS NOVAS FORMAS DE TRABALHO NO FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL .	17
5. PROFISSÕES EM RISCO	17
V CONCLUSÕES E PROPOSTAS	19

I

PSD - A LIDERANÇA RUMO A UM NOVO CICLO POLÍTICO

1. SAUDAÇÃO A RUI RIO PELA REELEIÇÃO COMO PRESIDENTE DO PSD

Chamados a pronunciarem-se em eleições diretas no passado dia 27 de novembro, os militantes sufragaram a candidatura de Rui Rio que assim legitima novo mandato como Presidente do **PSD - Partido Social Democrata**. Esta eleição é especialmente relevante pelo facto de validar a sua efetiva apresentação aos Portugueses como candidato a Primeiro Ministro.

Os **TSD – Trabalhadores Social Democratas**, cientes da confiança maioritariamente expressa pelos militantes, saúdam o presidente reeleito. Reiteram disponibilidade e vontade de, a seu lado, contribuir para unir o Partido após as eleições diretas, o presente Congresso e, estamos convictos, ser sufragado como Primeiro Ministro nas eleições legislativas de 30 de janeiro.

Reforçar a coesão do **PSD** significa também dinamizar e fortalecer o Partido enquanto alternativa credível e efetiva ao esgotado governo socialista agora descredibilizado e desapoiado pelos demais partidos da “geringonça”.

Os **TSD** continuarão a representar solidária e entusiasticamente, enquanto estrutura autónoma, a voz do Partido, dos seus ideais de justiça social, progresso e modelo de democracia no mundo do trabalho, no movimento sindical mas também os valores e anseios dos trabalhadores no seio do **PSD**.

2. DOIS ANOS DE LEGISLATURA, A PANDEMIA E UM GOVERNO ERRADO E ERRÁTICO

A presente legislatura conheceu um final abrupto em virtude da reprovação da Proposta de Orçamento de Estado para 2022. Esta foi, de resto, uma legislatura atípica não só em virtude do seu encurtamento mas também pelo facto do Governo e do Partido Socialista, apesar do reforço parlamentar que tiveram nas últimas eleições, não terem sido capazes de assegurar o apoio efetivo dos seus aliados da “geringonça”. Tal circunstância, aliada aos constantes erro de governação, foi fatal na sua capacidade de sobrevivência política.

Há uma sensação nítida de esgotamento político visível na circunstância de a generalidade dos membros do Governo terem sido incapazes de uma atividade

executiva capaz e proativa.

Por outro lado, esta breve legislatura ficou marcada pelo advento de uma grave situação de saúde pública à escala global e que, naturalmente, também afetou Portugal. Referimo-nos à pandemia de Covid19 que, a partir do mês de março de 2020, implicou perturbações fortíssimas na vida das pessoas e com reflexos recessivos na atividade económica, sobretudo em setores estratégicos para Portugal como foi o caso do Turismo e tudo o que lhes está associado como seja a hotelaria, viagens, restauração ou a animação.

A pandemia, desde o início, disseminou-se de modo galopante. Apresentou um elevado número de infeções e trouxe, como consequência mais grave, a morte a um número elevado de pessoas. Foram por isso inevitáveis medidas de saúde públicas que procuraram conter os contágios. Tiveram, porém, como reverso da medalha, o refrear das atividades produtivas e a forte recessão económica.

Foi importante que as forças políticas procurassem pôr de lado as suas divergências no sentido que, a assunção de medidas adequadas a um combate eficaz à pandemia, obtivesse um acordo parlamentar pleno ou, pelo menos, tão vasto quanto possível.

Sem embargo, o descontrolo e a irresponsabilidade demonstrados pelo Governo no relaxamento das medidas sanitárias no período de Natal e Ano Novo de 2020 foi de gravidade extrema. Teve um reflexo prático trágico no aumento exponencial do números da pandemia durante os meses de janeiro e fevereiro de 2021.

Muitos portugueses perderam a sua vida como consequência deste período particular da pandemia. Todos nos recordamos da forte pressão sobre o SNS, em que o esgotamento generalizado da sua capacidade hospitalar de resposta foi mais que evidente. Quando o SNS falha as consequências são sempre muito graves.

Foi extremamente relevante o papel dos trabalhadores de muitos sectores profissionais que, nas várias fases críticas da pandemia, mantiveram o funcionamento de áreas fundamentais da economia, na assistência clínica, nas forças de segurança, no setor dos serviços e da logística. Do seu trabalho dependeu a satisfação das necessidades de todos os portugueses no período pandémico.

É justo recordá-lo e saudá-lo.

II

PORTUGAL E O PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

1. PSD – UM GRANDE PARTIDO DE PORTUGAL, DA SOCIEDADE E DOS TRABALHADORES

O **PSD** sempre se afirmou como um partido interclassista, representando todos os Portugueses independentemente da sua posição social, aberto à sociedade, com um ideário, princípios e valores que permanecem firmes desde a sua fundação. Não obstante, esta leitura da Sociedade é necessariamente dinâmica em virtude da sua própria evolução ao longo dos anos.

Mas o **PSD** deve ser considerado, também e sobretudo, um *Partido de Trabalhadores*. Sendo Portugal um país em que o fator Trabalho tem um peso tão determinante é sobretudo no voto e na confiança de quem trabalha que se robustece a representatividade política do nosso Partido.

Os **TSD - Trabalhadores Social Democratas** constituem a estrutura autónoma do **PSD** para o mundo laboral e o movimento sindical. O nosso Partido possui uma estrutura com estas características como consequência das suas ideologia, implantação e aceitação. É um Partido do Trabalho, do progresso económico e da redistribuição social.

Também ao nível do movimento sindical a sua influência se faz sentir através de um conjunto vasto de associados e dirigentes sindicais que perfilham estes valores. São, precisamente, os **TSD** que projetam o **PSD** nesta realidade social tão importante.

Os **TSD** visam, assim, contribuir para a construção de uma sociedade orientada pela *Social-Democracia*, pugnando pelo cumprimento dos princípios programáticos do **PSD** na área laboral e na defesa da independência e autonomia das associações sindicais. Como consequência têm uma presença nuclear na UGT – União Geral de Trabalhadores, na USI – União dos Sindicatos Independentes e no movimento sindical independente em geral.

Mas este é também um caminho de duplo sentido. Se representamos o **PSD** junto do mundo laboral e do movimento sindical então, por maioria de razão, também representamos o mundo do trabalho, o seu sentir, anseios e necessidades no seio do Partido.

Consequentemente, os **TSD** entendem mais do que nunca, que os grandes valores do

Trabalho, da justiça social, da negociação, do diálogo social e do efetivo combate à pobreza, não podem ser ignorados ou sacrificados num qualquer altar da tecnocracia macroeconómica ou da insensibilidade social.

O Trabalho é a base da nossa sociedade. É nele que reside o rendimento da maioria das famílias e a base da sua própria qualidade de vida.

Do mesmo modo, sem trabalhadores não há economia.

2. O PAPEL INCONTORNÁVEL DO PSD COMO O PARTIDO DO CENTRO POLÍTICO EM PORTUGAL

O **PSD**, após o relevante papel histórico que desempenhou na liderança de um Governo que recuperou e devolveu a dignidade a Portugal e, mais recentemente, enquanto oposição responsável aos governos socialistas apoiado pelas forças de esquerda, deverá continuar a manter-se fiel à sua matriz ideológica social-democrata que o coloca no centro político, rejeitando, de igual modo, o coletivismo derrotado pela História e um certo capitalismo desregulado e insensível ao progresso social.

Em nossa opinião as propostas políticas do **PSD**, na legislatura que se avizinha, deverão sempre ter em conta a união dos interesses do desenvolvimento económico e do progresso social. A instrumentalidade da Economia, constitui para nós um valor inalienável já que, só assim, se constrói uma efetiva *Economia Social de Mercado* tendo como pressuposto que a redistribuição deve ser antecedida da criação efetiva de riqueza por forma a ser sustentável.

De igual modo é fácil de entender que a uma economia débil corresponderá um Estado Social inconsequente. Assegurar a sustentabilidade económica constitui a marca identitária do **PSD** e que é, ideológica e pragmaticamente, diferenciadora relativamente ao Partido Socialista.

O PS, por diversas vezes, à frente da governação do país tem tido como marca idiossincrática o exaurir das contas públicas, os incumprimentos financeiros do Estado e a necessidade de sucessivos e humilhantes resgates financeiros de urgência para evitar a bancarrota.

Por seu turno, a visão social-democrata do **PSD** em Portugal assenta na perceção nítida que o interesse coletivo passa por assegurar as condições de sustentabilidade do crescimento económico para que a redistribuição da riqueza e a manutenção do Estado Social seja sustentável.

Por isso o PSD é um grande partido do Centro político.

3. A IMPORTÂNCIA DE UM NOVO CICLO POLÍTICO PROTAGONIZADO PELO PSD

Como consequência da dissolução parlamentar decretada pelo Presidente da República em função da reprovação da proposta de Orçamento de Estado para 2022, o país irá de novo a eleições legislativas a 30 de janeiro próximo. Tal “chumbo” veio demonstrar que a solução governativa, protagonizada pelo PS em 2015, não apresentava solidez pelo que a opção do Presidente da República é compreensível e sem alternativa.

Importa assim que as próximas eleições possam ser clarificadoras. Estamos convictos que, ao projeto politicamente esgotado e economicamente estagnante da “geringonça” se seguirá um novo ciclo político, protagonizado pelo **PSD**, conducente ao crescimento económico efetivo, capaz de superar atrasos estruturais e quebrar o ciclo de empobrecimento relativo perante um conjunto de Estados-membro da União Europeia, designadamente os países do leste europeu.

Só esta circunstância permitirá a redistribuição sustentada da riqueza e alcançar níveis de bem estar geral dos Portugueses compatíveis com a média da União Europeia mas também combater os problemas sociais estruturais do país, designadamente, os baixos salários, a precariedade e os bloqueios ao diálogo social.

III

ECONOMIA, SOCIEDADE E TRABALHO

1. MAIS DESENVOLVIMENTO COMO GARANTIA DE INCREMENTO SOCIAL

Portugal sabe que pode confiar no **PSD** e que, mais importante do que a tentação governativa de “*dar agora*”, para “*retirar logo de seguida*”, são a previsibilidade e a sustentabilidade em matéria económica como o único suporte do Estado Social e de uma redistribuição verdadeiramente efetiva e cumpridora do objetivo supremo de justiça social.

Entendemos que objetivo da governação deve ser conducente à melhoria dos rendimentos, redução da pobreza e combate às desigualdades. A valorização do salário mínimo é importante para assegurar a recuperação e melhoria do poder de compra e para a redução da pobreza. Todavia verifica-se que, apesar do seu aumento substantivo nos últimos anos, o salário médio não subiu gerando situações de esmagamento salarial com as consequentes situações de injustiça, descontentamento e desmotivação laboral.

Por isso é tão importante criar as condições para o crescimento económico.

Sabemos igualmente que, o **Estado Social** é um dos tópicos em que as diferenças entre **PSD** e PS são mais marcantes. Não ao nível do seu escopo ou dos seus objetivos últimos, mas antes do modo de como garantir a sua sustentabilidade no tempo. O Estado Social é um ganho civilizacional e todos gostamos de viver numa sociedade em que a solidariedade é efetiva. Porém, o cuidar da criação de riqueza para fazer face à sua sustentabilidade deve ser a primeira das preocupações políticas já que o mesmo não se alicerça, nem se mantém, com base na retórica ou em utopias politicamente corretas de esquerdas mais ou menos radicais.

As provas desta evidência foram por demais claras no passado recente quando, em 2011, um Governo socialista, por não cuidar da *coisa pública*, levou a que Portugal necessitasse de mais um humilhante resgate financeiro internacional e visse as suas políticas sociais serem inevitavelmente afetadas.

2. VALORIZAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS, APROFUNDAR O ESTADO SOCIAL

O desinvestimento a que a Administração Pública e os Serviços Públicos foram sujeitos ao longo dos anos e o encerramento de serviços públicos em sectores fundamentais como a Educação, a Saúde ou a Justiça e em outras áreas como as Finanças ou os serviços postais têm contribuído para um cada vez maior afastamento do Estado face

aos cidadãos e vice-versa, pondo em causa os pilares estruturantes do nosso Estado Social e da nossa democracia.

É absolutamente imprescindível que se recupere o nível de investimento público nos próximos tempos, depois de vários anos de desinvestimento com as consequências graves que todos conhecemos.

É essencial investir nos serviços públicos e nos seus recursos humanos, assegurando aumento de salários para todos os trabalhadores, revisão das carreiras e progressões e um sistema de avaliação justo.

3. O PAPEL INCONTORNÁVEL DO SINDICALISMO DE BASE DEMOCRÁTICA

Os Sindicatos representam os interesses dos seus associados em particular e dos trabalhadores em geral. Têm a responsabilidade e a necessidade de se pronunciarem sobre todas as alterações à legislação do trabalho. Esta é a dimensão da relevância social das organizações sindicais.

O objetivo do movimento sindical de melhorar as condições de vida dos trabalhadores tem muito em comum com o da **social-democracia**, que o assume em todas as suas dimensões para o conjunto dos cidadãos. É um objetivo exigente que obriga os dirigentes sindicais a tomar partido naquelas que são as decisões políticas mais relevantes da nossa sociedade e os convoca à análise dos problemas, à sua discussão com os trabalhadores e, conseqüentemente, a influir nas tomadas de decisão.

É isso que se espera dos dirigentes sindicais, especialmente dos *social-democratas* que devem igualmente pautar a sua conduta no respeito pelo valor inalienável da independência sindical e dos princípios democráticos que norteiam a sociedade em geral.

Fala-se de um declínio da sindicalização. Este é, face ao exposto, um motivo de preocupação. Importa assim modernizar e capacitar os Sindicatos para recrutarem mais e melhores quadros, que possam dinamizar a atividade sindical e serem um dos dois pilares da contratação coletiva.

Se estão em causa decisões que vão refletir-se negativamente na vida dos trabalhadores ou dos cidadãos, os Partidos devem promover e apreciar o empenhamento daqueles dirigentes na sua discussão, assumindo o resultado final como um contributo para o aperfeiçoamento da democracia.

Consideramos assim que é fundamental para todos os trabalhadores participarem civicamente, seja na empresa, nas comissões de trabalhadores ou comissões sindicais, no sindicato, em associações diversas, na autarquia ou no Partido.

4. A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS TSD NA CENTRAL SINDICAL DEMOCRÁTICA UGT

A UGT constituiu-se em Outubro de 1978 como uma resposta democrática à tentativa de hegemonia comunista do movimento sindical. Os sindicalistas ligados aos **PSD** e **PS** decidiram constituir uma nova central sindical que preservasse os princípios da liberdade de constituição de sindicatos e a sua independência relativamente a outros interesses que não fossem os da defesa intransigente dos seus associados, salvaguardando, todavia, o exercício do direito de tendência enquanto forma de expressão político-social.

Os **TSD** são assim parte constituinte e integrante desta Central Sindical. Orgulham-se do papel histórico da UGT e estão convictos da sua importância para a construção do quadro económico-social pós pandémico em clima de diálogo social.

Numa altura em que se aproxima mais um congresso eletivo da UGT, os **TSD** reafirmam o seu firme propósito de, em diálogo com a tendência sindical socialista, contribuírem para reafirmar os princípios democráticos fundadores da Central e reforçar a sua importância no mundo laboral e no quadro da Concertação Social.

5. A IMPORTÂNCIA DE ESTABILIDADE NA LEGISLAÇÃO LABORAL

Em virtude da assinatura do *Memorando de Entendimento* com a Troika em 2011 (no âmbito do *Programa de Assistência Económica e Financeira* que resgatou Portugal) e, posteriormente, do *Compromisso Tripartido para a Competitividade e o Emprego* (assinado em sede de Concertação Social em janeiro de 2012), algumas alterações à legislação laboral foram efetuadas em nome da flexibilização e da harmonização legislativa face aos demais estados-membros da União Europeia e da OCDE.

O indicador mais comumente utilizado para avaliar a rigidez do mercado laboral é o *Employment Protection Legislation* (EPL), um índice calculado pela OCDE que analisa os entraves legais à contratação e ao despedimento. Deste ponto de vista a legislação laboral portuguesa era comparativamente considerada como das mais rígidas. Assim, algumas das medidas em matéria laboral, constantes do *Memorando de Entendimento*, levaram precisamente em conta esta circunstância.

O *Compromisso* celebrado pelos Parceiros Sociais e o Governo em 2012 significou uma aceitação, por parte dos signatários, da necessidade de se empreenderem reformas estruturais que apostassem nos trabalhadores e na melhoria das suas qualificações, em novos processos, tecnologias e inovação. Este acordo foi bem a demonstração do papel insubstituível do diálogo social estruturado, mormente num contexto económico-social tão exigente. Em matéria de legislação laboral foram levados em conta os

compromissos internacionais assumidos por Portugal no quadro do *Memorando de Entendimento* e a importância de aproximar a nossa legislação laboral dos padrões internacionais por forma a reforçar a competitividade da nossa economia e o emprego.

Convirá nunca esquecer que parte substantiva do sucesso de Portugal no seu processo de reestruturação e de superação da situação de *default*, comparativamente a outros países intervencionados, radicou no elevado sentido de responsabilidade histórica demonstrado pelos Parceiros Sociais e no resultado obtido neste *Compromisso Tripartido* que acarretando um grande sacrifício para todos os trabalhadores permitiu que Portugal fosse bem-sucedido na “saída limpa” no final do resgate financeiro.

Os **TSD** ao nível da UGT, e o **PSD** ao nível parlamentar, sempre defenderam que eventuais alterações à legislação laboral devem sempre respeitar entendimentos tripartidos, isto é, obtidos através do acordo dos Parceiros Sociais e do Governo.

Consequentemente os **TSD** entendem ser importante que o Código de Trabalho possa continuar a ser estável, equilibrado nas suas disposições e que os ajustes legislativos tenham em conta o interesse comum e obtenham obrigatoriamente o acordo das partes em sede de Concertação Social.

Continuamos a entender que a cedência a uma agenda da esquerda radical nesta matéria é um risco que, para além de desvalorizar o papel dos *Parceiros Sociais*, prejudicará a economia, o volume de emprego e os níveis de atração de investimento.

6. A CONCERTAÇÃO SOCIAL COMO PILAR ESTRUTURAL DO DIÁLOGO

A sociedade portuguesa é muito diversa, complexa e fragmentada. Assiste-se ao surgimento de novas formas de organização que, inevitavelmente, conduzem a que os processos políticos, económicos e sociais sejam alargados a novos participantes. A resposta a esta tendência crescente é dada na base do diálogo estruturado e institucionalizado.

É cada vez mais claro que, a observância dos valores associados à liberdade, democracia e direitos humanos, não se esgota nos atos eleitorais e na sua formalidade democrática. A via para o progresso social e económico obriga ao permanente desenvolvimento de uma cultura de compromisso assente nas responsabilidades de cada uma das partes.

A resolução dos problemas que as sociedades modernas enfrentam não é compatível, nem com métodos simplistas, nem com o resultado da ação de um único agente, por maior que seja o poder com que se apresente ou se legitime.

Por todas estas razões, a prática do diálogo estruturado é o método a ser privilegiado.

Esta visão obriga a um esforço construtivo das diferentes forças políticas e agentes económicos e sociais para se focarem no que é estratégico de forma a atingirem o objetivo mais importante: a promoção do crescimento económico por forma a que o financiamento e a real abrangência do Estado Social sejam uma realidade.

É neste contexto que o papel dos Parceiros Sociais em sede de Concertação Social e dos Partidos Políticos no Parlamento é determinante e incontornável. Os primeiros estabelecendo os equilíbrios necessários tendo em conta o interesse comum. Os segundos, sem abdicarem dos seus programas e da sua capacidade legislativa conferida pelo voto popular, procurando plasmar a essência do acordado no texto legal.

Os **TSD** lamentam a desvalorização fortíssima que o Governo, agora cessante, fez da Concertação Social e dos Parceiros numa tentativa de agradar aos Partidos à sua esquerda. Ideologicamente estes partidos radicam no princípio marxista da luta de classes que está nos antípodas da harmonização de interesses que o diálogo social proporciona.

Urge reparar os fortes danos infligidos à Concertação Social e à confiança que é necessária entre os Parceiros e o Governo.

7. OS DESAFIOS DA CRISE PANDÉMICA E AS RESPOSTAS EUROPEIAS

Portugal é um dos Estados-membro da União Europeia e da Zona Euro. Embora com as suas particularidades, muitos dos seus problemas e desafios são comuns e merecem respostas concertadas ao nível europeu.

A situação pandémica, como atrás ficou referido, veio colocar problemas económicos graves em muitas economias dos Estados-membro da União Europeia, mormente aqueles com uma forte dependência estrutural da exportação de serviços, como é o caso de Portugal.

Foi assim muito importante a criação de um pacote financeiro europeu de recuperação e resiliência (***NextGenerationEU***). Mais do que um mero plano de recuperação constituiu-se numa oportunidade única de transformação estratégica das economias europeias e de criar oportunidades e empregos para a Europa onde queremos viver. Trata-se acima de tudo de uma visão consubstanciada num acordo para investir em conjunto mais de 800 mil milhões de euros.

É também primordial que todos cooperem no sentido de uma Europa forte, unida e multilateral, por oposição aos que professam nacionalismos vários e o isolacionismo europeu. Onde outros despertam invejas e semeiam ódios, devemos inspirar confiança e desenvolver o poder da solidariedade entre pessoas e entre países. Em vez de excluir,

devemos orientar nossas políticas para a inclusão com base na dignidade inalienável de cada pessoa. A dignidade humana é o valor supremo que todos devemos partilhar.

A Europa é o maior projeto de prosperidade e paz da História. É essencial garantir e desenvolver este projeto. Saudamos igualmente o *Pilar Europeu dos Direitos Sociais*, com o qual os Estados-membro e a Comissão Europeia se comprometeram. Onde quer que tenhamos responsabilidade política na Europa, apoiaremos a implementação do “Pilar Social” na prática, com um forte foco em salários dignos, acesso à proteção social e um bom equilíbrio entre vida profissional e familiar.

Do mesmo modo torna-se importante, por exemplo, expandir os padrões mínimos europeus nas leis laborais ou nas normas de saúde e segurança no trabalho.

IV

SUSTENTABILIDADE DO MODELO ECONÓMICO E O FUTURO DO TRABALHO

1. RECUPERAÇÃO, RESILIÊNCIA, DIGITALIZAÇÃO, ECONOMIA VERDE E GERAÇÃO DE EMPREGO

Independentemente da forte aposta que o pacote “*NextGenerationEU*” faz na digitalização e na economia circular, temos a perfeita noção de que o atual modelo de desenvolvimento não é ambientalmente sustentável e que pende sobre a humanidade o risco de fortes consequências caso não se proteja o ambiente e se aposte na economia verde e circular.

O país e a UE, no seu todo, devem continuar a adotar as estratégias adequadas, efetivas e mensuráveis para contrariar a particular vulnerabilidade geofísica a que se encontra exposto. As alterações climáticas afetam-nos a todos em termos globais e tudo indica que se produzirão efeitos extremos mais graves e frequentes. O investimento público, bem como a política fiscal deverão estar ao serviço desta estratégia na certeza de que se, assim não for, não haverá emprego ou empreendedorismo num planeta sem vida.

Por seu turno, a transição para a descarbonização, a economia circular, bem como para a digitalização e a automatização devem ser justas, sustentáveis e inclusivas não deixando os direitos sociais dos trabalhadores para trás e a adaptação dos locais de trabalho tem que ser acautelada. Estes requisitos devem fazer parte integrante das estratégias a adotar por Portugal.

Torna-se importante, assim, um modelo de desenvolvimento económico, qualitativamente diferente, ecologicamente sustentável, capaz de incentivar e acompanhar a convergência das transições digital e ecológica no nosso País, tendo igualmente na agenda a defesa do trabalho digno, o bem-estar comum e a proteção dos direitos sociais.

2. A GLOBALIZAÇÃO

A participação de todas as regiões do mundo na produção de bens é hoje uma realidade. Esta evidência criou muitas possibilidades de desenvolvimento económico e social e permitiu a muitos milhões de pessoas emanciparem-se da pobreza alcançando

um emprego e um patamar mínimo de dignidade social. Porém, em sentido contrário, a feroz concorrência internacional a que se assiste tem vindo a degradar continuamente as condições de trabalho, os salários ou o respeito por direitos fundamentais.

Esta internacionalização também contribui para o fluxo migratório contínuo que se vem presenciando. Estas pessoas, apesar de contribuírem fortemente para a criação de riqueza nos países onde se instalam são, paradoxal e frequentemente, vítimas de exploração, xenofobia e afetadas por elevadas taxas de desemprego específicas e por forte insegurança pessoal e familiar.

A regulamentação de políticas de migração, no espírito do "*Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular*", aprovado por um conjunto significativo de países das Nações Unidas, embora não vinculativo, é fundamental. Urge regular fluxos equilibrados para bem de quem necessita de acolhimento e também para quem acolhe.

De igual modo, as regulamentações laborais são fundamentalmente nacionais e incapazes de fazer face a desregulações concorrenciais entre países ou regiões económicas. Pelo que, as situações de forte informalidade típicas dos países emergentes e economias em desenvolvimento não cessam de crescer também nos países industrializados quando o inverso seria o desejável e indiciador de efetivo progresso económico e social.

Estas realidades potenciam a falta de qualidade no trabalho e o aumento dos riscos associados ao mesmo através do aumento do *stress* e das doenças profissionais ou das mortes em acidentes laborais.

Por tudo isto não será de estranhar que o respeito pelos direitos fundamentais no trabalho esteja em regressão, apesar dos progressos a que se tinha vindo a assistir. A liberdade e proteção sindicais ainda não são uma realidade para metade dos trabalhadores do mundo e isso reflete-se ao nível do trabalho infantil, do trabalho forçado ou da discriminação sexual, religiosa, étnica ou com base na deficiência.

3. EFEITOS DA DIGITALIZAÇÃO – VANTAGENS E DESVANTAGENS

A pandemia veio, por força das circunstâncias, forçar a aceleração das formas de trabalho à distância. Assim sendo a digitalização e a robotização do trabalho, os seus efeitos, mormente ao nível das relações de trabalho e os impactos na sociedade e na vida de todos nós estão no centro do debate político, económico e social.

Como em qualquer mudança de paradigma estamos perante desafios e oportunidades, vantagens e desvantagens.

De facto, a contínua, crescente e inevitável digitalização da economia a todos os níveis, constitui um magno desafio para a sociedade. Não somente pela indelével transformação que representa, como sobretudo pela alteração do paradigma laboral. Se tal representa uma melhoria no desempenho da economia e uma profunda integração global, do ponto de vista social, pode ter riscos profundos que importa analisar, perspetivar e mitigar.

A pandemia veio acelerar a implantação de formas de teletrabalho em diversos sectores. Trata-se de exercer a atividade profissional à distância, ou seja, realizada em um local diverso das instalações da empresa recorrendo a Tecnologias de Informação e da Comunicação. De resto, o estado de desenvolvimento tecnológico permite que esta fosse, mesmo antes da pandemia, uma opção viável tanto para empresas e trabalhadores.

Ainda assim convém levar em linha de conta que o teletrabalho tem as suas limitações, não só em função das profissões como também de características de personalidade e de estruturas organizativas empresariais diversificadas.

É do balanço de vantagens e desvantagens que se deve ponderar o avanço para esta forma de trabalho. Se por um lado, permite uma maior flexibilidade horária permitindo melhor conciliação entre a vida familiar e profissional, maior produtividade ao eliminar a pendularidade quotidiana, não nos poderemos esquecer da importância da relação laboral presencial e da socialização no local de trabalho como pilares da relevância do Trabalho.

É da ponderação destes fatores e da implementação de sistemas híbridos entre o trabalho presencial e à distância que o caminho se deverá percorrer.

4. IMPACTO DAS NOVAS FORMAS DE TRABALHO NO FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL

Como as possibilidades de digitalização são inúmeras e progressivas o seu impacto sobre as profissões conhecidas e tradicionais é também grande e potencialmente disruptivo se não for acompanhado de medidas socialmente mitigadoras e respeitadoras dos direitos dos trabalhadores.

De facto, existem inúmeros postos de trabalho suscetíveis de se automatizarem em virtude dos avanços tecnológicos. Tal facto, embora represente um ganho de produtividade, tem como reverso da medalha a circunstância de aumentar o desemprego estrutural.

Um outro impacto não negligenciável é o que se verifica na cobrança da *TSU - Taxa Social Única*. A automatização representa perda de postos de trabalho, as empresas

vêm aumentadas as suas receitas e diminuídas as suas despesas com os salários e com as contribuições sociais que seriam necessárias para que a Segurança Social pagasse o subsídio de desemprego de quem foi dispensado. É um forte incentivo à automatização, com vantagens para as empresas, maior comodidade para os utentes, mas uma péssima notícia para a sustentabilidade da Segurança Social.

Importa assim alterar o paradigma de financiamento da Segurança Social bonificando as empresas de mão de obra intensiva em detrimento das de capital intensivo. Estas deverão contribuir mais para minorar os efeitos sociais da automatização e o desemprego tecnológico que, ainda por cima, tende a ser estrutural em função da especialização e das necessidades de formação adequada e pouco compatível com os perfis de determinados trabalhadores.

Esta questão terá de ser seriamente equacionada sob pena de se por em risco o sistema baseado sobre um alto nível de emprego em que se baseia a nossa Segurança Social.

Esta situação leva igualmente a que, do posto de vista da justiça social, questões como o prolongamento da atribuição de subsídio de desemprego ou a atribuição de uma espécie de *renda básica universal* tenham de ser equacionadas sob pena de vermos aumentada a exclusão.

5. PROFISSÕES EM RISCO

Parece existir, assim, uma relação muito estreita entre as profissões de rotina intensiva (ou com procedimentos bem definidos) e que podem ser replicados por algoritmos mais ou menos complexos e a desapareção progressiva de muitas das atuais profissões.

Por exemplo, o aumento progressivo da automação das funções de condução de veículos a que se vem assistindo, permite prever que, num prazo não muito longo, um conjunto de profissões relacionadas com o ato de conduzir viaturas possam desaparecer gradualmente e lançar trabalhadores no desemprego ainda que, concomitante e paradoxalmente, este avanço tecnológico possa permitir um aumento exponencial na segurança rodoviária.

No outro lado da equação, as profissões ou atividades que impliquem maior criatividade ou que necessitem de competências em que a rotina não esteja tão marcadamente presente, são suscetíveis de serem mais duradouras e menos ameaçadas pela automação, ainda que os vertiginosos progressos tecnológicos não permitam afirmá-lo de forma taxativa.

A atitude correta não é a de resistir obstinadamente à automação, senão a de enquadrá-la e de fazê-la respeitar normas e princípios norteadores das relações

laborais e, acima de tudo, conduzi-la de forma a que contribua para que o progresso económico e acréscimo de bem-estar, seja acompanhado de justiça social e respeito pela legislação laboral.

V CONCLUSÕES E PROPOSTAS

Por todo o exposto os TSD entendem serem valores fundamentais:

- A recuperação da aposta na Concertação Social tendo como base a boa vontade e a independência dos Parceiros Sociais;
- A dinamização da Negociação Coletiva e da liberdade de associação;
- A defesa do *Pilar Europeu dos Direitos Sociais* e o seu Plano de ação tripartido para a promoção da qualidade nas condições e relações laborais;
- A prossecução da Agenda do Trabalho Digno da OIT e da Declaração do Centenário Para o Futuro do Trabalho. Por uma sociedade mais justa e equitativa;
- A Agenda 2030 das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável e em paz.

Assim, os TSD propõem:

- A defesa de mais e melhor formação profissional (inicial e contínua);
- O combate ao trabalho precário em todos os setores económicos;

- O combate ao desemprego jovem;
- O combate ao desemprego de longa duração com políticas ativas e passivas mais eficazes para o mercado de trabalho;
- A exigência de políticas propiciadoras da sustentabilidade da Segurança Social e o estudo de novas formas de financiamento com o envolvimento dos trabalhadores e as suas estruturas representativas;
- A dinamização da atividade sindical, promovendo a diferenciação e capacitação dos dirigentes sindicais;
- Melhores condições na aposentação e reforma para os mais baixos rendimentos;
- Melhores cuidados de saúde para os trabalhadores e seus familiares.

Em suma, todos deveremos pugnar por melhores condições de trabalho.

Deverá ser esse o fim último das políticas económico-sociais.



17, 18 E 19 DEZEMBRO 2021 | EUROPARQUE, SANTA MARIA DA FEIRA

PROPOSTA TEMÁTICA



O ALENTO, O MUNDO RURAL E A REFORMA DO SISTEMA ELEITORAL

1º SUBSCRITOR:

CPD Beja



Moção Temática

*“O Alentejo, o Mundo Rural e a Reforma do sistema eleitoral”
Comissão Política Distrital de Beja - PSD*

O Baixo Alentejo, e mais concretamente o distrito de Beja, fazem parte da grande região Alentejo que atualmente se apresenta como um território de futuro.

O seu posicionamento geográfico eleva cada vez mais o valor dos seus grandes potenciais produtivos, extrativos, transformadores e turísticos.

Este distrito tantas vezes desvalorizado, apresenta um setor agrícola em expansão e mutação, gerador de riqueza e com um enorme potencial exportador. O setor turístico tem mantido um crescimento forte e consistente ao longo dos últimos anos, sendo a única região onde esse facto se verifica. Para os menos atentos, este distrito destaca-se também por estar na vanguarda do setor energético com o atual impulso na criação de polos de produção de energias renováveis.

No Alentejo, e mais concretamente no Baixo Alentejo, conhecemos os nossos adversários e os seus rostos.

Na nossa região não ouvimos falar porque sentimos na “pele” as consequências nefastas da desertificação, do despovoamento, da falta de representação política e institucional, do desemprego e da baixa coesão social.

O nosso distrito, de Beja e a estratégia que queremos que se concretize no âmbito da ação política do nosso Partido Social Democrata, não podiam deixar de ser a temática central da nossa moção.

A REFORMA DO SISTEMA ELEITORAL

Ao longo desta década e fazendo uma análise simples dos resultados eleitorais, especialmente do crescimento dos valores da abstenção, verificamos que o afastamento dos eleitores dos atos eleitorais está a aumentar fortemente e apesar desta realidade necessitar de uma reflexão e estudo profundos, verificamos que os partidos têm estado relativamente indiferentes ao facto dos eleitores se sentirem cada vez mais afastados dos seus eleitos.

A reforma do sistema eleitoral enunciada por todos os partidos e governos, tem sido sucessivamente adiada e esse fator tem contribuído para este afastamento. Temos que relembrar que nos últimos atos eleitorais os dados não enganam e constatamos facilmente que, infelizmente, a maioria dos portugueses não participaram na escolha dos eleitos para o Parlamento e dessa forma abstêm-se na escolha do futuro para o seu país.

Têm sido muitas as soluções apresentadas para diminuir o fosso entre a sociedade e os seus representantes, mas todas elas foram criticadas por desvirtuarem o princípio da proporcionalidade, tanto no sentido de proteger os grandes partidos e reduzir a representatividade dos pequenos partidos ou o inverso, diminuir a representatividade dos partidos mais votados e aumentar a dos partidos mais pequenos. Na Europa existem diferentes sistemas eleitorais entre a tipologia proporcional e mista, mas o que realmente é necessário é encontrar outros tipos de indicadores que melhorem a justiça da representação no Parlamento e que diminuam as assimetrias regionais, pois essas são as bases do afastamento dos eleitores dos atos eleitorais e da sua aproximação a ideias cada vez mais extremistas.

O maior Distrito do País elege hoje 3 deputados, sendo que, este número está em risco a curto prazo porque continuamos a perder população. A partir do momento em que densidade populacional é o único critério de elegibilidade e de representatividade, a redução do já pequeno peso político que temos, torna-se ainda mais evidente.

O nosso partido tem de assumir a responsabilidade de ajudar a encontrar uma solução para garantir, o aumento do número mínimo de deputados a eleger em vários territórios do interior, como Beja e torná-lo inalterável, independentemente da perda de população.

O aumento do peso político na região vai fazer com que o poder central nos considere, ajudando assim a resolver o problema da baixa densidade populacional. Maior investimento, é sinónimo de maior desenvolvimento. O PSD tem de nos considerar uma prioridade e não nos tratar com a irrelevância que os outros nos têm tratado. Nós merecemos muito mais.

O Baixo Alentejo

Em Portugal, num sistema baseado apenas na proporcionalidade populacional, não podemos deixar de recordar os dados preliminares dos últimos censos 2021, em que no nosso Distrito tivemos Municípios a perder quase 15% da sua população, sendo que o nosso Alentejo foi a NUT de nível II com a quebra mais expressiva de população com - 6,9% face há 10 anos atrás.

É fácil verificar que estamos a braços com um retrocesso populacional brutal, e injustamente corremos sérios riscos de ver ainda mais reduzida a representatividade parlamentar desta região quando ela mais precisa desse apoio.

O Alentejo representa, sensivelmente, uma terça parte do nosso território nacional e tendo por base os princípios da social-democracia não podemos considerar digno, que um terço do território nacional seja ~~apenas~~ responsável pela eleição de apenas 8 deputados ao Parlamento.

Muito se tem dito sobre a relação entre a social-democracia e o desenvolvimento de Portugal, mas ao longo de mais de 40 anos de democracia, o desenvolvimento do interior do país e especialmente o do Alentejo continua irremediavelmente adiado. Queremos que o Partido Social Democrata se constitua como determinante na apresentação e construção de soluções para o interior do país e especialmente para o Alentejo, de forma a inverter os desequilíbrios territoriais que persistem e criar dinâmicas positivas nos diversos planos, sejam eles económicos, sociais e institucionais. A nossa matriz social-democrata coloca-nos numa situação privilegiada para criar mecanismos de combate às assimetrias e aplicar políticas que nos permitam reformar a democracia, alargar a participação cívica e promover a transparência dos processos políticos.

Temos a obrigação e o dever de fazer uma profunda reflexão sobre o sistema eleitoral existente e dos mecanismos de representatividade das diversas regiões do país com vista a fazer alterações que beneficiem o processo democrático, diminuam as taxas de abstencionismo e aumentem a confiança dos Portugueses no processo democrático e dos seus agentes, os partidos políticos.

O ALENTEJO, A RURALIDADE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Como disse Sá Carneiro, “idealizo um país em que, um dia, os idosos tivessem presente e os jovens tivessem futuro”. Este é o país que todos os sociais-democratas querem e no qual se revêm.

A estratégia de desenvolvimento para o Alentejo tem que comportar um triplo objetivo: ser economicamente eficaz, socialmente equitativa e ecologicamente sustentável. Estes são os três pilares do progresso sustentável de qualquer região que tenha como objetivo responder positivamente aos anseios das gerações futuras e que deseje promover a qualidade de vida de todos os que dela façam parte.

O PSD deve ser consciente do seu legado neste âmbito, pois, o seu passado político coloca-o na primeira linha de criação e implementação de políticas reformistas e promotoras de desenvolvimento.

No Alentejo estamos cansados de visões centralistas e parcelares que não contribuem para o desenvolvimento da região e o Partido Social Democrata tem o dever, assim como a responsabilidade, de pensar no país de forma global e na importância que a economia e a democracia têm no que respeita ao crescimento económico sustentável, principalmente porque estes dois eixos têm um enorme significado no reforço da participação política e cívica dos cidadãos portugueses em geral e nos baixo-alentejanos em particular.

A abordagem à economia territorial para o desenvolvimento das áreas rurais reside no reconhecimento do potencial dos seus recursos endógenos e das especificidades dos territórios locais, considerando a sua excelência, distinção, qualidade, assim como as respetivas heranças históricas, patrimoniais, socioeconómicas e culturais. A ação política do Partido Social Democrata tem de ter como objetivo claro a melhoria da

competitividade local, de forma a permitir o renascimento de áreas que anteriormente foram tidas como secundárias, mas que neste momento estão a apresentar novas dinâmicas económicas pujantes e de relevo.

O Partido Social Democrata tem a obrigação de olhar mais para o desenvolvimento da agricultura pois este é atualmente o setor responsável pelas principais políticas europeias de apoio à interioridade e ruralidade.

Não podemos deixar de referir o potencial de desenvolvimento do sector agrícola do Alentejo, que necessita da contínua definição e aplicação de políticas que contribuam para manter o seu dinamismo e incentivar o investimento. Só assim se consegue promover a sua competitividade ~~de sector~~, como sector exportador e gerador de mais valor para a região e para o país com um papel fundamental na defesa do mundo rural.

AS INFRAESTRUTURAS COMO FONTE DE COESÃO TERRITORIAL

O Partido Social Democrata tem nesta matéria uma responsabilidade acrescida porque, enquanto partido de governo, sempre se pugnou pela prossecução de políticas de criação de infraestruturas. Recorda-se, por exemplo, que após a entrada de Portugal na União Europeia, foi o PSD enquanto Governo, o responsável pela aplicação das políticas de coesão com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e territoriais entre países da EU.

Segundo alguns especialistas, a coesão territorial deve reduzir as disparidades entre territórios, potenciando a atividade económica, mas simultaneamente tendo em conta os problemas sociais, promovendo a sustentabilidade e a qualidade de vida das populações.

No entanto, a realidade é outra e o conceito de coesão territorial perdeu relevância sobretudo devido aos problemas sociais, ambientais e, maioritariamente, económicos que se fizeram sentir durante a crise económica e muito recentemente, durante o período pandémico, que acentuaram o défice de coesão territorial em Portugal.

Hoje, persistem muitos desafios para o território português.

A falta de densidade territorial, ou seja, a colossal diferença entre as grandes cidades e as cidades de média dimensão e a falta de rede de transportes e vias de comunicação que contribuam para mitigar as desigualdades entre regiões são outros dos que destacamos também.

Voltando especificamente ao nosso território, a estratégia de desenvolvimento regional que o PSD deve adotar para o Baixo Alentejo e mais concretamente para o distrito de Beja, deve ir ao encontro dos anseios das populações e deste modo a ação política nosso partido no que concerne a projetos e ideias estruturantes, deve ter como prioridade o seguinte:

- Terminar a obra do IP8, cumprindo o Plano Rodoviário Nacional na região do Baixo Alentejo e fazer a ligação da auto estrada ao aeroporto de Beja;
- Concretizar a eletrificação do troço ferroviário entre a Casa Branca e Beja, pois o combate à interioridade numa região de baixa densidade, passa muito pelo investimento e desenvolvimento da ferrovia;
- Concretizar a 2ª fase do Hospital de Beja (há décadas adiado), modernizando espaços e equipamentos, criando dinâmicas para a fixação, bem como para a atração de profissionais de saúde recorrendo ao sistema do médico/professor, que tão bons resultados teve no passado;
- O desenvolvimento e a sustentabilidade do Aeroporto de Beja, como principal eixo estratégico da região;
- Estimular o investimento e o desenvolvimento tecnológico na indústria e agroindústria, envolvendo entidades públicas e privadas;
- Promover e reforçar a criação de emprego e sobretudo o mais qualificado como fonte de fixação de pessoas;

- Valorizar o Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva como polo de desenvolvimento regional e concretizar a sua expansão.

Devemos também olhar para o ambiente como elemento da coesão territorial, pois é evidente que em territórios de baixa densidade este campo é fundamental para atingir uma melhor qualidade e eficácia territorial.

Em jeito de conclusão, a nossa proposta temática pretende, com a sua aprovação no Congresso Nacional do PSD, incentivar o Partido a:

- 1) Fazer as reformas necessárias no sistema eleitoral e partidário, com vista a alargar a participação cívica dos portugueses;
- 2) Conduzir a ação política do Partido, no sentido de reforçar a necessidade de fomentar os níveis de coesão das regiões de baixa densidade;
- 3) Promover a criação das infraestruturas necessárias para desenvolver o nosso país e em especial a nossa região, o Baixo Alentejo.

39^o PSD CONGRESSO

17, 18 E 19 DEZEMBRO 2021 | EUROPARQUE, SANTA MARIA DA FEIRA

PROPOSTA TEMÁTICA

J

TIRAR PORTUGAL DA “CEPA TORTA”

1º SUBSCRITOR:

JSD

**Moção ao 39º Congresso Nacional do
Partido Social Democrata**

Tirar Portugal da “Cepa Torta”

Subscritor: Comissão Política Nacional da Juventude Social Democrata

Santa Maria da Feira - 17, 18 e 19 de dezembro de 2021

Reformismo e Coragem num futuro Governo PSD

O PSD é um partido essencialmente reformista. Ao longo da sua história contribuiu de forma crucial para executar as transformações estruturais de que Portugal necessitava. Desde a alteração do modelo económico socializante – revisões constitucionais de 1982 e 1989 – às políticas de ajustamento financeiro do período da *troika* – Governos de Pedro Passos Coelho –, passando pela entrada na comunidade europeia – Governos de Cavaco Silva –, todas tiveram a marca indelével do Partido Social Democrata.

É essa matriz reformista que deve mover o PSD quando apresentar o seu projeto político aos portugueses, utilizando como estandartes da sua candidatura às eleições legislativas as principais reformas estruturais pelas quais os portugueses tanto anseiam, cumprindo o objetivo permanentemente adiado das últimas duas décadas: **a convergência real com as sociedades mais desenvolvidas da União Europeia.**

Cabe ao PSD ser protagonista de uma alternativa maioritária de centro-direita, cumprindo o seu desígnio para com os portugueses como principal força reformista da democracia portuguesa. Neste ciclo político e eleitoral que culmina com as eleições legislativas de 30 de janeiro de 2022, cumpre-nos a responsabilidade de dar esperança à sociedade portuguesa e canalizar o descontentamento geral para um programa ambicioso de convergência europeia, crescimento e mobilidade social cabe ao Partido Social Democrata.

A ambição do PSD deve ser, mais uma vez, de construir uma solução reformista maioritária na sociedade e no país. Sem contemporizações ou complacências com o imobilismo e as soluções fracassadas dos nossos adversários, focando-nos no passo fundamental para o virar de página e cuja responsabilidade também é nossa: vencer as próximas eleições e substituir o atual governo do PS.

A socialização da estagnação atingiu o seu auge nos últimos anos com António Costa. Por expressa vontade do Primeiro-Ministro, o país desperdiçou a conjuntura económica e financeira favorável que teve para efetuar reformas significativas que

pudessem contrariar o caminho do empobrecimento e colocar Portugal a convergir sustentadamente com a Europa.

Não se pode exigir a um Governo que resolva todos os problemas de uma sociedade ou que reforme em todas as áreas, mas podemos exigir que faça reformas em algumas áreas fundamentais. António Costa foi Primeiro-Ministro nos últimos 6 anos optou deliberadamente por nada fazer estruturalmente.

Podíamos referir áreas como a educação, a administração pública, a saúde, a justiça, a economia ou a segurança social para se constatar que apenas tivemos gestão corrente e satisfação dos desejos de BE e PCP para pura preservação no poder. Por não ter vontade e por estar nas mãos de bloquistas e comunistas, tivemos o Governo menos reformista, mais situacionista, imobilista e conservador das últimas décadas.

A classe média está cada vez mais proletarizada, sufocada em impostos e taxas, e com um salário médio líquido de 1000€, as novas gerações não se conseguem emancipar e estão sujeitas a salários indignos, os mais velhos encontram-se abandonados à sua sorte, empresas vivem torturadas pela burocracia e pela perseguição estatal, os serviços públicos a rebentar pelas costuras, e acima de tudo, um país onde não há esperança de ser mais do que isto, do que o “ramerrame” do costume. Este é um país sem elevador social, um país sem ambição.

O recente retrato das novas gerações elaborado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos exemplifica o triste panorama da juventude portuguesa:

- > 30% tenciona emigrar;
- > quase três em cada quatro jovens (72%) recebem menos de 950€ líquidos por mês;
- > metade dos que trabalham têm um contrato instável;
- > a falta de recursos económicos é o principal motivo invocado pelos jovens que desistiram de ir para a faculdade;
- > a maioria vive em casa dos pais;
- > quase um quarto (23%) já esteve medicado com ansiolíticos ou antidepressivos.

Estes indicadores são mais do que suficientes para concluirmos que estamos a falhar coletivamente com as novas gerações do nosso país.

Só um novo Governo do PSD, com vontade de reformar e coragem de agir, pode começar a procurar inverter a gestão do declínio e o ciclo de estagnação que caracteriza hoje a sociedade portuguesa e que impacta brutalmente as condições e qualidade de vida de cada jovem.

Mudar Portugal

O país precisa de uma nova maioria reformista, liderada e personificada pelo PSD. Um Governo que, com coragem, opte por pensar no futuro dos portugueses e não por pensar nas medidas que terão maior impacto na abertura do telejornal. Um Governo mais preocupado com gerar prosperidade do que com gerar manchetes. Um Governo para servir Portugal, não para se servir dos portugueses.

Nos próximos anos, o país precisa concentrar todos os seus esforços na convergência com as sociedades mais desenvolvidas da Europa. Esta frase podia ser dita por qualquer português nos anos 80 ou no início dos anos 90 do século passado. No entanto, infelizmente, esta é ainda uma realidade premente e urgente neste início da terceira década do século XXI.

Há duas décadas que Portugal vai descendo para a posição de país mais pobre da Europa. Em 2000 ocupávamos a 15ª posição no ranking europeu do PIB *per capita*. Hoje, ocupamos a 19ª posição. Entretanto, fomos ultrapassados por vários países do Leste e do Báltico, e se nada continuarmos a fazer, a cauda da Europa será cada vez mais o nosso lastimável destino. Há 20 anos o PIB *per capita* nacional era 85% do da média europeia. Hoje já nem aos 80% chega.

Escolhas políticas erradas têm contribuído por ação, ou inação, para este resultado. E as consequências deste definhamento no panorama europeu recaem particularmente sobre os mais pobres e os desafortunados da lotaria da vida. Uma sociedade que conjuga estagnação, pobreza significativa (e geracionalmente muito reprodutiva) com uma triste endogamia social que limita as possibilidades de muitos

para subir na vida, independentemente do seu esforço, ou do talento e mérito que possam ter.

Para mudar Portugal, precisamos de **um novo Governo capaz de impulsionar uma economia forte, robusta e competitiva**, com um crescimento sustentável, caracterizada por melhores empregos e melhores salários, que vença o atraso crónico de Portugal, capaz de convergir e descolar da cauda da União Europeia. Um novo Governo que seja capaz de aproveitar os novos fundos europeus para, finalmente, construir um Portugal de oportunidades para as novas gerações. Um novo Governo que assuma a necessidade de implementar um choque fiscal que estimule a economia e impulsione os setores mais dinâmicos da sociedade portuguesa a aumentarem a sua produtividade.

Um novo Governo que priorize termos uma economia que não estigmatize quem investe e quem arranca com o seu próprio negócio. Uma economia que não seja soterrada por um sufoco fiscal. Uma economia que valorize quem cria riqueza, condição sem a qual não conseguiremos fortalecer o Estado Social e proteger os mais vulneráveis da nossa comunidade: dos mais jovens aos mais velhos.

Um novo Governo que construa um país com efetiva igualdade de oportunidades. Um país em que o que alcançamos na vida esteja mais relacionado com o esforço e o trabalho de cada um, e não seja enviesado por um sistema distorcido, no qual a cunha, o favor ou a rede de contactos substituam a educação como elevador social. Um país onde quem nasce pobre não tenha de esperar cinco gerações até sair da pobreza.

Um novo Governo que reconheça o problema estrutural do desemprego jovem e dos jovens que nem estudam nem trabalham e que, em vez de respostas pírias que só servem para a propaganda, aposte num programa corajoso e ambicioso de incentivos fiscais e contributivos para as empresas que contratem jovens com condições dignas do ponto de vista contratual e salarial.

Não é admissível a realidade laboral das novas gerações em Portugal, seja pelos hediondos estágios não remunerados que a JSD tanto tem combatido, seja pela precariedade ou dualidade dos vínculos ou pela remuneração com os valores baixos que se conhecem. Uma nova estratégia económica para o país, com o foco no

aumento do investimento, das exportações e da produtividade do fator trabalho, deve ter como objetivo uma forte valorização dos salários médios para que o nosso destino não seja um país em que a maioria dos trabalhadores recebe o salário mínimo.

Um novo Governo, imbuído de espírito reformista, deve atacar os obstáculos fiscais, a lentidão da justiça, baixar a carga fiscal, assim como, deve combater a burocracia *kafkiana* ou a rigidez da legislação laboral, permitindo assim gerar mais investimento de qualidade e libertar o potencial da economia portuguesa. Um Governo que se limite a anunciar programa atrás de programa e a “despejar” sem critério dinheiro representará uma nova oportunidade perdida.

Com um novo Governo, os futuros fundos europeus devem ser revistos para que - com coragem e determinação - se resolvam os problemas estruturais e não se mascare artificialmente, com a ajuda de milhões, a realidade da economia e das empresas portuguesas. O Plano de Recuperação e Resiliência deve servir para mudar estruturalmente a economia portuguesa, nomeadamente no que diz respeito à competitividade e produtividade.

Um novo Governo deve preparar a economia e a sociedade – da escola ao mercado de trabalho, do Estado às empresas – para os **desafios da emergência climática e da economia verde e digital**, em que os novos modelos de negócio e o avanço da robotização e da inteligência artificial representem mais oportunidades para Portugal e para as novas gerações, ao invés de um ainda maior atraso face aos países mais desenvolvidos.

Um novo Governo que tenha a coragem de reformar a Administração Pública, tornando-a atrativa para os milhares de jovens que saem todos os anos do Ensino Superior, com sistemas de remuneração, prémios e de progressão na carreira competitivos face à realidade do setor privado, garantindo assim que o Estado também consegue recrutar e fixar o melhor talento na nossa sociedade, elemento central para uma Administração Pública ágil, moderna e catalisadora do nosso desenvolvimento económico.

Sem criação de riqueza sustentável não haverá melhores empregos, melhores salários nem um Estado Social mais forte que ajude muito mais quem mais precisa. Nada podemos distribuir se nada criarmos e nos próximos anos, criar riqueza para

fazer melhorar a vida dos portugueses deve ser a prioridade número um de um novo Governo PSD.

É necessário **um novo Governo que atue de forma séria no campo da justiça** - um estudo de 2021 da Deco Proteste demonstrava que a justiça é a instituição em que os portugueses menos confiam. A pressão mediática constante de que este meio é alvo, aliada a uma crescente exigência de retribucionismo próprio do populismo penal, tem aumentando a contestação e motivado inúmeros escândalos mediáticos. São vários os desafios que a justiça em Portugal enfrenta e para os quais os portugueses exigem uma resposta cabal.

Para que o Ministério Público tenha capacidade de investigar uma criminalidade cada vez mais sofisticada e trabalhar megaprocessos piramidais precisa de meios humanos e tecnológicos. Não podemos reclamar uma justiça criminal célere e eficiente quando os magistrados do Ministério Público se veem muitas vezes sem condições para exercerem condignamente as suas funções.

Simultaneamente, um novo Governo deve garantir que a justiça está ao acesso de todos e que as custas judiciais não são impeditivas para o seu exercício, cumprindo a sua função dissuasora sem prejudicar o direito ao efetivo acesso à Justiça. Em suma, uma justiça para todos os cidadãos e não só para aqueles que têm mais posses.

Numa altura em que a credibilidade da classe política foi profundamente abalada por diversos escândalos de corrupção por parte de governantes nacionais no exercício de cargos públicos, os portugueses anseiam – e desesperam – por políticos em que possam confiar. Pessoas íntegras cujo currículo não esteja manchado por associações e interesses duvidosos.

Os portugueses exigem **um novo Governo que reforme o sistema político e lhes devolva a confiança na democracia**. O crescimento ininterrupto da abstenção em Portugal é o corolário do desgaste do regime e, subseqüentemente, expressão máxima do afastamento dos cidadãos face ao poder político. Não é de espantar que

este seja um contexto propício ao florescimento dos múltiplos fenômenos que colocam em causa a democracia: a corrupção, a desinformação e o populismo.

A reforma do sistema político deve ser uma prioridade de um novo Governo, pautando-se por uma aproximação dos eleitos aos eleitores. Primeiramente, é imperiosa a abertura dos partidos políticos. Os cidadãos, independentemente de se decidirem pela militância, devem ser chamados e envolvidos na vida interna dos partidos políticos, explorando novas formas de participação e militância.

Em segunda instância, é necessária - e urgente - uma reforma do sistema eleitoral que permita aos cidadãos terem uma palavra ativa na seleção dos Deputados à Assembleia da República. A reconfiguração dos círculos plurinominais, a consagração de círculos uninominais com círculo nacional de compensação ou a ordenação das listas pelo eleitor são putativas soluções para um problema premente.

O País precisa de um novo Governo que encare a educação como principal elevador social. Não podemos compactuar com um país no qual o local onde se nasce ou o rendimento mensal do agregado familiar determina e condiciona o futuro e a ambição de um jovem. Um novo Governo deve bater-se pela igualdade de oportunidades à partida e essa igualdade começa na escola. Todos os jovens devem ter acesso a escolas de qualidade com currículos adequados. A escola tem de ser um garante do funcionamento do elevador social.

A escola deve acompanhar as grandes transformações da sociedade, até porque o crescimento no século XXI será encabeçado pelos países líderes no conhecimento, no talento e na inovação. Por isso, a escola deve “colocar todas as fichas” na qualidade da aprendizagem. Portugal não pode continuar a ter um Ministério da Educação ausente, incapaz de qualquer ação por medo dos sindicatos, que falha na digitalização e modernização das escolas, que não tem respostas para a valorização da profissão de professor e que nada faz perante o cenário de envelhecimento e reforma de uma parte significativa do atual corpo docente.

Por outro lado, espera-se que após a conclusão da escolaridade obrigatória, qualquer aluno esteja dotado de competências transversais, transdisciplinares e assentes num consistente leque de conhecimentos, capacidades, atitudes e valores. Nenhuma família deverá sentir o peso de que o seu contexto social – muitas vezes fruto de difíceis inevitabilidades — condiciona para sempre o futuro da criança que decidirem trazer ao mundo. Cada contexto familiar é um mundo de singularidade com significado ímpar. As famílias devem orgulhar-se da sua história. A sociedade deverá poder orgulhar-se de proteger e promover a justiça social.

A igualdade de oportunidades mede-se também pela urgente universalização do acesso à creche e jardim de infância, dos 6 meses aos 5 anos, com respostas sociais, públicas e privadas, tendencialmente gratuitas.

Atualmente, na educação reina a inação e no ensino superior a desresponsabilização. É frustrante verificar que Portugal tarda em assumir-se como um polo internacional de qualidade no que diz respeito às formações superiores. A ambição da nossa geração deve ser a de um país que tem Instituições de Ensino Superior (IES) que oferecem cursos de elevada qualidade académica e científica, capazes de atrair talento para o nosso país e de formar diplomados capazes de competir no atual mundo global. Resolver os problemas de subfinanciamento das IES, reorganizar a rede de cursos e escolas, definir claramente as missões universitárias e politécnicas, valorizar o sistema científico e a investigação como elementos da nossa estratégia de desenvolvimento devem ser prioridades de um novo Governo.

Um novo Governo que trate com profissionalismo os problemas da saúde, liderando o processo de vacinação contra a COVID-19 de forma eficaz, não descurando as restantes necessidades da população. Não se bastando com as promessas vãs para eleitoralistas bacocos de médicos de família para todos os portugueses, mas cumprindo-as. Que não se preste à vergonha de ver o processo de vacinação descambar cada vez que passa para a sua alçada direta. Que não assista impávido à debandada geral dos profissionais de saúde do Serviço Nacional de Saúde tendo o desplante de lhes imputar pouca resiliência. Em suma, Portugal precisa de um novo Governo que dignifique os seus profissionais de saúde e que ofereça condições para tratar os que cá residem.

Um novo Governo que não fique paralisado perante os graves problemas de saúde mental - nomeadamente entre as novas gerações - que caracterizam hoje a sociedade portuguesa. A JSD tem-se batido para que este tema esteja na agenda com propostas concretas que passam por um aumento das respostas comunitárias de saúde, nomeadamente em contexto escolar, para que a postura preventiva seja a nossa melhor arma para a minimização das graves situações pelas quais passam tantos jovens.

A promoção de estilos de vida saudáveis, o combate ao sedentarismo e aos cada vez mais graves e crescentes problemas de excesso de peso e obesidade no seio da população juvenil, assim como, a **valorização da atividade física e do desporto** como elementos essenciais da definição da identidade de cada pessoa e do seu projeto de vida, devem ser marcas da nossa ação governativa.

Um novo Governo deve reconciliar o PSD com a cultura. Não podemos aceitar uma visão monolítica ou exclusiva de hegemonia de um campo político sobre a cultura. A cultura deve ser livre, valorizada e alvo de maior investimento por um futuro Governo PSD. Desta forma, conseguiremos ultrapassar as visões preconcebidas sobre a nossa ligação ao meio cultural e artístico. A cultura não tem donos.

Um novo governo cosmopolita, moderno, aberto aos desafios e às realidades atuais, que não aceita e combate todas as formas de discriminação, que promove a igualdade de género e que tem como objetivo último, uma sociedade na qual cada pessoa tem o seu direito à felicidade e ao projeto de vida que escolher.

Um novo Governo que tenha coragem no combate às graves assimetrias observadas entre o litoral e o interior do país tornam necessárias fortes medidas de coesão territorial. Numa faixa de 50 quilómetros marcada a partir do oceano vivem 70% dos portugueses. Nos últimos anos tem-se concentrado o desenvolvimento económico nacional no litoral, deixando as regiões do interior e ilhas em situação desfavorecida. Para inverter a tendência, Portugal exige uma nova política para a coesão territorial, incluindo a aplicação eficiente dos fundos europeus, uma majoração dos incentivos para o investimento privado fora dos grandes centros urbanos e um Estado que lidere pelo exemplo, com uma agenda corajosa de descentralização e

desconcentração dos serviços públicos, na qual a revolução digital em curso facilitam estes processos e alavancam cidades de média dimensão no interior do país.

Um novo Governo deve colocar a coesão territorial no topo das prioridades políticas, com o que tem faltado para resolver as profundas e graves assimetrias e desigualdades territoriais: coragem e ação.

30 de janeiro: o primeiro passo para o reformismo

A crise política de outubro de 2021 veio clarificar os portugueses - até os mais céticos - quanto à incapacidade do PS e da frente das esquerdas em entender-se para o mais elementar compromisso da governação: o Orçamento do Estado.

Num momento em que era necessário o país avançar, véspera do começo do Plano de Recuperação e Resiliência, e iniciar uma nova fase de crescimento e recuperação após a pandemia, deparamo-nos com a prova final de que nada será estruturalmente alterado em Portugal com a aliança PS-BE-PCP.

Esta é a sina de um Governo que existiu apenas para se preservar no poder, sem vontade, capacidade ou visão reformista. Para olhar para a frente, o primeiro passo é não sujeitar mais o país aos jogos de poder de António Costa e substituir este Governo situacionista por um Governo reformista.

É tempo de afirmar e construir uma alternativa do centro para a direita que não deseje ser Governo apenas para gerir o presente ou para gerir o nosso declínio, mas para dar respostas corajosas e ambiciosas aos desafios do futuro.

A primeira reforma para um Portugal mais próspero já foi iniciada no passado em outubro com a queda do Governo. Como os portugueses bem sabem, as reformas não se deixam a meio. A 30 de janeiro, temos a oportunidade de avançar num novo caminho reformista e de futuro. Apenas a confiança e o voto no PSD podem consagrar a possibilidade deste novo caminho e abrir um novo ciclo na nossa vida coletiva.

Este é o contributo político que a Juventude Social Democrata apresenta ao 39º Congresso Nacional do Partido Social Democrata, tendo em vista o objetivo de iniciar um caminho reformista que coloque Portugal a progredir e a crescer, um caminho que permita a cada português os mesmos padrões de qualidade de vida das sociedades mais desenvolvidas da Europa e do mundo.

Este é o contributo da JSD para que seja possível tirar Portugal da cepa torta já a partir do próximo dia 30 de janeiro de 2022.



17, 18 E 19 DEZEMBRO 2021 | EUROPARQUE, SANTA MARIA DA FEIRA

PROPOSTA TEMÁTICA

K

**PASSAR À ACÇÃO: POR
UMA PARTICIPAÇÃO MAIS
EQUILIBRADA DE MULHERES E
HOMENS NA DEFESA DA SOCIAL
DEMOCRACIA**

1º SUBSCRITOR:

Lina Maria Cardoso



39.º CONGRESSO NACIONAL DO PSD

17, 18 e 19 de dezembro de 2021

CENTRO DE CONGRESSOS DE LISBOA

PROPOSTA TEMÁTICA

**Passar à ação: por uma participação mais
equilibrada de Mulheres e Homens na defesa
da Social Democracia**

1ª Subscritora

Lina Lopes

“A tradição das sociais-democracias é a conquista da igualdade na realidade, é a eliminação progressivas das desigualdades e das contradições económicas, sociais e culturais que estão na origem da luta das classes.”

Sá Carneiro

A Constituição da República Portuguesa consagra o direito à igualdade (art. 13º) e considera a promoção da igualdade entre homens e mulheres uma tarefa fundamental do Estado (art. 9º, alínea h).

Embora a promoção da igualdade entre mulheres e homens seja um desígnio consagrado na lei, a sociedade portuguesa ainda se encontra dilacerada por enormes desigualdades a nível social, económico e político. Em particular, é notório que, apesar do mérito profissional e qualificações académicas, as mulheres continuam a ser, frequentemente, alvo de vários tipos de discriminação. Assim, as palavras de Sá Carneiro: *“Há na nossa sociedade demasiadas estruturas mentais e materiais anquilosadas; há gritantes desigualdades de oportunidades”* - pronunciadas em 1976, na Assembleia da República, continuam, infelizmente, bem atuais.

Por outro lado, sendo o PSD um partido que pretende ser respeitado no seu objetivo de criar maior igualdade de oportunidades e de promover uma participação mais equilibrada de mulheres e homens na sociedade, deve o próprio, a dar o exemplo. Para tal, precisa tornar claro que defende e promove estes princípios não só nas propostas políticas que apresenta à sociedade, mas também em casa, nas várias instâncias da sua organização interna.

É, portanto, fundamental termos consciência de alguns factos que urge corrigir. Estes factos denotam a necessidade de aproximar mais a composição das instâncias partidárias da realidade social do país. Sendo um partido democrático marcante da sociedade portuguesa, e absolutamente indispensável para a construção de um futuro mais próspero e feliz para os portugueses, acreditamos que o PSD possui a capacidade, a liberdade e a responsabilidade para ultrapassar os desequilíbrios que decorrem dos factos que apresentamos abaixo.

☐ **Distribuição de deputados eleitos pelos partidos políticos com maior representação no Parlamento nacional (mandato iniciado em 2019)¹:**

Partidos Políticos	Mulheres	Homens
PS	42 (45,4%)	66
PSD	26 (32%)	53
BE	9 (47,4%)	10
CDU	5(41,6%)	7
PAN	2 (66,6%)	1
CDS	3(60%)	2

☐ **Distribuição dos eleitos pelos partidos políticos a nível autárquico:**

Partidos Políticos	Presidentes Mulheres *
PS	19 (12,9%)
PSD	4 (5,8 %)
Coligação PSD/CDS-PP	3 (47,4%)
CDU/PEV	2 (11,11% %)

* Percentagem do total de câmaras que os partidos obtiveram.

É de salientar que as eleições autárquicas de 2021, foram as primeiras eleições locais com a nova lei das quotas, a qual obriga a 40% de mulheres em lugares elegíveis. Não obstante esta obrigatoriedade, o número de mulheres eleitas Presidentes de Câmara não foi além de 9,6% (29 Mulheres em 308 presidentes eleitos).

☐ **Distribuição de mulheres nos últimos Governos PS/PSD**

Governos	Mulheres: Ministras + Secretárias de Estado	Homens: Ministros + Secretários de Estado
XXII - Partido Socialista	8 + 18 = 26(36%)	12 + 34 = 46

¹ Fonte: Mapa Oficial n.º 9-A/2019 com a Relação dos deputados eleitos e mapa oficial da eleição da Assembleia da República realizada em 6 de outubro de 2019, publicado no Diário da República, 1ª Série, n.º 203, de 22 de outubro de 2019.

XX – PSD/CDS-PP	4 + 7 = 11 (20%)	13 28 = 41
-----------------	------------------	------------

☐ Distribuição das mulheres no plano político-partidário em órgãos eleitos:

1.- Mesa do Congresso e do Conselho Nacional

2 mulheres (28,6%) / 5 homens

2.- Conselho Nacional

12 mulheres (12,9%) / 81 homens

(Conselheiros eleitos (70) + Presidentes da Comissões Políticas Distritais e Regional (20) + Presidentes das Estruturas Autónomas (3) num total de 93)

3.- Comissão Política Nacional

5 mulheres (20%) / 20 homens

4.- Secretaria Geral

0 mulheres/4 homens

5.- Comissões Políticas Distritais e Regionais

Presidentes

1 mulher (5%) / 19 homens

Constituição das Comissões Políticas Distritais

Viana do Castelo: 2 mulheres (15,3%) (vogais)/ 11 homens

Vila Real: 1 mulher (7,6%) (vogal)/ 12 homens

Bragança: 0 mulheres (0%) / 13 homens (100%)

Braga: 1 mulher (7,6%) (vogal)/ 12 homens

Porto: 2 mulheres (15,3%) (1vogal /1 secretaria) / 11 homens

Aveiro: 1 mulher (7,6%) (vogal)/ 12 homens

Viseu: 2 mulheres (15,3%) (vogais)/ 11 homens

Guarda: 2 mulheres (15,3%) (1vogal /1 tesoureira) / 11 homens

Coimbra: 3 mulheres (23,0%) (vogais)/ 10 homens

Castelo Branco: 1 mulher (7,6%) (vogal)/ 12 homens

Leiria: 5 mulheres (38,5%) (2VP-3 Vogais) / 8 homens

Santarém: 3 mulheres (23,0%) (1VP-2Vogais) / 10 homens

Lisboa: 2 mulheres (15,3%) (1vogal /1 Tesoureira) / 11 homens

Portalegre: 1 mulher (7,6%) (VP)/ 12 homens

Évora: 4 mulheres (30,8%) (1P-3 Vogais) / 9 homens

Setúbal: 3 mulheres (23,0%) (Vog., Tesour., Secret.) / 10 homens

Beja: 2 mulheres (15,3%) (1VP /1 Vogal) / 11 homens

Faro: 1 mulher (7,6%) (VP)/ 12 homens

Constituição das Comissões Políticas Regionais

Açores: 5 mulheres (26,3%) (2VP-3 Vogais) / 14 homens

Madeira: 9 mulheres (37,5%) (9 Vogais) / 15 homens

Como podemos observar, apenas três estruturas distritais (Leiria, Évora, Madeira) contam com mais de 30% de Mulheres nos seus órgãos. Portanto, a esmagadora maioria das estruturas estão longe do limiar mínimo de 40 % que, legalmente, traduz o equilíbrio da participação de mulheres e homens. Em particular, podemos observar o caso extremo de uma distrital (Bragança) que não tem uma única mulher.

Face aos dados apresentados é de salientar que os maiores desequilíbrios na participação de Mulheres e Homens verificam-se predominantemente a nível autárquico e na organização partidária interna.

A igualdade de oportunidades só pode ser feita com mulheres e homens, aceitando e respeitando as diferenças e as especificidades que os caracterizam e definem. E o respeito pelas diferenças implica o reconhecimento de uma complementaridade, a qual pode, e deve, enriquecer a qualidade da intervenção de mulheres e homens na política partidária, local, regional e nacional.

Colocar a igualdade de oportunidades e o equilíbrio da participação de mulheres e homens na vida social, política e partidária no centro da agenda política, é crucial num partido que tem na sua história grandes mulheres que exerceram, em seu nome, e pela primeira vez em democracia, funções de Ministras e Secretarias de Estado em áreas de soberania, tendencialmente atribuídas a homens. O PSD é também o partido que elegeu também, pela primeira vez em Portugal, uma mulher

para Presidente do Partido e uma mulher para Presidente da Assembleia da República, o que reforça a sua responsabilidade.

Para além das questões de justiça, equidade e progresso das mentalidades, o desígnio da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens e a promoção do equilíbrio na representação de ambos nas várias instâncias de decisão, é igualmente uma forma de refletir de modo mais adequado a própria composição da população nacional, na qual as mulheres são aproximadamente 52 %, bem assim como o universo dos militantes ativos do PSD, no qual as mulheres constituem aproximadamente 37 %.

Por tudo isto, parece-nos que é a altura de passar efetivamente à ação e promover um PSD como uma organização política mais equitativa neste aspeto.

Neste ensejo não podemos deixar de mencionar as 4 moções aprovadas nos Congressos anteriores por larga maioria de votos, a saber:

- ☐ O 36.º Congresso do Partido Social Democrata (PSD), realizado em Aveiro, em 2016, aprovou, por larga maioria de votos, três Propostas Temáticas que defenderam o reforço da participação das mulheres na vida partidária: D – Aveiro, um distrito social-democrata à frente e ao serviço de Portugal; K – O papel da mulher na sociedade – por um PSD mais paritário; e N – Promover e defender a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.
- ☐ No 37.º Congresso do Partido Social Democrata (PSD), realizado em Lisboa, em 2017, aprovou, por larga maioria de votos, uma Proposta Temática R - Concretizar a paridade no plano político, económico e social em que também se defende e reforça a participação das mulheres na vida política e partidária.

Com a aprovação das moções ora referidas foram também aprovadas as alterações ao Capítulo III dos Estatutos do PSD, que consagram a criação de uma Organização Especial, a par da Juventude Social Democrata, dos Trabalhadores Social Democratas e dos Autarcas Social Democratas, intitulada Mulheres Social



Democratas (MSD), através da introdução de um artigo específico para o efeito, *in casu*, um novo artigo 13.º.

Esta proposta de alteração ao Capítulo III dos Estatutos do PSD, foi reiterada no 37.º Congresso do PSD, realizado em Lisboa, em 2017, através da Proposta Temática intitulada “Concretizar a paridade no plano político, económico e social”, e foi igualmente aprovada por larga maioria.

Não obstante a sua irrefutável legitimidade, a alteração ao Capítulo III dos Estatutos do PSD com vista a dotar o PSD de uma Organização Especial – Mulheres Social Democratas – dedicada à concretização da paridade de género entre homens e mulheres nos planos político, económico, e social que compõem a sociedade portuguesa, ainda aguarda concretização.

Passar à ação implica, desde já, introduzir um novo artigo 13.º no Estatutos do PSD com a seguinte redação:

“Artigo 13º

(Mulheres Sociais-Democratas)

- 1. As Mulheres Sociais-democratas (MSD) são a organização política do PSD dedicada à promoção e implementação de políticas e à definição de estratégias conducentes a uma efetiva igualdade e paridade de género entre homens e mulheres nos planos político, económico, e social que compõem a sociedade portuguesa.*
- 2. As MSD regem-se pelos presentes Estatutos e por um regulamento próprio.*
- 3. Os órgãos da MSD são eleitos por todas as militantes inscritas no PSD, nos termos dos Regulamentos Eleitorais aprovados para a eleição dos órgãos nacionais do PSD.*
- 4. As MSD podem constituir estruturas, com forma e objetivos similares à Organização Nacional.*
- 5. O PSD tem o dever de apoiar material, técnica e financeiramente a atividade das MSD.”*

6. O PSD aplicará internamente, em todos os seus órgãos locais, distritais e nacionais, a Lei da Paridade e vigor à data da constituição e/ ou eleição dos respetivos órgãos

Por outro lado, considerando a pertinência do tema e a necessidade, cada vez mais urgente, de serem dadas respostas, por parte do PSD, aos Portugueses, e sobretudo às mulheres Portuguesas, as quais, apesar do mérito profissional, qualificações académicas e outras qualidades pessoais, são frequentemente objeto de discriminação, propomos ainda que nas propostas políticas do PSD a apresentar à sociedade, e nas medidas que as concretizem no plano económico e social, sejam incorporados os seguintes aspetos:

- 1) Desenvolver, promover e implementar políticas e definir estratégias conducentes a um efetivo equilíbrio entre Mulheres e Homens;
- 2) Promover medidas no sentido da diminuição da disparidade salarial entre homens e mulheres;
- 3) Diligenciar pela conciliação do trabalho com a vida familiar e social;
- 4) Assegurar a fiscalização do cumprimento das normas legais que visam a participação paritária das mulheres nos órgãos superiores de decisão das grandes empresas;
- 5) Contribuir para a prevenção, diagnóstico e mais ampla divulgação das situações de desigualdade de tratamento entre homens e mulheres na sociedade portuguesa;
- 6) Defender os direitos das mulheres a um tratamento igual ao dos homens, sempre que se justificar e não existam fundamentos objetivos para um tratamento diferente;
- 7) Promover os direitos das mulheres a um tratamento igual ao dos homens junto de todos quantos contribuem para a mudança da situação atual, com especial relevo para os empresários, governantes e restantes decisores políticos;
- 8) Elaborar documentos e desenvolver ações que promovam a participação paritária de homens e mulheres nas várias vertentes da sociedade portuguesa;

- 9) Contribuir para eliminar as barreiras à participação económica, política e social das mulheres.
- 10) Defender medidas que desincentivem o incumprimento da paridade de género nas candidaturas e nomeações para cargos públicos;
- 11) Reforçar as sanções financeiras aos partidos políticos que não apresentem um equilíbrio credível entre os candidatos de cada género aos atos eleitorais;
- 12) Assumir e desenvolver o objetivo de tornar as decisões inseridas no Orçamento de Estado mais transparentes na sua fundamentação e na sua eficácia social e económica, assegurando que as mesmas não afetam de forma desequilibrada mulheres ou homens (Orçamento de género), nomeadamente, apresentando dados desagregados por sexo e explicitando os resultados e retorno pretendido das medidas inscritas no Orçamento de Estado (modelo austríaco).

Acreditamos que o PSD está à altura dos desafios que enunciámos nesta Proposta Temática e que nas próximas eleições legislativas apresentará aos Portugueses propostas que os cativem e que o reafirmem como o único partido capaz de conduzir o País a um novo patamar de progresso e desenvolvimento, a partir do Governo de Portugal.



17, 18 E 19 DEZEMBRO 2021 | EUROPARQUE, SANTA MARIA DA FEIRA

PROPOSTA TEMÁTICA



VALORIZAR O AMBIENTE E ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE

1º SUBSCRITOR:

João Dias Coelho

Moção Temática ao 39.º Congresso Nacional do Partido Social Democrata

VALORIZAR O AMBIENTE E ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE

- . Salvaguarda do Património Natural e dos Ecossistemas
 - . Energia e Consumo de Água Eficientes
- . Gestão dos Resíduos e do Solos, sem passivos ambientais
- . Reforma Fiscal para a protecção Ambiental e Sustentabilidade

Enquadramento de políticas ambientais

O clássico dilema ambiental e económico

Portugal enfrenta atualmente uma panóplia de problemas que exigem uma governação com competência acrescida. A juntar aos desafios económicos e sociais somam-se os obstáculos pandémicos e climáticos que agravam os dois primeiros e determinam a existência de uma governação exigente, competente e mobilizadora dos cidadãos. Alguns dos problemas ambientais que Portugal já está a enfrentar e agravar são escassez hídrica, aumento dos incêndios, perda acelerada de biodiversidade e desertificação física e humana. Estes problemas trazem consequências desastrosas para a economia e para a sociedade nos moldes que os conhecemos hoje e tornar-se-ão numa realidade inevitável e irreversível se não se mudar o paradigma atual da gestão dos recursos naturais que tem sido meramente extrativa visando a maximização do lucro. Para assegurarmos uma exploração dos recursos responsável e duradoura, esta tem de passar a ser gestonária, assegurando a perpetuação do recurso através do respeito dos ciclos naturais e circularidade da base material nele assente.

Assim, a preparação de medidas para uma recuperação estrutural pós-pandemia deve ter em conta não apenas noções gerais da economia, mas também de áreas como: o ambiente, pela compreensão alargada de como conceber a base biofísica das sociedades; energia, pelas alterações conceptuais que têm sofrido e pelo seu enorme impacto nas alterações climáticas; tecnologia, pelo seu papel na melhoria da eficiência de processos e serviços; transição digital, apontando caminhos para que seja adotada de uma forma razoável por uma panóplia alargada de atividades; e sociologia, pela compreensão do comportamento das sociedades, particularmente face às transformações rápidas por que estão a passar. Só assim será possível conceber uma recuperação justa e sustentável que beneficia a sociedade, a economia e o ambiente.

Como parte da recuperação económica, Portugal deverá olhar para além do PIB (indicador da produção da economia nacional) orientando a sua ação também para o conceito de “economia do bem-estar”, adotando medidas que melhorem também as condições ambientais que contribuem para o bem-estar das populações e para a sua prosperidade.

Moção Temática ao 39.º Congresso Nacional do Partido Social Democrata

“VALORIZAR O AMBIENTE E ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE”

1º Subscritor: João Carlos Dias Coelho nº 4.638

A natureza como base da solução

Uma recuperação económica justa e sustentável é tal que coloca as pessoas no centro das decisões, decisões essas que devem priorizar o investimento público que vise o desenvolvimento da iniciativa privada conciliando com o restauro e proteção da natureza, a equidade social e territorial multigeracional. Só assim será possível conceber-se empregos socialmente justos, economicamente viáveis, e ambientalmente sustentáveis. Só assim é possível assegurar a saúde das pessoas face a futuras epidemias resultantes da constante degradação da natureza. Só assim se conseguirá preservar a biodiversidade e assegurar a robustez territorial face às reais alterações climáticas.

As injustiças sociais e as alterações climáticas têm por base a violação dos direitos humanos e a dos princípios físicos pela qual os sistemas da natureza se regem. Os impactos negativos da atividade humana serão tão mais injustos e irreversíveis quanto mais tarde se agir. Urge repensar todo o enquadramento e ligação da vida humana à natureza de forma a permitir que gerações futuras tenham a mesma capacidade de viver e sonhar. Reaprender a restaurar e valorizar a biodiversidade e os ecossistemas no seu estado natural irá proporcionar-nos a base biofísica da qual a nossa sociedade, a nossa economia e, acima de tudo, o nosso bem-estar físico e mental depende. Por último, a natureza e os ecossistemas devem ser devidamente valorizados sempre que se equacionarem investimentos que os afectem.

Áreas prioritárias de investimento

Os sectores prioritários devem ser tais que possam proporcionar resiliência e autonomia nacional, que apoiem as populações e regiões mais desfavorecidas, e que gerem um leque alargado de proveitos económicos, sociais, ambientais e de saúde.

Estes setores incluem:

1. **Conservação da Natureza e Restauro Ecológico**, devem servir de ponte na alteração de formas de exploração dos recursos naturais por forma a alterar padrões de consumo, combater as desigualdades territoriais e reverter as alterações climáticas. O investimento humano e financeiro deve priorizar a gestão das áreas protegidas, recorrendo a parcerias entre o ICNF e entidades públicas e privadas para promover a proteção das espécies e dos ecossistemas, visando ainda aumentar a resiliência territorial face a desastres naturais e sanitários. Também a gestão sustentável das bacias hidrográficas, promovendo projetos de partilha de boas práticas de gestão sustentável de água e defesa dos rios livres, irá promover a sustentação social, territorial e ambiental. Estas ações favorecendo a **criação de faixas de produção biodiversas**, melhorando assim a qualidade dos solos, a sua capacidade para retenção de água e de carbono, **protegendo a biodiversidade e os serviços dos ecossistemas**, garantindo o aprovisionamento de madeira e alimento enquanto se promove a fixação de população no interior. Para além disso, criam-se novas atividades, especialidades e áreas de negócio em torno da valorização dos recursos naturais.

**“VALORIZAR O AMBIENTE E ASSEGURAR A
SUSTENTABILIDADE”**

1º Subscritor: João Carlos Dias Coelho nº 4.638

2. **Agricultura e floresta sustentáveis e resilientes**, carecem de um estudo aprofundado para uma revisão estratégica que preserve as áreas de sensibilidade compatibilizando com o interesse produtivo. Não é compreensível continuar a investir num Plano Nacional de Investimento em novas barragens cuja uma análise custo-benefício não justifica a sua construção. Qualquer nova infraestrutura deve ser de usos múltiplos, por forma a aliar a produção energética com o abastecimento de água potável às populações e às necessidades de rega, considerando ainda a necessidade de novos povoamentos florestais de espécies autóctones que fomentam a biodiversidade e proporcionam barreiras naturais aos incêndios florestais. O mesmo princípio de fins múltiplos deve ser aplicado aos grandes projetos agrícolas e florestais do futuro, que devem ser concebidos numa ótica mais agrosilvopastoril. Os mais de 10 mil milhões de euros da Política Agrícola Comum devem ser avaliados em projectos sustentáveis e atribuídos aos agricultores de forma equilibrada e justa, e idealmente à proporção das boas práticas agrícolas e aos serviços prestados ao ecossistema. Esta política agro-ambiental deverá ser equilibrada e salvaguardar a qualidade e a regeneração dos solos, servindo menos de incentivo à produção e garantia de preços. Os novos programas agrícolas devem salvaguardar que os agricultores que prestem serviços em prol da sobrevivência dos ecossistemas, em paralelo com as suas atividades agrícolas.
As medidas agroambientais devem estar vocacionadas de modo a sensibilizar e comprometer, com compensações, os agricultores por ações eficazes de proteção evitando o gasto exagerado e evitar antecipadamente a poluição da água, do solo e da natureza, em particular dentro da Rede Natura 2000 e áreas sensíveis. O sistema de consumo e fornecimento de bens tem de ser adequado à inclusão dos pequenos agricultores a circuitos curtos, à produção local e nacional, bem como à redução do desperdício alimentar.
Os solos férteis e agrícolas têm de obedecer a uma exploração equilibrada que não contribua para o empobrecimento e desertificação dos mesmos, considerando modelos e práticas sustentáveis, evitando a exploração superintensiva que não só retira qualidade à produção como reduz a capacidade regenerativa dos solos, à semelhança de casos de estudo como os evidenciados na zona Ibérica da Andaluzia e Estremadura, onde os aquíferos e a água de superfície se encontra esgotada ou num regime de gestão de transvases que prejudicam não só os ecossistemas fluviais como limitam os caudais que deverão permitir o livre curso das águas para o nosso país, razão pela qual a Convenção de Albufeira carece de uma apreciação cuidada e eventual revisão no quadro ibérico e sob acompanhamento da Comissão Europeia considerando as normais clivagens transnacionais pela posse e gestão dos recursos hídricos.
3. **Pesca Sustentável**, os apoios financeiros devem desejavelmente ser virados para a utilização de artes e práticas de pesca de baixo impacto, à ausência de ocorrências de pesca ilegal ou prejudicial para a biodiversidade marinha. Estes devem ainda promover a substituição dos combustíveis fósseis na navegação, incluindo a eletrificação das embarcações mais pequenas e que comportem uma transição para energias amigas do ambiente. O apoio do Estado às comunidades pesqueiras na transição para outras atividades em caso de sobre-capacidade das frotas e/ou redução de quotas de pescado. Deverá considerar-se os circuitos curtos de comercialização de pescado. Um controle pró-ativo e concertado dos diversos atores do setor

Moção Temática ao 39.º Congresso Nacional do Partido Social
Democrata

**“VALORIZAR O AMBIENTE E ASSEGURAR A
SUSTENTABILIDADE”**

1º Subscritor: João Carlos Dias Coelho nº 4.638

das Pescas deverá melhor responsabilizar a gestão de bens comuns de forma participada e sustentável, e salvaguardar ganhos mais justos a quem atua no mar.

A criação de reservas marinhas onde não seja permitida a pesca, que permitam a recuperação das diversas espécies marinhas e o seu desenvolvimento, deve ser um vetor central na gestão sustentada dos recursos.

4. **Turismo Ambiental e Rural**, como modelo dinamizador da economia local deverá ser potenciado com a perspectiva de defender o nosso património natural e promover a cultura regional e gastronómica, como componente fundamental para o desenvolvimento das zonas interiores e mais próximas de áreas protegidas ou Parques Naturais. A política de exploração e ampliação de solo urbano ou transformação de solo para megaempreendimentos imobiliários e turísticos deverá sofrer um forte constrangimento nos planos de ordenamento do território. Ou seja, devem ser promovidos os projetos de baixo impacto territorial e ambiental (privilegiando modos de transporte suaves, consumo de produtos locais, recuperando as infraestruturas existentes), e com atividades orientadas para o contacto com a natureza, o conhecimento das espécies e dos processos naturais e a valorização dos ecossistemas e da paisagem. Este setor deverá ser considerado instrumental na revitalização das zonas despovoadas no interior do país (a par com a deslocalização de órgãos da administração central do Estado para localidades no interior do país, com proximidade com a realidade nacional, caso do Ministério da Agricultura e Ministério do Turismo deverão enquadrar-se em regiões dominantes nestas áreas económicas).
5. **Eficiência Energética**, ao nível da indústria, equipamentos, iluminação pública e edifícios. Nestes últimos considerando estratégias passivas com melhorias ao nível do conforto térmico para os seus utilizadores e redução de custos com climatização, permitindo atenuar os efeitos negativos de ondas de calor e vagas de frio. Na iluminação pública considerando um plano nacional para a substituição integral das luminárias por novas de baixo consumo (leds) num período temporal relativamente curto, apontando para uma redução substancial do consumo de energia e conseqüentemente das emissões de CO₂. Averiguar e repensar as reais necessidades de iluminação de forma a reduzir o consumo energético e a poluição luminosa.
6. **Eficiência Hídrica**, apostando em programas de carácter nacional de eficiência hídrica em espaços públicos, com incidência na alteração de espécies com menores necessidades de água em espaços públicos, redução/anulação de perdas nas redes públicas e adição de tecnologia que permita uma melhor gestão em toda a operação associada ao abastecimento de água. Ao nível dos edifícios com intervenções ao nível dos dispositivos que permitam manter o conforto utilizando menores caudais com o objetivo de ganhos substanciais em termos de eficiência com o objetivo de se atingir um consumo de água per capita de 100 litros por dia (valor de referência máximo indicado pela ONU a que cada pessoa deverá ter direito).
7. **Energias Renováveis**, incentivando a microgeração para autoconsumo, com menores impactos ambientais que as mega centrais. Obrigar a realização de Estudos de EIA e de

**“VALORIZAR O AMBIENTE E ASSEGURAR A
SUSTENTABILIDADE”**

1º Subscritor: João Carlos Dias Coelho nº 4.638

Avaliação Ambiental Estratégica e de Avaliação de Impacto Ambiental na criação de grandes áreas de fotovoltaicos centralizados, por forma a evitar a ocupação descontrolada de solo em REN e RAN, bem como impactos desajustados na paisagem minimizando os impactos sobre a qualidade de vida das populações, e os valores naturais.

Um planeamento exigente deverá apontar as localizações na implantação segura de centrais fotovoltaicas, sendo que a aposta e promoção nacional deverá recair na produção descentralizada e no autoconsumo mesmo em zonas de elevada dimensão urbana (política de telhados verdes). O investimento em mega centrais fotovoltaicas e eólicas deverá obedecer a critérios de racionalidade localizando-se na proximidade de pontos de receção e centros de consumo, para servir de reforço localizado na rede de distribuição, e reduzir o impacto ambiental da rede elétrica e perdas associadas ao transporte.

8. **Planos Municipais de Ambiente e Sustentabilidade (PMAS).** Para criar capacidade de penetração das medidas ambientais e aumentar o sentido de proximidade, a vigilância e cumprimento das metas ambientais não deve passar apenas pelo governo central, mas devem igualmente ser implementados pelos municípios planos municipais de ambiente e sustentabilidade que contemplem objetivos e estratégias associadas a diversos aspectos ambientais: prevenção de cheias; reflorestação; eficiência hídrica; eficiência energética; descarbonização; economia circular; redução de emissões de gases e partículas redução na produção de resíduos urbanos, compostagem e/ou triagem doméstica dos mesmos e arborização bioclimática em espaço urbano. Estes planos devem estar associados ao “Pacto dos Autarcas” que obriga a um conjunto de boas práticas e antecipação de metas definidas no Tratado de Paris, Plano Nacional de Energia e Clima, Rede Natura 2000, entre outros.
9. **Arborização bioclimática dos aglomerados urbanos.** A arborização das avenidas, ruas, largos e outros espaços existentes nos aglomerados urbanos é fundamental para o propósito da mitigação dos riscos climáticos, em especial as ilhas de calor, promovendo a redução substancial da temperatura no verão.
10. **Transporte público:** Promover a melhoria da qualidade, atratividade, disponibilidade, pontualidade e intermodalidade dos transportes públicos nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, através de uma estratégia coordenada entre todos os concelhos, com o objetivo de diminuir a quantidade de viaturas individuais que entram diariamente nas cidades de Lisboa e Porto. Construção de linhas de metropolitano de superfície nos concelhos limítrofes dos concelhos de Lisboa e Porto e ligação às redes de metropolitano existentes através de interfaces. Acelerar a eletrificação dos transportes públicos, comboio, autocarro e táxis com o objetivo de descarbonizar o setor. Proibição gradual da circulação do automóvel nos centros urbanos com tendência para a adopção de circuitos pedonais e cicláveis.
11. **Fiscalidade verde:** Possui dois principais propósitos: o primeiro é de beneficiar fiscalmente quem tem um comportamento amigo do ambiente, pessoas e empresas, e o segundo é de

Moção Temática ao 39.º Congresso Nacional do Partido Social Democrata

“VALORIZAR O AMBIENTE E ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE”

1º Subscritor: João Carlos Dias Coelho nº 4.638

penalizar quem tem práticas que prejudicam o ambiente e não contribuem para a sustentabilidade, dentro do princípio poluidor-pagador. Esta reforma fiscal deverá abranger diversos setores da atividade económica servindo de acelerador relativamente à alteração de comportamentos. A subsídição ou a diminuição de impostos associados aos combustíveis fósseis deverão ser eliminados, em linha com o programa europeu de descarbonização. A OCDE estima que os “subsídios” aos combustíveis fósseis (sob a forma de isenções fiscais) tenham atingido 389 milhões de euros em Portugal em 2017. Adicionalmente, a carga fiscal deve incidir mais sobre áreas ambientalmente prejudiciais (poluição, depleção de recursos, desperdício material e de energia) e menos sobre áreas socialmente importantes (rendimentos do trabalho).

12. **Infraestruturas aeroportuárias.** Qualquer decisão referente a uma alteração das infraestruturas aeroportuárias deverá ser suportada no resultado de uma avaliação ambiental estratégica, naturalmente considerando as infraestruturas existentes. Neste âmbito defendemos a criação de um Plano Aeroportuário Nacional, que determine as capacidades e objectivos das infraestruturas aeroportuárias existentes e a necessidade de um novo aeroporto de Lisboa (NAL) tendo em conta todos os estudos realizados e existentes por forma a limitar no tempo e no espaço os estudos ainda a realizar. Nesse sentido defendemos que seja suspenso o concurso internacional aberto pela nova entidade criada, e seja o mesmo desenvolvido no âmbito da ANAC - Autoridade Nacional da Aviação Civil, enquanto entidade reguladora independente.
13. **Economia Circular e Política de Resíduos,** Revisitar o PERSU 20-30, reajustando as políticas de resíduos às necessidades e realidades existentes no país. Assim, há que promover a valorização do material de recolha selectiva de acordo com as metas europeias, e valorizar igualmente o resultado dos sistemas de triagem do indiferenciado, nos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos - TMB, potenciando a valorização do “refugo” ou “rejeitado” que terá de ser desviado da deposição em aterro, obrigatoriamente até 2030, pelo que há que dar consequência ao aproveitamento deste material como CDR - Combustível Derivado de Resíduos, conforme legislação e objectivos definidos desde 2009. A valorização dedicada do CDR pode dar origem a energia e calor para aproveitamento térmico para utilizações diversas, evitando a deslocalização ou a exportação de resíduos. Não podemos criar mais custos e passivos ambientais. Neste campo a promoção da mineração terá de ser dirigida para a recuperação de passivos ambientais (antigas lixeiras, aterros e depósitos de resíduos específicos). **A Taxa de Gestão de Resíduos deverá ser agravada de forma proporcional às boas práticas e eficiências** promovendo o mérito dos Sistemas de Gestão de Resíduos na recolha seletiva multimaterial e não penalizando todos por igual - os que cumprem regras e práticas valorativas dos que não cumprem - reforçando deste modo o incentivo ao reaproveitamento de resíduos e os desincentivos à geração do resíduo. Distinção da sustentabilidade dos produtos através da indicação de um “rótulo verde”, ou ecológico, para proporcionar a boa escolha do consumidor. As metas de recolha de bioresíduos deverão ser objecto de incentivos por parte do Fundo Ambiental por forma a aumentar significativamente

Moção Temática ao 39.º Congresso Nacional do Partido Social Democrata

“VALORIZAR O AMBIENTE E ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE”

1º Subscritor: João Carlos Dias Coelho nº 4.638

a recolha dos mesmos, e deposição para compostagem, dando saída agrícola ao composto daí resultante ou biocombustão, para produção de energia remunerada pela rede.

Implementar um sistema de contratação pública que tenha como centralidade o ciclo de vida do produto e sua reciclagem.

14. **Educação ambiental e cidadania:** Todas as medidas ambientais que se queiram implementar num país não terão eficácia se os cidadãos não estiverem convictos e determinados em relação à sua concretização. Promover projetos de educação ambiental obriga a desenvolver uma forte relação com a sociedade civil. Nessa medida julga-se necessário que uma parte do Fundo Ambiental do atual MAAC seja orientado para a promoção e desenvolvimento de linhas de apoio a projectos apresentados pelas ONGA's, e Associações da sociedade civil que tenham por objecto a formação e informação, enquanto entidades especialmente habilitadas para tal, e que, em sintonia com o ICNF, autarquias locais e instituições de ensino secundário e superior, podem e devem programar iniciativas no território nacional que promovam a defesa da biodiversidade e aspectos relativos ao combate e diminuição da poluição, redução e deposição correta de resíduos, reciclagem e outros princípios ambientais fundamentais.
15. **Fundo Ambiental:** O Fundo Ambiental deverá destinar-se essencialmente a financiar atividades e iniciativas em prol da sustentabilidade e educação ambiental, bem como projectos de interesse público na restauração da biodiversidade, e também como incentivo à cidadania e participação cívica, deixando de ser um acréscimo ao Orçamento de Estado para comportar despesas públicas correntes de serviços administrativos ou entidades dependentes do Ministério do Ambiente. Mais, deverá ser assegurado o financiamento a programas de proteção e restauro ambiental promovidos pelas ONGA's, bem como por associações de cidadãos organizadas, que igualmente deverão ser acolhidas em áreas de financiamento dedicado. O combate à pobreza energética e as medidas de sustentabilidade dedicadas à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, como parques urbanos poderão ser consideradas.

É de privilegiar a criação de infraestruturas verdes em zonas urbanas, que amenizem os efeitos das alterações climáticas em zonas densamente povoadas, e melhorem a qualidade de vida dos seus habitantes, particularmente expostos à poluição resultante dos meios de transporte. No imediato, deverão ser criadas ciclovias, ainda que com demarcação temporária/provisória, como forma de promover a mobilidade suave e o distanciamento físico à medida que as medidas de distanciamento físico são progressivamente relaxadas.

Conclusão e Deliberação

- **Fundo Ambiental** - Tem receitas provenientes do ISP, taxa de carbono e TGR superior a 700 milhões de euros anuais, com tendência a aumentar. Considera-se necessário que tal Fundo seja objecto de mudança de critérios e controlo mais apertado com fiscalização adequada sobre a sua atribuição e

Moção Temática ao 39.º Congresso Nacional do Partido Social
Democrata

**“VALORIZAR O AMBIENTE E ASSEGURAR A
SUSTENTABILIDADE”**

1º Subscritor: João Carlos Dias Coelho nº 4.638

utilização. O Fundo Ambiental deverá destinar-se essencialmente a financiar atividades e iniciativas em prol da sustentabilidade e educação ambiental, bem como projectos de interesse público na restauração da biodiversidade, e também como incentivo à cidadania e participação cívica, deixando de ser um acréscimo ao Orçamento de Estado e despesas correntes do Estado.

- **AAE do NAL - Plano Aeroportuário Nacional** que determine as potencialidades e funções de cada infraestrutura existente ex: Beja. Uma nova infraestrutura aeroportuária deverá ser suportada no resultado de uma avaliação ambiental estratégica fundamentada, naturalmente considerando as infraestruturas já existentes e todos os pareceres e estudos já realizados, objecto de uma Equipa de Missão, independente, com peritos e técnicos, com prazo determinado para a execução de tal AAE. Neste âmbito defendemos a criação de um Plano Aeroportuário Nacional, que determine as capacidades e objectivos das infraestruturas aeroportuárias existentes e a necessidade de um novo aeroporto de Lisboa (NAL) tendo em conta todos os estudos realizados e existentes por forma a limitar no tempo e no espaço os estudos ainda a realizar. Nesse sentido defendemos que seja suspenso o concurso internacional aberto pela nova entidade criada Instituto da Mobilidade, e seja o mesmo desenvolvido no âmbito da ANAC - Autoridade Nacional da Aviação Civil, enquanto autoridade e entidade reguladora independente.

- **Reapreciar o PRR, Plano Nacional de Investimentos e Plano Nacional de Barragens** assente na análise-custo benefício, critérios de investimento público com base em soluções múltiplas, caso de investimentos previstos no PRR e que sejam desajustados às reais necessidades do país. Aposta não só na eficiência mas também na suficiência hídrica global, que garanta a proteção dos aquíferos, assim como a criação de regulamentação adequada, no âmbito da produção agrícola, que fomente as melhores práticas agrícolas, com salvaguarda dos ecossistemas e da biodiversidade. Promover uma Floresta que assegure a biodiversidade e a criação de áreas de sumidouros de Carbono como sendo a base de estabilidade ambiental resistente às alterações climáticas e aos incêndios, compatibilizando com as necessidades de sustentação do território e autonomia nacional.

- **Revisão da legislação ambiental**, promovendo a sua codificação (há excesso de legislação dispersa), reapreciar o conceito da responsabilização de “crime ambiental”, no âmbito e no espectro temporal, bem como agravando as contra-ordenações por violação ambiental e reposição das condições naturais e dos princípios da prevenção, precaução e do poluidor-pagador. Reforçar os meios de fiscalização da APA-ARH, (“Guarda-Rios” nas linhas de água) e no ICNF (“Vigilantes da Natureza” nos Parques e Áreas Protegidas).

- **Reapreciação do modelo de gestão das Áreas Protegidas**, designadamente do Decreto-lei 166/19, de 21 agosto, que define o modelo de cogestão das áreas protegidas. Propõe-se um melhor enquadramento que se adegue à Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030. Nesse sentido deverão ser criados dispositivos para que as Comissões de Cogestão e Conselhos Estratégicos possam funcionar, recorrendo a fontes de financiamento do Fundo Ambiental. Os órgãos previstos deverão ser coordenados ou presididos pelo ICNF, por questões técnicas e de operacionalidade, e deverão ter regulamentos e fiscalização adequada. As ONGA’s inscritas na APA e as Associações legalmente constituídas de âmbito local deverão estar representadas nas áreas

Moção Temática ao 39.º Congresso Nacional do Partido Social
Democrata

**“VALORIZAR O AMBIENTE E ASSEGURAR A
SUSTENTABILIDADE”**

1º Subscritor: João Carlos Dias Coelho nº 4.638

regionais onde se enquadram, e/ou por designação ao abrigo de um regulamento próprio de representação, sob responsabilidade do ICNF. A Rede Natura 2000 e as áreas de proteção especial ou total deverão estar salvaguardadas em sede de PDM e integrar o Programa de Cogestão da Área Protegida respectiva.

- **Economia Circular e Resíduos**- reforçando o incentivo à reutilização e valorização de resíduos e os desincentivos à geração do resíduo, privilegiando as cadeias de abastecimento mais sustentáveis na contratação pública, o aumento proporcional da Taxa de Gestão de Resíduos de modo a assegurar a minimização da deposição de resíduos em aterro, bem como a promoção da recolha seletiva multimaterial com uma qualidade que permita a sua adequada valorização, diferenciando a Taxa de Gestão de Resíduos consoante a eficácia e os méritos da ação dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos, designadamente no cumprimento de metas anuais a serem acompanhadas pela APA e entidades representantes do setor dos resíduos. Melhoria da eficácia no controle da circulação e deposição de resíduos perigosos com referência às melhores técnicas e práticas destinadas a combater passivos ambientais.

Lisboa, 7 de Dezembro de 2021

1º Subscritor:

João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho, militante nº 4368

39^o
PSD
CONGRESSO

17, 18 E 19 DEZEMBRO 2021 | EUROPARQUE, SANTA MARIA DA FEIRA



DELIBERAÇÃO DA MESA DO 39.º CONGRESSO NACIONAL

1. Conforme previsto no Regulamento do 39.º Congresso Nacional do PPD/PSD, foram recebidas até 13 de janeiro de 2021, nos serviços centrais do Partido as propostas temáticas a debater e apreciar no Congresso. Analisadas as propostas apresentadas, verifica-se que estão devidamente instruídas e preenchem todos os requisitos indicados no artigo 19.º do Regulamento as seguintes:

- “Um choque de equidade. Justiça e coesão territorial”, apresentada pela Assembleia Distrital (“AD”) de Santarém, e que deu entrada em 9 de dezembro de 2021 às 20h, a que foi atribuída a letra “**A**”;
- “Sustentabilidade e Valorização Territorial”, apresentada pela AD de Vila Real, e que deu entrada em 10 de dezembro de 2021 às 18h09, a que foi atribuída a letra “**B**”;
- “Uma abordagem da social-democracia aos desafios que atualmente se colocam a Portugal, às regiões e à sociedade civil no contexto europeu e num mundo global”, apresentada pela AD de Aveiro, e que deu entrada em 12 de dezembro de 2021 às 21h54, a que foi atribuída a letra “**C**”;
- “Medidas diretas, divididas por áreas essenciais para o desenvolvimento regional”, apresentada pela AD de Castelo Branco, e que deu entrada em 12 de dezembro de 2021 às 18h42, a que foi atribuída a letra “**D**”;
- “Reformar Portugal”, apresentada pela AD de Leiria, e que deu entrada em 12 de dezembro de 2021, às 22h10, a que foi atribuída a letra “**E**”;



- “Tecnologia 5G: uma (última) oportunidade de coesão territorial?”, apresentada pela AD de Coimbra, e que deu entrada em 12 de dezembro de 2021 às 23h46, a que foi atribuída a letra “F”;
- “Políticas públicas de proximidade ao serviço da sustentabilidade dos territórios”, apresentada pela Comissão Política Nacional dos ASD, e que deu entrada em 13 de dezembro de 2021 às 9h51, a que foi atribuída a letra “G”;
- “PSD - Rumo a um novo ciclo político”, apresentada pelo Secretariado Nacional dos TSD, e que deu entrada em 13 de dezembro de 2021 às 10h35, a que foi atribuída a letra “H”;
- “O Alentejo, o mundo rural e a reforma do sistema eleitoral”, apresentada pela AD de Beja, e que deu entrada em 13 de dezembro de 2021 às 11h33, a que foi atribuída a letra “I”;
- “Tirar Portugal da ‘cepa torta’”, apresentada pela Comissão Política Nacional da JSD, e que deu entrada em 13 de dezembro de 2021 às 16h14, a que foi atribuída a letra “J”;
- “Passar à acção: por uma participação mais equilibrada de mulheres e homens na defesa da social-democracia”, tendo como primeira subscritora Lina Maria Cardoso, com 20 subscritores delegados ao Congresso, que deu entrada em 13 de dezembro de 2021 às 17h40, a que foi atribuída a letra “K”;
- “Valorizar o ambiente e assegurar a sustentabilidade”, 1.º subscritor João Dias Coelho, com 29 subscritores delegados ao Congresso, que deu entrada em 13 de dezembro de 2021, às 17h56, a que foi atribuída a letra “L”.

A Mesa do Congresso Nacional do PSD **decide admitir estas as propostas temáticas**, devendo ser publicadas nos termos previstos no artigo 19.º, n.º 8, do Regulamento do 39.º Congresso Nacional.



2. As moções indicadas no número anterior com as letras “K” e “L” não vinham acompanhadas no número mínimo de 50 subscrições de delegados ao Congresso, exigido no artigo 19.º, n.º 2, do Regulamento do 39.º Congresso Nacional. A Mesa do Congresso decide, por isso, **convidar os seus primeiros subscritores a apresentar, até às 15h do dia 15 de dezembro de 2021, as subscrições de delegados em falta, até perfazerem o número mínimo de 50 subscrições por delegados ao Congresso, já que caso contrário não poderão ser admitidas.**

Lisboa, 15 de dezembro de 2021

O Presidente da Mesa do Congresso

Paulo Mota Pinto



DELIBERAÇÃO DA MESA DO 39.º CONGRESSO NACIONAL

Os primeiros subscritores das propostas temáticas ao 39.º Congresso Nacional com as letras “K” (“Passar à acção: por uma participação mais equilibrada de mulheres e homens na defesa da social-democracia”) e “L”, “Valorizar o ambiente e assegurar a sustentabilidade”, vieram hoje apresentar respetivamente 35 e 26 subscrições adicionais dessas propostas, assim ultrapassando o número mínimo exigido no Regulamento do Congresso, de 50 subscrições por delegados ao Congresso.

A Mesa do Congresso Nacional do PSD **decide, assim, admitir também as propostas temáticas “K” e “L”**, devendo ser publicadas nos termos previstos no artigo 19.º, n.º 8, do Regulamento do 39.º Congresso Nacional.

Lisboa, 15 de dezembro de 2021

O Presidente da Mesa do Congresso

Paulo Mota Pinto



CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Parecer I/Dezembro/2021

No passado dia trinta de novembro, o militante Bruno Vitorino solicitou a este Conselho de Jurisdição Nacional resposta à seguinte pergunta: “pode um militante que apresente intenção de candidatura aos órgãos eleitos em Congresso (com exceção da CPN) obter a listagem com nome e contactos dos delegados ao mesmo Congresso?”.

O Regulamento da Eleição Direta do Presidente da Comissão Política Nacional dispõe que a Secretaria Geral “fornece a cada uma das candidaturas à Presidência da CPN uma relação dos militantes ativos em formato digital” mediante “a formalização da candidatura ou a apresentação da intenção de candidatura, subscrita por um mínimo de 300 militantes com capacidade eleitoral ativa” [números 3 e 4 do artigo 5º].

Porém, o regulamento é omissivo quanto a idêntico fornecimento às candidaturas a órgãos nacionais.

A esta omissão, o referido normativo [artigo 31º] faz aplicar subsidiariamente o Regulamento Eleitoral, que concede às candidaturas formalizadas ou em processo de intenção o acesso aos contactos (emails e telemóveis) tanto do potencial universo eleitoral como dos militantes que compõem o caderno eleitoral [artigo 7º].

Ou seja, no caso vertente, o pedido destina-se tanto à emissão da lista provisória de delegas quanto para a lista definitiva.

Os únicos requisitos são: o pedido vir acompanhado de idêntico número de assinaturas para uma candidatura (25, neste caso, nos termos do número 1 do artigo 21º do Regulamento do 39º Congresso) e o compromisso de respeito pela proteção de dados.

Assim, considera o CJN que deve a Secretaria-Geral do PSD fornecer os contactos dos delegados ao 39º Congresso (lista provisória se a definitiva ainda não estiver publicada) a quem formalize uma candidatura ou intenção de candidatura, suportada por 25 subscrições e acompanhada de compromisso de respeito pela proteção de dados.

Atendendo à iminência do Congresso, para não prejudicar o exercício democrático, deve a Secretaria-Geral ser célere no fornecimento em causa.

Notifique-se:

- o peticionante, companheiro Bruno Vitorino
- o Secretário-Geral do PSD, companheiro José Silvano, para conhecimento e publicação no Povo Livre.



Paulo Colaço
Presidente

13 de dezembro de 2021



CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Deliberação “Pagamento Irregular de Quotas”

No passado dia 23/11/2021, o Conselho de Jurisdição Nacional (adiante, CJN) recebeu da Secretaria-Geral (adiante, SG) do PSD uma participação de alegado pagamento irregular de quotas em três secções do Partido: Caldas da Rainha, Vila Nova de Gaia e Vila Verde. Todas essas quotas foram pagas entre os dias 11 e 30 do mês de outubro de 2021.

No dia 24/11/2021, o presidente do CJN solicitou à SG os seguintes elementos:

- a) Garantia de que não há outros casos com “indícios de que não tenham sido os próprios militantes ou um membro do seu agregado familiar a efetuar o pagamento”, para que o CJN os possa tratar a todos por igual;
- b) Documentação probatória bastante, designadamente emitida pelo sistema de pagamentos ou respetivo operador, que demonstre a tabela enviada e a irregularidade que subjaz à participação da Secretaria-Geral, para efeitos quer de envio aos visados e quer para apreciação da factualidade pelo CJN;
- c) Informação detalhada sobre os três últimos dias de pagamentos de quotas para verificação da existência de casos análogos.

A SG respondeu ao CJN a 25/11/2021, mas sem fornecer qualquer elemento solicitado.

Do exposto e das normas que nos regem, importa deixar claro que:

- 1- Não se consegue garantir que os casos participados correspondam à totalidade das eventuais irregularidades e não somente a uma parte, o que põe em causa a imparcialidade e a transparência da ação do CJN **[art. 28º, n.º 2, f) dos Estatutos do PSD]**;
- 2- A queixa do SG não contém meios de prova das alegadas irregularidades - viciando a deliberação - tendo as provas sido pedidas pelo CJN **[art. 28º, n.º 3 dos Estatutos]**;
- 3- À exceção do artigo 9º n.º 5 dos Estatutos, o normativo do PSD não permite a suspensão de direitos dos militantes antes da deliberação final;
- 4- O CJN não pode, por isso, suspender o direito de voto dos militantes em causa sem os ouvir previamente **[art. 4º e art. 5, n.º 1, w) do Regulamento de Disciplina]**;
- 5- Nem pode conceder prazos tão curtos que sejam negação do contraditório. De notar que, em situações de urgência, o prazo mínimo que o CJN concede para contra-alegar é de cinco dias. Contando-os a partir da queixa da SG, ultrapassariam o dia eleitoral.

Quanto a prazos, tenha-se também em conta que:

- 1- A participação formulada pela Secretaria-Geral chegou ao CJN mais de 23 dias depois dos pagamentos alegadamente irregulares;

2- Nessa data, as quotas em causa não poderiam ser ignoradas pela Secretaria-Geral, que emitiu cadernos eleitorais para Vila Nova de Gaia e Caldas da Rainha para atos eleitorais realizados a 30/10/2021 e a 13/11/2021, respetivamente;

3- Olhando para as datas de pagamento, é notório que a concentração se verifica antes do termo dos prazos de inclusão das eleições concelhias supra identificadas, ambas convocadas antes de ter sido marcada a Eleição Direta do Presidente do Partido;

4- Em nenhum dos três casos, se justifica um atraso de mais de 23 dias na participação ao CJN, que assim ficou inibido de notificar, com tempo, os militantes aludidos;

5- Tudo somado, está em causa a tempestividade da ação proposta pela SG, bem como o princípio da aquisição progressiva dos atos, consagrado no artigo 1 do Regulamento Eleitoral, aplicado subsidiariamente por força do artigo 31º do Regulamento das Diretas;

6- Isto porque, nesses 23 dias, a SG aceitou os pagamentos, não os impugnou, incluiu os militantes em causa em cadernos eleitorais de eleições concelhias, e apenas vem impugnar esses pagamentos após o termo do prazo para pagamento de quotas.

7- Ou seja, o Secretário-Geral impugna cadernos eleitorais que incluem militantes cujo pagamento de quotas não impugnou em devido tempo (artigo 18º do Regulamento Eleitoral);

Conclusões:

Um processo que possa culminar na retirada do direito ao voto a qualquer militante é um ato muito sério que exige a mais elevada segurança jurídica. É mais grave violar-se o direito de participação democrática do que prever-se uma impugnação.

Nestes termos, o Conselho de Jurisdição Nacional do PSD considera que não estão reunidas as condições para aplicar “antes do início do processo de votação” [art. 25º, n.º 3 do Regulamento das Eleições Diretas], com segurança jurídica, imparcialidade, transparência e respeito pelo princípio do contraditório, qualquer medida cautelar ou sancionatória que altere os cadernos eleitorais.

Notificar:

- o Secretário-Geral, José Silvano, para conhecimento e publicação no Povo Livre;
- o Secretário-Geral Adjunto, Hugo Carneiro, para conhecimento



Paulo Colaço
Presidente

26 de novembro de 2021

DECLARAÇÃO DE VOTO VENCIDO

DELIBERAÇÃO SOBRE PAGAMENTO IRREGULAR DE QUOTAS (26/novembro/2021)

CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

O Conselho de Jurisdição Nacional (CJN) recebeu no dia 22 de novembro, às 22h05, uma participação proveniente da Secretaria Geral (SG), reportando que tinham sido detetadas *“atualizações de dados e pagamentos de quotas irregulares indiciadoras de acesso ilegítimo a referências de pagamento de quotas utilizando equipamentos de telemóvel/app mobile do PSD”*.

Esta participação foi realizada nos termos do disposto no artigo 25.º do Regulamento da Eleição do Presidente da Comissão Política Nacional e do 39.º Congresso do Partido Social Democrata.

A comunicação supramencionada veio acompanhada dos elementos considerados probatórios pela SG.

No dia 23 de novembro, às 23h43, foi recebida uma nova participação de indícios de pagamentos irregulares de quotas de militantes.

Esta comunicação vinha, igualmente, acompanhada dos elementos considerados probatórios pela SG.

Apenas no dia 24 de novembro, às 19h47, entendeu o Presidente do CJN solicitar à SG informações adicionais, nomeadamente: *“ [1] Garantia de que não há outros casos com “indícios de que não tenham sido os próprios militantes ou um membro do seu agregado familiar a efetuar o pagamento”, para que o CJN os possa tratar a todos por igual; [2] Documentação probatória bastante, designadamente emitida pelo sistema de pagamentos ou respetivo operador, que demonstre a tabela enviada e a irregularidade que subjaz à participação da Secretaria-Geral, para efeitos quer de envio aos visados e quer para apreciação da factualidade pelo CJN; [3] Informação detalhada sobre os três últimos dias de pagamentos de quotas para verificação da existência de casos análogos”*.

O n.º 3 do artigo 25.º do Regulamento da Eleição do Presidente da Comissão Política Nacional, determina que estes processos devem ter tratados com carácter de urgência.

Entre a receção da primeira participação e o pedido de elementos adicionais à SG, decorreram quase 48 horas.

A resposta a esta solicitação foi recebida no dia 25 de novembro às 00h30, apesar dos membros do CJN só dela terem tido conhecimento às 17h14 (cerca de 16 horas após a sua receção).

Foram facultados pela SG os seguintes esclarecimentos:

“1. Nos termos do disposto no art. 25.º do Regulamento da eleição do Presidente da CPN do PSD e do 39.º Congresso os Serviços Centrais detetando pagamentos irregulares comunicam ao CJN, caso existam fortes indícios de que não tenham sido os próprios militantes ou membro do seu agregado familiar a efetuar o pagamento de quota;

2. A Secretaria Geral, que tutela os serviços, identificou os casos que reportamos no nosso e-mail e comunicou-os ao CJN para decisão urgente sobre os mesmos;

3. Não existe nenhuma evidência, até pela dimensão dos casos detetados, de que algum familiar tenha pagado quota de um militante, matéria no entanto que o militante melhor poderá esclarecer;

4. Aliás, a simples análise dos casos sugere que isso é muito improvável;

5. O CJN, nos termos do n.º 2, verifica se o militante pagou ou não a sua quota, ou um membro do seu agregado, mandando expurgar os cadernos se não pagou ele ou um membro do seu agregado familiar;
6. Os casos reportados são concretos, verídicos, factuais, inultrapassáveis, demandando-se, portanto, que se proceda conforme estatuído no Regulamento referido;
7. Assim não sendo, estará a violar-se flagrantemente o Regulamento da eleição, podendo colocar-se em causa a verdade eleitoral do processo e a compactuar-se com situações que visam adulterar o resultado da eleição em violação dos Regulamentos;
8. O processo do CJN, nos termos do n.º 3 do art. 25.º, tem natureza urgente e é decidido antes do início da votação;
9. A violação das regras eleitorais por alguns militantes não carecem, para serem apreciadas, da verificação de mais infratores, pelo que devem correr uma vez verificados os fortes indícios de irregularidades;
10. A Secretaria Geral continuará a avaliar a possível existência de mais casos, não deixando de os comunicar se assim se constatar revestirem a mesma natureza indiciária, mas tal não obsta à apreciação, desde já, destes;
11. Assim, como dos outros relativos ao acesso indevido ao registo na app mobile;
12. A Secretaria Geral informou em tempo o CJN, disponibilizando até os contactos de telemóvel, email e n.ºs dos militantes em causa, tal como constam do registo dos Ficheiros do Partido para facilitar o trabalho do CJN;
13. Os elementos reportados resultam da informação recolhida dos sistemas informáticos do Partido e da entidade de pagamentos Easypay, que nos facultou os terminais de pagamento, horas e datas de pagamento, cfr. oportunamente comunicamos ao CJN.
14. A Secretaria Geral, como não poderia deixar de ser, atua neste e nos demais processos com isenção.”

Desconhece-se se após a receção destes esclarecimentos, tendo o Presidente do CJN considerado que os mesmos eram insuficientes, foram desenvolvidas outras diligências junto da SG com vista à obtenção dos elementos probatórios tidos como bastantes e necessários à análise cabal e em tempo útil das alegações de irregularidades no pagamento de quotas de militantes.

No dia 25 de novembro, às 17h33, os membros do CJN receberam diretamente do Secretário-Geral Adjunto (SGA) Hugo Carneiro, uma missiva na qual salienta: (i) a ausência de resposta relativamente às participações remetidas; (ii) reforça o seu cariz urgente; e, (iii) a necessidade de uma decisão célere.

Assevera que no decurso do dia tentou contactar sem sucesso, por duas vezes, o Presidente do CJN.

Adicionalmente, o SGA anexou à sua comunicação um elemento probatório complementar aos anteriormente disponibilizados ao CJN, designadamente um extrato da *Easypay* (entidade responsável pela gestão da plataforma de pagamentos eletrónicos) obtido diretamente do sistema da empresa. Neste extrato, constam todos os pagamentos realizados desde o dia 1 de setembro até esta data, logo incluindo os pagamentos que tinham sido efetuados nos últimos três dias.

O envio desta informação suplementar vai ao encontro do requerido pelo Presidente do CJN no dia 24 de novembro, às 19h47 (*vide* pontos 2 e 3 do excerto transcrito).

Os membros do CJN são ainda elucidados acerca do modo como pode ser efetuado o cruzamento dos dados fornecidos pela *Easypay* com os dados dos ficheiros enviados previamente pela SG, aferindo-se por essa via a credibilidade dos indícios reportados.

Perante a gravidade de uma situação desta natureza, dadas as implicações na integridade dos processos eleitorais e dos sufrágios internos, este processo deveria ter sido conduzido de modo eficaz pelo CJN, conforme determinado no normativo interno.

Por entendermos que o Conselho de Jurisdição não estava a desenvolver a totalidade dos esforços que lhe competiam para prevenir os potenciais problemas neste ato eleitoral – sem prejuízo do dever de isenção a que está sujeito e respeitando o espírito de cooperação que deve nortear o relacionamento entre os diferentes órgãos do Partido – fizemos chegar as nossas preocupações ao seu Presidente e restantes Conselheiros. Fizemo-lo via mensagem de correio eletrónico, enviada no dia 25 de novembro às 19h40, dado que não foi convocada qualquer reunião extraordinária. Como entendemos que deveria ter ocorrido, em razão da importância e seriedade da questão com a qual o CJN foi confrontado.

Acrescem as seguintes considerações relativamente aos fundamentos que subjazem à decisão:

- 1) O CJN não deveria, atendendo ao seu dever de imparcialidade (salientado, aliás, no texto decisório), incorrer na sua deliberação em considerações de natureza moral ou juízos de intenções sobre a atuação dos demais órgãos do Partido, seja explícita ou implicitamente. A fundamentação apresentada deveria ater-se única, e exclusivamente, a argumentos jurídicos e à análise restrita dos factos *in casu*;
- 2) O CJN não deveria, portanto, sustentar a sua decisão invocando factos que não se inserem especificamente no âmbito da questão que lhe compete dirimir (referimo-nos à alusão a atos eleitorais realizados previamente em duas Secções, pontos 2, 3 e 7 da página 2, que extravasam inequivocamente o alcance do pedido formulado pela SG);
- 3) Não é, por esse motivo, compreensível a referência a um pretendo atraso de 23 dias relativamente ao envio das participações, tendo como premissa a realização dos atos eleitorais nas Secções de Vila Nova de Gaia e Caldas da Rainha. Declara-se na decisão que o suposto atraso não se justifica nos três casos apreciados (Vila Nova de Gaia, Caldas da Rainha e Vila Verde), quando se menciona especificamente as eleições ocorridas em apenas duas das Secções objeto da participação de indícios de irregularidades. Donde, só se pode inferir que o recurso a este argumento serve um único e questionável propósito. Advogar a tese que estão colocados em causa a tempestividade da ação proposta pela SG e o princípio da aquisição progressiva dos atos;
- 4) Afirma-se sem qualquer base factual, e insinua-se, na deliberação que: (i) a SG não podia desconhecer, à data da realização dos sufrágios destas duas Secções, que teriam ocorrido pagamentos irregulares de quotas e que nada fez; e (ii) a SG só participou os indícios a 22 e 23 de novembro por conveniência, não obstante o conhecimento que teria da preclusão do prazo para impugnação. Trata-se de uma extrapolação abusiva e indesejável, porque assente em meras suposições;
- 5) Não é correto afirmar-se que a SG não enviou todos os elementos solicitados, como atrás se procurou demonstrar. Ao invés, todos os elementos fornecidos pela SG foram desvalorizados, não sendo objeto da devida ponderação;
- 6) Ignoramos, ainda, se foi levada a cabo qualquer iniciativa para clarificar aspetos relevantes como, por exemplo: (i) que procedimentos são adotados pela SG para identificar indícios de pagamentos irregulares; (ii) em que momento a SG recebeu todos os dados necessários à verificação dos fluxos de pagamentos de quotas, por parte da entidade responsável pela gestão da plataforma de pagamentos (iii) em que momento se iniciou essa verificação;
- 7) Não é compreensível que o CJN se tenha abstido de considerar os seguintes fatores: (i) o processo de regularização de quotas para efeitos de participação nas eleições diretas terminou às 23h59 do dia 17 de novembro, motivo plausível para só após essa data a SG se debruçar sobre a verificação de eventuais anomalias nos fluxos de pagamentos;

- (ii) a obtenção da informação detalhada acerca dos pagamentos de quotas efetuados, depende de uma entidade externa ao PSD; (iii) o extrato fornecido pela entidade *Easypay* é composto por cerca de 32 000 linhas de pagamentos, com vários campos codificados, como certamente todos os membros do CJN puderam constatar; (iv) a análise de dados com esta ordem de grandeza e complexidade é, como facilmente se deduz, um trabalho minucioso e moroso; e (v) a conciliação e o cruzamento da informação obtida externamente, com a informação disponível internamente é certamente demorada, requer rigor e, pressupomos, uma dedicação quase exclusiva;
- 8) Cabe ao Direito oferecer, aos respetivos destinatários, a certeza, previsibilidade e estabilidade das normas jurídicas de modo a garantir, aos que lhe estão sujeitos, a capacidade de regular com garantia de segurança as suas condutas de forma razoavelmente previsível e estável. Este é o princípio da segurança jurídica, que também exige abordagem atempada das questões jurídicas suscitadas, de modo a evitar problemas futuros;
- 9) Apesar da excecionalidade e urgência das circunstâncias, entendemos que o CJN poderia e deveria ter assumido uma postura equilibrada – assente na concertação do respeito pelas normas do Direito, pelos direitos dos militantes e pelo princípio do contraditório, com a necessidade de apurar a veracidade dos indícios de irregularidades que lhe foram comunicados, antes do início do processo de votação (conforme disposto no n.º 3, do artigo 25.º do Regulamento da Eleição do Presidente da Comissão Política Nacional);
- 10) Por último, não é atendível que o CJN tenha decidido subordinar a análise dos indícios e dos elementos probatórios, que lhe foram sendo comunicados pela SG, à garantia de que não existiam casos análogos. A apreciação de eventuais violações das disposições regulamentares não deve ser, nem estar, condicionada pela existência hipotética de infrações semelhantes. A função do CJN não é estabelecer discricionariamente condições, como a que foi apresentada, para o exercício integral das suas competências, antes cumprir e zelar pelo cumprimento dos Estatutos, dos Regulamentos e das demais Normas que regem a vida interna do PSD.

Face ao exposto, **votamos contra a decisão.**

Lisboa, 29 de novembro de 2021

A presente declaração de voto é subscrita por:

Fernando Negrão
Pedro Roseta
Paula Reis

Pelos subscritores,



(Paula Reis)